

TALITA MACHADO VIEIRA

**FUTEBOL NÃO É (SÓ) BRINCADEIRA:
os processos de formação e subjetivação de atletas**

**ASSIS
2017**

TALITA MACHADO VIEIRA

**FUTEBOL NÃO É (SÓ) BRINCADEIRA:
os processos de formação e subjetivação de atletas**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Deivis Perez Bispo dos Santos.

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ASSIS
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

V658f Vieira, Talita Machado
Futebol não é (só) brincadeira: os processos de formação e
subjetivação de atletas / Talita Machado Vieira. Assis, 2017.
238 f. : il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – Universidade Estadual Paulista
Orientador: Dr Deivis Perez Bispo dos Santos

1. Futebol. 2. Jogadores de futebol - Orientação profissio-
nal. 3. Futebol - Aspectos psicológicos. 4. Subjetividade. 5. A-
tletas. I. Título.

CDD 796.33

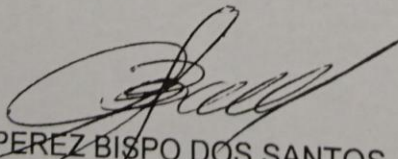
TALITA MACHADO VIEIRA

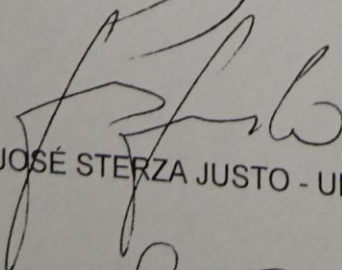
FUTEBOL NÃO É (SÓ) BRINCADEIRA: os processo de
formação e subjetivação de atletas

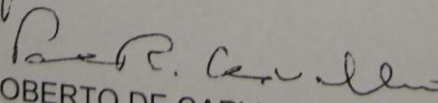
Dissertação apresentada à Faculdade de
Ciências e Letras – UNESP/Assis para a
obtenção do título de Mestrado Acadêmico
em PSICOLOGIA (Área de Conhecimento:
PSICOLOGIA E SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 03/02/2017

COMISSÃO EXAMINADORA


Presidente: Prof. Dr. DEIVIS PEREZ BISPO DOS SANTOS - UNESP/ASSIS


Membros: Prof. Dr. JOSÉ STERZA JUSTO - UNESP/ASSIS


Prof. Dr. PAULO ROBERTO DE CARVALHO - UEL/LONDRINA

*Dedico este trabalho à Ana Maria Machado Vieira e
Samara Nunes França, duas mulheres incríveis que fazem
parte de minha história.*

AGRADECIMENTOS

Em fala proferida pelo professor Roberto Heloani (UNICAMP), quando do lançamento de um livro na Universidade Estadual de Londrina em setembro de 2016, ele afirmou que entre os efeitos mais devastadores do projeto neoliberalista de sociedade encontram-se o enfraquecimento dos coletivos (de trabalho) e a negação à historicidade, pessoal e social. Assim, estaríamos nos conduzindo, cada vez, para uma sociedade desprovida de história e radicalmente individualizada, com sujeitos isolados em suas próprias existências e que são constantemente deixados à mercê de si mesmos. Tomando como base tais considerações, penso que, frente ao cenário descrito por ele, o fazer científico – assim como os demais fazeres da vida – que busca afirmar declaradamente a história e a implicação do pesquisador com seu tema, bem como que procura por espaços para o debate e o diálogo na problematização da pesquisa, constitui um verdadeiro ato de resistência. Neste sentido, muito me alegra o produto final desta investigação. Se aqui há potência para instigar o pensamento, isso se deve tão somente à multiplicidade que atravessa este trabalho. Assim, fazer estes agradecimentos é uma grande satisfação para mim, pois pude me dar conta das inúmeras vozes que contribuíram para este trabalho que se fez escrever por meio de minhas mãos e das de meu orientador. A pesquisa tem seu momento solitário, mas o pesquisar não precisa, definitivamente, ser uma atividade isolada.

Agradeço à minha família, em especial minha mãe, Ana Maria Machado Vieira, que com seu jeito humilde e simples me ensinou o significado e a importância do respeito e do diálogo. Obrigada pelo apoio e por tentar me trazer um pouco de serenidade e calma durante os frequentes episódios de desespero ao longo do mestrado. Uma pessoa maravilhosa e que, para minha alegria, é, também, minha mãe.

À minha namorada, Samara Nunes França, pelas inúmeras vezes em que me acalmou durante as crises, dizendo que o mestrado iria, sim, chegar ao final. Ainda tenho de agradecer-lhe por ter sido uma leitora atenta e assídua deste texto. Suas contribuições foram de grande importância para a redação desta pesquisa. Agradeço também pelas conversas, pela paciência e parceria. É sempre muito agradável poder falar com você. Obrigada por me ajudar a combater os fascismos e intolerâncias cotidianos, presentes no outro, mas também em mim.

À professora Sonia Regina Vargas Mansano, quem primeiro me indicou que era possível tornar o esporte objeto de investigação científica, partindo de uma perspectiva crítica e comprometida com a função mais ampla desta prática na sociedade. Ela, assim como outros professores que tive durante a graduação – Alejandra Astrid León Cedeño e Paulo Roberto de

Carvalho – se colocaram sempre à disposição para pensar a pesquisa e auxiliar naquilo que lhes fosse possível. Posturas como a de vocês me mostram o necessário comprometimento ético envolvido no *métier de professor e pesquisador*.

Ainda entre os professores envolvidos na minha formação, também deixo o agradecimento ao meu orientador, Deivis Perez, um cara que, verdadeiramente, percorreu comigo o trajeto desta pesquisa. Seu envolvimento e dedicação para com esse projeto são louváveis. Sem dúvidas, uma pessoa fundamental para a execução desta pesquisa e para a redação deste texto. Obrigada por todas as revisões, supervisões, ideias, sugestões e discussões. Cada pedacinho disso tudo foi o que, de alguma maneira, produziu a imagem final deste trabalho. Aqui, é imprescindível mencionar também os colegas do grupo de pesquisa em Teoria Sócio-Histórico-Cultural, Naeli Simoni Castro, Mônica Alves Verlings e Matheus José Cuzato Mancuso. Nossos debates durante as reuniões e nos corredores foram de grande ajuda para o esclarecimento de alguns conceitos e pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, bem como da Clínica da Atividade. Obrigada, pessoal!

Aos professores que compuseram a banca, José Sterza Justo e Paulo Roberto de Carvalho, pelas sugestões e solicitude para com este estudo. Nossos encontros, nos espaços formais e não formais, foram extremamente potentes e valiosos para me ajudar a pensar na imensidão de questões que atravessam o futebol de nosso tempo.

Não poderia deixar de citar, também, as pessoas com quem partilhei as angústias e desabafei nos momentos de desespero: Carolina Villanova Heguedusch, Ruth Tainá Aparecida Piveta, Vanessa Santiago Ximenes, Ariadne Suzuki de Lima, Leda Soares de Lima, Fernanda Capelli, Tayla Cristina Mancini, Natália Freitas e Daniele Evangelista Sita. Meninas, vocês todas foram extremamente importantes na realização deste trabalho. Além do tempo e dos ouvidos, colocaram à disposição suas ideias e fígados! Este texto é inteiramente atravessado por cada uma de vocês, do *abstract* às considerações finais.

Ao Clube que aceitou nos receber para a execução da pesquisa. Agradeço, em especial, aos jovens que concordaram em ser voluntários do estudo. Meninos, sem vocês não haveria pesquisa. Foi uma experiência incrível ter dialogado com vocês e acompanhar uma etapa de sua formação esportiva. Obrigada pelas trocas e por terem me ensinado tanto sobre o futebol e o lugar que ele ocupa nas suas vidas.

Neste ponto, também deixo o agradecimento ao amigo Dione Vieira, fonte de inspiração dos primeiros questionamentos acerca do trabalho do atleta. As conversas que tivemos muito me mostraram (e ainda mostram) sobre o universo *underground* do futebol. Obrigada por dividir suas histórias.

À psicóloga Juliana Lima Petrucci e ao assistente social Daniel Soares da Silva, com os quais pude dialogar sobre a difícil inserção profissional no universo do esporte de rendimento quando se pretende orientar a prática a partir de um viés crítico e problematizador. Partilhamos essas lutas e juntos vamos tecendo os caminhos possíveis. Obrigada por dividirem seu conhecimento e sua experiência de trabalho.

Aos trabalhadores da Unesp de Assis que nos possibilitam ocupar aquele espaço e contribuem para o funcionamento da Universidade e da Pós-Graduação. Deixo um agradecimento especial à Sueli Aparecida Franco, João Paulo Zanette, Lucilene Franco e Marcos Francisco D'Andrea, da Seção Técnica de Pós-Graduação, todos vocês foram de grande auxílio para instruir quanto aos procedimentos e sanar dúvidas referentes aos mais diversos temas. Também, a toda a equipe da biblioteca que sempre foi muito solícita nas orientações e para prestar ajuda em diversas questões, desde empréstimos de materiais até a elaboração da ficha catalográfica.

Ao amigo de longa data Renan Marques de Oliveira, que também contribuiu para esta pesquisa, revisando o texto e dando sugestões para torná-lo mais agradável e robusto.

À Lucinha Lodo, minha professora de história/sociologia/filosofia durante o cursinho pré-vestibular, grande responsável por despertar em mim a paixão pelo futebol. Uma pessoa ímpar, humilde, aberta ao diálogo e grande pensadora das relações sociais brasileiras.

À Camila Lopez que fez revisão final deste trabalho. Sua participação foi fundamental para conferir maior clareza e qualidade ao texto.

À CAPES que custeou a produção deste trabalho. A contribuição da agência foi indispensável para assegurar a dedicação exclusiva à pesquisa e à formação no mestrado.

Figura 1 - Estátua criada para representar "A trégua" extraoficial declarada no dia de natal, 1914, durante a I Guerra Mundial.



Fonte: Acervo pessoal de Paulo Roberto de Carvalho.

Figura 2 - Inscrição de metal que descreve "A trégua" extraoficial de 1914. Segundo a placa, durante o breve momento de trégua, uma bola surgiu entre os inimigos de combate, dando início a um jogo de futebol.



Fonte: Acervo pessoal de Paulo Roberto de Carvalho.

Logo, percebemos que o futebol se torna uma ocasião e, os clubes, um espaço propício para os encontros (CUNHA, 2012, p. 38).

VIEIRA, Talita Machado. **Futebol não é (só) brincadeira: os processos de formação e subjetivação de atletas**. 2017. 238 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2017.

RESUMO

O presente trabalho buscou compreender como se configura o campo da formação profissional de jovens para o trabalho como atletas de futebol e como se desenvolvem os processos de subjetivação dos adolescentes no tocante à profissão a qual aspiram. A investigação foi desenvolvida nas categorias de base de um clube alocado no interior do estado do Paraná. Para efetuar esta pesquisa, o estudo foi composto por três momentos distintos. Primeiramente, contemplou a produção de uma narrativa acerca da história e da modernização do futebol no Brasil, dando ênfase aos processos, acontecimentos e eventos que conduziram a sua conversão em trabalho. O segundo momento se caracterizou pela revisão, análise e síntese do conceito de subjetivação à luz da Psicologia Histórico-Cultural. Por último, o exame e discussão do processo de formação e de subjetivação dos jovens atletas com base nos estudos e elaborações teóricas e nos dados que emergiram do campo investigado. Para esta etapa, optou-se pelos aportes teórico-metodológicos da Clínica da Atividade. Particularmente para a fase de recolha de dados, foi adotado o dispositivo da autoconfrontação simples. Tal dispositivo se baseia no princípio da coanálise da atividade cotidiana realizada pelos trabalhadores situados em contexto e tem o diálogo como fundamento para a emergência do conhecimento compartilhado sobre as maneiras de realizar a atividade e de se realizar na atividade. Neste sentido, oferece os subsídios necessários à compreensão dos processos de subjetivação no tocante à formação profissional neste cenário.

Palavras-chave: Futebol. Categoria de base. Subjetivação. Clínica da Atividade.

VIEIRA, TALITA MACHADO. **Soccer is not (just) a playtime: the formation and subjectivation processes of athletes.** 2017. 238 f. Dissertation. (Master in Psychology) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2017.

ABSTRACT

The present work sought to understand how the field of professional formation of youth people for the labor as soccer athletes is configured and how is developed the process of subjectivation of this teenagers for the profession they aspire to. The investigation was developed in the youth teams of a club located in a city of the Paraná state. In order to execute this research, the study was compound by three different moments. At first, it contemplated the production of a narrative about the soccer history and its modernization in Brazil, emphasizing the processes, facts and events which had made it became a job. Afterwards, we made a literature revision, an analyses and a discussion about the concept of subjectivation from the Historical-Cultural Psychology perspective. At last, the exam and discussion of the formation process and the subjectivation of the youth athletes, based on the studies and theoretical elaborations and on the data that were found in the field research. For this stage, we choose the theoretical-methodological contributions of the Clinic of Activity. Specifically for the dada collect stage, it was adopted the simple self confrontation device. This resource has as principle the co-analysis of the daily activity executed by the workers in their context and has the dialogue as the fundament to the emergence of the shared knowledge about the ways of to do the work and to be done by the work. Therefore, this study offers the necessary subsidies for the comprehension of the subjectivation process related to the professional formation in this field.

Key-words: Soccer. Youth teams. Subjectivation. Clinic of Activity.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA.....	11
RAÍZES E RAZÕES DO TEMA.....	13
1 A CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO PROFISSIONAL: UMA HISTÓRIA DA MODERNIZAÇÃO DO FUTEBOL BRASILEIRO.....	23
1.1 Primeiro tempo: a luta pela profissionalização.....	27
1.2 Segundo tempo: processos sócio-históricos e as modernizações do futebol.....	48
1.2.1 Percursos e percalços na construção de uma experiência comum: a brasilidade por meio do futebol e da seleção canarinho.....	50
1.2.2 O futebol e o Estado: dominação e resistência no cenário internacional.....	59
1.2.3 Futebol moderno, uma ciência e um negócio.....	69
1.3 Sonho antigo num campo moderno: sobre a categoria de base e a formação de atletas.....	84
1.4 O futebol brasileiro precisa de meio-campo!.....	102
2 O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO: O QUE A PSICOLOGIA HISTÓRICO- CULTURAL TEM A DIZER SOBRE ISSO?.....	109
2.1 Pistas para a aproximação de um conceito.....	110
2.2 A subjetivação na Psicologia Histórico-Cultural: um conceito em desenvolvimento.....	138
2.3 Sobre o <i>lugar</i> do trabalho e da formação profissional nos processos de subjetivação.....	145
3 CLÍNICA DA ATIVIDADE COMO INSTRUMENTO PARA A INVESTIGAÇÃO DO TRABALHO.....	152
3.1 Clínica da Atividade e o dispositivo da autoconfrontação simples.....	153
3.2 Caracterização da instituição e dos voluntários da pesquisa.....	160
4 PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DOS ATLETAS EM FORMAÇÃO: COMPONENTES E FORMAS.....	164
4.1 O <i>estar</i> no campo de pesquisa.....	164
4.2 O lugar do futebol e do sonho na vida dos jovens.....	166

4.2.1	Treinamento: experiência morta ou instrumento psicológico?.....	168
4.2.2	Futebol: que trabalho é esse?.....	186
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
	REFERÊNCIAS.....	221
	APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO E EXISTÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AOS ARQUIVOS NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	234
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	235
	APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO (PARA ADOLESCENTES MAIORES DE 12 ANOS E MENORES DE 18 ANOS).....	237

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA.

Esta pesquisa foi dedicada à investigação dos processos de subjetivação de jovens que estão em formação para a atuação profissional como atletas de futebol. Especificamente, a investigação foi realizada por meio do exame do caso de dois jovens, que estão sendo preparados para assumir o futebol como ofício nas categorias de base de um clube paranaense. A recolha e análise dos dados foi feita considerando os aportes teórico-metodológicos da Clínica da Atividade (C.A.), que é uma abordagem inserida na área das Ciências do Trabalho, mais especificamente no campo da Psicologia do Trabalho. As principais matrizes conceituais das formulações teórico-metodológicas desenvolvidas no quadro da C.A. encontram-se na Psicologia Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 1934/2008), na Ergonomia francófona (LE GUILLANT, 2006), na Psicologia do Trabalho (ODONNE, 1986) e na Psicopatologia do Trabalho (WISNER, 2004). No Brasil, a C.A. tem sido adotada por pesquisadores interessados em examinar contextos laborais e de formação profissional em diversas áreas. Uma das principais contribuições deste referencial à investigação sobre os cotidianos de trabalho reside na proposição de que a análise das atividades ocupacionais seja realizada de modo conjunto, por meio da parceria entre o coletivo de trabalhadores e o pesquisador. Neste estudo, em especial, foi adotado o dispositivo metodológico chamado autoconfrontação simples, que tem sido aperfeiçoado no quadro teórico da C.A., sob a liderança de Yves Clot (2006, 2010).

A autoconfrontação é um instrumento metodológico que visa a produzir uma situação de coanálise do cotidiano laboral por meio do estabelecimento de uma atividade dialógica entre membros do coletivo profissional e pesquisador. Trata-se de um dispositivo amplamente utilizado na recolha de dados em pesquisas acadêmico-científicas dedicadas à investigação do trabalho (BARROS; PASSOS; EIRADO, 2014; FONSECA, 2009; MUNIZ; NEPOMUCENO, 2010; PEREZ, 2012, 2014), podendo, também, ser adotado como meio de intervenção sobre situações e contextos de trabalho. A autoconfrontação a qual referimos foi sistematizada por Faïta (1997) e aperfeiçoada no cenário teórico-metodológico da Clínica da Atividade por Vieira e Faïta (2003), por Clot e Fernández (2007) e por Clot (2000; 2006; 2010; 2013). A adoção desta abordagem para investigar o contexto da formação profissional no futebol amplia e inova o modo de uso do método, por se tratar de uma configuração diferenciada de trabalho. O jovem em formação, amparado pela Lei Federal nº 10.097 de 2000, se insere no contexto laborativo numa condição especial (BRASIL, 2000). Em tese, a organização do trabalho do aprendiz

segue diretrizes administrativas, sociais e financeiras estipuladas pelo referido dispositivo legal. O objetivo de produzir um contexto diferenciado para a vivência laboral do jovem é o de contribuir para seu desenvolvimento integral, generalista, ampliando suas experiências profissionais sem interferir ou limitar seu acesso e participação em outros segmentos da vida social – escola, associações, projetos culturais, família, entre outros.

É relevante destacar que este projeto está inserido no contexto investigativo ampliado do grupo de pesquisa Figuras e Modos de Subjetivação no Contemporâneo, vinculado ao programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-campus Assis), certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (CNPq). Desde meados de 2011 este grupo tem se dedicado à produção e difusão de dois conjuntos articulados e complementares de pesquisas que adotaram os aportes teóricos e os dispositivos metodológicos da C.A. O primeiro agrupamento de estudos, no qual se insere esta pesquisa, é composto por investigações teóricas (PEREZ, no prelo) e de campo que fizeram uso da autoconfrontação para examinar a atividade laboral de profissionais de diversas áreas, tais como professores (PEREZ, 2012), formadores de docentes (PEREZ, 2014) e psicólogos que atuam em Centro de Referência da Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (em andamento). Já o segundo conjunto de pesquisas, que conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), dedica-se à análise e contextualização para o Brasil da autoconfrontação (MESSIAS; PEREZ, 2013; PEREZ; MESSIAS, 2013) e da instrução ao sócia, que são dispositivos metodológicos, científicos e interventivos criados ou aperfeiçoados por pesquisadores da C.A.

A fim de complementar o cenário geral desta pesquisa, delineado nos parágrafos anteriores, cumpre destacar os objetivos inicialmente propostos. O objetivo principal deste estudo foi investigar os processos de subjetivação de jovens em formação para a profissão de atletas de futebol. Este foco central da investigação se desdobrou em três objetivos específicos, a saber: a) identificar e examinar os elementos do contexto sociointeracional da formação do atleta de futebol que condicionam os processos de subjetivação dos jovens em etapa formativa, tais como: os textos orais e escritos de prescrição do trabalho, os instrumentos concretos e subjetivos de trabalho; b) investigar a percepção e os modos de apropriação e subjetivação pessoal dos atletas relativos aos principais aspectos contextuais sociocultural e sociointeracional da formação para o trabalho no futebol; c) analisar e discutir o processo de subjetivação profissional de atletas em fase de formação para

a atuação profissional considerando as articulações, aproximações, bem como os afastamentos e desconexões entre as dimensões contextuais e coletivas e a percepção pessoal dos jovens sobre o processo formativo.

Ainda, é importante mencionar que a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com seres humanos da Faculdade de Ciências e Letras de Assis (FCL-Assis), vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), registrado sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 43981015.2.0000.5401. Assim, em respeito ao compromisso assumido com a instituição, com os jovens voluntários da pesquisa e seus familiares, quaisquer dados que possam caracterizar estes parceiros foram omitidos no texto e permanecerão em sigilo em publicações posteriores que derivem deste estudo.

RAÍZES E RAZÕES DO TEMA.

A minha fascinação com os esportes, em particular o futebol, se confunde com os meus percursos formativo estudantil e profissional. Foi durante os anos de ensino fundamental, também chamada educação de primeiro grau, que me aproximei da prática desportiva. Lá, o nome foi *Dona Marta*. Professora dedicada e consciente do seu papel de educadora física, conseguia perceber o potencial e o valor dos esportes para a vida e dinâmica escolar. Também nessa fase, pude participar do movimento estudantil secundarista, por meio do Grêmio escolar, onde exerci por dois mandatos o cargo de Diretora de Esportes. A relação com o futebol se consolidou depois, ao longo do curso preparatório para o vestibular. Naquela ocasião, foi a partir das palavras da professora *Lucinha*, nas aulas de história, que entrei em contato com uma paixão que carregou desde então: o Corinthians. *Lucinha*, assim como seu irmão *Tchula*, era corintiana fanática. Amante do futebol, sempre encontrava uma maneira de esboçar análises sociológicas e históricas sobre este esporte em paralelo com a vida social brasileira. *Lucinha* entendia o potencial do futebol enquanto um eixo temático para a análise do social.

Depois, durante o curso de graduação em Psicologia, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), em particular no decorrer da realização da pesquisa de iniciação científica, coube à professora de Psicologia Social, *Sonia*, estabelecer o vínculo entre esporte e pesquisa científica que me trouxe até aqui. Lembro-me claramente da questão que me foi lançada por ela: “Esporte é trabalho?”. Esta questão reorganizou o curso da pesquisa de iniciação científica que desenvolvia na época e, sem dúvidas, me conduziu ao mestrado. O trabalho ora

apresentado ainda é um desdobramento daquela questão. Agora, porém, com uma alteração no tom. Ao invés do cotidiano de trabalho dos profissionais atletas, nos lançamos à investigação do contexto formativo de adolescentes que desejam se tornar *jogadores de futebol*. Aqui encontrei *Deivis*, o orientador que tem acompanhado a realização destes trabalhos e compartilhado comigo as angústias, incertezas e conquistas da pesquisa. Sendo também um apaixonado pelo futebol, flamenguista orgulhoso de seu time, este professor tem se revelado um grande parceiro na problematização e formulação de hipóteses sobre questões que atravessam o futebol e a juventude brasileira.

Ao olhar retrospectivamente para esta história, fica claro, para mim, o modo como os esportes foram, paulatinamente, adquirindo novos sentidos e sendo ressignificados em minha história pessoal a partir das relações criadas e vividas com estes e outras personagens. Esta dissertação pretende, portanto, expressar uma parte disso: o lugar do futebol na vida social, política, econômica e cultural do Brasil. O futebol educação. O futebol trabalho. O futebol formação. O futebol espetáculo. O futebol negócio. O futebol ciência. O futebol terreno de sonhos para os dois jovens, voluntários desta investigação, que compuseram conosco o grupo que deu materialidade a este trabalho e auxiliaram as reflexões sobre os processos formativos e de subjetivação daqueles que pretendem assumir o esporte como campo profissional.

Além das motivações de cunho pessoal, o delineamento do futebol como questão de pesquisa também foi fomentado pela abrangência e relevância social do esporte. Apesar disso, como veremos a seguir, a investigação científica acerca das diversas faces e questões que integram a modalidade ainda é consideravelmente restrita, em particular no campo da Psicologia. Nesta área são ainda mais raros os estudos que se dedicam à problematização do tema a partir da perspectiva do trabalho e da formação profissional. Daí o significado e a importância desta pesquisa. Neste ponto, cumpre enfatizar o importante papel que vem sendo assumido pela Unesp de Assis, em especial pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, no que se refere à abertura e apoio ao desenvolvimento de pesquisas que focalizam a investigação das relações entre sujeito e esporte-trabalho. Aqui, é imprescindível fazer menção à dissertação de Thiago Garcia Riviti, defendida em maio de 2016 na FCL Assis, sob a orientação do Professor Dr. Francisco Hashimoto. Nesse trabalho, o autor explorou outras dimensões da experiência do ser-atleta no futebol, apontando para as condições precárias de trabalho, as altas taxas de desemprego e o sofrimento derivado das cobranças e da competitividade que caracterizam o contexto do futebol de alta performance (RIVITI, 2016)

Partindo das considerações explicitadas acima, entendemos que, na contemporaneidade, o esporte tem apresentado caráter polissêmico na medida em que é reconhecido socialmente como meio de lazer e recreação; área privilegiada de promoção do bem-estar humano; segmento relevante nas estratégias de prevenção de patologias e no apoio aos processos reparativos da saúde. É também um segmento onde são realizadas múltiplas ações voltadas para o desenvolvimento de processos educativos e de formação cidadã de indivíduos e grupos de diferentes faixas etárias, além de se constituir como campo profissional para atletas e outros trabalhadores de numerosas áreas ocupacionais.

O esporte, enquanto atividade sociocultural inserida na vida cotidiana, tem se disseminado de modo significativo nas últimas décadas. Até meados do século XX, as práticas esportivas permaneceram como prerrogativa de seletos grupos da sociedade e tinham como finalidade primordial a competição. Foi a partir da década de 1960 que essa trajetória começou a ser alterada. Por meio da ação de diversos organismos internacionais, originou-se o chamado *Movimento Esporte para Todos* (TUBINO, 2010). Este foi delineado e ganhou prestígio a partir de distintas publicações divulgadas no âmbito internacional. De modo geral, os referidos documentos sinalizavam para uma questão comum: a necessidade de aproximar o esporte das ações rotineiras da população. A divulgação do Manifesto do Esporte, em 1968, pelo Conselho Internacional de Educação Física e Esporte foi o marco inicial na afirmação da prática esportiva como direito universal (TUBINO, 2010). Já a Carta Internacional de Educação Física e Esporte da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), divulgada em 1978, reitera essa demanda com base na tese de que o desporto contribui para o desenvolvimento integral do sujeito (UNESCO, 1978).

Atento à questão, o governo federal brasileiro, desde o início dos anos 2000, tem buscado ampliar o acesso da população às práticas desportivas, mediante o incremento de políticas públicas voltadas ao esporte recreativo, educacional e de alto rendimento. Nessa direção, tem-se estabelecido um conjunto de parcerias entre os diferentes setores governamentais, nos níveis municipal, estadual e federal, as empresas privadas e as organizações da sociedade civil, com vistas a incentivar e garantir acesso a estas atividades. Um exemplo destas parcerias é o programa executado pela estatal Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), chamado *Petrobras Esporte & Cidadania*, que apoia ações nos três segmentos esportivos citados anteriormente, além de fomentar iniciativas que abordem as conquistas do esporte brasileiro como patrimônio cultural por meio da produção e exibição de documentários (PETROBRAS, 2015). Existe, ainda, uma série de projetos implementados pelo Ministério do Esporte cujo objetivo é ampliar e incentivar o acesso e a prática esportiva.

Dentre estes programas destacam-se: Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo; Bolsa Atleta, Atleta na Escola e Plano Brasil Medalhas; Vida Saudável (BRASIL, 2014).

O interesse de governos e lideranças políticas pela questão do esporte tem, claramente, se acentuado nos últimos vinte anos. No entanto, já no início do século XX, foi possível notar ações e iniciativas por parte do Estado no sentido de gerenciar, estruturar e normatizar a prática esportiva, estabelecendo uma uniformidade para o desenvolvimento dos esportes. Particularmente no Brasil, tais estratégias e medidas começaram a ser adotadas de maneira mais sistemática a partir do governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934).

O setor privado também busca explorar os benefícios associados à prática esportiva. No contexto empresarial, a criação de espaços de lazer e o incentivo à prática esportiva são, geralmente, associados à promoção da qualidade de vida e da socialização dos trabalhadores. Um exemplo ilustrativo é o caso da Mercedes-Benz do Brasil que mantém uma agremiação que incentiva a prática esportiva entre os seus funcionários, ex-funcionários, aposentados pela empresa e suas respectivas famílias, visando a “proporcionar aos associados atividade esportivas, sociais, culturais e de lazer, promovendo a integração de pessoas e melhor qualidade de vida” (ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CLASSISTA MERCEDES-BENZ, 2014). No entanto, para além do discurso oficial da organização, pode-se supor que a oferta destes espaços possibilita a ampliação do controle sobre o tempo e a saúde do trabalhador. Deste modo, o desporto funciona como estratégia de melhoria da capacidade física, das relações entre funcionários e, por conseguinte, favorece a criação de um clima organizacional mais propício ao aumento da produtividade e da eficiência da empresa. É importante salientar que tais ações de fomento à prática esportiva no contexto interno das organizações ocorriam já no início do século XX. Inclusive, o incentivo à prática de esportes no interior das fábricas conduziu à necessária inclusão da classe operária nas equipes e foi elemento basal no processo de popularização dos esportes, em particular o futebol.

Assim, nota-se que a função tradicionalmente conferida ao esporte como meio de socialização e lazer que contribui para o desenvolvimento integral do humano é frequentemente apresentada como justificativa para as ações de incentivo ao esporte, como as citadas anteriormente, sejam executadas pelos setores público e privado. No entanto, podemos supor que ambos os segmentos ofereçam seu apoio a projetos esportivos considerando, de modo articulado, tanto os potenciais benefícios deste para a saúde física e a socialização de indivíduos e conjuntos de pessoas quanto as prováveis contribuições do esporte para o alcance dos objetivos de grupos políticos e corporativos.

Na sociedade moderna o esporte se efetiva, também, como segmento relevante do setor econômico e produtivo. Isso se manifesta tanto na fabricação e comercialização de produtos como na realização de eventos e no marketing esportivo. Os números da indústria e do comércio vinculados ao esporte são expressivos: a previsão de faturamento da indústria esportiva mundial, em 2013, era de US\$ 133 bilhões e o volume de negócios envolvendo artigos esportivos, de US\$ 300 bilhões ao ano (PORTAL BRASIL, 2012). No Brasil, o mercado esportivo também se destaca: em 2012 o setor representava 1,6% do produto interno bruto (PIB) nacional, o equivalente a R\$ 67 bilhões (CALEIRO, 2014).

Os contextos sociocultural, político e econômico, acima delineados, têm contribuído para a modernização do esporte. Um dos aspectos que denotam esse processo consiste na crescente inclusão de especialistas para compor os quadros funcionais das entidades desportivas. Isso atesta a acentuada orientação para a racionalidade e valorização do saber técnico que têm sido incorporadas ao setor. Com isso, as categorias profissionais neste ramo de atividade vêm se diversificando, em contraposição ao cenário anterior majoritariamente composto pelas áreas da Educação Física e Esporte. O cenário atual agrega nutricionistas, assistentes sociais, psicólogos, fisioterapeutas e médicos. Nesta nova configuração, é inegável que a categoria profissional de maior destaque no cenário esportivo, em particular na esfera do alto rendimento, é aquela composta pelos atletas, personagens que são síntese e sustentação das diversas expressões do esporte contemporâneo.

As complexas e múltiplas relações entre o esporte e o mundo do trabalho foram examinadas por Rubio (2002). A autora aponta que, durante a Revolução Industrial, dentro das fábricas, o esporte foi utilizado como dispositivo de controle dos operários, uma vez que contribuía para atender a interesses econômicos ao potencializar a saúde dos trabalhadores, tornando-lhes mais resistentes. Ao assinalar o fomento à prática esportiva nas fábricas, Rubio (2002) destaca que tal medida atendia, também, aos interesses sociais ampliados, visto que a atividade física periódica auxilia na prevenção e controle de doenças. Nota-se aqui uma relação indireta entre esporte e trabalho. Tal relação manifesta-se, também, nos dias atuais, em virtude da configuração do sistema econômico e seus efeitos sobre o mundo do trabalho (GORZ, 2005; HARDT, 2003; SENNETT, 2007). No atual contexto corporativo, o esporte pode ser adotado como fonte de analogias que contribuem para estabelecer, simultânea e paradoxalmente, um clima competitivo e colaborativo entre os trabalhadores.

Cumprido dizer que há, também, uma relação direta entre trabalho e esporte quando este se torna um campo de possível inserção profissional. Ao abordar o tema, Rubio (2002) assinala que, a partir da década de 1970, com a monetarização do desempenho do atleta de

alto rendimento, esta atividade ganhou contornos de prática profissional. A autora destaca como fatores que contribuíram para isso o avanço tecnológico da mídia e o investimento da iniciativa privada em competições, clubes e atletas. Este conjunto de elementos estabeleceu condições favoráveis para que despontasse a questão da profissionalização do esportista.

A construção de uma narrativa acerca da profissionalização do atleta constitui um desafio em função da diversidade de modalidades esportivas, cada qual com sua história particular de construção da profissionalidade. De modo geral, pode-se apontar que o esporte, em sua configuração atual, surgiu na modernidade como prática associada ao estilo de vida burguês. Naquele momento histórico, era predominantemente vinculado ao tempo livre e praticado em associações, sendo marcado pelo amadorismo e investido de uma função socializadora ao transpor o embate violento para um plano civilizado, regado e socialmente aceito para a manifestação dos conflitos e tensões (MARQUES, GUTIERREZ, ALMEIDA, 2008; RODRIGUES, MONTAGNER, 2003).

Genericamente, a passagem do amadorismo à profissionalização teve como uma de suas forças a criação da possibilidade de exploração econômica do esporte, viabilizada, principalmente, pela propaganda e pelo merchandising. Esse processo se acentuou na segunda metade do século XX com o início da transmissão televisiva de competições e com o surgimento do marketing esportivo (PRONI, 1998; RUBIO, 2010).

Neste novo contexto da profissionalidade esportiva, os valores do olimpismo, como o amadorismo e o fair-play, misturaram-se aos princípios de individualismo e competitividade presentes no mercado de trabalho capitalista (RUBIO, 2002). É possível localizar alguns mecanismos sociais que contribuem para a consolidação destes aspectos na dinâmica do trabalho contemporâneo. Para Mansano (2009), a gestão do risco e a produção do medo constituem dispositivos de controle que operam em diversos segmentos da esfera social, inclusive no contexto laboral. Estes elementos contribuem para produzir um cenário em que “[...] o risco de perder o lugar conquistado é permanente [...]” (MANSANO, 2009, p.86).

No caso do trabalho, a divulgação das taxas de desemprego é um dos elementos que fomentam este tipo de sensação. No esporte, especificamente no futebol, por exemplo, estima-se que cerca de dezesseis mil atletas ficam desempregados por pelo menos seis meses do ano, devido ao calendário dos clubes, muitas vezes restrito à disputa de campeonatos estaduais (BOM SENSO F.C., 2014). Em vista disso, pode-se estabelecer uma situação em que atletas profissionais e os aspirantes à carreira sintam-se pressionados a aceitarem condições precárias de trabalho, submetendo-se à sobrecarga física e psicológica.

Apesar destes fatos, o ofício dos atletas ainda exerce grande fascínio na população, em particular nos grupos etários infanto-juvenis, foco de interesse desta pesquisa. Na perspectiva de Rubio (2002), com a instituição do regime profissional no esporte, tem havido “uma iniciação esportiva cada vez mais precoce nas diversas modalidades”, fator que contribui para estimular a competitividade, a produção do medo e da ansiedade. O encanto produzido entre os jovens pode estar relacionado tanto ao sucesso socioeconômico quanto às características de personalidade que são conferidos a estes profissionais pelas mídias. Assim, os esportes, em particular aqueles mais populares, são vistos pelos jovens como possibilidades para a conquista da ascensão econômica e do reconhecimento social (SEDA, 2014). Deste modo, a preocupação em investigar os processos formativos e os modos de constituição da subjetividade dos jovens que se inserem nestes contextos, objetivo deste trabalho, se revela legítima e relevante ao saber acadêmico e ao conjunto da sociedade brasileira.

No cenário do esporte profissional, indubitavelmente, o futebol ocupa posição de destaque. A modalidade possui a maior organização federativa do meio esportivo, a Federação Internacional de Futebol (FIFA), além de ser uma das mais populares do planeta. Fatos que podem ser corroborados, por exemplo, pela comparação entre o número de nações filiadas à FIFA e à Organização das Nações Unidas (ONU), em que se tem duzentas e nove nações contra cento e noventa e três (DEARO, 2014), respectivamente. No caso do Brasil, além de ser a modalidade mais acompanhada e divulgada no país, conforme pesquisa da Binder Dijker Otte & Company do Brasil (BDO RCS), em 2011, o futebol foi a primeira modalidade a instituir a profissionalização do atleta de futebol. Considerando estes aspectos, o recorte desta pesquisa contempla especificamente a investigação de jovens em processo de formação para o trabalho como atletas de futebol.

A despeito do extenso grupo de profissionais inseridos no esporte de alto rendimento, o atleta é aquele sobre o qual se direcionam a atenção e o interesse de distintos grupos. Ele é a personagem em evidência no espetáculo esportivo. No futebol, a situação é análoga. O futebolista é a figura em destaque neste contexto, seja pela popularidade do esporte ou pelas grandes transações financeiras envolvendo esses trabalhadores. Frente às múltiplas faces do esporte no contemporâneo, o desenvolvimento de pesquisas que busquem expandir o raio do conhecimento científico acerca desta expressão sociocultural torna-se imprescindível. No caso específico do futebol, tal necessidade se amplifica, tendo em vista o elevado número de praticantes e a ênfase que a mídia confere à modalidade. O saber acadêmico está atento a este cenário e tem promovido estudos que contemplam aspectos variados do universo futebolístico.

Para dimensionar o que a academia tem produzido sobre o tema *esporte*, em particular acerca do futebol e da formação de jovens para o trabalho nesse esporte, consultamos o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para essa busca foram utilizados os seguintes descritores combinados entre si: *trabalho*, *subjetivação*, *futebol*, *organização esportiva* e *jogador*. A busca, que foi realizada entre setembro e outubro de 2014, resultou na identificação de cerca de duzentas pesquisas que debatiam questões deste esporte a partir de diferentes ângulos. As investigações estavam distribuídas pelas ciências humanas/sociais e biológicas/da saúde, sinalizando um interesse generalizado sobre o tema. Dessas pesquisas, dezenove foram selecionadas, devido a sua proximidade com a proposta ora apresentada. A distribuição dos trabalhos recuperados entre as áreas de conhecimento foi: psicologia (5), sociologia (5), educação física (3), educação (2), geografia (1), ciências sociais (1), antropologia (1) e administração (1). Assim, percebe-se que o futebol tem sido investigado na dimensão financeira, social, pedagógica, corporal/motriz e subjetivo-afetiva.

Nos parágrafos seguintes serão apresentados os trabalhos encontrados e que fazem fronteira com o objetivo geral desta pesquisa, qual seja o de investigar, a partir da perspectiva dos próprios jovens, os modos como eles se constituem e se subjetivam na relação com o processo formativo para o trabalho de atleta de futebol.

A tese desenvolvida por Leme (2011) teve como objetivo promover reflexões acerca da formação e profissão do atleta de futebol. O autor deu ênfase aos profissionais que não consolidaram suas carreiras, ficando à margem da profissão. Nesta vertente, também se sobressai a tese de Couto (2012), que analisou a formação do atleta e os efeitos dos processos de avaliação e seleção, as ditas “peneiras”, sobre os jovens em formação. A pesquisa se destaca, ainda, por flagrar a transformação do jogador em bem de troca e por contemplar as perspectivas dos diversos atores sociais envolvidos no processo: jovens, famílias, empresários, clubes e atletas profissionais.

Ainda com relação à formação do atleta, merecem destaque as produções de Rodrigues (2003, 2004). Em seus trabalhos, o autor problematizou a formação do jogador, orientando sua análise a partir dos processos disciplinares direcionados aos corpos dos atletas. No que tange ao contexto do esporte profissional, destacam-se os trabalhos de Cristan (1992) e de Florenzano (1997). A primeira traçou e analisou pontos de convergência entre esporte e trabalho, identificando e examinando componentes laborais presentes na disciplina a que o atleta é submetido. Já o segundo elucidou formas de resistência dos jogadores diante desses processos de disciplinarização e dominação do corpo.

Também merecem destaque os trabalhos de Salomão, Ottoni e Barreira (2014), Angelo (2014) e Pereira (2008). No primeiro, os autores enfatizam as experiências de atletas em formação que vivem em alojamento nos clubes, buscando elucidar os principais componentes que caracterizam essa etapa de transição. Ainda na discussão acerca das transições ao longo da carreira, Angelo (2014) analisa as transformações de identidade ocorridas nos diversos ciclos da vida profissional dos atletas. Já Pereira (2008), partindo da pergunta disparadora “O que é para você ser um jogador de futebol profissional?”, procurou compreender a construção coletiva sobre a figura do atleta profissional de futebol presente na sociedade brasileira.

Apesar desta diversificada produção acadêmico-científica sobre o trabalho e a formação do atleta de futebol, não foram encontradas pesquisas que, tal como se propõe aqui, investigassem os processos de subjetivação de atletas em etapa de formação para o trabalho. De modo mais específico, é de nosso interesse focalizar o referido processo a partir da perspectiva dos próprios jovens, a fim de analisar como eles se subjetivam no tocante aos aspectos objetivos e às relações que compõem o contexto formativo do futebol. Ainda, esta pesquisa inova ao adotar os aportes teóricos e metodológicos da Clínica da Atividade (C.A.) para investigar a dimensão da formação esportiva.

A reduzida quantidade de trabalhos acadêmicos produzidos acerca desta temática justificou a realização desta pesquisa, a qual pretendeu contribuir para a ampliação do raio de conhecimento na área. Além disso, há também uma importância de caráter político, na medida em que parte de uma perspectiva distinta daquela predominante no campo da Psicologia Esportiva, tradicionalmente envolvida com a busca dos meios de potencializar o rendimento e a alta performance daqueles que vivem ou almejam viver do esporte-trabalho. Assim, nos dedicamos, aqui, à recolha, sistematização e análise de dados sobre os processos de subjetivação de jovens em etapa de formação para o trabalho como atletas profissionais de futebol. De modo mais específico, a pesquisa junto à instituição e aos jovens voluntários se caracterizou por dois momentos: a) a investigação dos elementos objetivos que integram o contexto formativo, tais como legislação do tema, documentos prescritivos internos, discursos, valores e práticas que atravessam este cenário; b) o debate com os jovens voluntários acerca de como estes elementos têm sido apropriados por eles e de que modo participam da sua produção enquanto profissionais.

Esta dissertação está composta por quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, apresenta-se uma narrativa acerca da história do futebol brasileiro e os processos que conduziram à sua profissionalização. Ainda no primeiro

capítulo, analisam-se as medidas adotadas neste esporte visando a sua modernização e ao surgimento das categorias de base, consideradas um efeito do movimento modernizador. O segundo capítulo foi dedicado à discussão do conceito de subjetivação a partir da Psicologia Histórico-Cultural. O debate produzido no capítulo buscou elucidar outros conceitos-chave da referida teoria e que subsidiam a compreensão dos processos de subjetivação e de constituição do sujeito. Vale mencionar que a Psicologia Histórico-Cultural concebe o processo de *subjetivação* enquanto fenômeno que deriva do processo interacional entre sujeito e cultura/sociedade. Ao final desse capítulo, procuramos estabelecer um paralelo entre a subjetivação e sua relação com o trabalho. O terceiro capítulo apresenta alguns apontamentos sobre o referencial teórico-metodológico adotado para esta investigação. Discute-se a Clínica da Atividade e sua ligação com a Psicologia Histórico-Cultural e apresenta-se o dispositivo metodológico da autoconfrontação simples, utilizado na recolha de dados desta pesquisa. Ainda no mesmo capítulo, descreve-se o contexto da instituição na qual a pesquisa foi realizada e o perfil dos jovens voluntários. No quarto capítulo, é feita a análise dos dados obtidos no estudo e a discussão destes junto aos elementos teórico-conceituais que foram abordados nos capítulos anteriores do texto.

1 A CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO PROFISSIONAL: UMA HISTÓRIA DA MODERNIZAÇÃO DO FUTEBOL BRASILEIRO.

Este capítulo apresenta uma narrativa acerca do processo de profissionalização e de modernização do futebol no Brasil. A construção da categoria *atleta profissional*, assim como a história do futebol brasileiro de modo geral, foi marcada por conflitos e contradições que integravam – e ainda integram – o contexto sócio-histórico e político-econômico da sociedade brasileira: racismo, autoritarismo, busca por referenciais internacionais, lutas da classe trabalhadora, hierarquização e estratificação social. O futebol é uma extensão do social. Uma experiência que possibilita a atualização das relações e a expressão das tensões que marcam a vida cotidiana das populações. O futebol é importante eixo temático de análise do social. Dar visibilidade à imbricação existente entre estes dois espaços, futebol e sociedade, foi a intenção de base para a elaboração do presente capítulo. Sendo, ainda, o objetivo mais amplo desta pesquisa a investigação dos processos de formação e subjetivação de atletas, a partir do referencial da Psicologia Histórico-Cultural, compreender o processo histórico de desenvolvimento da profissionalidade do atleta de futebol é indispensável. Isso porque, na referida teoria, o sujeito e sua atividade social são compreendidos de modo situado a partir das dimensões social, cultural, histórica e econômica. Deste modo, reconstruir o cenário ampliado do futebol, desde o amadorismo, passando pela profissionalização e modernização até chegar à configuração atual do modelo de formação de atletas, é fundamental para situar, histórica e culturalmente, esse sujeito que almeja a profissionalização no futebol, foco desta pesquisa. De modo similar, a compreensão do processo histórico de estruturação do futebol brasileiro auxilia de maneira basal na análise dos dados coletados, justamente por demarcar o contexto investigativo, os interesses, negociações, acordos, impasses, conflitos, contradições e lutas que o atravessam.

Ao revisitar a história dessa modalidade, tendo como foco a constituição do campo de trabalho do atleta, pudemos localizar diversas medidas adotadas, tanto pelo poder público como pela iniciativa privada, no sentido de modernizar o esporte. Os esforços empreendidos na busca pela modernização da modalidade podem ser percebidos desde a década de 1930. No entanto, é a partir de 1960 que se pode notar a formulação de um projeto mais agudo pela modernização do futebol brasileiro. Desde aquele momento, ciência, tecnologia e economia constituem o novo tripé sob o qual se alicerça o modelo de gestão e o treinamento esportivo. À vista disso, a preparação e potencialização do atleta se tornaram centrais. Deste modo, a formação esportiva, visando à profissionalização e ao alto

rendimento, passou a seguir um modelo de organização racional, orientado para o preparo inicial e para a ampliação das capacidades físicas, técnicas e táticas dos aspirantes à profissão. Surgiam as categorias de base no modelo similar àquele que conhecemos na atualidade.

Nossa hipótese é de que as categorias de base emergiam com um objetivo bem definido: constituir uma etapa exclusivamente voltada para o desenvolvimento de ações que buscassem capacitar profissionalmente os futuros atletas. É este o lócus contemplado para a realização desta pesquisa. É no tempo-espaço da categoria de base que o jovem em formação tem os primeiros contatos com os aspectos concretos e simbólicos que configuram o trabalho do atleta. Portanto, é nesse contexto que se inicia a relação com as atividades do atleta e se desenvolvem os processos que conduzem à formação de subjetividades daqueles que almejam compor esse campo profissional no futuro. Daí nosso interesse por tais entidades.

A pesquisa científica orientada por uma perspectiva qualitativa pode encontrar na história uma ferramenta valiosa para a compreensão dos fenômenos investigados. Porém, eleger a história como interlocutora no estudo científico requer do pesquisador a capacidade de se desprender da pura cronologia dos fatos, buscando olhá-los para além da linearidade causal que, precipitadamente, podemos conferir a eles na ânsia pela racionalização daquilo que nos interroga. A história é antes ruptura que linearidade. É exatamente nestes pontos de ruptura que o pesquisador tem a possibilidade de se inserir e organizar os acontecimentos nos diferentes tempos para, então, esboçar algum entendimento daquilo que o interpela, o *seu problema*. Nestes termos, compor-se com tal ferramenta para operar a investigação solicita do pesquisador uma postura diferenciada, de modo que este não se afaste demasiadamente das obras, autores, períodos e acontecimentos consultados, como se lhes fossem estranhos.

O filósofo italiano Giorgio Agamben (2009) apresenta um debate instigante sobre o modo de ser do pesquisador e as possíveis relações que este pode estabelecer com a história ao investigar problemas do contemporâneo. O autor assinala que:

[...] o contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e colocá-lo em relação com outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de “citá-la” segundo uma necessidade que não provém de maneira alguma de seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder. É como se aquela invisível luz, que é o escuro do presente, projetasse sua sombra sobre o passado, e este, tocado por esse fecho de sombra, adquirisse a capacidade de responder às trevas do agora (AGAMBEN, 2009, p. 72, grifo do autor).

Na exposição do autor, o contemporâneo não diz apenas de um tempo, mas, também, de uma postura que pode ser assumida pelo sujeito. Com base nestas considerações de Agamben (2009), recorreremos à história como ferramenta na investigação do fenômeno esportivo na atualidade. Deste modo, procuramos nos tornar contemporâneos à questão que nos interpela, cujo teor central se define pelo estudo dos processos de formação e subjetivação de jovens atletas ao longo de sua passagem pelas categorias de base de futebol.

Atualmente, o futebol é um dos fenômenos populares mais visíveis e divulgados no mundo. No caso dos esportes de alto rendimento, o futebol se destaca também por uma característica ímpar: conserva um caráter altamente ritualizado e tradicional, ao passo que incorpora o glamour de um evento que, incontestavelmente, se produz no bojo de uma sociedade do espetáculo extremamente tecnológica.

É possível afirmar que, na sociedade atual, em particular na cultura brasileira, o futebol se tornou um evento naturalizado. Ao adquirir o caráter de acontecimento corriqueiro, converteu-se em apenas *mais um* componente da vida cotidiana. Assim, quando ele, o futebol, torna-se para nós uma questão de pesquisa, a postura contemporânea, conforme discutido por Agamben (2009), revela-se como possibilidade valiosa, se não como imperativo. Olhar para um acontecimento do presente que pode ofuscar a visão pelo excesso de luminosidade, como ocorre com o futebol, demandará do pesquisador esforço e atenção para conseguir perceber a escuridão que também compõe o fenômeno.

Foi, portanto, na tentativa de nos fazermos contemporâneos ao nosso problema de pesquisa que procuramos olhar de modo inédito para a história do futebol brasileiro e projetá-la sobre a conjuntura atual da modalidade no país para, então, podermos elaborar algum entendimento possível sobre o tema. Buscamos, também, relacionar o desdobramento dos fatos concernentes ao futebol com a realidade social, política e econômica do país nos momentos que revisitamos.

Neste processo, notamos que o percurso do futebol no Brasil e suas principais transformações, como sua consolidação enquanto evento popular e a profissionalização dos atletas, são constantemente afetados pelo desempenho da seleção nacional em eventos estrangeiros e pelos posicionamentos e opiniões adotados e veiculados pelas mídias. Além disso, percebemos, também, que o futebol, assim como outros seguimentos da vida social, é atravessado por múltiplos interesses, geralmente conflitantes entre si. Ainda, a análise histórica, à luz de alguns aspectos que constituem o projeto da modernidade, revelou que, com a emergência do modelo de gestão clube-empresa, este elemento da cultura popular brasileira tem gradativamente se orientado pelos princípios do mercado e da livre concorrência. No bojo

deste cenário, constatamos que a categoria de base, foco desta pesquisa, também tem sido afetada pelos processos modernizadores do futebol profissional.

Ao olharmos especificamente para os documentos jurídicos que regem a gestão esportiva no país, foi possível notar que a categoria de base tem sido sistematicamente negligenciada, em particular no que tange a criação de diretrizes capazes de assegurar o respeito aos direitos da criança e do adolescente neste contexto. Esta displicência em relação à categoria de base parece ser endêmica ao futebol profissional, conforme atesta sua história no país. A preocupação de se criar uma etapa exclusiva à formação do atleta começou a surgir, timidamente, em meados de 1950, quase vinte anos após a adoção do regime profissional para futebolistas e mais de cinquenta anos após a introdução oficial do futebol no país. Apesar disso, foi apenas a partir da década de 1960 que a categoria de base surgiu nos moldes que se aproximam daquilo que conhecemos atualmente. Porém, ainda mais grave é o fato de que a legislação específica ao tema apresentou avanço significativo apenas em 2011. Foi a partir da Lei Federal nº 12.395 de 2011 que o Estado brasileiro começou a estipular exigências específicas às entidades de formação esportiva e a instituir as diretrizes que deveriam ser seguidas por esses órgãos para a realização das atividades com os jovens. As constatações, além de impressionar, denunciam e traduzem o descaso generalizado para com crianças e jovens no Brasil. Porquanto o objeto de nosso interesse é atravessado por múltiplas e variadas questões, adotar uma postura contemporânea no processo de investigação se torna imperativo para que consigamos, ainda que minimamente, ser bem-sucedidos nesta empreitada.

Ainda, é importante assinalarmos que o exame da história de constituição da profissionalidade do atleta é indispensável aos objetivos propostos por este trabalho. Isso porque, nesta pesquisa, partimos da concepção de que os processos de subjetivação são produzidos na articulação entre história coletiva e pessoal. Ao considerarmos a categoria de base como produto do processo histórico coletivo da categoria de atletas profissionais, a reconstrução dessa história no Brasil se revela fundamental para investigarmos os modos de subjetivação dos jovens em formação para este trabalho.

Foi com base nestas considerações que elaboramos o primeiro capítulo desta dissertação, composto por quatro seções onde se discute: a) a chegada do futebol ao Brasil e o processo de sua transformação em trabalho; b) as relações e interesses de governos nacionais e estrangeiros com a modalidade; a potência do esporte para a mobilização popular e resistência política; o projeto e as iniciativas visando a modernização deste esporte; c) o contexto da categoria de base; a legislação que regula a atividade das entidades dedicadas à formação esportiva e busca garantir a preservação e o respeito aos direitos e necessidades dos

jovens; alguns elementos que marcam a experiência dos adolescentes inseridos neste contexto, como escolarização e especialização esportiva precoce; d) uma retomada geral do capítulo; alguns apontamentos sobre o contexto econômico, político e legislativo atual do futebol e como ele impacta sobre a categoria de base e sobre a constituição do futebol enquanto bem comum da população brasileira.

1.1 Primeiro tempo: a luta pela profissionalização.

O futebol. Objeto de paixão nacional seja para o amor, o ódio, alegria ou tédio. Prática revestida de magia, que inspirou as crônicas emocionadas de Mário Filho e Nelson Rodrigues. O futebol. Com suas danças envolventes e malabarismos inapreensíveis ao cogito racional e científico. Há quem considere o futebol um fenômeno isolado, sem relação com os acontecimentos socioeconômicos e político-culturais das nações e com momento histórico no qual se inscreve. Ingenuidade pura. O esporte moderno revelou-se fundamental na operacionalização do processo civilizatório, podendo ser considerado um dos aspectos constituintes do projeto de modernidade. O futebol. Consolidado como a modalidade mais popular entre os povos ocidentais, especialmente no Brasil. Na sociedade brasileira a preferência por esse esporte tornou-se transregional. O futebol. Entrou e permaneceu no gosto do brasileiro, adquirindo o caráter de traço endêmico da cultura nacional. O fascínio e a popularidade do esporte parecem estar intimamente relacionados à sua capacidade de atualizar as tensões que compõem o campo social num espaço que possibilita a expressão dos descontentamentos cotidianos e a experimentação de modos de sociabilidade diversos. Nos estádios e gramados, a rígida hierarquia social do país parece ficar momentaneamente desfocada, imprecisa. Na obra *Futebol ao sol e à sombra*, Eduardo Galeano (2012) narrou com maestria os processos históricos de transformação dessa modalidade e alguns fatos expressivos da imbricação que há entre futebol e sociedade. De acordo com o autor, nos primórdios dessa prática, ainda sem regras, o *jogo* de futebol simulava um campo de batalhas, depois trataram de criar as regras para ordenar, minimante, essa guerra.

O próprio Galeano (2012), em seu relato histórico, explicita a tensão produzida no futebol à medida que este se profissionalizou. Com esse processo, a magia, o talento e os afetos pulsantes foram sendo enquadrados pelo saber científico, por meio da técnica, da disciplina e do autocontrole emocional, sempre tendo em vista a potencialização do rendimento do atleta. É sobre a dimensão profissional do futebol e as transformações que foram se produzindo na modalidade, da qual trataremos a seguir. De modo mais específico,

pretendemos discutir sobre a categoria de base, considerada aqui como um dos desdobramentos do processo de profissionalização e modernização do futebol. É de nosso interesse discutir como as medidas modernizadoras adotadas nesse esporte afetaram os processos formativos de jovens em preparação para o trabalho como atletas. Para isso, apresentaremos, num primeiro momento, os processos históricos de transformação do desporto no Brasil, buscando vislumbrar e conhecer a função dos jovens nesses processos; em seguida, abordaremos a categoria de base já institucionalizada: seus aspectos, interesses e valores que a constituem, bem como os dispositivos legais que operam sobre ela.

A literatura pertinente ao tema convencionou o ano de 1894 como aquele em que o futebol foi oficialmente inserido no Brasil, atribuindo a Charles Miller o título de pioneiro na introdução do esporte no país, particularmente no estado de São Paulo (FERREIRA, 2010; PIMENTA, 2000; PRONI, 2000; RODRIGUES, 2003). No Rio de Janeiro, foi Oscar Cox, em 1897, o principal responsável pela organização da prática do futebol, haja vista os relatos de que o esporte já era praticado no estado, mas ainda de maneira muito difusa e desordenada (FERREIRA, 2010; RODRIGUES, 2003).

Apesar de cada estado brasileiro possuir um personagem específico na inserção do esporte, o futebol, em seu momento inicial no Brasil, possuía algumas características transversais no que tange as narrativas sobre seu surgimento e difusão no país: era um esporte importado da Europa e símbolo da modernização social; sua prática era reservada às elites e só ocorria no interior dos clubes ou dos colégios mais tradicionais, de modo que funcionava, também, como um signo para a distinção social (ANTUNES, 1994; DaMATTA, 1994; FERREIRA, 2010; RODRIGUES, 2003). Quanto ao contexto inicial do futebol no Brasil, cumpre dizer que a literatura não faz menção específica à participação que o jovem tinha no desporto. Salles e Soares (2007) utilizam o termo *divisões de base* quando se referem ao cenário futebolístico em meados de 1920, mas de maneira genérica, apenas para diferenciar este grupo da equipe principal. Ainda, as pesquisas de Rodrigues (2003) e Ferreira (2010) sugerem que o futebol era praticado por grupos de jovens em idade escolar pelas referências de disseminação do desporto entre os colégios de elite.

Nos moldes citados anteriormente, podemos entender que o futebol era tomado como atividade de preenchimento do tempo livre dos altos funcionários das indústrias, principalmente inglesas, ou meio de formação complementar para os jovens no interior dos colégios, haja vista os preceitos disciplinares e de *fair play*¹ relacionados ao esporte. A égide

¹ Um dos principais argumentos a favor da prática dos esportes no período moderno reside sobre a submissão do corpo a uma série de exercícios sistematizados que possibilitam a potencialização das capacidades físicas deste

principal dessa fase do futebol era o amadorismo em que se considerava impróprio que os atletas percebessem quaisquer contrapartidas financeiras decorrentes da prática desportiva (ANTUNES, 1994; FRANZINI, 2003; LOPES, 1994; PRONI, 2000; RODRIGUES, 2003). Como estratégias para assegurar a condição amadora dos praticantes, era comum que lhes fosse solicitada a comprovação de condição econômica privilegiada ou vínculo de emprego em trabalho não braçal, que tivessem residência fixa na cidade onde disputavam as competições e que soubessem ler e escrever (CAPRARO et al., 2012; FERREIRA, 2010).

Neste sentido, a defesa do amadorismo pode ser entendida também como uma estratégia de restringir o acesso à prática do futebol por camadas populares da sociedade. Além disso, os regimentos dos clubes e ligas, responsáveis por gerenciar as atividades desportivas nos estados, explicitavam o teor racista presente nos discursos e práticas da sociedade da época. Ao abordar o processo de estruturação do futebol paranaense, Capraro et al. (2012) elucida aquele contexto ao afirmar que os legisladores do estatuto da liga estadual, favoráveis ao amadorismo, produziram um dispositivo jurídico que garantisse “prática exclusiva aos jovens da fina-flor paranaense, não permitindo a intromissão de indivíduos cujo perfil fosse indesejado” (CAPRARO et al., 2012, p. 546). A referida lei negava a qualquer negro a condição amadora, tornando-os, portanto, excluídos à prática do futebol no estado.

Apesar de impactante, a medida, abertamente racista e discriminatória, denota o cenário sociopolítico da época: um país recém-saído do regime escravocrata, com burguesia interna e proletariado em formação e em meio a uma democracia ainda frágil e incipiente, regida pela elite conservadora do país. A esse contexto, marcado pelas disputas e conflitos de interesses de diferentes classes sociais, acrescentavam-se, também, as divergências, que se arrastavam já há algum tempo, entre os setores da própria elite brasileira.

O trabalho de Juruá (2012) abordou em um de seus itens a análise dos embates entre a elite conservadora e segmentos progressistas dessa classe social, no que tange a construção das vias férreas no Brasil durante o período imperial. A discussão da autora sugere o alinhamento de governistas brasileiros e de alguns grupos da aristocracia nacional aos interesses do capital estrangeiro, em particular das indústrias e bancos ingleses. No que se refere à construção das ferrovias, a proximidade com a Inglaterra favoreceu grupos

corpo biológico. Com relação ao *fair play* tem-se também a difusão de uma regra moral que se formula a partir do princípio do jogo limpo ou jogo honesto. Neste caso a vitória ocupa uma posição secundária e só é considerada legítima quando a equipe ou o atleta utilizam apenas os recursos e equipamentos permitidos pelas regras que organizam a modalidade. Daí os casos de utilização de substâncias químicas que podem conferir a algum competidor uma condição privilegiada para a disputa da prova, o chamado *doping*, ser considerada uma infração do princípio do *fair play*.

empresariais daquele país de duas formas: ao obter a concessão para construir a linha férrea garantia-se, ainda, o direito de exploração mineral no trecho de obras; além disso, o governo assegurava a rentabilidade do investimento por meio do pagamento de uma taxa de juros de sete por cento ao ano durante trinta anos. Com isso, o escasso capital brasileiro escoava em direção aos cofres ingleses, o que, entre outras coisas, reduziu as possibilidades de financiamento de um projeto nacional de industrialização.

Tal como no período do Império, o cenário social no Brasil dos primeiros anos do século XX era marcado por tensões que se atualizavam em vários seguimentos e instituições da sociedade, dentre os quais, o esporte é um exemplo. O teor elitista do futebol e a defesa irrestrita do amadorismo durante os primeiros anos da modalidade refletiam o esforço empreendido pelos grupos conservadores do país para deter espaços, signos e práticas que lhes possibilitassem distinguir-se da massa popular que se formava. Assim, o futebol, similar à economia e à política, era um campo de disputas por meio do qual uma significativa parcela das elites buscava afirmar a superioridade de um conjunto de valores e modos de viver que tinha como base os referenciais europeus. Com isso, justificava-se a adoção de medidas claramente contrárias ao desenvolvimento nacional, nos âmbitos material e simbólico.

Especificamente no futebol, esses conflitos podem ser vislumbrados durante a luta pela implantação do profissionalismo, como veremos adiante. Aparentemente, a conquista do reconhecimento da profissão de atleta de futebol resultou de um acordo comum e apaziguador entre as partes envolvidas na negociação, em especial atletas, dirigentes dos clubes e torcida. No entanto, esse processo foi marcado por uma série de interesses políticos, econômicos e sociais opostos que compuseram a disputa e precisaram ser agenciados a fim de produzir uma síntese viável àquela conjuntura. A saída, encontrada na profissionalização, procurou articular e atender aos interesses de cada uma das partes envolvidas. Isso, porém, não significou a eliminação dos conflitos e sim a formação de um novo cenário de disputas, atravessado por exigências e interesses condizentes à nova situação do futebol brasileiro (COUTINHO, 2013).

Ao reproduzir o excerto de um colunista de uma revista carioca de 1915, o historiador Franzini (2003) mostra o verdadeiro asco provocado entre os que pertenciam ao grupo privilegiado na hierarquia social pela simples ideia de compartilharem “com pessoas estranhas ao seu meio” (FRANZINI, 2003, p. 38) o mesmo campo de jogo. O autor aprofunda sua análise ao apontar que mesmo a popularização do futebol e sua consequente consolidação enquanto paixão nacional eram acontecimentos aceitos a contragosto pela aristocracia brasileira. Assim, a ressalva não era apenas com relação ao compartilhamento do tempo-espaço físico do jogo, mas, de modo muito mais radical, dizia respeito ao compartilhamento

do direito à prática esportiva, almejando que, enquanto elemento da cultura de uma classe economicamente privilegiada, o futebol permanecesse de acesso e uso exclusivo da elite (FRANZINI, 2003).

A despeito das estratégias adotadas pelas camadas sociais de maior poder econômico, a fim de manter a exclusividade do direito à prática desse esporte, o futebol se disseminou entre a população e atravessou diversos processos que conduziram à sua profissionalização. Considerando estes movimentos, é possível afirmar que a história da transformação do futebol em trabalho acompanha a disseminação dessa prática na cultura operária. Do mesmo modo retrata a conquista do direito à participação no jogo futebolístico por parte de classes marginalizadas na sociedade da época. Na literatura relativa ao tema, é comum encontrarmos relatos episódicos com fatos e atores específicos e isolados (ANTUNES, 1994; FERREIRA, 2010). No entanto, tentaremos conferir caráter processual à narrativa sobre a profissionalização do futebol, a exemplo de Rodrigues (2003), Franzini (2003) e Capraro et al. (2012), e estabelecer paralelos entre os acontecimentos do esporte e as vicissitudes que marcaram a vida social brasileira nas primeiras décadas do século XX.

Para revisitar a história do desenvolvimento do futebol no Brasil, desde sua chegada até à profissionalização, procuraremos destacar alguns acontecimentos, bem como as forças políticas, econômicas e sociais que contribuíram para a crise do modelo de futebol amador e a instituição do regime profissional nessa modalidade. Os elementos discutidos nos parágrafos seguintes aludem, primordialmente, ao desenvolvimento do futebol no eixo Rio-São Paulo. A escolha dessa região ocorreu em virtude do protagonismo político e econômico dos dois estados no período tratado. Também, estas foram as principais cidades brasileiras a receber imigrantes europeus no início do século XX, aspecto que favoreceu a instalação da prática futebolística. Além disso, há de se destacar o grau avançado de urbanização e industrialização desses estados, especificamente nas capitais e regiões metropolitanas, no período ora tratado, fatores que podem ter contribuído para difusão e estruturação do futebol. Como veremos a seguir, o esporte se tornou intimamente associado à cultura operária, de modo que esta foi fundamental para a popularização do futebol no conjunto da sociedade.

Porém, antes de adentrarmos no debate acerca do desenvolvimento do futebol nas regiões supracitadas, entendemos ser importante mencionar os aspectos dessa prática desportiva na dinâmica e vida social das populações interioranas. Isto porque, usualmente, narra-se a história do futebol brasileiro partindo-se dos acontecimentos ocorridos nos grandes centros urbanos do país, palcos *principais* da estruturação do futebol profissional. No entanto, para fazer uso da expressão adotada por Damo (2003), o Brasil é o país dos *futebóis*, sendo a

categoria profissional apenas um deles. Assim, gostaríamos de tecer algumas considerações que permitam abarcar outros sentidos da modalidade na dinâmica da vida sociocultural das populações do interior, seja com relação ao futebol profissional ou amador que se pratica nessas localidades.

Buscar referenciais que permitam fazer a discussão pretendida revelou-se uma tarefa de relativa dificuldade, pois não encontramos trabalhos cuja pretensão fosse narrar o desenvolvimento do futebol no interior do Brasil. Fato muito pertinente, se considerarmos que a extensão territorial e a diversidade cultural do país inviabilizam a efetivação de uma empreitada de tal magnitude. A ausência de trabalhos que narrem *uma* história do futebol no interior é, na verdade, sinal de respeito à riqueza do futebol brasileiro. Deste modo, essa história é composta por fragmentos de narrativas *menores*, locais, e, exatamente por isso, revelam o vínculo afetivo que existe entre os narradores e os clubes ou cidades, contemplados em suas pesquisas.

Dentre as obras consultadas, selecionamos duas para nos auxiliar nesta discussão. Primeiro, a dissertação de Cunha (2012) explorou as características do futebol no interior do Rio Grande do Sul, mais especificamente na cidade de São José do Norte. O objetivo do autor foi produzir uma história acerca do Sport Club Barrense, time da zona rural da referida cidade. Já o segundo trabalho, a dissertação de Freitas Junior (2000), discutiu a trajetória do futebol em Ponta Grossa, no interior do Paraná, explorando as vicissitudes do Operário Ferroviário Esporte Clube, principal time da cidade, e debatendo as possíveis razões da crise do futebol e do clube pontagrossense. Os contextos apresentados pelos autores remetem a uma prática futebolística que, inicialmente, estava vinculada ao tempo livre dos trabalhadores e desempenhava importante função socializadora nas comunidades onde ocorriam. Ainda, ambos convergem ao trazerem, direta ou indiretamente, a relação dos clubes com a construção identitária das pessoas dessas regiões.

Em sua pesquisa, Cunha (2012) procurou relacionar a história do Barrense ao cenário mais amplo do futebol amador de São José do Norte, onde ainda hoje é promovido um grande campeonato amador de futebol. O clube foi fundado em 1931 e a competição municipal ocorre desde 1959. Os times que integram a competição são formados pelas comunidades rurais e citadinas, contribuindo para promover um espaço de convivência e de integração entre os habitantes do município. Apesar de haver pagamentos aos jogadores que participam das partidas, a prática conserva características do amadorismo, uma vez que os jogadores se reúnem somente para as partidas, que ocorrem aos domingos. Isto traz outra importante característica do esporte nesta comunidade. Segundo um dos entrevistados pelo

autor, antes da introdução de outras formas de lazer – dentre as quais cita a televisão – o futebol era a principal atividade de tempo livre na cidade, sendo, também, o assunto predominante ao longo da semana de trabalho. Percebe-se a relevância da modalidade na vida social dos munícipes a partir da fala do autor:

Durante o campeonato, a cada final de semana o município se transforma, as comunidades se preparam para viajar, para recepcionar outro clube e sua torcida, para assistir seu time jogar, entre outros [...] Logo, percebemos que o futebol se torna uma ocasião e, os clubes, um espaço propício para os encontros (CUNHA, 2012, p. 38).

O excerto mostra que o futebol, para aquela população, é vivido enquanto tradição sociocultural, diferente do futebol de espetáculo do alto rendimento, em que predomina o interesse em sua comercialização como produto da cultura. Neste sentido, trata-se de um tipo de futebol que, segundo Damo (2003), pode ser classificado como comunitário (podendo ser chamado de várzea ou amador) e se encontra entre as matrizes profissional e bricolada. O futebol comunitário apresenta algum nível de organização e planejamento, porém, sem a cobertura midiática ou a ortodoxia e estrutura dos campeonatos de alto rendimento. Revela-se, assim, outro sentido possível para a prática futebolística desenvolvida nos territórios do interior do país. Aqui, o futebol enquanto prática tornou-se um componente de subjetivação ou de construção identitária da população.

Ao retratar a história do Operário de Ponta Grossa, Freitas Junior (2000) alerta para a focalização excessiva nos acontecimentos do eixo Rio-São Paulo nas narrativas do futebol brasileiro, citado anteriormente. Assim, o autor traz como um dos objetivos de seu trabalho contribuir para a expansão desta história, trazendo eventos locais e também se integram ao conjunto mais amplo dos acontecimentos futebolístico no cenário nacional. Assim como no caso do Barrense e do futebol de São José do Norte, Freitas Junior (2000) afirma que o clube Operário, fundado em 1912, nasceu com finalidades recreativas para promover atividades de lazer e socialização da população. Segundo ele, o futebol foi um dos elementos introduzidos no período e seguia um processo de modificação, chamado por ele de modernização, que vinha ocorrendo naquele território. Afirma que a presença dos imigrantes e dos operários que foram para Ponta Grossa trabalhar na construção da linha férrea foi fundamental para o desenvolvimento da modalidade na região. Elemento bastante similar ao que se observa na história desse esporte nos grandes centros urbanos na qual se denota a

proximidade entre cultura operária e prática do futebol. No entanto, aqui há uma particularidade interessante. De acordo com nosso autor, no caso de Ponta Grossa, os trabalhadores procuraram espaços alternativos para praticar o esporte, de modo que primeiro houve um time para depois ser fundado um clube no sentido formal, com estrutura organizacional e física (FREITAS JUNIOR, 2000).

Diferente da trajetória futebolística de São José do Norte, o futebol de Ponta Grossa passou por um processo de profissionalização e o Operário participou de importantes certames nos cenários estadual e nacional. O time se converteu em elemento de constituição identitária na cidade e representante desta em outras regiões, mediante a participação nos campeonatos. Exatamente por ter adentrado ao cenário profissional do alto rendimento, vivenciou processos similares àqueles que serão abordados no decorrer deste trabalho, com a particularidade de que, sendo um time do interior, apresentou dificuldades financeiras e gerenciais mais acentuadas, em especial a partir da década de 1990, quando tomou corpo o processo de reestruturação e modernização legislativa no futebol brasileiro. Retomemos, agora, a discussão acerca da trajetória de popularização e profissionalização do futebol brasileiro no cenário dos grandes centros urbanos.

Sobre a pertinência do desenvolvimento dos desportos no contexto das cidades, pode-se afirmar que estas atividades cumprem funções fundamentais na vida moderna. Deste modo, o esporte, em particular no cenário urbano, funciona tanto como um elemento que contribui para a manutenção da adequada regência das relações entre as pessoas quanto como uma atividade que viabiliza o equilíbrio na dinâmica psíquica do sujeito. Ao abordar a função do desporto no processo civilizatório, Norbert Elias e Eric Dunning (1992) assinalam que, com o advento da modernidade e da sociedade industrial, acentuou-se a extensão e o grau de controle exigido por parte dos indivíduos no tocante aos seus impulsos e excitações.

De acordo com o autor, esse seria o custo necessário para se viabilizar a convivência entre os membros da sociedade. No tocante a esta temática, Kowalski (2001) é mais incisiva quando ressalta a capacidade de autocontrole das emoções como um elemento crítico para a sobrevivência dos indivíduos nas sociedades industriais. Frente ao aumento das restrições e à reduzida gama de atividades capazes de produzir excitação, aspectos presentes especialmente na realidade dos grandes conglomerados urbanos, promover experiências que possibilitem as pessoas serem estimuladas e expressarem a energia acumulada mostra-se indispensável para o enfrentamento e continuidade da vida, conforme atestam Elias e Dunning (1992):

Por outras palavras, o que procuro dizer é que a sociedade que não oferece aos seus membros e, em especial, aos mais jovens, oportunidades suficientes para a excitação agradável de uma luta que não exige, mas pode envolver, força e técnica corporal, pode, indevidamente, arriscar-se a entorpecer a vida dos seus membros; pode não proporcionar correctivos complementares suficientes para as tensões não excitantes produzidas pelas rotinas regulares da vida social (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 95).

De acordo com Kowalski (2001) as práticas desportivas em geral remetem ao espaço urbano da cidade moderna. Se considerarmos essa função dos esportes e alguns dos preceitos que caracterizam os modos de interação entre pessoas nas cidades modernas – impessoalidade e afastamento nas relações, racionalidade na organização do tempo-espaço e das formas de sociabilidade (SIMMEL, 1973) – poderemos encontrar uma das razões pelas quais o futebol encontrou terreno fértil ao seu desenvolvimento em cidades que apresentavam grau avançado de urbanização. Deste modo, somos conduzidos a concluir que a vocação urbana do futebol, e dos esportes em geral, associa-se a função deste para a vida social e o sujeito modernos.

O contexto do futebol brasileiro no início do século XX foi descrito por Lopes (1994) a partir de duas categorias analíticas básicas: amadorismo e paternalismo. A prática amadora, abordada anteriormente, se destinava às camadas da elite brasileira e tinha forte vinculação com o lazer e o tempo livre. Já o paternalismo corresponde a uma característica observada no futebol de fábrica, assim como no conjunto mais amplo das relações sociais no Brasil², relativa à dependência financeira das equipas em relação às fábricas. Como os times não dispunham de todo aparato material para praticar o futebol, as empresas cediam parte de seus lucros para dar suporte ao desenvolvimento do esporte e, em contrapartida, a equipa devia ser identificada pelo nome empresa. Cabe ressaltar, porém, que mesmo no contexto fabril havia restrições no acesso aos times, que inicialmente eram compostos apenas pelos

² O paternalismo, um dos aspectos latentes herdados do período colonial, é característico de sociedades rigidamente hierarquizadas e estratificadas, tal como no caso do Brasil. O termo envolve uma ampla gama de práticas e discursos adotados estrategicamente por classes sociais distintas em situações e contextos considerados oportunos. De modo geral, se caracteriza por uma forma de relação baseada na exploração de interesses, que tende a produzir dependência entre as partes envolvidas e garante ao *provedor* – aquele que possui maiores recursos materiais e econômicos ao seu dispor – o direito de intervenção quase irrestrita sobre questões diversas, além de produzir no beneficiário a sensação de estar em *dívida moral* com seu benfeitor. É um dos aspectos que fundamenta e legitima, de maneira não declarada, a manutenção de políticas e relações baseadas na troca de favores, também chamadas de clientelismo, presentes em diversos níveis e segmentos da sociedade brasileira. Maiores esclarecimentos sobre o termo e a extensão de sua presença no cotidiano brasileiro, consultar GODOY, J. H. A. A reciprocidade desigual: família e política na história do Brasil. *Revista Política e Trabalho*, João Pessoa, n. 27-30, 2009.

altos funcionários, prioritariamente de origem ou ascendência britânica. No entanto, diante da impossibilidade de reunir o número necessário de jogadores para formar duas equipes apenas com pessoas dessa classe, a possibilidade de jogar futebol foi estendida aos operários.

A entrada do operário nas práticas futebolísticas amadoras teve uma importante função para o processo de profissionalização da modalidade, pois contribuiu para perturbar os sentidos dos valores pelos quais o esporte se conduzia até então (GUTERMAN, 2010). Dentre os conceitos predominantes no contexto esportivo da época, talvez tenha sido o amadorismo aquele que sofreu os maiores desgastes em decorrência da inclusão desse novo grupo social às partidas de futebol. Isso porque, à medida que se observava a boa desenvoltura dos operários do chão de fábrica na prática deste esporte, foi-se criando uma espécie de “capital esportivo” (ANTUNES, 1994) do trabalhador dentro das indústrias. A prática amadora e elitizada, antes negada ao trabalhador braçal, via emergir desse grupo seus atletas de maior destaque e importância.

Acerca deste aspecto, Antunes (1994) argumenta que o time de fábrica, por levar o nome da empresa, funcionava como meio de propaganda. Assim, a obtenção de resultados positivos proporcionava a divulgação do nome da empresa ou marca, associando-o a um ideário de *bem-sucedido*, o que fundamentava a seleção rigorosa dos trabalhadores que comporiam os esportes. Deste modo, os trabalhadores mais habilidosos começaram a perceber vantagens sociais no trabalho em decorrência do bom desempenho no esporte, dentre as quais podemos destacar: a garantia de permanecer empregado, ser designado para tarefas menos fatigantes, obter melhores cargos e salários e receber dispensas ou turnos especiais em dias de treinamento (ANTUNES, 1994; FERREIRA, 2010; RODRIGUES, 2003). Tal prática pode ser considerada embrionária daquilo que, posteriormente, viria a ser conhecido como *profissionalismo marrom* ou *falso amadorismo* (DAMO, 2005; FRANZINI, 2003), situação que legitimava a constituição de um universo de trabalho informal no futebol com condições precárias para aqueles que procuravam *viver do esporte*.

Um dos clubes mais conhecidos por sua vinculação com a fábrica foi o *The Bangu Athletic Club*. Este era subsidiado pela Companhia Progresso Industrial do Rio de Janeiro e se inseria no conjunto de times de futebol de fábrica marcados pelo paternalismo administrativo e dependência financeira em relação à empresa, bastante comum no período (ANTUNES, 1994). Como contrapartida ao patrocínio, a empresa tinha poder para interferir em alguns assuntos referentes ao clube, como definição do nome, cores, símbolos e indicação dos membros da diretoria. Por conta dessa influência, no início, o movimento sindical olhava para o futebol com desconfiança, pois consideravam que “A prática do futebol, principalmente nos

clubes de fábrica, levava os trabalhadores a defender o nome da empresa, separando-os e colocando-os em confronto” (ANTUNES, 1994, p. 106). Porém, com o passar do tempo, as organizações de defesa dos direitos dos trabalhadores perceberam que o futebol havia conquistado grande número de adeptos entre os operários e, aos poucos, se consolidava como um elemento da cultura da classe trabalhadora.

Diante dessa constatação, alguns grupos sindicais decidiram incorporar o futebol e fazer dele veículo de difusão da luta trabalhadora. O processo retrata um dos momentos mais belos da história do futebol brasileiro: a prática antes restrita a alguns segmentos da sociedade começa a ser reivindicada pelo povo por meio do movimento operário. A inclusão da classe operária no jogo de futebol pode ser considerada como o primeiro abalo da estrutura amadorística que caracterizava o esporte. As razões apresentadas pelos grupos sindicais para justificar o receio em relação ao futebol se pautavam na tese simplista, e ainda muito difundida na atualidade, que se expressa na seguinte assertiva: *o futebol é o ópio do povo*.

Neste sentido, entendia-se que o futebol funcionava como um instrumento ideológico, a serviço da elite, que tinha por função ludibriar as classes trabalhadoras e desviar sua atenção dos problemas e debates mais urgentes. Caldas (2001) contesta essa asserção, afirmando que o futebol, assim como outros esportes, pode servir a finalidades distintas a depender dos usos e apropriações que são feitas dele por parte de governos e, também, da população. Ademais, a ideia maquiavélica de que o esporte teria sido inventado pelas elites para cumprir a finalidade de manipulação das massas também se mostra infundada. De acordo com o autor, e conforme temos mostrado no decorrer desta seção, basta olhar para a história dos primeiros anos do futebol no Brasil para perceber como este se desenvolveu visando à satisfação dos desejos da elite, no tocante ao seu anseio por atividades lúdicas que promovessem o lazer, o exercício físico e contribuísse para a formação de uma cultura própria.

Além da luta pelo direito de jogar futebol, os movimentos em defesa dos trabalhadores fizeram do esporte objeto de reivindicação e deram o primeiro impulso organizado em direção à luta pela profissionalização dos atletas (ANTUNES, 1994). É neste sentido que a profissionalização no futebol brasileiro representa uma conquista do movimento operário: a conquista do direito de trabalhar. Como veremos na sequência do texto, a remuneração pelo desempenho esportivo já havia se disseminado de maneira sistêmica entre diversos clubes muito antes do reconhecimento oficial da profissão de atleta. No entanto, essa prática encoberta era extremamente arriscada para os atletas, pois estes não possuíam contrato de trabalho formal, logo, não havia garantias quanto aos valores pagos ou qualquer tipo de

assistência em caso de acidente de trabalho ou aposentadoria. Retomaremos estes pontos de maneira mais detalhada na sequência do texto.

À medida que o futebol se popularizava, multidões cada vez maiores eram atraídas aos estádios e os clubes passaram a vislumbrar na comercialização das partidas uma oportunidade para levantar capital. Diante dessa constatação, a cobrança pelos ingressos passou a ocorrer regularmente a partir da década de 1910 (RODRIGUES, 2003; FRANCO JÚNIOR, 2007). Foi com a vitória do Campeonato Sul-Americano pela seleção nacional em 1919 que o futebol entrou definitivamente no gosto e na cultura populares, ocasionando os movimentos de lotação dos estádios para acompanhar as partidas e de identificação do público com clubes ou atletas específicos. Aproveitando o processo de popularização do futebol, a imprensa passou a ceder mais espaço ao esporte em suas páginas e cadernos, o que tinha duplo efeito: aumentava sua arrecadação com a venda de folhetins esportivos e, ao mesmo tempo, contribuía para tornar a modalidade mais visível entre grupos variados da sociedade (FRANZINI, 2003).

Após a difusão da prática do futebol entre as classes operárias, a popularização do esporte no cenário interno, impulsionada da conquista internacional, provocou novo abalo às estruturas do modelo amador e seu estilo segregacionista. Os campeonatos se tornaram mais competitivos, justamente porque, de modo geral, melhores resultados nas partidas faziam aumentar o contingente de pessoas identificadas ao clube e, conseqüentemente, significava melhores públicos nos estádios e mais arrecadação com os ingressos (RODRIGUES, 2003). Entretanto, Coutinho (2013) contrapõe esse argumento que estabelece um paralelo direto entre popularidade do clube e o rendimento esportivo da equipe.

O autor, ao analisar o processo de reestruturação dos valores que passariam a representar o Clube de Regatas Flamengo, a partir da década de 1930, apresenta a tese de que a popularidade de um clube parece estar mais associada à capacidade da instituição em articular-se ao conjunto da sociedade e representar ideários e contradições que compõem a vida comum. Na perspectiva do autor, para um clube se popularizar, é fundamental que ele elabore e ofereça aos torcedores uma identidade social conexa às experiências da vida cotidiana desses grupos e que possa ser partilhada por eles. Assim, sinalizar os posicionamentos e valores defendidos pela entidade clubística pode ser mais importante que o acúmulo de expressivo número de títulos por si só (COUTINHO, 2013). Esta perspectiva é compartilhada por Kowalski (2001), que também estudou a construção da simbologia formadora da identidade social do Clube de Regatas Flamengo. Segundo ela, “Desta maneira, constituímos o paradoxo aparente de que os times líderes em popularidade não necessitam

liderar a conquista de títulos. Saímos do campo do desempenho para nos direcionarmos aos significados” (KOWALSKI, 2001, p. 99).

O início do século XX no Brasil foi marcado pela conflitualidade e desarticulação social, cenário que se modificou a partir dos anos de 1930 com as propostas de modernização e unificação da sociedade brasileira. Por conseguinte, a década de 1930 foi caracterizada pela desconfiança generalizada da população frente às mudanças nos códigos de conduta e valores sociais já estabelecidos desde o período imperial. Segundo Coutinho “nos momentos de ascensão de novas formas de sociabilidade, indivíduos e grupos buscam situar-se em meio às múltiplas possibilidades e significados” (COUTINHO, 2013, p. 56). Foi nisso que a diretoria do Flamengo apostou para difundir e popularizar a marca do clube naquele período.

Em que pesem as relativizações sobre a importância da vitória, a exigência da apresentação do *bom futebol*, que demonstre o respeito e o comprometimento do atleta – a chamada *raça* – e do clube com a torcida, é indiscutível. À vista dessa pressão por boas apresentações, iniciou-se a discussão sobre a pertinência de manutenção do modelo amador e da restrição do acesso de negros e pobres nas equipes de futebol dos principais clubes³ (FRANZINI, 2003; LOPES, 1994; RODRIGUES, 2003). Nessa época, alguns atletas pardos e brancos de classes populares já participavam das equipes de futebol mais tradicionais, recebendo alguns benefícios em troca de seu bom desempenho (CAPRARO et al., 2012).

Tal prática, no entanto, ocorria de modo velado e os atletas afrodescendentes, por exemplo, esforçavam-se para dissimular os traços de sua etnia. O clima traduzia a tensão social que ainda existia num país recém-saído do regime escravocrata. O negro brasileiro, mesmo depois de ter sido legalmente liberado das correntes e do domínio da aristocracia, permaneceu privado do direito de participação na vida social. Assim, ainda que juridicamente iguais aos demais conjuntos da população, os negros permaneceram inferiorizados e desqualificados pela dinâmica da sociedade brasileira: com escassas oportunidades de trabalho e impossibilitados de acessar os direitos garantidos ao restante da população na época. Daí o esforço empreendido no sentido de tentar negar ou disfarçar as origens.

O futebol, como prática atravessada pelas forças e tensões da sociedade, constituiu-se também num espaço que contribuiu para firmar a exclusão social do negro. Aqui, porém, uma forma de exclusão muito mais sutil. Não se tratava de barrar-lhes o acesso ao jogo e sim de condicionar sua participação à adoção de condutas e padrões estéticos que lhes impunha uma negação radical a qualquer resquício de sua identidade e etnia. Uma forma

³ A participação de atletas negros e pobres já ocorria, mas era restrita a times que não faziam parte da liga oficial.

de agressão no plano simbólico, que, sem dúvidas, contaminou a cultura brasileira e a constituição subjetiva da população, com efeitos que se estendem até nossos dias. Apesar disso, esse grupo conseguiu dobrar o sentido dos vetores que formavam o simbolismo do esporte. Grande parte dos *heróis* na história do futebol brasileiro é afrodescendente.

Com isso, o futebol se tornou um lugar valioso para a luta desta população na busca por meios de inserção na sociedade, tendo se consolidado numa possibilidade para a ascensão e o reconhecimento social (SEDA, 2014). Importante salientar que a obtenção do direito de jogar futebol não significou a resolução ou apaziguamento dos conflitos, motivados principalmente pelo preconceito social e étnico, presentes na modalidade. De fato, o que se observou foi a conquista de um novo espaço capaz de projetar a denúncia e a luta contra estas e outras formas de exclusão e discriminação. Essa aquisição foi de extrema importância, pois, como veremos adiante, o futebol se converteu num canal de comunicação comum, capaz de estabelecer o diálogo entre distintos segmentos e classes da sociedade brasileira.

Neste sentido, ainda que efetivamente o futebol não fosse mais de acesso restrito ao atleta branco da elite ou seguisse exclusivamente o modelo e os valores do amadorismo, a questão era manter o jogo numa estrutura performática que aludisse à manutenção do *status quo* da prática. Um exemplo emblemático do esforço em se manter as aparências no cenário futebolístico pode ser localizado no mestiço Friedenreich, apresentado na figura 3, que marcou o gol da vitória brasileira no campeonato sul-americano de 1919 (GALEANO, 2012; RODRIGUES, 2003). Fried, como era chamado o atleta, teve possibilidade de inserir-se no futebol devido a sua condição socioeconômica: pertencia à classe média e era filho de pai alemão, comerciante, com alguma influência em um dos clubes de São Paulo. Mesmo tendo seu acesso liberado à participação na equipe do clube, Fried tentava esconder os traços afrodescendentes, herdados da mãe, alisando o cabelo, por exemplo, antes de entrar nas partidas (GUTERMAN, 2010).

Figura 3 – Arthur Friedenreich com o uniforme da seleção brasileira.



Fonte: <http://terceirotempo.bol.uol.com.br/que-fim-levou/friedenreich-654#photo-10>

Assim, os clubes tradicionais, ante o desejo de angariar os melhores atletas sem precisar alterar a estrutura conservadora do amadorismo, adotaram estratégias para burlar as regras outrora instituídas por eles próprios, como: criar postos de trabalho fictícios para os desempregados e realizar pagamentos de acordo com o desempenho (LOPES, 1994). Estes traços caracterizam aquilo que foi chamado de *profissionalismo marrom* ou *falso amadorismo* (ANTUNES, 1994; RODRIGUES, 2003).

Ao descrever a situação dos atletas naquele período, Lopes (1994) retrata uma espécie de limbo profissional no qual viviam aqueles trabalhadores: os ganhos eram satisfatórios se considerados apenas como ajuda de custo, mas insuficientes se fossem equiparados a salário, forçando-os a buscarem outros meios para complementar a renda, o que lhes impedia de dedicar-se exclusivamente ao esporte. Além disso, não havia garantias quanto ao recebimento, ao valor ou mesmo de assistência ao atleta ou sua família em caso de lesão que o incapacitasse temporária ou definitivamente (LOPES, 1994). Aqui o futebol se mostra novamente como lócus de atualização e negociação de questões da ordem social mais ampla, pois os trabalhadores, de modo geral, encontravam-se num momento de luta pelo reconhecimento e regulamentação de suas profissões, além de buscarem garantias e melhores condições de trabalho (FRANZINI, 2003; GUTERMAN, 2010). A unificação e organização desta categoria, tendo como foco a luta pela profissionalização, passaram a ocorrer de maneira mais sistematizada a partir da abertura política proporcionada pelos primeiros anos do governo Vargas, período em que se observaram inúmeras manifestações de grupos que reivindicavam a obtenção de direitos sociais e trabalhistas (KOWALSKI, 2001).

Neste contexto de tensão entre amadorismo e profissionalização, o caso da equipe do Vasco da Gama é simbólico. A equipe vascaína, recém-chegada a elite do futebol carioca em 1923, sagrou-se campeã estadual naquele mesmo ano. O acontecimento gerou muita polêmica entre os clubes mais tradicionais que objetaram, principalmente, sobre a origem social dos atletas, acusando-os de não serem amadores. De fato, o clube do Vasco havia formado uma equipe composta por atletas pobres e negros/mestiços. Seguindo as manobras que já operavam no cenário futebolístico para burlar as regras, o clube criou registros de trabalho falso para os atletas desempregados, fornecia ajuda de custo financeira para que eles disputassem partidas pelo clube, além de refeições e alojamento (FRANZINI, 2003; GUTERMAN, 2010). Nestas condições, os atletas do clube do Vasco tinham mais possibilidades de se preparar para as partidas, seguindo também uma rigorosa rotina de treinamentos desenvolvida pelo técnico estrangeiro (GUTERMAN, 2010).

De acordo com Capraro et al. (2012), no ano de 1923, os pagamentos informais e o uso de registros falsos já eram prática comum e ocorreriam de maneira sistêmica entre vários clubes do país. Segundo os autores, as agremiações que proibiam em seus estatutos a remuneração de atletas pelo desempenho esportivo eram também aquelas que “burlavam tais restrições, contando até mesmo com o aparecimento de ganhos extras, tais como as recompensas, popularmente conhecidas como *bichos*” (CAPRARO et al., 2012, p. 542). Nessa pesquisa, os autores apresentam, ainda, dados obtidos na consulta aos registros de pagamento do Coritiba, clube do futebol paranaense, que sugerem a presença de atletas remunerados no time já em 1915.

A única informação oficial obtida a respeito de José Bermudes está nos registros de pagamentos do clube. Consta, ainda, a partir do mês de novembro, o pagamento de pensão no valor de 120\$000 (cento e vinte mil contos de réis), além de algumas ajudas de custo que variavam, não sendo fixas ou rotineiras. Estas ajudas de custo eram normalmente relatadas como despesas com almoço, jantar, refeição e pagamento de alojamento (CAPRARO et al., 2012).

Para reforçar a hipótese de que esse tipo de prática já era usual entre os clubes brasileiros, ainda que permanecesse encoberta, os autores apresentam também excertos de um jornal de 1943. Por meio destes é possível acessar a história de peregrinação de José Bermudes, o Maxambomba, por clubes de vários estados do país – São Paulo, Minas Gerais e Paraná – e de como o atleta encontrou no futebol um meio para obtenção de seu sustento. A

partir desta análise, compreende-se que a remuneração informal de atletas não era exclusividade dos clubes do Rio de Janeiro e de São Paulo e que, muito antes da vitória vascaína, em 1923, o ideário amadorístico já se encontrava fragilizado. Uma das principais razões para isso residia na tensão produzida entre o desejo de manter uma prática recreativa, descompromissada e elitizada, e o de angariar vitórias e destacar-se nos campeonatos que, gradativamente, tornavam-se mais competitivos. Disso, podemos concluir que a prática de remuneração ocorria de modo sistêmico entre diversos clubes, como apontam os autores, ainda que fosse limitada a alguns casos pontuais.

Apesar disso, o caso do Vasco ainda merece destaque por se tratar de uma equipe composta prioritariamente por atletas cuja condição amadora, nos moldes citados anteriormente, era questionável. Com a vitória do Vasco, a corrente que defendia a manutenção do amadorismo ficava ainda mais abalada, uma vez que os clubes menos conservadores estavam formando equipes com atletas competitivos independente de sua origem socioeconômica ou étnica. Após a vitória vascaína e a conseqüente popularização do clube, outras entidades esportivas passaram a entender que a popularidade estava condicionada ao desempenho da equipe, o que incitou um movimento de busca pelos melhores atletas. No entanto, a partir das considerações de Kowalski (2001) e Coutinho (2013), podemos supor que o prestígio popular conquistado pela equipe cruzmaltina naquele período estava relacionado à composição do time, de atletas negros e pobres, que representava abertamente grandes contingentes populacionais até então marginalizados no futebol e na sociedade brasileira. De todo modo, a empreitada dos clubes para angariar atletas mais arrojados contribuiu para acentuar o desgaste do amadorismo como valor máximo no futebol e intensificar a pressão pelo reconhecimento oficial da profissão de atleta (FRANZINI, 2003).

Neste ponto, é importante que nos debruçemos sobre a questão de maneira mais detalhada a fim de evitar o reducionismo simplista dos aspectos que a compõe. Para Coutinho (2013), o cerne da oposição entre amadores e profissionais não residia especificamente no tema da remuneração dos atletas, afinal, muitos deles já recebiam alguma forma de compensação financeira, ainda que informalmente, pelo menos desde meados de 1910. A mudança no código que regia o futebol implicava a transformação do significado social deste esporte. Como já apontado anteriormente, a partir das contribuições de Franzini (2003), o futebol era percebido pelas elites como um dos elementos que compunham a cultura aristocrática, e sua prática era concebida como privilégio e como símbolo de diferenciação social. Instituir o profissionalismo significava tanto expandir o futebol para além dos limites dos clubes como abrir estes à participação popular do cidadão comum: “Esse deslocamento

transformou o futebol em um fenômeno social experimentado por atores anônimos, comuns, distantes dos espaços de sociabilidade elitistas” (COUTINHO, 2013, p. 62-63). Tratava-se, portanto, da possibilidade de alteração na maneira como estavam organizadas as relações de poder e a hierarquia social.

A análise da história do futebol brasileiro nos fornece material valioso para compreender o contexto social que se formava nos anos de 1930. A insegurança das elites diante das profundas transformações que ocorriam no período atesta a persistência de uma estrutura social conservadora e fortemente identificada ao modelo colonial de sociedade, em que o alinhamento à moral e aos valores burgueses encontrava-se em fase incipiente. Conforme afirma Berman (1986), sociedades burguesas, diferente das tradicionais, não apenas sentem-se perfeitamente a vontade diante das possibilidades de mudança, como, inclusive, depositam nelas seu anseio mais primordial, uma vez que, para a burguesia, a transformação é percebida como *possibilidade e oportunidade*. Em contrapartida, para as sociedades tradicionais, as mudanças implicam o risco da ascensão de novas lideranças e de modificações na hierarquia e na estratificação social. Com a ascensão de Vargas ao poder, inaugurou-se uma série de reformas sociais, políticas e econômicas, visando à modernização da sociedade brasileira. Tais medidas foram percebidas pelas oligarquias nacionais e pelas classes mais conservadoras do país como uma ameaça a sua posição social. Neste sentido,

O debate entre profissionalistas e amadoristas expunha a tensão entre grupos ascendentes que estavam dispostos a configurar uma nova correlação de forças políticas no cenário desportivo. A adoção do profissionalismo significava a criação de uma nova liga, e a ascensão de novas lideranças (COUTINHO, 2013, p. 62).

Nota-se, portanto, que a relutância em relação ao reconhecimento do profissionalismo extrapolava as questões diretamente ligadas à esfera administrativa ou econômica das instituições. Tratava-se de um debate que envolvia a reorganização das relações de poder entre grupos progressistas, conservadores e marginalizados da sociedade.

Além da dimensão simbólica, havia, porém, outros aspectos e interesses envolvidos no debate acerca do profissionalismo: dirigentes e sócios, preocupados com a saúde financeira dos clubes; atletas demandando mais autonomia na gestão de suas carreiras; torcidas buscando expandir sua participação na vida do clube e nas decisões relativas ao time; o Estado, que a partir de 1930, passou a atuar mais ativamente no cenário desportivo, na

mediação de conflitos e disputas, bem como na organização e sistematização da prática esportiva no país (COUTINHO, 2013; FRANZINI, 2003).

Considerando o cenário acima delineado, podemos perceber que o advento do profissionalismo foi importante no sentido de estabelecer uma via de diálogo que possibilitou a negociação entre coletivos distintos, antes incomunicáveis. No entanto, tal desdobramento não significou o fim das dissonâncias ou a síntese harmoniosa das forças divergentes que movimentaram o processo de implantação do profissionalismo,

O que ocorreu com a implementação do contrato e do 'passe' foi a transformação dos conflitos sociais existentes entre as partes. O profissionalismo, no fim das contas, reorganizou as estratégias de ação tanto do dirigente como do jogador (COUTINHO, 2013, p. 68).

O novo cenário e a presença de outro código para reger as relações entre clube e atleta implicaria na ascensão de novas cobranças e exigências impostas às duas partes. Se ao clube competia a obrigação de prover o salário mensal fixo, fora as premiações e bonificações, e garantir o bem-estar, prioritariamente físico, e assistência ao atleta, este passaria a ser cada vez mais pressionado para melhorar seu desempenho no trabalho, além de incorporar normas e regulamentos que deveriam orientar a forma como conduziria sua vida pública e privada. Se o atleta conquistou o direito ao salário e alguma possibilidade de negociar seus contratos, o clube obteve prerrogativas que lhe garantiam o controle sobre a carreira e a sobre parcela considerável da vida do atleta (COUTINHO, 2013). Neste sentido, notamos o caráter dual que parece configurar os contratos de trabalho: se, por um lado, confere proteção e a garantia de direitos ao trabalhador, por outro, parece funcionar como um instrumento que legitima a autoridade quase irrestrita do empregador sobre seu *subordinado*, condicionando o sujeito que trabalha à posição de objeto/mercadoria, como uma extensão das posses daquele que o emprega.

Ainda sobre as mudanças no significado social do futebol, podemos abordar a maneira como o profissionalismo contribuiu para a popularização da paixão pelo esporte e para a invenção da torcida fanática e apaixonada pelo time. Ao abordar o tema, Kowalski (2001) afirma que, a partir do profissionalismo, deslocou-se a dedicação, o amor e o empenho que o jogador expressava pela camisa do time para o coletivo de pessoas que se dirigiam aos estádios. O profissionalismo profanou o aspecto sagrado do atleta, tornando-o um sujeito

racional, um operário da bola, focado e comprometido com a realização do seu ofício, mas que também se preocupa em conseguir os melhores contratos e condições de trabalho. Por outro lado, o novo código também foi o responsável pela difusão dos sentimentos e emoções que revestem o futebol. A instauração do regime profissional foi indispensável na criação e consolidação do ato de torcer como aquele que é executado por grupos que tomam para si o direito de opinar sobre diversos assuntos atinentes ao time. A torcida ascendia como novo agente responsável por defender o time e por perpetuar a tradição da camisa. O time saiu do domínio do clube e do sócio para transformar-se em posse da torcida, do povo, pois os jogadores – e isso foi acentuado com o tempo – estarão sempre de passagem.

Se o jogador, o defensor do clube no gramado, perdeu como símbolo de dedicação o amor à camisa, o sagrado, para se avultar como elemento de valia, na condição de quase que exclusivamente material, econômica, publicitária e rendosa, a admiração da torcida ganhou em densidade e volume (KOWALSKI, 2001, p. 166).

Nota-se, portanto, que a adoção do profissionalismo modificou a estrutura nuclear do futebol em diversos aspectos. Retomando a análise dos fatores que motivaram o processo de profissionalização, é fundamental enfatizar que o conjunto de forças atuante para a profissionalização do atleta de futebol no Brasil também estava alinhado a uma série de acontecimentos no âmbito internacional. Ao fazer sua análise acerca das metamorfoses do futebol, Proni (2000) pontua dois aspectos, conexos entre si, do contexto internacional do futebol e que considera terem produzido efeitos no cenário brasileiro. O primeiro deles foi o reconhecimento, por parte da Federação Internacional de Futebol (FIFA), da prática profissional do esporte, acompanhando os movimentos ocorridos em diversos países da Europa que aderiram a esse modelo. Este fato se deu por meio da decisão tomada pela organização em editar e promover o primeiro campeonato mundial de futebol aberto à participação de profissionais. Assim, a instância máxima do esporte bretão atuava de modo a sancionar e legitimar o novo regime. Paralelamente à mudança iniciada na Europa, alguns países da América Latina, inicialmente Argentina e Uruguai, optaram pelo reconhecimento e instauração do regime profissional para atletas de futebol, fato que também contribuiu para motivar a profissionalização do futebol brasileiro (PRONI, 2000).

Os efeitos dessas transformações impactaram sobre a dinâmica do futebol brasileiro de modo negativo, pois ocasionou um intenso êxodo de atletas para os países

européus e também para os vizinhos platinos, onde o profissionalismo já vigorava e garantia estabilidade e segurança aos atletas (FRANZINI, 2003; LOPES, 1994; PRONI, 2000). Diante disso, houve comoção por parte de alguns clubes para que o órgão nacional de administração do desporto, Confederação Brasileira de Desportos (CBD), reconhecesse o profissionalismo. Como a legitimação não se concretizou, foi criada a Federação Brasileira de Futebol (FBF) para abrigar os clubes que optassem pelo regime profissional. Apesar disso, a CBD permaneceu responsável por fazer as convocações e formar a equipe representante do Brasil internacionalmente. Ocorreu que, na copa de 1934, o escrete formado apenas por atletas amadores comprometeu o desempenho no mundial e o Brasil foi eliminado na primeira partida ao perder por 3x1 da Espanha. A CBD só reconheceu o profissionalismo em 1937, um ano antes do novo mundial, retomando a exclusividade na administração do futebol brasileiro (FRANZINI, 2003).

A formação dos selecionados e as questões referentes à representação oficial do Brasil em competições internacionais foi apenas um dos problemas enfrentados pelo país durante a vigência de dois códigos distintos na regulação do esporte. Os desentendimentos entre clubes que operavam em sistemas diferentes eram comuns, especialmente nas negociações de atletas. Não raro, as associações esportivas recorriam ao Estado, solicitando deste a função de interventor e mediador das disputas. Além disso, era comum que dirigentes ligados a FBF procurassem vincular a imagem de governantes à entidade, como forma de obter apoio político e endosso estatal da proposta profissionalista (COUTINHO, 2013).

No processo de transição para o profissionalismo, a atuação de lideranças políticas foi imprescindível, merecendo destaque o papel do gaúcho Getúlio Vargas. Este, ao perceber potencial aglutinador e mobilizador do futebol, bem como a afeição do povo para com o esporte, vislumbrou mais uma via possível para aproximar-se da população (GUTERMAN, 2010). Vargas, sensível aos acontecimentos e tensões que compunham o cenário futebolístico no início dos anos de 1930, incluiu o futebol entre as áreas que demandavam regulamentação profissional pela legislação social trabalhista (PRONI, 2000). Foi ele, portanto, quem estabeleceu, no âmbito legislativo federal, as condições que possibilitaram a instituição do trabalho profissionalizado do atleta. No entanto, mesmo antes do reconhecimento oficial por parte do governo, o regime profissional foi adotado de modo independente pelas federações do Rio de Janeiro e São Paulo, depois se espalhando para as demais regiões do país. Importante destacar, porém, que uma descrição mais específica dos aspectos atinentes a esse trabalho, bem como a garantia de direitos trabalhistas aos profissionais da bola, se concretizaria anos depois, por meio da Lei 6.354 de 1976 (RODRIGUES, 2003).

O ato de Getúlio, longe de ser desprezioso, tinha em vista a força social e política do futebol no Brasil. As medidas jurídicas adotadas em sua primeira passagem pelo governo marcam uma divisão produzida na história do futebol brasileiro: período amador e profissional. É a partir de Getúlio Vargas que o código profissional emerge e se consolida no futebol. Assim, esse foi um dos movimentos iniciais na estratégia de Vargas em tornar o esporte um dos elementos fundamentais de seu projeto de nação, que visava, entre outras coisas, a unificar o país por meio da constituição e valorização de uma identidade brasileira. No entanto, mais que instituir a legislação que possibilitou a profissionalização do atleta, Getúlio Vargas foi o primeiro presidente brasileiro a adotar um programa especificamente voltado ao desenvolvimento dos esportes. No caso particular do futebol, foi ele quem ensejou a modernização inicial do esporte, como veremos no capítulo seguinte. Considerando que seu projeto de nação se orientava pela modernização da sociedade brasileira, ao incluir o futebol nessa pauta, ele atestava compreensão acerca da importância da modalidade para o país. A partir daquele momento, o futebol tornava-se efetivamente uma questão de Estado e a seleção brasileira de futebol despontava como um dos símbolos patrióticos em torno do qual se desenvolveria o projeto varguista de nação (GUTERMAN, 2010).

1.2 Segundo tempo: processos sócio-históricos e as modernizações do futebol.

Em sua belíssima coletânea de crônicas *Pátria de Chuteiras*, Nelson Rodrigues (2013) atesta o sucesso do projeto varguista de unificação da nação mediado pelo futebol, mais especificamente por intermédio da identificação do brasileiro com a seleção nacional. Diz o autor:

Eis a caridade que nos fez o escrete – dá ao roto, ao esfarrapado uma sensação de onipotência. Em 58, quando acabou o jogo Brasil Suécia, cada brasileiro sentiu-se compensado, desagradado de velhas fomes e santas humilhações. Na rua, a cara dos que passavam parecia dizer: - “Eu não sou vira-latas!” Em 62, a mesma coisa. De repente sentimos que o brasileiro deixava de ser um vira-latas entre os homens e o Brasil um vira-latas entre as nações [...]. Não há distância entre nós e a equipe verde-amarela, ou por outra: há uma distância falsa, uma distância irreal. Na verdade, estamos encarnados no escrete (RODRIGUES, 2013, p. 50, grifo do autor).

O cronista, ao longo dos textos reunidos na referida obra, constrói a noção de *complexo de vira-latas*. O termo se refere à existência de um sentimento de inferioridade dos brasileiros em relação a outros países, principalmente os Estados Unidos e alguns países da Europa, evidenciado, por exemplo, pelo hábito, ainda existente no Brasil, de importação de estilos de vida e padrões culturais característicos dessas regiões. Segundo o autor, a conquista do Bicampeonato Mundial trouxe o reconhecimento do potencial do Brasil no cenário internacional. Mas, de modo muito mais incisivo, o acontecimento instigava a autovalorização e autorreconhecimento do brasileiro. O futebol se tornara, efetivamente, elemento da cultura popular nacional.

Obviamente que um tal vínculo entre o *bolapé*⁴ e o povo passaria a exigir atenção especial para preservar o desenvolvimento do futebol no Brasil. Evidente também que muitos foram os que reconheceram a força desse vínculo e procuraram valer-se do esporte como instrumento político. Fato é que, seja como objeto tutelado pelo Estado, como espaço de promoção eleitoral e de disputas políticas ou como elemento lúdico da cultura popular, o futebol foi se modificando ao longo do tempo a partir da introdução de novas forças e interesses nesse esporte.

As transformações, abundantemente relatadas na literatura sob a insígnia do termo “modernização”, ocorreram em vários segmentos: infraestrutural, político, trabalhista, jurídico-legislativo, econômico, gerencial e nos modos de organizar campeonatos, treinamentos e formar atletas (HELAL, 1997; PRONI, 2000; RODRIGUES, 2003). Nos próximos parágrafos, buscaremos desdobrar as mudanças em alguns destes segmentos, procurando assinalar possíveis efeitos produzidos sobre o futebol e os agentes nele envolvidos. Especificamente, iremos abordar alguns acontecimentos que integram o contexto sócio-histórico do futebol nos âmbitos brasileiro e internacional, procurando relacioná-los às medidas modernizadoras introduzidas na modalidade, em particular, no que tange à racionalidade científica e à gestão empresarial. A partir da exposição e análise destes dois componentes na conjuntura futebolística, partiremos, então, para o debate da categoria de base, considerada aqui um produto destas medidas e que continua sendo modificado a partir das tensões provocadas pela modernização do futebol.

⁴ Termo utilizado por Lima Barreto para referir-se ao futebol. O autor declaradamente opunha-se a prática deste esporte por considerá-lo um “fator de desintegração social e degeneração cultural” (FRANZINI, 2003, p.34).

1.2.1 Percursos e percalços na construção de uma experiência comum: a brasilidade por meio do futebol e da seleção canarinho.

Desde 1930, quando Vargas ascendeu à presidência, era possível notar o caráter intervencionista e centralizador que seu governo adotaria para tratar das questões da sociedade brasileira, no melhor estilo de negociação e mediação de conflitos entre setores opostos. Getúlio foi, sem dúvidas, um dos principais responsáveis pelo crescimento do futebol no contexto interno e por tornar o esporte um dos principais símbolos da identidade cultural brasileira. Além disso, Vargas também foi imprescindível para desenvolver a relação de simbiose entre o povo brasileiro e sua seleção. Retomar tal percurso é fundamental para compreender o significado do futebol na cultura nacional e as razões pela qual ele se constituiu num objeto de disputa e interesse de grupos políticos, empresas de capital privado e governos. Deste modo, revisitar a história do futebol no período Vargas é indispensável para podermos entender por que o esporte se tornou alvo das diversas medidas que procuraram modernizá-lo e potenciá-lo.

Retornando aos anos de 1930, o futebol, já bastante popular nesse período, não escaparia a essa tendência modernizadora. É interessante pontuar que, até então, a atuação do Estado junto ao esporte limitava-se ao incentivo da adoção da prática esportiva pela população, mas sem apresentar propostas sistematizadas, projetos concretos ou prever destinação de recursos (KOWALSKI, 2001). Também não havia preocupação em fiscalizar e acompanhar as ações desenvolvidas pelas entidades desportivas. Tais aspectos, que estiveram presentes durante todo o período em que Vargas esteve no poder, ressoam, por vezes, como ações intervencionistas e autoritárias; contudo, não podemos perder de vista a importância da atuação estatal para fiscalizar a utilização de verbas e gerenciar o desenvolvimento de ações de interesse público.

Inicialmente, a participação do governo no setor esportivo se voltava para as questões referentes à seleção brasileira e é relatada na literatura em fatos pontuais, em especial acontecimentos relacionados à copa de 1934 (FRANZINI, 2003; GUTERMAN, 2010). Como exemplo, podemos citar a indicação de Lourival Fontes, nomeado por Vargas diretor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, para comandar o selecionado daquele ano (GUTERMAN, 2010). Interessante destacar que a indicação foi feita pela própria CDB, então presidida por Luiz Aranha, que participou, ao lado de Vargas, da revolução de 1930 (FRANZINI, 2003). No entanto, diversos episódios no cenário esportivo da época foram protagonizados pelo Estado, nos posicionamentos adotados pelo governo, e atravessados por

questões e interesses políticos. De modo geral, ao analisar o período, percebe-se que Vargas firmou um compromisso com o desporto brasileiro em sua totalidade, buscando atuar em questões relativas à implantação do profissionalismo e ao desenvolvimento organizacional e cultural do esporte, aspectos que, em seu conjunto, contribuíram para a popularização e difusão da modalidade (KOWALSKI, 2001).

Durante o período em que a gestão esportiva foi compartilhada entre a CBD e a FBF, que se orientavam a partir do código amador e profissional, respectivamente, os conflitos e desentendimentos no nível da macropolítica esportiva foram constantes. Os dois órgãos explicitavam o interesse em obter a exclusividade do direito de gerir o futebol. Na fase de preparação para as Olimpíadas de Berlim, 1936, outro episódio⁵ explicitou a cisão profunda que havia entre os setores internos do país, responsáveis pela administração dos esportes. A CBD detinha o poder de gestão não apenas do futebol, mas dos esportes em geral, quando um dos dirigentes brasileiros do Comitê Olímpico Internacional (COI) – que também era o presidente da Liga Carioca Profissional – viajou para a Europa em busca das diretrizes necessárias para fundar um Comitê Olímpico Brasileiro (COB) que fosse autônomo em relação à CBD. A proposta de desarticular as instituições visava justamente a resolver a questão da representação do país por atletas profissionais. Como apenas a CBD, afeta aos valores e preceitos amadorísticos, podia fazer as convocações, era comum que os atletas vinculados aos clubes que haviam instituído o profissionalismo fossem deixados de lado.

Quando o dirigente retornou ao Brasil, foi acusado pela CBD de atuar em desacordo com as normativas internacionais e o debate foi levado para o campo jurídico. Guinle, num movimento estratégico e para amenizar a pressão da CBD, decidiu nomear Getúlio Vargas como presidente de honra do COB. Deste modo, a proposta profissional tornava-se legítima ao contar com o apoio declarado do Estado por meio da vinculação simbólica da figura do presidente à instituição. Diante da força política, nacional e internacional que os grupos ligados ao profissionalismo vinham apresentando e, também, tendo em vista que a CBD ainda não tinha o apoio oficial da FIFA – que, naquele período já havia reconhecido o profissionalismo, – a confederação cedeu à implantação do regime profissional no futebol para manter a prerrogativa de exclusividade no gerenciamento do futebol brasileiro (COUTINHO, 2013).

⁵ O primeiro episódio relatado e que explicita a divisão que existia na gerência esportiva do país durante os anos de 1930 refere-se à dificuldade em formar o grupo que o representaria na copa de 1934, na Itália. A descrição pormenorizada do acontecimento pode ser consultada na página 46 desta dissertação.

Nesse contexto de disputa e de busca por legitimação, a conduta e o posicionamento adotados pelos clubes também consideravam variáveis de ordem econômica e política. Declarar o apoio a CBD e manter-se em defesa dos valores amadorísticos garantia o prestígio dos dirigentes junto às camadas da elite nacional conservadora, além de assegurar alguma tranquilidade financeira obtida por subsídios fornecidos pela CBD e por doações dos sócios. No entanto, posicionar-se favorável ao profissionalismo possibilitava a aproximação com o eleitorado popular (CALDAS, 2001). Ademais, com as manobras adotadas pelos dirigentes que buscavam implantar a profissionalização do esporte para atrair o governo e vincular figuras políticas às instituições em ascensão, a proposta profissionalista tornou-se mais interessante do ponto de vista econômico. Transformar o esporte numa questão de Estado criava condições para o fornecimento de subsídios, incentivos fiscais e destinação de recursos públicos que contribuiriam para o crescimento material e a sobrevivência financeira das entidades. Para o governo e os políticos em geral, essa aproximação era interessante em termos eleitorais e de popularidade, pois as ligas profissionais possibilitavam a participação popular e a apropriação do esporte pelo povo. Assim, o apoio a esta vertente aproximava os governantes do eleitorado, contribuindo para que eles conquistassem a simpatia da população. Estavam lançadas as bases para a construção de uma política clientelística no futebol.

No entanto, segundo Franzini (2003) e Guterman (2010), foi a partir da preparação para a copa de 1938, quando já vivíamos tempos de Estado Novo, que o governo Vargas passou a atuar de maneira mais incisiva sobre o futebol e a seleção. Motivado a demonstrar as vantagens da miscigenação brasileira e criar uma identidade nacional que fosse incorporada com orgulho pela população, Getúlio percebeu a copa de 1938 como uma oportunidade única para concretizar esse empreendimento (GUTERMAN, 2010). A importância que o governo atribuiu à copa pode ser constatada tanto pelo viés econômico quanto simbólico: o Banco do Brasil disponibilizou o custeio de parte das despesas da delegação que foi à França, efeito de uma campanha promovida pela CDB, cujo tema era: “auxiliar o *scratch* é dever de todo brasileiro”; além disso, a filha de Vargas, Alzira Vargas, foi escolhida para ser a madrinha da equipe, reiterando o caráter oficial da comissão como representante do país (FRANZINI, 2003).

Por essa época, um elemento já bastante presente no cotidiano do brasileiro foi primordial para estabelecer o laço que faltava entre a nação e o escrete, que disputava a copa na França: o rádio. Este poderoso e revolucionário instrumento de comunicação, que dera seus primeiros passos em território nacional no início da década de 1920, transmitiu os jogos do mundial de 1938 diretamente da Europa e foi indispensável para promover no país “a

sensação de uma experiência coletiva” (GUTERMAN, 2010, p 82). De certa forma, foi também uma ação de Vargas, ainda que indiretamente, que possibilitou as transmissões radiofônicas das partidas de futebol. Em 1932, um decreto presidencial regulamentou a radiodifusão e permitiu o uso comercial desta mídia, que passou a ser subsidiada pela renda oriunda da publicidade (GUTERMAN, 2010). Diante do novo cenário, a programação, antes com vocação ao eruditismo, foi profundamente reformulada, passando a incorporar atrações conexas aos interesses populares, dentre os quais se encontrava o já aclamado futebol (FRANZINI, 2003).

O Brasil do período Vargas não foi o único a agregar o esporte ao Estado. No caso específico do futebol, sua utilização como mediador das relações entre líderes políticos e população foi adotada por diversos governos. De fato, considerando-se a cronologia dos acontecimentos e a tendência brasileira em supervalorizar o referencial estrangeiro, é possível sugerir que algumas medidas possam ter sido importadas do velho continente. No entanto, não podemos descartar a tese de que as semelhanças entre o que acontecia no Brasil e em alguns países da Europa naquele período fossem meros desdobramentos das proximidades nas formas de governar que se instalaram nesses países, como se pode constatar em Guterman (2010) e Agostino (2011). No caso do futebol, uma destas semelhanças e, talvez, a mais evidente no debate elaborado pelos referidos autores, reside na grande sujeição do esporte ao Estado, prática que pode ser observada no Brasil, bem como na Alemanha, na Itália e na Espanha durante o período ora abordado. Porém, neste ponto, é importante reiterar o alerta feito por Caldas (2001) acerca dos discursos que procuram desvalidar a potência do futebol reduzindo-o a um mero instrumento ideológico, a serviço do Estado e das elites, para ludibriar e alienar a população. O autor ressalta que são os modos de apropriação e utilização das práticas desportivas que orientam a função destas atividades na dinâmica social.

A rigor, todo fenômeno social de grande ressonância popular (no Brasil, o carnaval e o futebol) possui, sem dúvida, importância política e social incontestável. Esses elementos, porém, não nos autorizam atribuir automaticamente um caráter reificador embutido nessas manifestações. Transformá-las em “ópio do povo”, em algo alienante, corresponde a ter uma visão unilateral e maniqueísta dos processos sociais (CALDAS, 2001, p. 105, grifo do autor).

Como veremos a seguir, foi traço comum aos governos nacionalistas articular o esporte as suas gestões pela via legislativa, garantindo plenos poderes de decisão ao Estado quanto às políticas da área. Vargas procedeu da mesma forma no Brasil e a partir de motivações semelhantes. No entanto, também procuraremos descrever situações em que o futebol funcionou como canal de protestos e expressão das insatisfações populares.

Durante o Estado Novo, o governo brasileiro passou a demonstrar claro interesse em elaborar políticas nacionais para promover o esporte no país. Nota-se, então, que o foco se estendia para além do esporte profissional e tinha como fundamentação ideológica a potencialização do corpo dos indivíduos de modo a fortalecê-los e prepará-los para o trabalho (PRONI, 2000). A força centralizadora do governo varguista nas questões relativas ao esporte se fez sentir de modo mais contundente a partir de 1941, com a criação do Conselho Nacional dos Desportos (CND), órgão que teve como função “disciplinar a prática esportiva e colaborar para o desenvolvimento desportivo do país, atuando como órgão normativo e fiscalizador” (PRONI, 2000, p. 123). Importante destacar que a criação do CND foi, em certo sentido, avalizada por alguns segmentos da imprensa que consideravam necessária a ação do governo sobre o desporto nacional, particularmente o futebol, em virtude de sua desorganização (PRONI, 2000). Do mesmo modo, também a atuação e intervenção do governo nos clubes foram uma forma de responder às demandas apresentadas por estas entidades, que frequentemente solicitavam o posicionamento e a mediação do Estado em relação às disputas (COUTINHO, 2013).

No caso do futebol, a criação do CND significou a completa submissão da CBD, bem como das federações estaduais e dos clubes à entidade estatal. A possibilidade de intervenção do órgão visava aos mais variados setores da estrutura esportiva do país, nas dimensões legislativa, administrativa e organizacional. Neste sentido, cabia a CND determinar o modelo de estatuto que deveria ser adotado pelos clubes, definir as normas burocráticas que deveriam ser seguidas, além de poder nomear interventores para atuarem nas federações estaduais, sanando supostos problemas administrativos (ANTUNES, 1994; PRONI, 2000). De fato, Vargas entendia como o futebol havia se constituído num dos referenciais da população brasileira. Assim, controlando os acontecimentos no interior dos clubes e instalando nestes as diretrizes que orientavam seu governo, fazia do esporte um precioso porta-voz na difusão dos valores que defendia. A limitação dos poderes da CND sobre o esporte brasileiro só veio com o fim do Estado Novo em, 1946, e, ainda assim, o órgão não foi completamente extinto e continuou atuando em alguns casos considerados excepcionais, até sua revogação completa nos anos de 1980 (PRONI, 2000).

Um dos únicos objetivos no campo do desporto não conquistado por Vargas diz respeito à possibilidade de sediar um megaevento esportivo. Acompanhando o sucesso dos eventos realizados desde 1930 e interessado na publicidade internacional que estes renderam aos países sede, o governo Vargas sabia que trazer um evento daquela magnitude era um passo importante para dar destaque internacional ao Brasil. Assim, logo após a copa da França, em 1938, a CBD apresentou à FIFA a candidatura para sediar a próxima edição da competição, inicialmente prevista para 1942. No entanto, em razão da II Guerra, o evento foi adiado e só viria ao Brasil em 1950, cabendo ao governo Dutra assumir a realização do evento, que, afinal, não rendeu à seleção e ao povo brasileiro as glórias esperadas (GUTERMAN, 2010). Esse ponto é importante para abrirmos uma ressalva valiosa no que tange a associação de Vargas ao esporte e à construção e utilização de símbolos que compõem o projeto nacionalista.

O empenho empreendido pelo governo Dutra para a realização da copa de 1950 no Brasil contou com investimentos significativos para melhorar a estrutura esportiva na cidade do Rio de Janeiro, como atesta o majestoso Estádio Mario Filho – o Maracanã. Além disso, também houve a preocupação em formar torcidas coordenadas para acompanhar os jogos da seleção no evento. O episódio é apenas um exemplo para ilustrar que Getúlio Vargas não foi o único presidente brasileiro ligado ao projeto nacionalista e preocupado com as questões relativas aos esportes. Talvez a diferença e a razão que frequentemente nos conduzem a atribuir à figura de Getúlio a exclusividade do interesse pelas questões referentes ao esporte estejam pautadas no esforço empreendido pelo presidente para associar sua imagem pessoal às ações desenvolvidas no plano esportivo, assim como em outras áreas de ressonâncias populares. No entanto, é errôneo e precipitado considerar que outros governistas, por não terem atuado de maneira semelhante, tenham sido negligentes ou indiferentes ao setor. É interessante, ainda, a perspectiva trazida por Coutinho (2013), que sugere o projeto nacionalista como o resultado de uma síntese, o produto canalizado das demandas e anseios sociais divergentes, tal como segue no excerto:

Se restringirmos o discurso nacionalista e popular a Vargas, estaremos concebendo que todo o arcabouço de um imaginário político extremamente bem-sucedido foi construído maquiavelicamente por mentes brilhantes das fileiras estatais. Ora, caminho muito mais profícuo é entender a difusão das práticas políticas nacionalistas e populares como resultado da relação conflituosa entre demandas sociais e estratégias de legitimidade política (COUTINHO, 2013, p. 91-92).

A despeito da derrota na copa de 1950⁶, Kowalski (2001) atribui ao evento a responsabilidade por consolidar em definitivo a coesão da sociedade brasileira em torno das experiências proporcionadas pelo futebol, particularmente quando se trata da seleção nacional. Segundo a autora, a mobilização popular que ocorreu para viabilizar a copa promoveu a unificação do povo brasileiro, comprometido com a busca pela conquista do campeonato, mas, especialmente, com a *tarefa* de divulgar uma imagem positiva do país e da população. Nesse contexto, as ações empreendidas na preparação do país para sediar o mundial eram frequentemente apresentadas como resultado do esforço, da colaboração e do trabalho coletivo. É o que parece ter havido em relação ao Maracanã. A construção do estádio de futebol parecia ter no imaginário coletivo a função de uma nova etapa que consolidaria definitivamente o esporte como símbolo nacional e elemento indissociável da identidade brasileira. Ele representava a concretização de todas as expectativas investidas no esporte, além de ser a obra material concreta que garantiria a perpetuação do significado do futebol para as futuras gerações brasileiras (KOWALSKI, 2001).

Acerca disto, Fraga (2014) concorda que a disputa da copa no Brasil foi um marco na tentativa do país de superar a fragmentação que havia na sociedade brasileira e que se expressava na força dos regionalismos. Ele destaca o papel da imprensa na difusão da mensagem unificadora que buscava congregiar o povo brasileiro, formando uma coletividade voltada para a causa de *torcer pelo Brasil*. No entanto, o autor sugere que a ênfase demasiada no torcedor carioca, eleito como modelo a ser seguido, e na cidade do Rio de Janeiro acabou instituindo uma situação em que se buscou combater os regionalismos com a imposição de um modelo regional que partia do centro.

A escolha de um modelo de torcedor como *o mais legítimo* é também uma forma de impor, através do discurso, um modelo de nacionalidade a ser seguido pelos demais, negando outras possibilidades por não estarem no mesmo compasso de modernidade, por serem exóticos [...] ou simplesmente por não compartilharem dos mesmos traços que o protótipo de torcedor tido como modelo (FRAGA, 2014, p. 297).

⁶ Neste ponto é importante destacarmos um episódio muito mais triste que a derrota em si, mas que demonstra que os conflitos sociais e étnicos ainda existiam no país e que o futebol não havia conseguido se livrar completamente do ranço do conservadorismo e do preconceito considerado característico de seus anos iniciais no Brasil. Frente à derrota houve um levante popular em busca do *culpado*, como de praxe, e em 1950 os eleitos para ocupar esse posto indigesto foram os *atletas negros*. O futebol, que já havia sido considerado como por Mario Filho como o espaço que possibilitaria a população negra conquistar a ascensão e o reconhecimento social no Brasil, mostra que o povo brasileiro não suplantou o racismo, apenas o deixou cordial e delicadamente afastado dos olhos do visitante estrangeiro e dos seus próprios.

Muita controvérsia também foi motivada pelas escalações apresentadas. No caso particular de São Paulo e Rio de Janeiro, a disputa e os interesses em ter atletas de seus estados protagonizando os jogos eram evidentes. As reivindicações levantadas pelos dois estados eram fundamentadas pelo argumento de não se sentirem adequadamente representados pelo selecionado. Apesar dessas divergências, e tendo em vista a retrospectiva da torcida brasileira⁷, pode-se considerar que a população se encontrava, de fato, unificada para torcer pelo Brasil. O torcer se converteu numa experiência de coletividade em que há interação entre diversos grupos e classes sociais. É legítimo afirmar que numa sociedade ainda tão rigidamente hierarquizada como aquela de meados do século XX no Brasil, tal possibilidade provocasse excitação, entusiasmo ou fascínio e, simultaneamente, insegurança ou até mesmo repulsa. “O futebol oferece uma estrutura comum de referências, significados e regras, transcende barreiras culturais, políticas e de linguagem. Seus fundamentos formam um cenário simbólico global, estabelecendo a cultura popular e de massa” (KOWALSKI, 2001, p. 94).

O futebol tornava-se um fator de coesão social que possibilitava a formação de uma coletividade no Brasil. Ao inaugurar esse espaço que permitia a partilha de uma experiência comum, criava-se uma rachadura na tradicional hierarquia socioeconômica que definia as bases da sociedade brasileira. De acordo com Caldas (2001), o futebol, assim como o carnaval, tem esse potencial aglutinador e unificador, pois promove a supressão das diferenças e das marcações classistas ou culturais por meio da suspensão temporária das rígidas formas de divisão social e códigos de sociabilidade, possibilitando a interação entre atores anônimos no compartilhamento de experiências e afetos comuns.

Ao revisitarmos esse período da história do futebol do Brasil, já é possível perceber a presença das tentativas de modernização da modalidade que estavam alinhadas ao que acontecia no cenário social mais amplo. Neste sentido, assim como outras áreas do país, o setor esportivo foi submetido ao amplo controle do Estado, que se tornou principal responsável por ditar os caminhos pelos quais o desporto deveria se desenvolver, bem como por estabelecer as diretrizes para padronizar a prática esportiva no território nacional. Neste contexto, o futebol, que já havia se consolidado como esporte popular, foi afetado de modo significativo, adquirindo uma estrutura e uma dinâmica que se estenderiam por muitos anos.

⁷ Na copa de 1930, a rivalidade entre paulistas e cariocas era tão expressiva que quando foi anunciada a eliminação brasileira no solo uruguaio, a capital de São Paulo pôs-se em festa. Como nenhum atleta paulista havia sido convocado e, portanto, os paulistanos não consideravam aquele um selecionado verdadeiramente nacional. Na copa de 1934 a fragmentação foi motivada pela disputa institucional e política que ocorria entre os afetos ao regime profissional e amador (FRANZINI, 2003).

Ainda, em virtude de sua popularidade, o futebol foi escolhido como o elemento a ser investido pelo governo no processo de construção de uma identidade brasileira. Este tema, tão caro ao varguismo, encontrava respaldo numa conjuntura social e histórica específica, em que questões envolvendo o nacionalismo e a soberania das nações inflamavam os ânimos no cenário internacional e favoreciam o afloramento das identidades nacionais extremistas. Aqui, portanto, os sentidos da modernização do futebol eram atravessados por questões relativas à organização e desenvolvimento dessa prática. O projeto se consolidou por meio do controle e intervenção estatal e tinha em vista servir a um propósito, qual seja o de constituir um campo de experiência comum em torno do qual o país pudesse se unificar e desenvolver uma identidade nacional brasileira.

O retorno a esse período histórico deixa evidente o papel intervencionista e mediador adotado pelo governo em relação ao futebol. Apesar do controle e da centralização que se instaurou na modalidade, há de se ressaltar a importância das medidas adotadas por Vargas para direcionar o desenvolvimento do esporte nacional. No que tange especificamente ao futebol, Getúlio Vargas foi, sem dúvidas, um dos grandes responsáveis por transformar esse esporte e a seleção em símbolos da cultura brasileira. É inegável, também, que o demasiado controle sobre os acontecimentos no universo futebolístico caracterizasse um tipo de zelo com aquilo que já era considerado pelo governista como um bem nacional. Além disso, suas ações interventoras cumpriram uma função estrutural importante para o futebol profissional, uma vez que este ainda se encontrava em estágio embrionário.

No conjunto mais amplo, pode-se sugerir, também, que a preocupação de Getúlio em estabelecer uma política nacional do desporto denotava que ele já reconhecia as potências e benefícios associados à prática esportiva, que ultrapassam os aspectos físicos e são tão exaltados no contemporâneo. Além disso, foram inúmeros os episódios e disputas envolvendo as entidades da sociedade civil em que o governo foi convidado, quando não convocado, a protagonizar, gerenciar e mediar os embates travados. Como destaca Coutinho, “A atuação do Estado no campo desportivo a partir da década de 1930 é inegável, mas é interessante também destacar o quanto a participação estatal foi resultante de demandas sociais” (COUTINHO, 2013, p. 82).

Ainda, em que pesem alguns dos direcionamentos adotados por Vargas na sua maneira de conduzir as questões relativas ao esporte, não podemos reduzir a participação e posicionamento do Estado acerca de um tema às medidas adotadas por um governo específico. Como nos lembra Manacorda (2007), ao debater o assunto do ensino estatal, Estado e governo não são redutíveis e não correspondem um ao outro “[...] a óbvia, mas

esquecida observação de que Estado e governo são duas coisas diversas, e que o ensino pode ser estatal sem estar sob o controle do governo” (MANACORDA, 2007, p. 103). Parece plausível estender essa afirmação ao caso do futebol e do esporte em geral.

O esporte, assim como a educação, é um elemento que comporta benefícios à coletividade. Ícones da cultura e produtos da atividade humana, o esporte e a educação são componentes que integram aquilo que é comum, partilhado. Assim, entendemos que o Estado tem o potencial para atuar como agente regulador e fiscalizador na gestão dos interesses que circundam o futebol na atualidade, estabelecendo as diretrizes e fiscalizando as ações das empresas de capital privado na exploração econômica da modalidade e dos atletas. É, neste sentido, um ícone importante para preservar condições minimamente dignas para o exercício do trabalho desses profissionais, os atletas. No entanto, é necessário pontuar a importância da articulação dessa instância estatal com outros grupos ligados ao setor esportivo (atletas, profissionais técnicos da área, diretorias dos clubes, torcedores e outras instituições/organizações), a fim de que se possa debater a estrutura e as práticas estabelecidas neste contexto, e elaborar políticas que possibilitem o desenvolvimento do desporto nacional na condição de bem comum. Retornaremos a esse debate mais adiante quando tratarmos da modernização do futebol em sua dimensão econômica e a tendência neoliberal que parece ter se instalado na modalidade e que tem buscado reduzir e combater as possibilidades de participação do Estado junto ao tema.

1.2.2 O futebol e o Estado: dominação e resistência no cenário internacional.

As relações entre política e futebol, bem como os usos desse por parte de governos para promover valores e aumentar sua popularidade não é exclusividade do Brasil no período entre guerras. Do mesmo modo, formas similares àquelas adotadas por Getúlio para conduzir o desenvolvimento do futebol brasileiro durante sua primeira passagem pelo governo foram bastante utilizadas em outras partes do mundo ocidental. Especialmente na Alemanha e na Itália, o futebol foi escolhido como um dos principais instrumentos para a projeção dos valores nacionalistas defendidos pelos regimes. De maneira análoga ao Brasil, esses países valeram-se da popularidade deste esporte e do seu potencial para despertar as paixões e ânimos das pessoas, para promover a unificação nacional em torno de um símbolo capaz de atingir múltiplos grupos populacionais. Tanto os líderes governistas como a população vislumbraram o futebol como ferramenta simbólica poderosa na luta política e social. Neste trecho pretendemos, portanto, ilustrar algumas semelhanças entre as formas de

condução do futebol por governos com ideais nacionalistas e àquelas adotadas por Getúlio no contexto brasileiro. Ainda, a fim de evitarmos uma perspectiva demasiado apocalíptica acerca dos modos de apropriação do futebol moderno, buscaremos apontar experiências em que este desporto funcionou como espaço simbólico e concreto para lutas e manifestações contrárias a diversas formas de opressão.

No tocante ao esporte no cenário internacional, merecem destaque as ações de Mussolini na Itália e de Hitler na Alemanha. Os dois regimes nacionalistas reconheceram a potência do esporte como elemento mobilizador da massa e como palco possível para a expressão de resistências contrárias à ordem que procuravam impor (FRANCO JÚNIOR, 2007). Considerando isso, os líderes em questão procuraram dobrar a força instigadora do futebol a seu favor por meio de ações conexas aos pressupostos de suas ideologias políticas de centralização estatal, transformando o esporte popular num dos principais veículos de propaganda de seus governos (AGOSTINO, 2011).

Por volta de 1922, o fascismo italiano já incluía o esporte em sua pauta de governo, atuando principalmente por meio do investimento na construção de centros poliesportivos, ainda sem privilegiar uma modalidade específica. As ações de incentivo ao estabelecimento de hábitos esportivos no conjunto da população eram atravessadas por interesses militares em duplo sentido: possibilita o disciplinamento do corpo e a potencialização de suas capacidades na dimensão física; aproxima o povo de uma cultura de guerra por meio das metáforas belicistas adotadas no contexto esportivo. Assim, considerando o interesse popular que o futebol atraía para si, bem como o forte apelo bélico presente no linguajar que permeia a modalidade, este esporte foi conquistando o interesse do *Duce* para se tornar um dos pilares de seu regime. Em consequência disso, o esporte passou por um processo de reformulação legislativa em 1926, por meio da chamada Carta de Viarregio, que o submetia ao controle do Estado. O referido documento “elaborava um novo estatuto para o futebol, definindo o *status* de jogadores, fixando normas para atletas estrangeiros, além de legislar sobre uma série de outras questões relativas ao universo do esporte” (AGOSTINO, 2011, p. 56).

Com a realização do Mundial da FIFA no Uruguai, em 1930, e a repercussão obtida pelo evento nos países do ocidente, a nova pretensão de Mussolini foi tornar a Itália o país sede da segunda edição da copa. Tendo em vista este objetivo, o governo italiano não mediu esforços para concretizá-lo, apresentando à FIFA um projeto no qual a Itália se propunha a arcar com todos os encargos da competição, desde sua preparação até a realização em si. Em 1932, quando a Itália foi confirmada como país-sede da próxima copa, a cúpula

governista logo começou a se valer da conquista tratando de associá-la à comemoração do decenário do regime, sugerindo o sucesso do mesmo. Além de conferir à Itália uma posição de destaque no cenário internacional, a realização do mundial de futebol se apresentava como excelente oportunidade para essa nação provar sua superioridade dentre as demais (AGOSTINO, 2011).

Considerando-se os pressupostos do regime e a analogia que se estabelecera para os italianos entre futebol e guerra, a participação naquela copa realizada *em casa* adquiria o sentido de uma batalha. Por isso a preocupação dos órgãos oficiais em garantir um selecionado que representasse uma raça italiana pura e vencedora. Tendo em vista estes dois significantes, o país recorreu a seus *oriundi*,⁸ mas precauções deveriam ser tomadas para assegurar que os atletas selecionados tivessem ascendência italiana não apenas no sangue, como na aparência (GUTERMAN, 2010; FRANZINI, 2003). A empreitada não podia ter desfecho mais glorioso! Seja pela participação dos *oriundi* no selecionado ou pelos esforços extracampo empreendidos por Mussolini e seus chefes de governo, a Itália sagrou-se a grande campeã da segunda edição do mundial (AGOSTINO, 2011).

A Alemanha, por sua vez, também buscou, por meio da prática esportiva, difundir uma cultura de valorização do corpo e do vigor físico. Destacando a dimensão disciplinadora do esporte, este foi considerado elemento fundamental ao processo de regeneração da raça. Com esse movimento, não espanta o fato de que Hitler tenha se ocupado de modo atento às questões relativas ao esporte ao longo de seu governo. Nesse contexto, o futebol também foi alvo de intervenções estatais, inclusive por meio de políticas que reiteravam o caráter antissemita que marcou o nazismo, tal como a proibição da presença de atletas judeus em times alemães promulgada em 1933. Aproveitando o contágio do mundo por esse esporte, o *Führer* buscou estabelecer aproximações diplomáticas com outras nações por meio da promoção de partidas de futebol envolvendo os selecionados nacionais (AGOSTINO, 2011).

O uso da modalidade como instrumento mediador de relações diplomáticas foi de extrema importância para colocar a Alemanha de volta no cenário político internacional, uma vez que o país ainda sofria com as limitações que lhe foram impostas pela comunidade internacional após a I Guerra Mundial. Um caso emblemático ocorreu em uma partida envolvendo as seleções alemã e inglesa no ano de 1935. O encontro foi marcado para ocorrer no estádio do *Tottenham Hotspur* da Inglaterra, clube que, ironicamente, estava ligado à

⁸ Descendentes italianos espalhados pelo mundo e que praticam o futebol em seus respectivos países. Os *oriundi*, especialmente os da América do Sul, foram atraídos pelas propostas dos clubes italianos, até porque muitos dos países sul-americanos ainda não tinham regulamentado a profissão de atleta de futebol no período.

comunidade judaica daquele país. A decisão provocou reações de protesto na população inglesa, em especial entre os torcedores do referido clube, que se opunha aos ideais antissemitas em vigor na Alemanha. No entanto, a partida possuía valor diplomático para os dois países: para a Inglaterra representava uma aproximação com a Alemanha, em meio a uma Política de Apaziguamento, com a possibilidade de viabilizar as negociações entre esses países; já para a Alemanha, que seria sede dos Jogos Olímpicos no ano seguinte, era uma oportunidade para demonstrar sua condescendência aos valores esportivos aclamados na comunidade internacional e, assim, diminuir o peso da campanha de boicote aos jogos lançada pelos Estados Unidos (AGOSTINO, 2011).

Apesar da projeção interna e externa que o futebol proporcionou à Alemanha no período nazista, o país não conseguiu converter os investimentos em conquistas concretas no meio esportivo. Mesmo assim, esta área foi fundamental para a difusão dos valores que fundamentavam o regime. Atletas austríacos, que foram incorporados aos times alemães após a ocupação da Áustria por Hitler, relatam terem sido submetidos a *aulas* sobre o nacionalismo alemão, cujo objetivo era impulsionar sua identificação com o regime. Um dos itens desses cursos consistia no aperfeiçoamento da saudação nazista, elemento que compunha o protocolo de abertura de todas as partidas de futebol disputadas na Alemanha.

A maneira como este esporte foi incorporado à dinâmica da vida social tanto na Alemanha como na Itália é tão significativa que, mesmo com a guerra já em curso, as partidas de futebol continuaram sendo realizadas, objetivando dar sentido de regularidade e normalidade à vida da população. No caso específico da Alemanha, o futebol foi usado de modo estratégico quando as tropas começaram a sofrer nos campos de guerra. Nesse cenário, para abafar as derrotas, o selecionado alemão realizou uma série de amistosos cumprindo dupla função: fornecer ao rádio material para preencher a programação, desviando a atenção das baixas sofridas; reiterar sua superioridade nos territórios conquistados e firmar a aprovação interna do regime (AGOSTINO, 2011).

Apesar do governo nazista na Alemanha ter findado já há setenta anos, o país ainda carrega o peso de sua história, como pode ser constatado num episódio recente envolvendo a seleção alemã, campeã da copa do mundo realizada no Brasil em 2014. Os atletas, durante a comemoração do título em Berlin, fizeram uma coreografia e entoaram um canto referindo-se aos argentinos, derrotados na final. A música dizia: “Nós somos gaúchos⁹ e os gaúchos andam assim” – curvando o corpo para andar – “Nós somos alemães e os alemães

⁹ Gaúcho é um termo genérico para referir aos povos argentino e uruguaio.

andam assim” – colocando-se novamente na postura ereta para caminhar. A imprensa alemã não considerou a brincadeira de bom tom, enquanto a imprensa argentina, mais incisiva, declarou que o gesto insinuava que os alemães são outra raça. A Federação Alemã de Futebol divulgou nota sobre o ocorrido, desculpando-se com aqueles que possam ter ficado ofendidos com a comemoração e afirmando que a mesma não pretendia ser desrespeitosa (NOGUEIRA, 2014; FEDERAÇÃO..., 2014).

A despeito dos extensos usos que os líderes nacionalistas fizeram do futebol, na tentativa de fazer dele ferramenta para estabelecer o controle social e utilizá-lo como via de propaganda dos valores nazifascistas, esta não foi a única apropriação que se fez do esporte. Durante esse período obscuro da história da humanidade, o futebol também possibilitou a expressão e manutenção de focos de resistência da população em relação aos regimes instalados. Naquele momento, os estádios de futebol foram palco de espetáculos que estavam muito além das partidas entre os mais imponentes selecionados. Eles sediaram manifestações populares de grupos que se posicionavam contrários à ordem social instalada pelos regimes nacionalistas. O futebol foi o corpo que permitiu a expressão da voz do povo num momento em que os protestos contrários ao governo tendiam a ser violentamente reprimidos. Qualquer semelhança entre o cenário descrito e a experiência vivida no Brasil durante a ditadura não é mera coincidência. Franco Júnior (2007) afirma que Che Guevara já havia alertado para o potencial do futebol enquanto uma arma revolucionária, para além do aspecto lúdico e da excitação imediata proporcionada pelo jogo.

Ao discorrer sobre a copa da França em 1938, Agostino (2011) aponta que tanto os selecionados da Alemanha como da Itália foram recebidos nos estádios com gritos de oposição e xingamentos. Os atletas vaiados talvez pouco tivessem a ver com as torturas despendidas aos grupos perseguidos pelos regimes nazifascistas, mas a ação possuía um valor simbólico fundamental para aqueles que se opunham a esses governos. Neste sentido, o ato não se dirigia os atletas ali presentes e sim ao que eles representavam, à bandeira que defendiam. Hitler ou Mussolini, ainda que não estivessem presentes no estádio, devem ter acompanhado os acontecimentos pelo rádio ou por meio dos informantes que, sem dúvidas, foram enviados ao evento.

Apesar de termos destacado os eventos durante a copa de 1938, é importante ressaltar que muitos outros confrontos esportivos, fossem entre selecionados ou entre times comuns, envolvendo Itália e Alemanha representaram episódios relevantes no plano da luta simbólica contra o totalitarismo. Aqui, um fato específico merece destaque: a disputa entre soldados nazistas e um grupo de atletas de origem judaica abrigados por um comerciante de

Kiev, na Ucrânia. A chamada padaria número três, sob a administração de Josef Ivanovich Kordik, que era fascinado por esportes, forneceu refúgio para atletas de diversas modalidades esportivas, empregando-os em seu estabelecimento. Entre os refugiados estavam futebolistas de dois times locais, Dínamo e Lokomotiv, que foram dissolvidos após a ocupação das tropas nazistas. A prática constante do futebol entre esses atletas padeiros e o encorajamento de Kordik levou a formação do time Start FC (AGOSTINO, 2011; DOUGAN, 2001).

O Start FC de Kiev seria o protagonista de um dos episódios mais marcantes e que exemplificam a resistência à dominação por intermédio do futebol. O Start foi desafiado por um time nazista misto, formado por alemães e húngaros, que compunham a força área. A disputa ficou conhecida como *O Jogo da Morte*. Antes do início da partida, o árbitro teria ido ao vestiário e instruído os atletas do Start sobre o protocolo nazista que consistia em cumprimentar os atletas alemães erguendo o braço e proferindo *Heil Hitler*. No entanto, eles decidiram desafiar os invasores e adotar uma saudação típica no esporte soviético. A afronta ocorreu também no placar, que fechou com a vitória do Start por 5x1 sobre os alemães. Estes, inconformados com a derrota, reforçaram o time e demandaram uma revanche. Novamente derrotados, agora pelo placar de 5x3, decidiram recorrer às atividades em que eram verdadeiros campeões: violência e terror. Dias depois da segunda derrota, a Gestapo – Polícia Secreta da Alemanha nazista – invadiu a padaria. Vários atletas que disputaram a partida foram presos e enviados a um campo de concentração onde foram torturados e, alguns deles, mortos (AGOSTINO, 2011; DOUGAN, 2001).

Outro exemplo significativo do uso do futebol como meio de resistência às diversas formas de dominação e repressão pode ser encontrado no time *Futbol Club Barcelona*, doravante chamado de F. C. Barcelona. Desde o início de sua história, o time tornou-se um dos principais símbolos da identidade da Catalunha (FRANCO JÚNIOR, 2007). Antes de se tornar um dos maiores fenômenos de marketing do mercado global, o Barça, denominação com a qual os torcedores se referem ao time, foi um dos ícones na defesa pela república e na luta contra o centralismo que existia em relação à capital espanhola Madrid (AGOSTINO, 2011; F. C. BARCELONA, 2016). O envolvimento político do clube com a causa republicana era direto, tanto que a equipe organizou uma série de partidas nas Américas para angariar renda e divulgar o movimento que defendia a manutenção da república (AGOSTINO, 2011).

A importância do clube para a região era tão expressiva que quando Franco assumiu o poder, em 1939, algumas medidas que visavam a subjugar a Catalunha ao franquismo se concretizaram na forma de imposições feitas ao Barcelona. Uma das ações

mais diretas pode ser notada na nomeação de Enrique Piñeyro, afeto ao regime de Franco, para presidir o clube catalão. Além disso, todos os clubes da Espanha foram obrigados a abolir quaisquer expressões ou símbolos que remetessem a estrangeirismo. No caso do Barcelona, isso significou uma alteração na nomenclatura, que apesar de sutil foi relevante para o povo catalão: de Football Club Barcelona para Club de Fútbol de Barcelona (AGOSTINO, 2011). Estas ações atacavam a autonomia do clube e descaracterizavam um dos símbolos mais expressivos da identidade catalã. Sem dúvidas um meio bastante eficaz de enfraquecer os ideais que alimentavam a resistência ao regime naquela região e promover a unificação nacionalista.

Na América do Sul, o futebol também foi expressivo para viabilizar os protestos e lutas contra os governos autoritários. Caldas (2001) afirma que, em sociedades sob-regimes autoritários, os direcionamentos do futebol tendem a seguir esse mesmo tom, de modo que a atividade se torna instrumento para a legitimação dos regimes. Dando continuidade a este raciocínio, o autor afirma que, igualmente, em sociedades democráticas o futebol pode ser fator de potencialização da experiência da liberdade. No entanto, mais do que conceber o futebol como uma manifestação popular que seja condicionada pelas forças sociais e reproduza de maneira idêntica aquilo que está posto no conjunto da sociedade, considero que ele funciona como campo de criação e resistência aos modelos e padrões de vida já cristalizados na dinâmica social. Particularmente em períodos como os de ditadura, em que as liberdades, as possibilidades de socialização coletiva e a expressão popular encontram-se extremamente reduzidas.

Para ilustrar episódios de resistência na América Latina que tiveram como palco os estádios de futebol, ou que foram protagonizados por personagens e instituições ligados ao esporte, basta recorrer ao período histórico em que as ditaduras militares vigoraram em países como Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. Caldas (2001) elucida o tema relatando que o futebol argentino apoiou diversas investidas em protesto ao comando militar e aos desmandos e autoritarismos que ocorriam nos clubes. O autor destaca a ação do sindicato dos atletas naquele país, que declarou seu apoio as mães da *Plaza de Mayo*, quando estas passaram a se reunir para reivindicar informações sobre o paradeiro de seus filhos e netos – ativistas que lutavam pela deposição do regime militar na Argentina.

Outro caso de destaque envolve a singela equipe uruguaia do Defensor Sporting Club. No vizinho platino, assim como no Brasil, são poucos os times que concentram a maior parcela de torcedores do país, até por razões relativas à extensão territorial e contingente populacional. Porém, a pluralidade de times é bem mais reduzida, sendo que dois clubes

dividem a maioria dos corações uruguaios: Nacional e Peñarol, que juntos somam mais de oitenta por cento da preferência entre os torcedores, de acordo com pesquisa realizada em 2013 (BONSANTI, 2013). Estes dois clubes, tradicionalíssimos no país, alternaram, ininterruptamente, o título de campeão nacional, nas competições em regime profissional, durante quarenta e quatro anos – de 1932, quando se instalou o profissionalismo, até 1975.

No ano de 1976, contudo, o pequenino Defensor foi quem levou a taça, desbancando os dois gigantes do título pela primeira vez na história do futebol profissional no Uruguai. A representação da conquista no imaginário coletivo contribuiu para confirmar o time como reduto e um dos principais símbolos de resistência ao regime militar, instaurado em 1973 no país. Além da simbologia que a vitória possibilitava, pois se tratava do pequeno, do oprimido, desafiando e subvertendo a disciplina e a ordem social estabelecida, pesava também o fato de que tanto o técnico como inúmeros atletas que compunham a equipe possuíam vinculações com os grupos opositores ao regime (LORENZON, 2015). Não bastasse a conquista do título, com todo o valor simbólico que isso representava, o time do Defensor (atletas e comissão técnica), compreendo a potência do feito histórico, comemorou o seu título com o tradicional gesto da volta olímpica, em que o time percorre o estádio até dar uma volta completa ao redor do gramado. No entanto, os atletas e a comissão técnica optaram por fazer uma pequena alteração no modo de execução do movimento: ao invés de correr rumo à direita (sentido anti-horário), como geralmente se faz, os campeões inverteram o sentido da corrida, se dirigindo para a esquerda (sentido horário). Ao modificar a forma instituída do movimento, conforme apresentado na figura 4, o time sinalizava abertamente seu posicionamento à esquerda política, em oposição ao regime que vigorava. Com isso, apresentava-se como uma entidade afeta à luta contra as diversas formas de opressão vividas no período e se configurava num canal para a expressão da voz daqueles que se mantinham calados por medo.

Figura 4 – Volta olímpica revés na vitória do Defensor em 1976.



Fonte: <https://tudoumpoucoesporteclubes.wordpress.com/tag/defensor-sporting-club/>

Os acontecimentos relatados apontam para a multiplicidade de modos de apropriação sociopolítica do futebol no cenário internacional. O objetivo, aqui, era o de exatamente elucidar ações e medidas de governos que buscaram consolidar a identidade nacional em seus países por meio da intervenção direta no universo futebolístico, tal como Getúlio Vargas no Brasil. Naquele contexto, os esportes funcionaram, internamente, para promover os valores defendidos pelos líderes políticos e, assim, produzir coesão social em torno de um ícone comum que estimulava os ânimos e paixões patrióticos.

Além disso, os megaeventos esportivos adquiriram a função de uma guerra simbólica, onde é possível demonstrar a suposta superioridade de um povo ou nação em condições minimamente controladas pelas regras e pela figura do árbitro. As disputas, desavenças e desentendimentos não precisariam mais, necessariamente, serem resolvidos por meio do conflito armado. Por outro lado, é importante considerar que as disputas esportivas também conservam expressiva capacidade de estimular os ânimos e despertar sentimentos relacionados ao orgulho nacionalista (FRANCO JÚNIOR, 2007). Neste sentido, as competições foram amplamente exploradas pelos governos nacionalistas, que procuravam afirmar-se sobre os demais países por meio das vitórias nas partidas ou de obras monumentais para sediar esse tipo de evento.

O investimento simbólico que transformou o futebol, e outras modalidades esportivas, em instrumento social para promover dominação, disciplina e alinhamento da população em relação a determinados princípios políticos, também foi responsável por fazer dele uma arma valiosa no combate a várias formas de opressão. Por esta razão, episódios como as partidas ocorridas em Kiev, a luta do Barcelona em prol da democracia espanhola e

da autonomia da Catalunha e a atuação simbólica do Defensor do Uruguai para combater a ditadura denotam expressões significativas de resistência à dominação e que foram viabilizadas por meio do esporte. O futebol possibilitou a manifestação da voz popular quando outros canais e ações eram limitados e duramente reprimidos.

Isso não significa, porém, que esses movimentos de oposição, via futebol, ocorreram sem enfrentar repressão ou retaliações por meio da censura, do uso da força policial ou da perseguição política. Um exemplo recente disso pode ser extraído das ações empreendidas pelas torcidas do *Sport Club Corinthians Paulista* realizadas durante os jogos do time masculino e, também, em atos populares nas ruas de São Paulo ao longo de 2016. A figura 5 mostra as faixas estendidas pela torcida corintiana durante a partida contra o São Paulo Futebol Clube, em 14 de fevereiro daquele ano. Além de protestarem contra o monopólio da rede Globo nos contratos de transmissão televisiva e as instituições estadual e nacional do futebol brasileiro, as faixas ainda se referiam aos casos envolvendo o governo do estado de São Paulo no desvio de verbas destinadas a merenda escolar. A partida foi interrompida pelo árbitro do jogo e só foi retomada após a retirada das mesmas. A transmissão televisiva, feita pela rede Globo, não mostrou o acontecido, mesmo com a paralisação do jogo por mais de cinco minutos. As torcidas organizadas do Corinthians marcaram presença também em atos populares em apoio à permanência do governo de Dilma Rousseff. Cumpre citar, também, que em algumas partidas de futebol das seleções masculina e feminina do Brasil, durante as Olimpíadas Rio-2016, manifestantes que apresentavam faixas com os dizeres “Fora Temer” eram retirados das arquibancadas pelos representantes das forças armadas que trabalharam no evento.

Figura 5 - Manifestação dos torcedores do Corinthians durante partida contra o São Paulo.



Fonte: <http://www.redebrasilatual.com.br/esportes/2016/trajano-faixas-dagavioes-tem-apoio-da-maioria-da-populacao-brasileira-9509.html>

Estes aspectos trazem algumas das razões que contribuíram para que o futebol se tornasse um dos fenômenos socioculturais mais populares do mundo moderno e, conseqüentemente, objeto de interesse de distintos organismos sociais. No que concerne à dimensão profissional, ele logo se tornaria alvo de inúmeras medidas para efetivar sua inserção na dinâmica capitalista. As modernizações pelas quais o futebol profissional passou revelam este empreendimento liderado, primordialmente, por empresas de capital privado que procuravam meios para extrair do esporte, como de tudo mais, o lucro. À medida que a mercantilização do esporte avançou, o jogo e o atleta passaram por um processo de reformulação profunda, adquirindo significados completamente novos e que atestavam a união entre esporte e capital. A experimentação do corpo por meio dos movimentos, bem como dos afetos e emoções desencadeados por estes, deixou de ser a finalidade da prática esportiva. Esta se tornava, então, condicionada à obtenção da vitória e, para isso, adquiria uma perspectiva radicalmente unilateral que privilegia o desenvolvimento físico-motor e o desempenho.

1.2.3 Futebol moderno, uma ciência e um negócio.

Conforme vimos nas duas seções anteriores, a atuação dos governos nacionalistas foi importantíssima no processo de constituição do futebol enquanto segmento de interesse popular em diversos países. Sem dúvidas, a expressividade deste esporte na sociedade contemporânea possui relações com a extensiva publicidade e projeção que conquistou nos períodos abordados. A primeira metade do século XX foi o momento em que o futebol surgiu efetivamente para o mundo, se consolidando como atrativo para diversos setores da sociedade. No tocante às medidas empreendidas por estes governos, chama a atenção o fato de que, no Brasil, a vinculação criada entre futebol e Estado, herança do governo de Getúlio Vargas, estabeleceu uma dependência do futebol profissional em relação à máquina pública para se estruturar e desenvolver que durou, aproximadamente, até meados de 1980. No entanto, ainda que com forte atuação estatal, algumas ações foram propostas ao longo desse período visando solucionar problemas que se instalaram na estrutura do futebol brasileiro e que refletiam na atuação do país em competições internacionais. Os resultados obtidos em tais torneios passaram a ser avaliados de modo mais crítico especialmente após a conquista consecutiva de duas copas do mundo (1958 e 1962). Assim, as ações e estratégias adotadas buscavam modernizar a prática futebolística e resgatar o potencial competitivo do futebol brasileiro. Aqui, pretendemos expor como o cenário do futebol na segunda metade do século

XX favoreceu as tentativas de modernização e as decorrentes mudanças nos sentidos do futebol de alto rendimento.

O futebol brasileiro estreou na década de 1950, oscilando seu desempenho nas competições internacionais. Na primeira metade daquela década, foram frequentes as decepções e resultados negativos que a seleção obteve nas partidas que disputara no estrangeiro. Um dos golpes mais graves, porém, ocorreu em solo brasileiro: a drástica derrota para o Uruguai no Maracanã, na copa de 1950. Depois, ganhou o Pan-Americano em 1952 diante do mesmo time platino que lhe tirara o sonho de ser campeão mundial há dois anos. Já no mundial de 1954, nova derrota e, desta vez, com deselegância. Os atletas, que vinham sendo cobrados para jogarem com “raça”, decidiram jogar de modo duro e violento na tentativa de satisfazer o clamor da opinião pública. Perderam a partida e a cabeça, resultando em duas expulsões e uma apresentação considerada vergonhosa (GUTERMAN, 2010).

Apesar disso, no contexto interno o futebol dava passos importantes para encaminhar sua institucionalização. A profissionalização dos atletas, por exemplo, que ocorreu primeiro no Rio de Janeiro e em São Paulo, já havia se estendido pelo país afora e impulsionava o desenvolvimento do esporte. Interessante ressaltar que, nesse momento, o futebol brasileiro afirmava seu caráter regionalista, consequência da extensão territorial do país que dificultava o intercâmbio esportivo e a realização de partidas envolvendo times das diferentes regiões do país. A CBD, que tinha interesse em promover uma competição nacional, mas não dispunha do capital necessário para arcar com os custos do transporte das equipes, criou uma competição envolvendo selecionados estaduais, na tentativa de promover alguma integração regional por meio do futebol (PRONI, 2000).

Com a profissionalização ganhando contornos mais definidos, o futebol se transformou numa via concreta que possibilitava a ascensão social dos jovens e, já naquela época, eram inúmeros os garotos que tomavam essa carreira como elemento delineador de seus projetos de vida. Nesse contexto de crescente interesse da população infanto-juvenil pelo esporte, a questão da categoria de base começou a ganhar visibilidade, particularmente nos clubes e regiões mais tradicionais no futebol. Nesse momento, o assunto tinha ainda caráter incipiente e a principal preocupação era o recrutamento de garotos com habilidades para jogar futebol (PRONI, 2000). Desta forma, a seleção dos jovens para comporem as equipes parecia ser orientada segundo o critério da existência do “dom”, na forma de um atributo intrínseco ao sujeito. Rodrigues (2003) apontou em sua pesquisa que a crença no dom ou no talento inato ainda é bastante presente no meio futebolístico, especialmente entre atletas em etapa inicial de formação, que consideram o dom um componente fundamental para conseguirem a

profissionalização no esporte. Damo (2005) mostra que também entre formadores e *olheiros* existe ainda a noção de *dom*, remetendo ao talento, como algo não passível de ser afetado pelos processos pedagógicos.

Há, ainda, outro aspecto, de ordem econômica, que tem ressonâncias com a estrutura do futebol nacional naquele período, e que pode ser relacionado com a importância que a categoria de base começava a assumir. Proni (2000), ao discutir a crise do futebol brasileiro, destaca que, diante do crescente endividamento dos clubes, a venda de *craques* para times estrangeiros, especialmente os europeus, se configurou na principal fonte de renda. Nesta conjuntura, é possível supor que havia uma preocupação com a *fabricação* de novos ídolos que mantivessem a qualidade do espetáculo futebolístico nacional e que, eventualmente, pudessem ser comercializados para amenizar a crise financeira do clube. No entanto, a situação econômica dessas instituições encontrava-se tão comprometida que a saída de atletas foi muito superior à capacidade dos clubes de recolocar futebolistas habilidosos nos gramados profissionais.

Retornando ao contexto da sociedade e do futebol brasileiros em meados do século XX, pode-se dizer que a chegada de Juscelino Kubitschek trouxe novos ares à vida nacional. Com a proposta de modernizar o país, o governo JK favoreceu uma fase de estabilidade política, bem como de crescimento econômico. No futebol, a modernização, com tendência à incorporação do racionalismo técnico-científico, também dava seus passos iniciais. Para a copa de 1958, o Brasil formou uma comissão-técnica robusta: um preparador físico, dois administradores, um psicólogo, um dentista, dois massagistas, um médico, um roupeiro, um pedicuro e, claro, o treinador.¹⁰ Os atletas convocados passaram por detalhada avaliação física, englobando exames médicos e odontológicos, e diversas condições consideradas prejudiciais ao desempenho foram sanadas. Outra inovação se refere ao planejamento: tanto a hospedagem quanto o cardápio dos atletas foram decididos com meses de antecedência. Seja pela mudança na organização ou pelo fato de que Pelé e Garrincha estavam naquele elenco, o Brasil sagrou-se campeão do mundo de futebol em 1958 (GUTERMAN, 2010; PRONI, 2000).

Apesar do avanço e do status internacional que o futebol brasileiro atingiu com os títulos de 1958 e 1962, o cenário interno da modalidade não acompanhava esse ritmo. Os atletas profissionais ainda tinham suas carreiras vinculadas aos clubes de modo quase

¹⁰ A formação habitual da comissão técnica até o momento era: treinador, um médico, um roupeiro e um massagista. Os novos profissionais foram agregados por iniciativa de João Havelange, então presidente da CBD.

vitalício, pois a falta de regulamentação sobre as relações de trabalho acabava conferindo amplos poderes aos clubes pelos quais o atleta se profissionalizava (PRONI, 2000). Vieira e Mansano (2014) abordaram a questão do controle que existe sobre a vida dos atletas no contemporâneo e que, por vezes, fazem desses profissionais propriedade dos clubes. No futebol, esta relação aparece de modo muito mais saliente, uma vez que algumas cláusulas contratuais, visando preservar o capital esportivo que o atleta representa para o clube, incidem sobre aspectos que extrapolam o tempo-espço do trabalho, operando normatizações que atingem os contornos da vida privada desses profissionais (VIEIRA; MANSANO, 2014). No entanto, a legislação que regulamenta as relações de trabalho no esporte já conquistou consideráveis avanços em comparação ao período ora tratado, especialmente a partir da Lei Federal 9.615/98, chamada Lei Pelé.

As conquistas internacionais, ao invés de proporcionarem um estímulo ao desenvolvimento interno do esporte, conferiram ao futebol o estatuto de fonte para projeção política. Neste sentido, estabeleceu-se uma relação de simbiose, e que persiste nos dias atuais,¹¹ entre a ocupação de cargos diretores em clubes ou federações e a possibilidade de exploração eleitoral da visibilidade obtida (PRONI, 2000). De fato, os clubes não seguiram o modelo adotado pela seleção em 1958 e as preocupações com a preparação física e organização dentro de campo continuaram sendo tratadas de modo secundário. Imperava ainda a ideia do “dom” e de que o talento bastava para que um time se sobressaísse ao outro (RODRIGUES, 2003). Os desdobramentos disso ocasionaram uma intensa crise no futebol nacional e que refletiu na campanha do escrete na copa de 1966.

Depois de ter sido bicampeão mundial no futebol, o brasileiro se tornou exigente quando o assunto era o escrete. Associando isso ao alcance que a modalidade havia atingido devido a sua efetivação na imprensa, a derrota na copa de 1966 provocou intensas discussões sobre os rumos que o futebol deveria tomar no Brasil para recuperar seu prestígio interna e externamente. A partir daquele momento, o *estilo brasileiro de jogar* entraria num processo de reformulação e aspectos relativos à regularidade na preparação física, técnica e tática, bem como à formação dos atletas passariam a compor a pauta de discussões em caráter permanente (RODRIGUES, 2003).

Note-se que, nesse momento histórico, existia certo distanciamento entre o que imperava no conjunto da sociedade e no futebol: enquanto os Estados Unidos se

¹¹ Um exemplo é o caso do ex-presidente do Corinthians, Andrés Sanchez, que se elegeu deputado federal por São Paulo, em 2014. Entre os atletas, esse trajeto também é comum, como mostra Romário, campeão mundial em 1994, que se elegeu deputado federal pelo Rio de Janeiro em 2010, e que, em 2014, conquistou uma cadeira como senador pelo mesmo estado.

consolidavam como referência na construção dos padrões e estilos de vida para o brasileiro, o futebol manteve-se vinculado à cultura do velho continente, tentando encontrar lá alternativas para a crise enfrentada aqui, como de praxe. A transformação que se tentava operar no futebol naquele momento trazia marcas características do projeto da modernidade. Tendo em vista o imperativo da modernização no futebol brasileiro desde meados de 1950, faz-se necessário definir o que entendemos por projeto de modernidade e apresentar algumas vias possíveis para inserção deste segmento no projeto moderno. Aqui, tomaremos por modernidade o conjunto de valores e as consequentes mudanças produzidas nas ordens social, econômica e política a partir do século XVI, e por modernização as diversas medidas empreendidas no sentido de inserir os diferentes setores da sociedade nos pressupostos deste projeto. Considerando isso, faremos uma pausa na discussão sobre a história do futebol no Brasil para posteriormente retomá-la à luz das medidas empreendidas neste esporte a fim de modernizá-lo nos planos técnico, tático, legislativo e econômico.

O projeto da modernidade pode ser entendido como uma etapa da história do Ocidente marcada pela redefinição dos modos de organização social, política e econômica, ocorrida a partir do século XVI e que se consolidou durante o século XVIII. A transição para o período moderno envolvia, num plano mais amplo, o início de um movimento rumo à liberação humana da submissão às relações pautadas na tradição, no parentesco e na hierarquia eclesiástica, referenciais do feudalismo. Naquele cenário, tanto a consolidação do modo de produção capitalista como o surgimento de um novo modelo para orientar a organização e produção do conhecimento humano foram acontecimentos substanciais no processo de transformação pelo qual passou a sociedade ocidental (MANCEBO, 2002). Berman (1986) e Mancebo (2002) argumentam sobre a riqueza e complexidade conferidas à vida humana com o advento da modernidade, com suas contradições e distintas possibilidades de desenvolvimento. Diante da multiplicidade de novos referenciais e recursos à disposição do homem, isentos de ponderação quanto aos seus usos e sob o imperativo do progresso, a vida moderna configurou-se numa verdadeira aventura com vários desdobramentos possíveis (BERMAN, 1986).

Surgido num momento de crise de valores e questionamento da ordem social vigente, o projeto moderno não determinava de saída as novas formas de organização da sociedade e tampouco os novos princípios sob os quais se consolidaria a modernização. Contudo, é possível notar, na análise de Mancebo (2002), os efeitos da modernidade na subjetivação humana a partir das formas assumidas pelo capitalismo nos diferentes estágios de seu desenvolvimento, que o curso das mudanças trazidas pelo projeto da modernidade nas

formas de organização social esteve alinhado às demandas de consolidação e modificação do modelo capitalista de produção ao longo da história. De maneira análoga, a ciência, que se erigia com novos critérios para sistematização e produção do conhecimento visando ao progresso capaz de melhorar a vida humana, condiciona sua finalidade aos interesses do mercado. Com o tempo, a ciência adquire um caráter expressamente instrumental e sua finalidade se converte no desenvolvimento de ferramentas e técnicas que permitem o controle sobre as forças e fenômenos naturais e humanos, buscando extrair deles o máximo de recursos possíveis para atender às necessidades do mercado (MANCEBO, 2002). Nota-se, portanto, como a proposta capitalista acabou por configurar-se como elemento subjacente à organização social iniciada na modernidade e ao desenvolvimento da própria ciência, supostamente neutra em seus interesses e finalidades.

As mudanças nos planos econômico e científico se estenderam para o conjunto mais amplo da sociedade por meio da difusão dos valores que orientavam o desenvolvimento das ações naqueles dois segmentos. Assim, elementos como a racionalidade, o princípio de mercado e a noção de mercadoria se converteram em aspectos basais na organização da sociedade e das relações humanas, inspirando crenças na possibilidade de previsão e controle sobre quaisquer eventos (naturais ou sociais) e incitando a competitividade generalizada, em especial na dimensão do trabalho.

A racionalidade, princípio básico de um modelo da ciência moderna, foi um dos principais valores presentes na reorganização da vida social durante o período de transição para a modernidade. Esta etapa transicional não envolveu mudanças apenas no nível das superestruturas sociais, compreendendo também alterações nos códigos de conduta e relacionamento cotidianos (MANCEBO, 2002). Deste modo, vida humana passou a se orientar pela racionalidade das ações que, associada à inspiração criadora em nome do progresso, necessitava que os homens fossem capazes de controlar seus impulsos e paixões, a fim de evitar conflitos que pudessem comprometer a realização dos empreendimentos planejados.

Neste sentido, a modernidade solicitava a intensificação daquilo que foi chamado por Elias e Dunning (1992) de processo civilizatório: os homens deveriam se relacionar a partir de códigos impessoais e procurar maneiras racionais de resolver seus conflitos e divergências, abdicando do uso da violência. Em meio à nova conjuntura, os esportes também se modificaram, passando a adotar regras e punições rigorosas para coibir o uso da violência durante as partidas. Com a crescente imposição de limites à expressão das emoções humanas, os esportes se configuraram numa atividade com duplo valor para a vida mental do sujeito

moderno: fornecia um contexto que permitia a praticantes e espectadores experimentar e manifestar a excitação estimulada pela atividade física e pela situação de competição; possibilitava a resolução de divergências ocorridas na vida comum de maneira regrada e socialmente aceita (ELIAS; DUNNING, 1992).

No entanto, a partir do momento em que o esporte foi tomado como objeto da ação científica, a lógica racional se diluiu e misturou a atividade esportiva a ponto de ser considerada parte integrante desta, especialmente nos níveis do alto rendimento. Com a consolidação da primazia da vitória, a racionalidade científica foi incorporada à dimensão esportiva para atuar na preparação dos atletas via saber técnico especializado, a fim de lhes potencializar as capacidades corporais e domesticar as emoções, com vistas à melhoria do rendimento esportivo. O movimento de introdução da ciência no plano esportivo representa claramente uma tentativa de inserir esta prática sociocultural no projeto da modernidade, submetendo o desporto aos ideários do progresso e do desenvolvimento. Aqui, o sentido e a função iniciais do esporte na vida moderna são parcialmente pervertidos, ao menos no nível do alto rendimento em que o *fair play* e a supressão da violência cedem espaço à busca pela vitória a qualquer custo.

De modo mais específico, podemos falar da introdução de discursos e técnicas científicos no meio futebolístico, em que, por meio da racionalização dos acontecimentos e das ações específicas dos especialistas das diferentes áreas, tornar-se-ia possível não apenas equacionar o futebol como também potencializar as capacidades dos atletas em sua integralidade. Assim, após a derrota na copa de 1966 e a consequente discussão levantada sobre o futebol brasileiro, iniciava-se um processo de modificação do significado deste esporte, em que o resultado passava a interessar mais que o espetáculo, o jogo coletivo tornava-se imperativo e as ações individuais adquiriram status de audácias que deveriam ser evitadas (FERREIRA, 2010; RODRIGUES, 2003). O futebol-força começava a se sobrepor ao futebol-arte e, com a vitória na copa de 1970, o novo estilo de jogo conseguiu o endosso popular, intensificando o movimento de modernização técnico-científico do futebol.

A copa da Inglaterra, em 1966, foi um marco divisor do estilo de jogo no futebol brasileiro. A seleção brasileira, que chegara como favorita ao título do mundial, não passou da primeira fase, sucumbindo diante do futebol europeu. Foi derrotada pela Hungria e por Portugal pelo placar de 3x1 em ambos os jogos. O futebol brasileiro cedeu “diante do futebol-força praticado pelos jogadores fabricados na Europa, que valorizava a força, a velocidade e a resistência como elementos fundamentais à prática do desporto futebol” (FERREIRA, 2010, p. 47). Uma das principais razões encontradas para explicar a fraca campanha apresentada na

Inglaterra foi a preparação desprovida de critérios e protocolos específicos para desenvolver as capacidades físicas dos atletas. O treinamento físico existia; porém, não era coordenado por um profissional especialista e, assim, era realizado sem qualquer parâmetro científico que estabelecesse as linhas bases e o ponto que se desejava atingir em termos de rendimento.

Nesse momento, o debate sobre a crise no futebol e a medida na tentativa de modernizá-lo se situavam sob a questão da incorporação da ciência e da tecnologia para melhorar a preparação dos atletas. A concepção sobre o treinamento esportivo e o perfil do atleta sofre uma mudança radical, o talento cede lugar à força, à velocidade, à disciplina e à resistência. Consecutivo a isso, o novo objetivo do jogo de futebol passava a ser a vitória, mesmo que essa fosse obtida a expensas de um futebol artisticamente pobre, com ênfase no vigor físico e em “jogadas previamente elaboradas e exaustivamente treinadas” (FERREIRA, 2010, p. 48). Com isso, a cisão entre arte e ciência presente no conjunto da sociedade é transportada para os gramados para produzir um espetáculo pouco estimulante em termos de emoção, mas extremamente eficiente na obtenção de resultados.

Essa via de modernização do futebol, junto aos novos valores que passaram a vigorar no campo de jogo, afetava diretamente a formação dos atletas. O novo significado que a formação esportiva assumiu no período coincide com o momento histórico de surgimento da categoria de base no formato análogo ao atual. Isto nos permite sugerir que a categoria de base é um efeito direto da modernização científica operada no futebol.

Conforme Silva (2008), é por volta da década de 1960 que as categorias de base surgem de maneira mais contundente, consoante ao movimento de modernização pelo qual passava a modalidade, uma vez que, ao transpor a lógica do método científico para o futebol, é evidente que este seria segmentado e decomposto em suas partes elementares, para que, então, se pudesse atuar de maneira efetiva sobre cada parte isolada, visando à modificação do todo. Nesse momento, erigia-se no futebol a ideia de que o corpo do atleta era passível de manipulação, preparação, enfim, um objeto a ser produzido de acordo com as necessidades específicas da conjuntura desportiva (RODRIGUES, 2003). À vista disso, torna-se completamente compreensível a preocupação em se estabelecer uma etapa especificamente voltada à formação dos atletas no futebol, nas dimensões física e subjetiva. Importante lembrar que, naquele momento, a estrutura legislativa que regulamentava as relações entre atletas e clubes conferia a estes o direito sobre o passe do atleta que se profissionalizasse pela equipe. Aqui, portanto, o interesse do clube com a formação do atleta passava também por questões de ordem simbólica, uma vez que era mais viável dispor de atletas já identificados aos valores da instituição.

No que tange à dimensão econômica, os valores e princípios que subsidiaram as transformações do sistema produtivo durante a transição para a modernidade também podem ser localizados difusos nas dinâmicas da vida social e do esporte contemporâneos. Princípios como liberdade e igualdade, que visavam destituir resquícios de uma ordem social feudalista, liberando o sujeito para negociar livremente sua força de trabalho e estabelecendo a igualdade das possibilidades de ação humana, são transmutados no tempo e adquirem características que mais parecem instalar novas formas de dominação e sujeição do indivíduo do que encaminhar processos para o exercício da autonomia. Conforme ressalta Mancebo (2002), tanto na etapa inicial do advento da modernidade como no período atual, o debate sobre a produção das reais condições de possibilidade para o exercício da igualdade e das liberdades permanece secundarizado. O que se observa é que tais *direitos* são reduzidos a bens/serviços, estando, portanto, circunscritos por uma questão de classe econômica, de modo que o *exercício do direito* fica condicionado ao poder de compra. Consecutivo a isso, o ideário do progresso em vista do bem comum também perde seu estatuto no projeto moderno e a busca pela modernização passa a remeter a adoção de medidas desenvolvimentistas sem qualquer compromisso com a obtenção de conquistas sólidas para o coletivo. Aqui, o projeto de modernidade alinha-se a uma proposta capitalista de progresso unidirecional em benefício de pequenos grupos.

Os ideais de liberdade e igualdade, que constituíram a principal bandeira política da Revolução Burguesa na França, buscavam combater uma hierarquia que ainda se definia com base na tradição, nos laços de consanguinidade e na religião. A defesa destes princípios se intensificou na medida em que a indústria surgiu como novo modelo de produção. O capitalismo em fase de expansão via industrialização necessitava do reconhecimento social e político da autonomia do homem para negociar sua força de trabalho (MACEBO, 2002). Diante da consolidação do modelo fabril, economicamente mais viável em relação à manufatura tradicional, o comércio regional é sistematicamente extinto, aumentando a demanda de produção para atender ao mercado, o que ampliava a necessidade por mão de obra (BERMAN, 1986). Em meio a esta fase de transição, com o abalo dos referenciais e das estruturas que organizavam a vida social, os próprios sujeitos aderiram à luta pelos ideais burgueses que poderiam assegurar-lhes um meio de se inserir na nova ordem que se estabelecia. Assim, a modernidade confere ao sujeito o status jurídico e político de indivíduo livre e em igualdade de condições para disputar as vagas no mercado de trabalho. Com isso, o proletário, forjado no cerne do projeto moderno, é equiparado não apenas aos outros proletários, mas a quaisquer mercadorias disponíveis à negociação no mercado.

A partir daí, a prerrogativa da geração de lucro e da acumulação de capital só aumentou o escopo das atividades humanas e dimensões da vida exploradas economicamente, porquanto, consideradas meios capazes de produzir dividendos (BERMAN, 1986). Durante a primeira metade do século XX, as conquistas obtidas pelas classes trabalhadoras no tocante à legislação trabalhista e a ampliação de direitos sociais regularizou, entre outras coisas, a jornada diária de trabalho. Com isso, o proletário passava a dispor de um intervalo regular entre os turnos trabalhados, além de dias oficiais para o descanso. Não demorou até que esse *tempo livre* fosse incorporado pela estrutura econômica e o *lazer*, de modo geral, se tornasse condicionado ao consumo (MANCEBO, 2002).

Como relatado no início do capítulo, as partidas de futebol desde muito cedo caíram no gosto popular dos trabalhadores, especialmente os operários das fábricas. Com a popularização do esporte e o aumento do público nos estádios, os clubes perceberam a possibilidade de garantir uma fonte de arrecadação a partir da cobrança de taxas pelos ingressos que davam acesso às partidas. Como discutido anteriormente, a comercialização dos jogos foi uma das razões que motivaram a profissionalização do atleta de futebol: apresentações mais disputadas e com bom desempenho dos futebolistas atraíam maior público pagante; logo, os atletas necessitavam se preparar melhor para as partidas, dedicar-se exclusivamente a prática do futebol e isso demandava o ganho de salário.

Ainda que tímida, a vocação empresarial do futebol nascia naquele momento e, desde então, já operava mudanças na estrutura deste esporte e no perfil esperado do atleta. A modernização do futebol pelo viés econômico, iniciada naquele período, atingiria seu apogeu nas décadas finais do século XX, motivada pelos discursos de diferentes organismos sociais que apontavam a adoção do modelo empresarial como a saída para a crise pela qual passava o futebol brasileiro desde meados de 1960.

Para compreender a crise que se instalou no futebol brasileiro naquele período, é importante atentarmos para os aspectos que determinavam a estrutura e organização esportiva no país. Diante da infinidade de caminhos possíveis para analisar tal crise, destacamos dois pontos que entendemos ser fundamentais: o uso político do futebol e sua contribuição no estabelecimento e na acentuação da crise desta modalidade no país (PRONI, 2000); a existência da dupla ética, que se expressa pelo conflito entre modelos de organização/gestão racionais, impessoais e técnicos, e modelos marcados por um caráter passional, nos quais as decisões são orientadas a partir de interesses pessoais na tentativa de galgar ganhos para si ou para um pequeno grupo que compartilhe dos mesmos valores e princípios (HELAL, 1997).

Em 1971, quando se criou o campeonato nacional de clubes, a tendência a usar os cargos administrativos do futebol como via de projeção política-eleitoral já era prática instalada pelos clubes a fora. Mas foi a partir da *militarização* do nosso futebol, em 1975, quando o comando da CBD passou ao poder militar, representado na figura do Almirante Heleno Nunes, que a exploração política do futebol se disseminou no país. O campeonato criado em 1971 tinha como uma de suas principais motivações promover a integração das diversas regiões do país; além disso, garantiria um vasto calendário de jogos para apostadores da Loteria Esportiva¹², instituída em 1969. Neste sentido, o campeonato nacional atendia aos interesses políticos e econômicos do regime militar.

Essa estratégia de integração, no entanto, ocasionou um sério desgaste à qualidade do futebol nacional. Isso ocorreu devido à maneira como era feita a seleção das equipes com direito a participar do torneio. A legislação esportiva vigente à época endossava a prática de seleção por meio da indicação feita por deputados que quisessem obter representação de suas regiões ou estados no torneio nacional (PRONI, 2000). Apesar de não ser relatado na literatura consultada, é possível supor que a estratégia funcionasse como uma política de troca de favores, em que a obtenção do direito a participação no torneio estava vinculada à concessão de apoio político ao governo militar na instância legislativa.

Ainda que tal constatação possa surpreender, a referida prática pode ser considerada tão simplesmente a versão ampliada do modelo eleitoral vigente já há bastante tempo na estrutura administrativa do próprio futebol. Segundo Helal (1997), o sistema de eleição das federações estaduais seguia o princípio do voto unitário, que equiparava clubes substancialmente diferentes em termos de direitos eleitorais. Apesar de democrática na aparência, a prática materializava um sistema eleitoral orientado pela pessoalidade das relações e pela troca de favores. Deste modo, a participação nas competições estaduais e mesmo a distribuição de verbas se tornavam moedas de troca para obtenção de votos, perpetuando um verdadeiro coronelismo na administração futebolística. Sem dúvidas, na instância imediatamente superior, no caso a CBD, o sistema eleitoral ocorria de modo análogo e as relações entre as federações e a confederação eram reguladas a partir da ordem pessoal e da troca de favores (HELAL, 1997).

¹² A renda oriunda das apostas era destinada “para fins sociais e para a promoção do desporto, cabendo ao CND a distribuição dos recursos” (PRONI, 2000, p 142-143). Diante desta colocação, fica evidente que se tinha relativa liberdade quanto à destinação dos recursos provenientes da Loteria e, graças a tal brecha, foi possível ao CND utilizar recursos deste fundo lotérico para viabilizar a realização do campeonato nacional, arcando com os custos de viagem dos clubes.

A *democracia* representada no voto unitário, instituído em tempos de regime militar pela lei 6.251 de 1975, privilegiava o atendimento de interesses do governo em termos políticos e econômicos, como citado anteriormente, além de ser também um valioso instrumento para ampliar a base de apoio à ARENA, partido governista de então. Com relação a este último ponto, a frase “Onde a ARENA vai mal, um time no nacional” expressa claramente o modo como o futebol foi usado, entre outras coisas, como moeda de troca durante a ditadura militar (RIBEIRO JÚNIOR et al., 2014). No entanto, o custo disso para o futebol foi elevado, especialmente para os clubes de maior expressão, devido ao inchaço provocado no calendário esportivo. A interferência deste conjunto de fatores na organização do campeonato nacional ocasionou um grave desgaste à imagem do futebol profissional no país devido ao excesso de partidas na temporada, grande parte delas sem atratividade para o público. Alguns dados exemplificam o cenário da época: em 1971, foram 20 clubes participantes do torneio, somando um total de 229 jogos; já em 1979, foram 94 clubes e 581 partidas (HELAL, 1997). Essas informações referem-se tão somente ao campeonato nacional e revelam a realidade de um calendário sobrecarregado. A insustentabilidade da situação ganha contornos ainda mais expressivos se levarmos em conta o fato de que o campeonato nacional não substituiu os torneios estaduais, mas somou-se a eles (PRONI, 2000).

A despeito da extensiva análise feita pelos autores acerca daquilo que denominam crise do futebol, eles parecem negligenciar os princípios implícitos no plano de organização do campeonato. De modo paradoxal, aquele campeonato, ao pressupor a igualdade entre equipes tão distintas, acentuava as discrepâncias entre elas. O Estado fornecia a possibilidade de disputa sem garantir meios diferenciados de preparação para que equipes inferiores tecnicamente tivessem condições de ser competitivas. Para os clubes de pouca expressão, era um fracasso anunciado. Aqui, o futebol foi reduzido a um meio de acumulação de poder político e capital, e o Estado não assumia qualquer responsabilidade com relação ao desenvolvimento do desporto nacional.

Os desdobramentos de tal situação para o futebol eram diversos: extenuação física dos atletas devido ao excesso de partidas, queda de público nos estádios, diminuição da arrecadação dos clubes e o crescente número de negociações dos principais craques com times europeus para obter uma fonte de renda que permitisse a sobrevivência econômica das instituições. Helal (1997) aponta as raízes para a *crise* do futebol brasileiro na existência da lógica dual que compõe nossa cultura e que decorre da oposição entre modernização e o conservadorismo. O autor se baseia na análise do antropólogo Roberto DaMatta que considera a presença simultânea dos códigos, o moderno e o tradicional, como elementos fundantes de

grandes tensões sociais brasileiras. Para Helal (1997), esta situação se atualiza no futebol em que o moderno e o tradicional coexistiram na estrutura deste desporto.

De acordo com Helal (1997), a permanência de uma gestão amadora a frente dos clubes e federações contribuía para que as principais questões concernentes à organização de campeonatos e administração de finanças fossem resolvidas com base em códigos pessoais, prezando pelo compadrio e pelo *jeitinho brasileiro*, o que contribuía para a consolidação de uma política de troca de favores. Assim, para este autor, a modernização da estrutura do futebol dependia da reformulação legislativa que ordenava a modalidade e que deveria garantir a instituição do regime profissional nos diversos níveis do futebol. Dentre os principais pontos que compunham a proposta, se destacam: a mudança no sistema eleitoral, bem como a administração e organização racional e impessoal das entidades desportivas e dos campeonatos, aspectos que poderiam ser garantidos pela adoção do modelo de clube-empresa¹³.

O argumento de Helal (1997) em favor da racionalização e burocratização da gestão esportiva coaduna com os pressupostos do projeto moderno e com a proposta capitalista. No entanto, aquilo que, para o autor, caracteriza uma corrente conservadora que dificultava ou impossibilitava a modernização do futebol, para nós trata-se tão somente de uma outra apreensão da proposta capitalista e do projeto de modernidade. Uma perspectiva que vê as práticas e produções humanas como recursos a serem explorados para garantir a geração de lucros, que devem ser abandonados tão logo um negócio mais rentável apareça. Trata-se de uma maneira de apreensão do mundo orientada pelo impulso autodestruidor típico das sociedades burguesas que tomam as produções humanas como descartáveis, tal como fala Berman (1986). De acordo com este autor, “tudo que a sociedade burguesa constrói é construído para ser posto abaixo” (BERMAN, 1986, p. 97). Uma perspectiva sobre um modo de organização do esporte que está alinhada à proposta da modernidade, mas que não é a única possível, como pretendemos explicitar adiante.

Assim, não consideramos que coexistia uma dupla ética nas formas de gestão no futebol, uma vez que ambas as correntes, conservadora e moderna, são coerentes com a proposta capitalista e, por consequência, ao projeto moderno. São apenas vias diferentes na tentativa de modernizar o futebol. Partindo desta perspectiva, a proposta de Helal (1997), que aponta a adoção do clube-empresa e da ética racional e burocrática na gestão do futebol como

¹³ O termo refere-se a um tipo específico de gestão, pautada em princípios empresariais, que valoriza a presença de profissionais especialistas para realizarem a administração do negócio e preocupação com a obtenção de lucro. O clube-empresa, portanto, versa sobre incorporação do modelo empresarial na gestão dos clubes de futebol.

saída para a crise, talvez não difira fundamentalmente do modelo combatido por ele. Ora, sua proposta permanece no campo da geração de lucro e da comercialização do futebol. Enfim, uma alternativa orientada pelo princípio do mercado e que preza a livre concorrência. O que ele sugere, porém, é que estas negociações sejam feitas por profissionais, como se a profissionalização da gestão por si só fosse suficiente para aniquilar focos de corrupção que utilizam o futebol para galgar ganhos pessoais.

Proni (2000) apresenta um argumento interessante ao afirmar que foi a penetração do modelo empresarial e a transformação do futebol em negócio que, primeiramente, forçou a necessidade de um novo tipo de gestão. O autor mostra-se sintonizado com a realidade da maioria dos clubes brasileiros que vivem do futebol regional e dependem das verbas disponibilizadas pela CBF, ao argumentar que, para esses clubes, a mercantilização do futebol e sua inserção na programação televisiva foi fator gerador de crise e não a saída dela. Por fim, o autor defende que a reforma legislativa tenha deixado a critério dos clubes adotarem ou não a gestão empresarial, “respeitando a heterogeneidade que marca a estrutura do futebol brasileiro” (PRONI, 2000, p. 173).

Há de se ressaltar, ainda, que a instituição de uma ética empresarial preocupada unicamente com a geração de lucros pode desconsiderar questões humanas. Os princípios levantados por Helal (1997) corroboram o padrão produtivo e comercial que Simmel (1973) afirma existir na metrópole moderna, em que a racionalidade das transações comerciais é garantida pelo predomínio da intelectualidade e da calculabilidade em detrimento das relações pessoais. O autor assevera, porém, que, “[...] nas relações racionais, trabalha-se com o homem como com um número, como um elemento que é em si mesmo indiferente” (SIMMEL, 1973, p. 13); assim, este modo de intercâmbio comercial, que tem como denominador comum o dinheiro, pode ocasionar uma redução no valor das relações humanas.

Tendo em vista o contexto sociopolítico do futebol relatado por Helal (1997) e Proni (2000), entendemos a importância de uma estrutura esportiva pautada em códigos racionais e impessoais. Apesar disso, consideramos fundamental a garantia de participação dos diversos atores envolvidos na produção do espetáculo esportivo nos diferentes níveis de gestão, a fim de que o campo desportivo se constitua como espaço possível de valorização e potencialização do fator humano, em especial no contexto das entidades formativas. Ainda, é necessário pensar em formas de redistribuição dos lucros gerados que possibilitem diminuir o hiato entre os clubes das capitais e do interior, e entre as regiões sul-sudeste e norte, nordeste e centro-oeste. Com isso, os ganhos para o futebol e o público afeto a ele poderiam ser

significativos: jogos diversificados, afirmação das identidades regionais e campeonatos mais competitivos.

As discussões e propostas de mudança, em termos estruturais e legislativos, se intensificaram a partir da redemocratização do país, no final da década de 1980. O fim do governo ditatorial fomentou o surgimento de medidas que visavam a combater os focos de autoritarismo reminiscentes nas instituições sociais brasileiras, e o futebol, com sua estrutura arcaica, evidentemente foi incluído. A partir daquele período, o processo de efetivação da modalidade enquanto área de exploração comercial, em sintonia com o mercado internacional, se intensificou. O futebol profissional inseria-se, paulatinamente, no modelo da livre concorrência e o peso desta mudança se revelaria especialmente oneroso aos clubes limitados ao cenário regional.

A modernização do futebol pela via econômica obteve o aparato jurídico necessário à sua institucionalização pela Lei Federal nº 8.672 de 1993, chamada Lei Zico, mas cobrou um valor elevado pela sua chegada. O custo da modernização pode ser sentido pelas mudanças tanto no estilo de jogo, que se tornou cada vez mais técnico em vista da pressão por vitórias e pela garantia de lucros, como no perfil dos próprios atletas, que, desde a base, seriam incitados a desenvolver força física e resistência em detrimento da habilidade e do improviso.

A seção seguinte abordará especificamente a categoria de base e alguns aspectos do processo formativo dos jovens no futebol, questão central desta pesquisa. Os elementos que conduziram as alterações descritas no cenário do futebol profissional, até este momento, também se expressaram no contexto da formação de atletas. Assim, a partir dos dispositivos jurídicos e dos apontamentos dos autores consultados, será possível perceber como as práticas e discursos produzidos a partir da introdução da lógica científica e empresarial integram o conjunto de relações que se estabelece nas entidades de formação esportiva.

1.3 Sonho antigo num campo moderno: sobre a categoria de base e a formação de atletas.

Em meio ao processo de reestruturação do futebol começado em 1980, a preocupação com a categoria de base, que vinha ganhando importância desde o final da década de 1950, ainda aparecia de maneira secundária. Como falado anteriormente, ao se consolidar como atividade profissional e representar uma via concreta para a ascensão social, o trabalho como atleta de futebol passou a atrair, principalmente, jovens de camadas sociais

economicamente mais pobres. À vista deste apontamento, podemos considerar que a negligência com relação à categoria de base e à situação dos jovens vinculados aos clubes era apenas o reflexo de um problema generalizado e que denunciava a postura política do Brasil em relação à população infanto-juvenil empobrecida. Considerando estes aspectos, buscamos situar o descaso legislativo atinente à categoria de base como parte de um problema maior: a displicência generalizada em relação às crianças e aos adolescentes provenientes de famílias brasileiras pauperizadas. Ademais, procuraremos analisar como as tentativas de modernização nos níveis profissionais do futebol afetaram a lógica e o sentido dos processos formativos de jovens atletas.

Ao abordar alguns aspectos históricos acerca da juventude no Brasil, Seda (2014) aponta para aquilo que denominou “dicotomização da infância” (SEDA, 2014, p. 86). Segundo ela, a expressão refere-se a uma categorização que diferencia os termos “criança” e o “menor”. De acordo com a autora, cada um dos polos produzidos por esta dicotomia remete a um tipo singular de infância e estão notadamente marcados por questões sociais, econômicas e étnicas. A autora aponta que, durante longo período da história do Brasil, a questão da criança e do adolescente pobres foi tratada de modo a criminalizar a pobreza em si, o que provocou a estigmatização do termo *menor*, bem como a produção do sujeito que dá corpo a essa subjetividade, a partir de determinados traços físicos, comportamentais e sociais.

Como resultado, crianças e adolescentes que apresentassem características compatíveis ao perfil do *menor* passaram a ser consideradas como um *risco em potencial* para a sociedade. Assim, a postura política do Estado foi determinar a institucionalização dos jovens pobres, retirando-os da paisagem urbana e precavendo-se em relação ao perigo em *potencial* que eles representavam. Tratava-se tão somente de uma ação higienista. Não havia, portanto, a preocupação com relação à manutenção do seu bem-estar ou com a garantia de direitos. A criança e o adolescente economicamente carentes eram, aqui, objetos da tutela do Estado. Com isso, podemos supor que o jovem pobre em processo de profissionalização para o futebol não despertava o interesse do Estado, uma vez que já se encontrava inserido numa instituição capaz de lhe disciplinar. Similar ao que ocorria no conjunto da sociedade, no contexto formativo, a questão da proteção e garantia de direitos dos jovens também era negligenciada, tanto pelo Estado quanto pelos próprios clubes.

Um marco legal no tocante à população infanto-juvenil que aspira à profissionalização como atleta de futebol ocorreu ainda em tempos de ditadura, quando a Lei Federal nº 6.354 de 1976 definiu termos para a contratação de menores pelos clubes. O artigo quinto da referida lei estabelecia a possibilidade de contratação a partir dos 16 anos de idade e

que, para jovens com idades entre 16 e 21 anos, era necessário o consentimento dos representantes legais (BRASIL, 1976). Apesar do teor protetivo da medida, esta se restringia a estabelecer limites para a idade de celebração de contrato profissional, não apresentando determinações sobre as idades mínimas para iniciação esportiva com vistas à profissionalização, por exemplo. As novas legislações desportivas federais, Lei nº 8.672 de 1993 e Lei nº 9.615 de 1998, respectivamente Lei Zico e Lei Pelé, continuaram abordando os aspectos relativos ao jovem em formação no futebol de maneira pontual, preocupando-se em estabelecer regras sobre a contratação e garantias para as entidades formadoras. A modernização pretendida, por estes dispositivos legais, priorizar aspectos de ordem econômica, gerencial e organizacional, na tentativa de alinhar o esporte, particularmente o futebol, à lógica empresarial já consolidada no âmbito internacional.

A alteração legislativa que incluísse uma redação mais conectada aos interesses dos jovens, estabelecendo alguns direitos e garantias a ele, ocorreu após o ano 2000. Em muitos pontos reformulados, é possível notar a interferência, ainda que implícita, da Lei Federal nº 10.097 de 2000, chamada Lei da Aprendizagem. No entanto, foi apenas a partir da Lei Federal nº 12.395 de 2011, dispositivo que alterou a Lei Pelé, que a categoria de base passou a ter contornos mais definidos em termos de regulamentação e prescrições sobre sua organização e funcionamento. Assim, foram as reformulações propostas em 2011 que definiram as normas sobre carga horária de treinamento, condições do alojamento, bem como as responsabilidades das entidades formadoras para com os jovens sob sua tutela em termos de educação e saúde:

Art. 29 [...]

§ 2º É considerada formadora de atleta a entidade de prática desportiva que:

I - forneça aos atletas programas de treinamento nas categorias de base e complementação educacional; e

II - satisfaça cumulativamente os seguintes requisitos:

[...]

c) garantir assistência educacional, psicológica, médica e odontológica, assim como alimentação, transporte e convivência familiar;

d) manter alojamento e instalações desportivas adequados, sobretudo em matéria de alimentação, higiene, segurança e salubridade;

e) manter corpo de profissionais especializados em formação tecnicodesportiva;

f) ajustar o tempo destinado à efetiva atividade de formação do atleta, não superior a 4 (quatro) horas por dia, aos horários do currículo escolar ou de curso profissionalizante, além de propiciar-lhe a matrícula escolar, com exigência de frequência e satisfatório aproveitamento;

- g) ser a formação do atleta gratuita e a expensas da entidade de prática desportiva;
- [...]
- i) garantir que o período de seleção não coincida com os horários escolares (BRASIL, 2011).

Ainda no artigo 29, o parágrafo quarto, incorporado ao texto desde 2003, aborda a questão do recebimento de auxílio financeiro pelo jovem:

§ 4º O atleta não profissional em formação, maior de quatorze e menor de vinte anos de idade, poderá receber auxílio financeiro da entidade de prática desportiva formadora, sob a forma de bolsa de aprendizagem livremente pactuada mediante contrato formal, sem que seja gerado vínculo empregatício entre as partes (BRASIL, 2011).

Este parágrafo é de suma importância, pois, finalmente estipula a idade aceita para inicialização esportiva com vistas à profissionalização no futebol. Um avanço de ordem social, ainda que com relativo atraso em relação à legislação de amparo e proteção à criança e ao adolescente, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ainda neste item, dois aspectos são importantes: a cessão do benefício fica instituída em caráter facultativo; o benefício que o jovem poderá receber é tratado na lei como *bolsa aprendizagem*. O primeiro ponto merece destaque, pois parece considerar o fato de que muitas entidades formadoras em atividade no país são de caráter filantrópico. No entanto, ao instituir a concessão do benefício de modo facultativo, o parágrafo se isenta da estipulação de valores, deixando uma brecha que pode ser usada por entidades formadoras de cunho empresarial. Já o segundo ponto é fundamental, pois ao tratar o auxílio financeiro como *bolsa aprendizagem*, confere ao jovem em formação para o futebol o estatuto de aprendiz, ainda que de forma indireta. Isso representa um avanço, porque insere o adolescente em formação na ordem social do trabalho, reservando-lhe um local diferenciado que coaduna com sua condição de pessoa em desenvolvimento, conforme consta na Lei Federal nº 8.069 de 1990, o ECA:

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:
I – respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (Brasil, 1990).

Aqui, é possível notar como a modernização econômica do futebol profissional se expandiu, atingindo e alterando a dinâmica de funcionamento das categorias de base. Diante do princípio de mercado como regulador comum das distintas esferas do futebol de alto rendimento, as diferenças de sentido entre prática profissional e formação, já bastante confusas, tornaram-se ainda mais obliteradas. Durante boa parte da história do futebol brasileiro, não houve limites claros que demarcassem as diferenças entre estes dois segmentos. Porém, nos períodos anteriores, a questão não parecia ser digna de problematização, haja vista que a situação da criança e do adolescente no geral não havia se configurado como assunto de interesse público que demandava a responsabilização do conjunto da sociedade. No entanto, a persistência dessa confusão após mais de uma década da promulgação do ECA é algo merecedor de nota.

Na primeira redação da Lei 9.615/98, o atleta em formação era caracterizado como aquele que praticava o futebol em caráter *semiprofissional*, mediante contrato de *estágio* firmado com o clube. No entanto, não havia definições claras dos itens desse contrato ou das obrigações e direitos dos atletas que compunham tal categoria. Além disso, considerando o prefixo que compõem a palavra (semi), percebe-se que os atletas em formação eram relegados a uma espécie de limbo, entre uma prática que não era recreativa, mas também não parecia caracterizar vínculos formais com a dimensão do trabalho. Assim, com a redação incluída em 2003, o jovem passa a ter assegurado um lugar definido no universo futebolístico de modo sintonizado à legislação brasileira de proteção à infância e à adolescência.

A importância disso reside noutro fato também conexo aos desdobramentos da modernização do futebol. Com a transformação do desporto em negócio, o atleta tornou-se o principal produto desse mercado, e o jovem em formação adquiriu um significado completamente novo para o clube: a possibilidade de geração de lucros por meio da exportação. Tendo em vista o interesse no mercado internacional, foi necessário operar mudanças nas técnicas e nos *padrões de qualidade* da produção de atletas para adequar o produto à demanda do mercado. Aqui, é possível perceber a sintonia fina que existe entre ciência e economia no futebol e a maneira como estes dois segmentos se afetam mutuamente. Sabendo que o futebol moderno valoriza o condicionamento físico e a força, fica evidente que os treinamentos e a preparação dos jovens passariam a incorporar longas rotinas de exercícios que favorecessem o desenvolvimento da velocidade, da força muscular e da resistência. Diante disso, uma legislação vaga em relação à formação dos atletas poderia favorecer a sobrecarga dos jovens durante os treinamentos, acarretando eventuais problemas ao seu desenvolvimento físico e emocional.

Nota-se, portanto, que a criação de um corpo jurídico-institucional específico para abrigar as questões do jovem em formação para o futebol ainda é recente, mas representa um avanço fundamental. Outro aspecto que atesta a relevância desta mudança concerne à questão da escolarização. Quando não havia a obrigatoriedade da frequência escolar, muitos jovens que não se consolidavam no futebol, ou mesmo aqueles que encerravam suas carreiras, encontravam dificuldades de recolocação no mercado de trabalho. Durante algum tempo, era comum que ex-atletas fossem reaproveitados pelos próprios clubes como técnicos, preparadores físicos ou em outras funções sobre as quais tivessem conhecimento prático. No entanto, à medida que avançou a modernização do esporte, os conselhos profissionais das áreas da Educação Física e do Esporte começaram a reivindicar que o exercício dessas funções fosse reservado exclusivamente aos trabalhadores licenciados. A justificativa para isso apresentava-se sob o argumento de que especialistas tornariam a preparação física mais eficiente, o que teria reflexo direto no rendimento dos atletas e nos resultados obtidos. Conforme essas reivindicações se materializaram na forma de dispositivos legais, tal qual a Lei Federal 8.650 de 1993¹⁴, os clubes foram substituindo seus quadros de funcionários.

O olhar mais atento ao processo descrito acima revela um aspecto típico da modernidade: o caráter paradoxal criado pelas mudanças operadas na busca pela modernização. Neste sentido, a incorporação da ciência, enquanto estratégia conexa ao projeto moderno, produz efeitos distintos sobre a estrutura deste esporte: torna o futebol mais eficaz, contudo cria um espaço produtor de exclusões e altamente competitivo. Com isso, aqueles que não correspondem ao perfil traçado tendem a ser implacavelmente expelidos, com raras possibilidades de reaproveitamento. A promessa, tão abrangente quanto difusa, de melhorar o futebol profissional¹⁵ por meio da ciência revela-se exequível apenas de maneira limitada, especialmente porque subjugada aos interesses econômicos do mercado internacional.

Assim, observa-se que o desenvolvimento de estratégias para promover o cuidado aos jovens que aspiram a profissionalizar-se como atletas de futebol adquire caráter fundamental. É preciso reconhecer que incumbir às entidades formadoras a responsabilidade de acompanhar a frequência e rendimento escolar de seus atletas não garante a qualidade do aprendizado ou o interesse e compromisso dos jovens e dos clubes com a escolarização. Não

¹⁴ Dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional e dá outras providências.

¹⁵ O esporte profissional e de alto rendimento é reconhecidamente o lugar da competição e, por isso, a prática de estabelecer pré-condições físicas aos atletas é aceita com alguma naturalidade. No entanto, é preciso atentar para a difusão destes requisitos entre as dimensões do esporte recreativo e educacional que, supostamente, priorizam a formação cidadã via esporte, a promoção da saúde e o aspecto lúdico da atividade física.

se trata de assumir uma postura moralista e vazia em defesa do ensino formal, mas sim de questionar sobre as possibilidades de formação integral que têm sido ofertadas a esses jovens, tendo em vista as dificuldades de efetivação no mercado da bola.

Ao discutir a maneira distorcida com que as capacidades humanas são forçadas ao desenvolvimento na sociedade moderna, Berman (1986) afirma:

As disponibilidades, os impulsos e talentos que o mercado pode aproveitar são pressionados (quase sempre prematuramente) na direção do desenvolvimento e sugados até a exaustão; tudo o mais, em nós, tudo o mais que não é atraente para o mercado é reprimido de maneira drástica, ou se deteriora por falta de uso, ou nunca tem a chance real de se manifestar (BERMAN, 1986, p. 95).

Este parece ser exatamente o caso na relação entre os atletas em formação, seus clubes e a escolarização. O mercado ao qual se reportam os jovens e os clubes valoriza a capacidade técnica, força e resistência física. Tais habilidades não serão desenvolvidas por meio dos livros e, portanto, estes não teriam nenhum valor imediato na vida dos adolescentes. De modo geral, acredita-se que, no futuro próximo desses adolescentes, o conhecimento das fórmulas matemáticas ou o domínio da gramática não os tornam mais atrativos nem melhoram suas chances de serem negociados. Logo, que valor concreto poderia ter a educação formal e a escola? Já os clubes optam por desempenhar o papel do “bom moço” que alega não ter os meios necessários para agir e, portanto, encontra-se de mãos atadas. Assumem um discurso oficial que valoriza a educação formal e o desenvolvimento cultural e simbólico dos jovens, mas que nada podem fazer diante do desinteresse generalizado destes para com os estudos. Assim, de um lado, os clubes seguem simulando o cumprimento à lei (ou pelo menos a intenção de fazê-lo) e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a fiscalização.

A questão da escolarização perpassa diversas discussões envolvendo as categorias de base. Neste seguimento, Barreto (2012) discutiu a flexibilização escolar, prática que ele considera comum em escolas que atendem os jovens que se encontram em etapa formativa para o futebol. De acordo com ele, esta flexibilização pode ser visualizada de diferentes maneiras, dentre as quais destacamos: o abono/compensação de faltas quando os jovens passam longos períodos em campeonatos sediados em outras cidades; calendário escolar mais enxuto, especialmente quando se tratam de instituições privadas que negociam a prestação de

serviços educacionais com o clube, comprometendo menos dias da semana com a frequência escolar; a preferência por cursos supletivos ou que operem na categoria não presencial.

Ainda sobre este tema, Barreto (2012) aponta que, em geral, os clubes não costumam valorizar ou fomentar o interesse escolar dos atletas e preferem que estes estejam mais concentrados em aperfeiçoar seu potencial esportivo. Soma-se a isso o fato de que os próprios jovens, ao vislumbrarem a possibilidade de profissionalização no futebol, tendem a priorizar a formação no esporte em detrimento da formação escolar. Esta passa, muitas vezes, a ser encarada como obrigação desprovida de sentido diante de suas realidades, além de poder ser excessivamente monótona, em especial para jovens acostumados a atividades práticas (DAMO, 2005). Ademais, as famílias costumam endossar esta atitude, pois compartilham do projeto de vida dos adolescentes e consideram como concreta a possibilidade de ascensão social do grupo familiar via talento esportivo de um de seus membros (BARRETO, 2012). Diante deste cenário, não estranha o fato de que a norma jurídica seja invertida, de modo que os clubes procuram adequar a escolarização à rotina de treinamentos e não o contrário.

Sobre isso, Damo (2005) assinala que a ausência de diretrizes precisas para definir como os clubes devem fazer o acompanhamento escolar de seus atletas de base dá margens para que cada clube execute a lei de acordo com sua interpretação. Tendo em vista isso, associado aos interesses econômicos que circundam as categorias de base, é evidente que os clubes adotam posturas que privilegiam a formação futebolística. Estratégia fértil para os gramados, porém estéril para a vida de boa parte dos adolescentes que se lançam em busca de uma carreira esportiva. Isto porque, considerando tal conjuntura, ao longo dos anos que os jovens dedicam às categorias de base, eles intensificam seu potencial futebolístico a expensas da escolarização e do seu desenvolvimento cultural e simbólico. Segundo Damo (2005), o aperfeiçoamento de habilidades futebolísticas possui pouco valor fora do mercado dos pés-de-obra¹⁶, o que dificulta as possibilidades de reconversão profissional destes jovens “[...] afinal, o que se pode fazer com os pés além de jogar futebol?” (DAMO, 2005, p. 182). Situação que se intensificou, como dito anteriormente, a partir do momento em que foi instituída a obrigatoriedade de formação acadêmica para ocupar determinados cargos nos clubes de futebol, efeito direto da modernização tecnocrática e científica do esporte.

Outro ponto destacado por Damo (2005) é basilar para entender a dinâmica do futebol de espetáculo: as escassas possibilidades de inserção profissional. Isso ocorre por se tratar de um tipo de trabalho que só oferece oportunidades relevantes nas entidades que

¹⁶ Termo utilizado pelo autor para referir-se aos atletas profissionais de futebol.

participam do sistema FIFA. O refinamento das características exigidas para ingressar nesse trabalho, associado à quantidade limitada de clubes com condições de proporcionar estabilidade econômica aos seus atletas, define o cenário do mercado oficial de pés-de-obra.

Com relação à dimensão física, deve-se destacar que os atletas que despertam interesse dos clubes mais bem estabelecidos economicamente são aqueles que apresentam características muito específicas e que correspondem aos padrões valorizados dentro do sistema. Sem dúvidas, isso reflete no processo de produção de atletas, se considerarmos que os centros de formação brasileiros se pautam pelo interesse econômico. Assim, o critério de seleção para ingresso na categoria de base torna-se cada vez mais rigoroso, sendo exigido que os jovens apresentem características de desenvolvimento físico avançado, em termos de massa muscular e estatura. À medida que os anos passam, a permanência do atleta no clube continua condicionada ao avanço do crescimento físico. A depender da posição disputada, poucos centímetros podem decretar o fim do sonho.

Muitos atletas consagrados na história do futebol brasileiro dificilmente seriam revelados pelo sistema vigente. Garrincha, por exemplo, que além de baixo para os padrões atuais, tinha as pernas tortas. Todos garantiam que isso lhe prejudicaria o equilíbrio durante o jogo. Contudo, ele foi um dos maiores atletas que tivemos no Brasil. Mas o mercado impôs critérios bem específicos para o padrão de atleta e, como toda empresa que visa ao lucro, os clubes de futebol se alinharam a esse padrão. Em alguns casos, a ciência interveio e foi capaz de produzir mudanças inimagináveis no biótipo dos atletas. O caso de Ronaldo *Fenômeno* é citado como exemplo por Ferreira (2010). O atleta foi submetido a um programa de treinamento específico e com o uso da tecnologia aumentou sua massa muscular, ganhando quatro quilos, e cresceu seis centímetros num intervalo de apenas dois anos. Zico também foi outro atleta fabricado a partir de técnicas e estratégias personalizadas para atingir os padrões físicos que começavam a ser exigidos já em seu tempo (DANTAS, 2011).

Apesar dos avanços conquistados por meio da aplicação da tecnologia e da ciência ao futebol, precisamos atentar para o alto custo envolvido na implementação e manutenção desses recursos. A realidade financeira de muitas entidades formadoras, determinada pelo atual modelo de distribuição de recursos, não permite a incorporação dessas ferramentas. Com isso, a solução encontrada pelas instituições para manterem-se no mercado parece ter sido recorrer à genética e selecionar com base nas características físicas já manifestadas pelos jovens atletas. Ocorre que, numa *safrá ruim*, podem optar por selecionar jovens que não correspondem ao perfil procurado apenas para não incorrer no inconveniente de ficar sem *matéria prima*. Apesar da probabilidade desfavorável, apostam no surgimento de um talento

mesmo sem dispor dos recursos necessários para elaborar um programa que favoreça o desenvolvimento daquelas características já instituídas no mercado. No geral, o risco assumido pela entidade formadora, nesses casos, é baixo, pois, a cada ano, dispõem de milhares de outros jovens em busca de uma oportunidade. Já o jovem parece ser o mais prejudicado por tais situações. Ao final do prazo de permanência na categoria de base, se não tiver despontado, terá comprometido parte significativa de sua adolescência com uma formação altamente especializada e com poucas possibilidades alternativas de inserção profissional.

Ainda, no atual modelo de organização do futebol profissional, a magia e o sucesso financeiro do espetáculo esportivo estão condicionados ao número limitado de clubes que podem compor as principais competições. Este modelo sintetiza a dinâmica que opera na sociedade e revela o paralelo que existe entre esta e o futebol: o extremo sucesso financeiro de alguns está condicionado à imposição de limites ao desenvolvimento de vários. Esta lógica que favorece a hipertrofia econômica de um grupo restrito de clubes não se traduz em ganhos reais para o futebol enquanto símbolo da cultura brasileira, uma vez que produz campeonatos pouco diversificados e competitivos. A conjugação destes aspectos ocasiona uma situação de desemprego crônico entre atletas, ex-atletas e aspirantes a esta profissão que sequer conseguiram se consolidar no mercado do sistema FIFA. Cenário, este, que já adquiriu caráter prosaico na estrutura do futebol nacional.

Portanto, o mercado determina um perfil muito específico de atleta e se limita a um número extremamente baixo de clubes, sem possibilidades reais de expansão devido ao modelo de distribuição de recursos em vigor. Os prejuízos desta prática se estendem para além do futebol profissional e acentuam a dificuldade de fornecer condições de formação adequadas aos jovens nas categorias de base. Estas, interessadas no lucro acima de tudo, na falta de recursos para fazer os investimentos necessários, desenvolvem estratégias pouco eficientes para manterem-se no mercado, mesmo que isso signifique jogar com o futuro dos adolescentes. Um futebol cada vez mais *moderno*, científico e empresarial, sem transparência acerca das negociações e a moderação do Estado, tem se tornado, ironicamente, um futebol sucateado. Não raro vemos serem noticiados na mídia os casos de clubes nacionais que se encontram em situação financeira crítica: salários de atletas em atraso, departamentos do clube sob ameaça de fechamento, cortes nos investimentos em setores estratégicos e inovadores ligados às categorias de base e às equipes femininas, falta de manutenção da estrutura dos estádios e locais de treinamento. Problemas cuja solução encontrada consiste na velha medida adotada pelos clubes de recorrer à venda dos seus principais atletas ao futebol

internacional, perpetuando, também no futebol, a nossa condição de Colônia exportadora de matéria-prima. Ao se tornar exportador, o Brasil busca *produzir* atletas de acordo com o perfil buscado pelo mercado internacional, em particular o europeu, o mais influente e rico (atualmente dividindo esse posto com o mercado chinês), o que inaugura uma nova situação na qual observamos a perda das características até então consideradas típicas do futebol brasileiro, em particular nos aspectos relativos à capacidade criativa dos atletas para a construção das jogadas.

Aqui, é importante fazer uma pequena pausa para sinalizar ao leitor que esta argumentação não busca idealizar um momento anterior do futebol, o período do chamado futebol-arte, uma vez que o mesmo também apresentava impasses e contradições. Como já vimos em Coutinho (2013), a mudança do amadorismo para a profissionalização, por exemplo, não apaziguou os conflitos, mas simplesmente alterou as forças e regras que integram o quadro dinâmico do futebol. Igualmente, a insígnia da modernidade no futebol não o torna melhor ou pior em relação ao futebol-arte, tratando-se apenas de uma configuração diferente, com debates e disputas que lhes são próprias. Assim, nossa intenção não é a de criar um clima de saudosismo em relação ao futebol de um *tempo passado*, mas explorar e problematizar as condições do futebol *deste tempo*, que é aquele que nos diz respeito.

Mesmo sem projeção de expansão do mercado oficial, a procura pelos centros de formação se amplia de maneira notória. Este movimento pode ser vislumbrado não apenas nas categorias de base, instituições necessariamente voltadas à formação para o futebol de espetáculo e rendimento, como, também, nas chamadas escolinhas de futebol. Estas instituições geralmente são responsáveis pela iniciação esportiva e, supostamente, empenhadas na difusão do esporte educacional, recreativo e sem vistas ao rendimento. Pimenta (2000) afirma que as escolinhas de futebol começaram a se difundir no Brasil em meados da década de 1980, acompanhando a mudança pela qual o país passava nas dimensões política, econômica e cultural. De acordo com ele, a substituição da lógica segundo a qual os atletas de futebol são forjados decorre da conjugação de fatores diversos: a crescente urbanização do país com a consequente diminuição dos campos de várzea, a apropriação e institucionalização operadas pelo capital sobre o tempo livre, a adoção do modelo clube-empresa com a necessidade de gerar dividendos¹⁷ e a constituição de um meio de reaproveitamento dos pés-de-obra afastados do mercado oficial do futebol.

¹⁷ Muitos clubes de futebol que adotaram o modelo empresarial dispõem de escolinhas de futebol, além das categorias de base tradicionais. As escolinhas cumprem duplo papel econômico para os clubes: o ensino da modalidade é ofertado mediante contraprestação financeira na forma de mensalidades, o que garante uma

Para Pimenta (2000), a difusão dessas escolinhas imprime mudanças fundamentais nos métodos de formação e no *perfil* dos atletas. Isto porque essa etapa de contato inicial com o esporte passou a ser considerada quase um pré-requisito para disputar uma vaga nas categorias de base dos clubes, tendo em vista que estas não selecionam jovens sem conhecimentos técnicos e táticos prévios. Assim, frequentar a escola de futebol torna-se indispensável para aqueles que almejam a profissão de futebolista. Esta sistematização na formação esportiva pode ser considerada produto da acentuação do racionalismo e da cientificação no futebol moderno. O refinamento das habilidades exigidas do profissional no futuro passa a requerer um processo formativo cada vez mais longo e exaustivo, que, por esta razão, tem sua inicialização gradativamente antecipada.

Ao abordar esta mudança de paradigma na formação de atletas, via escolinhas, é importante ponderar sobre a questão da precocidade com que crianças são iniciadas e especializadas em uma modalidade específica com vistas ao alto rendimento. Souto e Shigunov (2003) afirmam que a apresentação da prática esportiva para crianças desde a mais tenra idade acompanha uma tendência difusa na sociedade contemporânea, em que se procura estimular os infantes por meio de várias e distintas atividades. Apesar da contribuição da atividade desportiva ao desenvolvimento infantil, os autores asseveram que a hegemonia do sentido econômico do esporte, dado seu caráter de espetáculo gerador de lucros, acarreta a priorização do desenvolvimento motor e dos resultados em detrimento ao trabalho com as dimensões afetiva, cognitiva e lúdica.

Com isso, os corpos e subjetividades dessas crianças vão sendo forjados numa lógica segundo a qual as capacidades e características físicas se tornam determinantes na seleção daqueles considerados “aptos”, além de promover a supervalorização da vitória e incitar a competição extrema, onde todos se tornam adversários em potencial. Aspectos que curiosamente parecem estar alinhados aos valores promovidos pelo sistema socioeconômico vigente, tal como discutido por Mancebo (2002), que destaca o amplo estímulo à competição presente na sociedade contemporânea. Daí nota-se como o esporte é tanto produto das relações desencadeadas pelos referenciais modernos como também vetor de difusão da dinâmica e dos traços subjetivos de uma sociedade moderna.

Outro apontamento de Souto e Shigunov (2003) concerne à severa rotina de treinamentos a qual os jovens são submetidos. De acordo com os autores, o plano de

renda mais ou menos estável; reserva aos clubes espaços privilegiados para observação de possíveis talentos que podem ser recrutados sem o inconveniente da negociação com terceiros. Importante destacar, porém, que podem existir escolinhas de futebol sem relações formais com qualquer clube.

exercícios estipulado pode produzir mudanças indeléveis nos corpos das crianças e adolescentes e torná-los mais sujeitos a lesões ao longo de sua vida. Além disso, é comum que os jovens sejam constantemente pressionados por seus treinadores e familiares para obterem resultados positivos e melhorarem seu desempenho. Ora, evidente que se trata de uma profissão que requer muito de seus trabalhadores, mesmo nas fases iniciais de contato com o esporte. A despeito disso, esta ainda é a escolha profissional de inúmeros adolescentes. Tendo em vista as dificuldades intrínsecas ao trabalho de atleta e o fato de se tratar de um mercado com poucas possibilidades de expansão, é intrigante notar o aumento na quantidade de centros de iniciação esportiva, públicos ou privados, que visam ao alto rendimento, bem como a crescente procura por esses espaços. Neste ponto, parece basilar a função exercida pela espetacularização dos esportes, dentre os quais o futebol pode ser tido como expoente máximo.

Antes de adentrarmos especificamente no debate sobre espetacularização e futebol, convém que façamos algumas notas introdutórias acerca da dinâmica espetacular e da cultura da imagem discutidas por Debord (2003) em sua obra *A Sociedade do Espetáculo*. Num primeiro instante, podemos ficar inclinados a associar as formulações desta análise a uma organização social marcada pelos excessos midiáticos que se voltam à cobertura dos eventos mais variados da vida (BELLONI, 2003; JAPPE, 1999), desde aspectos simplórios, trágicos ou caricatos do cotidiano até um acompanhamento em tempo real da vida do outro, como no caso dos *realities shows*. Sem dúvidas, a noção de espetáculo está relacionada à dimensão midiática, porém, Debord já alertava que esta se trata tão somente da "[...] manifestação superficial mais esmagadora [...]" (DEBORD, 2003, p. 22) do espetáculo. Assim, é preciso recuar um pouco para que possamos apreender a lógica espetacular de modo mais preciso, a fim de nos tornarmos sensíveis à suas outras manifestações presentes de modo pulverizado na vida social em geral e, especificamente, no futebol.

A sociedade do espetáculo da qual Debord (2003) fala diz respeito a um estágio desenvolvido da sociedade capitalista. No período Pós-Segunda Guerra, o aumento da produção material passou a exceder as reais necessidades humanas, colocando sob ameaça o pressuposto de base do capital de expansão e aumento constante na produção de valor (JAPPE, 1999). Assim, o espetáculo se erige como a nova forma-mercadoria da sociedade capitalista, servindo a finalidades diversificadas, mas que convergem para a difusão da lógica produtiva do capitalismo aos distintos segmentos da vida humana, especialmente pela extensão do consumo, conforme afirma nosso autor: "O espetáculo é o momento em que a mercadoria chega à *ocupação total* da vida social" (DEBORD, 2003, p. 32, grifo do autor).

Deste modo, a sociedade espetacular caracteriza-se por um processo radical de redução da vida, em que seus diversos aspectos assumem a forma abstrata, única e geral, da mercadoria fetichizada (JAPPE, 1999).

No tocante ao consumo, o autor discute na tese 43 o movimento de mudança de perspectiva da economia política sobre o operário. Antes visto como mera engrenagem do sistema produtivo, cuja compensação financeira deveria ater-se ao mínimo necessário para a manutenção de sua sobrevivência, o trabalhador ascende à posição indispensável de consumidor, especialmente em razão dos excessos da produção, como comentado anteriormente. Segundo o autor, porém, tal posição restringe-se ao campo das aparências, conforme segue em suas palavras:

Embora na fase primitiva da acumulação capitalista a economia política não visse no *proletário senão o operário* que deveria receber o mínimo indispensável para a conservação de sua força de trabalho, sem nunca ser considerado nos seus lazes, na sua humanidade, esta posição de ideias da classe dominante inverte-se assim que o grau de abundância da produção atingido na produção de mercadorias exige um excedente de colaboração do operário. Este operário, completamente desprezado diante de todas as modalidades de organização e vigilância da produção, vê a si mesmo, a cada dia, do lado de fora, mas é aparentemente tratado como grande pessoa, com uma delicadeza obsequiosa, sob o disfarce de consumidor. Então, o *humanismo da mercadoria* toma a cargo os lazes e humanidade do trabalhador [...] Assim, a negação da humanidade é agora a negação da totalidade da existência humana (DEBORD, 2003, p. 33-34, grifo do autor).

Neste ponto, podemos perceber se tratar de uma dinâmica social cuja pretensão reside em circunscrever sistematicamente a vida humana às leis da economia/capital em sua totalidade. Aqui, cabe introduzirmos outra noção de grande importância para as formulações de Debord: a ideia de separação. De acordo com o autor, na sociedade espetacular, há uma separação que incide tanto sobre o homem quanto sobre sua realidade. Disso decorre a produção da existência em caráter duplo assentada no vivido/real e no representado, dimensões complementares e que se afetam mutuamente, como veremos adiante. Os argumentos apresentados pelo autor ao longo do primeiro capítulo do livro conduzem à conclusão de que, na sociedade do espetáculo, o representado, ou a representação, tem a primazia sobre o vivido. Esta separação é operacionalizada no domínio espetacular mediante o recurso técnico da imagem, que se apresenta como uma reconstrução ou reunificação arbitrária da realidade fragmentada. Assim declara o autor na sua segunda tese:

As imagens fluem desligadas de cada aspecto da vida e fundem-se num curso comum, de forma que a unidade da vida não pode mais ser reestabelecida. A realidade considerada *parcialmente* reflete em sua própria unidade geral um pseudo mundo *à parte*, objeto de pura contemplação. A especialização das imagens no mundo acaba numa imagem autonomizada, onde o mentiroso mente a si próprio. O espetáculo, em geral, como inversão concreta da vida, é o movimento autônomo do não-vivo (DEBORD, 2003, p. 13-14, grifo do autor).

A partir da ideia de existência autônoma do não-vivo, podemos conceber que o espetáculo se assenta sobre o princípio da alienação e, igualmente, conduz à produção desta. Segundo Jappe (1999), a alienação consiste no processo em que uma abstração, que existe inicialmente enquanto produção humana, adquire caráter hipostasiado e independente, de modo que se sobrepõe ao homem, seu criador. No tocante à afirmação de que o espetáculo também conduz a produção da alienação, esta pode ser considerada legítima na medida em que a existência autônoma da imagem, que se torna objeto da contemplação, resulta no afastamento sistemático do humano da relação com o vivido e com sua realidade concreta. A fragmentação da vida é reforçada e contribui para retroalimentação do próprio espetáculo.

A imagem, enquanto existência autônoma, se torna também uma verdade para o homem e para a vida social. Debord declara na quarta tese que “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediatizada por imagens” (DEBORD, 2003, p. 14). Na sociedade espetacular, o sujeito também passa a existir enquanto ser separado de si mesmo. Torna-se uma imagem, que se forja tendo como referente o próprio *conteúdo* espetacular:

A própria separação faz parte da unidade do mundo, da práxis social global que se cindiu em realidade e imagem. A prática social, diante da qual surge o espetáculo autônomo, é também a totalidade real que contém o espetáculo. Mas a cisão nesta totalidade mutila-a, ao ponto de apresentar o espetáculo como sua finalidade. A linguagem do espetáculo é constituída por *signos* da produção reinante, que são ao mesmo tempo a finalidade última dessa produção (DEBORD, 2003, p. 15, grifo do autor).

Na sociedade espetacular, os elementos abstratos se materializam na forma de imagens, produzindo efeitos reais sobre as práticas sociais e atitudes dos sujeitos; tornam-se, portanto, elementos concretos que integram a vida social de modo efetivo. Assim, o

espetáculo origina-se do real vivido, mas toma uma parte desse real como sua totalidade. A imagem que resulta desta unificação arbitrária da realidade fragmentada, a representação de uma parte da vida, veiculada extensivamente, tornar-se, de fato, real (JAPPE, 1999). Nota-se, novamente, o caráter cíclico do espetáculo que tem sua fonte na realidade e retorna a essa, conferindo-lhe, por sua vez, marcas de uma dimensão espetacular, conforme declarado por Debord em suas teses de número oito e nove:

Não se pode contrapor abstratamente o espetáculo à atividade social efetiva; este desdobramento está ele próprio desdobrado. O espetáculo que inverte o real é produzido de forma que a realidade vivida acaba materialmente invadida pela contemplação do espetáculo, refazendo em si mesma a ordem espetacular pela adesão positiva. A realidade objetiva está presente nos dois lados. O alvo é passar para o lado oposto: a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo no real. Esta alienação recíproca é a essência e o sustento da sociedade existente [oitava tese]. No mundo *realmente invertido*, o verdadeiro é um momento do falso [nona tese] (DEBORD, 2003, p. 16, grifo do autor, [acréscimo nosso]).

Partindo da concepção de esporte enquanto espetáculo no contemporâneo, Seda (2014) discutiu a questão da invisibilidade social de jovens em situação de vulnerabilidade, em virtude de aspectos econômicos, étnicos e residenciais, e a percepção que estes têm do futebol enquanto via de ascensão e reconhecimento social. Para a autora, a consolidação dos esportes, em especial o futebol, como espetáculo veiculado na mídia é uma das principais razões para a glamourização que recobre o ofício de atleta profissional. Foi a partir da entrada definitiva das diversas modalidades na programação televisiva que o desporto ganhou contornos nítidos de negócio gerador de lucros. Com isso, observa-se o aumento substancial dos salários de atletas vinculados aos clubes com maior exposição na mídia, geralmente aqueles que compõem a primeira divisão do campeonato nacional¹⁸. Além disso, a partir da difusão midiática, se acentua a transmutação da figura do atleta em uma imagem, uma marca a ser gerenciada, capitalizada e exposta. Aqui, “não basta ser bom, tem que parecer ser bom e aparecer sendo bom” (SEDA, 2014, p. 120), pois, cada instante, cada jogo se revela como uma oportunidade em potencial de ser percebido, de ser notado e conseguir firmar um contrato que possibilite a entrada no show *business* do *football association*.

¹⁸ O campeonato Brasileiro é organizado em divisões chamadas séries. As séries A, B e C são compostas por 20 clubes cada. Na série D a disputa ocorre entre 40 clubes. Os clubes das séries A e B são aqueles que possuem mais exposição na grande mídia, devido à transmissão de partidas e grande volume de patrocínios envolvidos.

O trabalho sobre a imagem a ser vendida no mercado da bola não depende apenas das habilidades e domínio do futebolista em relação ao seu esporte. Assim, os atletas profissionais e os jovens das categorias de base buscam se recobrir por diversos signos capazes de identificá-los como membros de um grupo específico e que, ao mesmo tempo, lhes possibilite se diferenciarem no interior deste conjunto (SEDA, 2014). Exemplos disso podem ser notados na diversidade que invade os gramados devido às chuteiras de cores e modelos variados, algumas trazendo a inscrição do nome do atleta ou de algum familiar, ou mesmo na multiplicidade e singularidade de cortes de cabelo adotados por eles. Fora das quatro linhas, também é possível notar a presença desses símbolos de distinção tanto nas roupas como nos acessórios tipicamente utilizados pelos atletas. Para o futebolista, aderir a um determinado modo de ser na totalidade de sua vida é tido como fundamental para tornar-se constantemente uma imagem vendável, visível e desejável.

O conjunto dos elementos que parece formar a rotina do atleta profissional de futebol é vislumbrado por jovens como meio para acessarem a condição de existir socialmente devido à fama e ao aumento no poder de consumo supostamente trazidos pela profissão. Um meio de escapar da condição de invisibilidade social imputada a muitos e sintomática da vida moderna. As entrevistas apresentadas por Seda (2014) revelam a necessidade sentida por jovens de serem vistos, de existirem socialmente e, segundo a autora, uma das principais razões para escolherem o futebol como profissão decorre da possibilidade que este oferece para projetá-los socialmente. Ainda que sejam poucos os atletas que conseguem ocupar posições de destaque no cenário nacional e internacional do futebol, os jovens parecem não se ater a esta parte da realidade, e quando afirmam o desejo de profissionalização no futebol tomam como referência os atletas que podem ser considerados como exceção ao invés de regra na realidade deste esporte. Neste ponto, podemos notar com clareza os efeitos da totalização espetacular da realidade fragmentada que, veiculada extensivamente, torna-se real e age concretamente sobre a vida de sujeitos reais.

Na obra, a autora aponta que o fenômeno da invisibilidade social decorre da falta de percepção e de reconhecimento do outro em relação ao sujeito, como se este fosse reduzido à condição de um objeto que compõe a paisagem. Ao avançar na discussão sobre o tema, cita as metrópoles urbanas como espaços que favorecem a produção deste distanciamento nas relações sociais. Aspectos que, invariavelmente, remetem à argumentação de Simmel (1973) sobre a vida na metrópole moderna. Este autor assevera que a vida metropolitana, marcada pelo alto grau de impessoalidade nas relações sociais, propicia o desenvolvimento de um tipo de atitude denominada *blasé*, que:

[...] consiste no embotamento do poder de discriminar [...] o significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas, são experimentados como destituídos de substância. Elas aparecem à pessoa *blasé* num tom uniformemente plano e fosco, objeto algum merece preferência sobre o outro (SIMMEL, 1973, p. 16).

É notável a relação entre este tipo de atitude do sujeito moderno com o fenômeno da invisibilidade social discutido por Seda (2014). Assim, o *blasé*, na tentativa de manter a integridade de sua vida mental diante da infinidade de estímulos característicos da vida metropolitana, atribui a cada objeto e acontecimento ao seu redor um caráter extremamente prosaico. Categoricamente, nenhum evento ou sujeito merece atenção *a priori*. Tornam-se tão somente componentes da paisagem ao redor. Diante desta conjuntura, se fazer visível e ser reconhecido adquirem valor diferencial. Esta busca por reconhecimento é que legitima o projeto empreendido por milhares de jovens de se tornarem atletas profissionais de futebol, profissão considerada por muitos deles como a única por meio da qual terão condições de se tornarem visíveis.

Sem dúvidas, a relação íntima que se estabeleceu entre o futebol e a grande mídia, em especial a televisão, exerce uma função importante na sustentação desse sonho. Mas não podemos deixar de notar que as mudanças que vêm sendo propostas na legislação esportiva brasileira desde o fim da década de 1980 também contribuem para propulsar a aspiração desses jovens. Isto porque uma das principais lutas daquele período, que versava sobre a liberação do vínculo vitalício entre o atleta e o clube que o profissionalizara (chamado passe), culminou na possibilidade de movimentação irrestrita do futebolista por diversos clubes ao redor do globo. Importante frisar que tais reivindicações, consideradas propostas de modernização da legislação esportiva, acompanhavam um momento de abertura política e econômica do país. O Brasil e seu futebol caminhavam para adentrar no mundo globalizado. Com isso, as chances de o atleta galgar uma posição de destaque nos noticiários da imprensa esportiva, devido às transações envolvendo sua comercialização, aumentaram consideravelmente, especialmente quando se tratam de negociações com clubes europeus.

A proposta de extinção do passe apresentada em 1990 por Zico, durante o governo federal do ex-presidente Collor, só foi aceita em 1998 em novo projeto apresentado por Pelé, no decorrer da gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O futebol se desvincilhava rigorosamente da participação estatal e se observava o início da primazia das normas do mercado na administração dos clubes. No entanto, já em 1993, quando foi promulgada a Lei Zico, uma mudança importante ocorreu no futebol e mostrava que, apesar de haver uma luta

para que o atleta não fosse mais considerado propriedade exclusiva de um clube, ele permaneceria sendo o principal produto/mercadoria de comercialização no futebol.

A partir da referida lei, originou-se a possibilidade de existirem entidades de prática desportiva cujo fim voltava-se exclusivamente à formação de atletas para sua posterior negociação com os distintos clubes que participam do sistema FIFA. Uma espécie de terceirização na produção dos pés-de-obra. Damo (2005) atribui a esta lógica de formação/produção de atletas o nome “modelo exógeno”, afirmando que seu foco principal é a negociação de atletas. Ele aponta, ainda, tratar-se de um campo em expansão no contexto mercadológico e que teve como condições favoráveis ao seu surgimento a espetacularização do futebol e o aumento do interesse da grande mídia por esse esporte.

Com o fim do passe decretado em 1998, tal modelo de formação ganhou novo impulso. Para muitos clubes, a estratégia torna-se uma alternativa interessante, pois mantém aquecida a possibilidade de ter novos talentos defendendo (e vendendo) a camisa do clube, com a vantagem adicional de isentá-los dos inconvenientes jurídicos e econômicos intrínsecos à categoria de base. Nessa nova configuração, o jovem atleta também se transforma: deixa de ser propriedade de um clube para se tornar uma *commodity* (SEDA, 2014), uma aplicação financeira capitalizada por múltiplos investidores (VIEIRA; MANSANO, 2014). Apenas mais um exemplo que atesta a hegemonia do *Eu, S/A* no mundo do trabalho contemporâneo, premissa que imputa ao sujeito a responsabilidade por sua empregabilidade e que valoriza e defende sobremaneira a meritocracia. Componentes incorporados desde a mais tenra idade entre aqueles que estão em formação e aspiram profissionalizar-se como atletas de futebol.

1.4 O futebol brasileiro precisa de meio-campo!

Como se pode perceber a partir do que foi exposto, o discurso e as medidas para modernização do futebol incidiram sobre diferentes áreas ao longo da história da modalidade no país. De modo geral, as medidas concretas para operar essa modernização guardavam relação com o plano social mais amplo, demonstrando ser o futebol um segmento importante no conjunto da sociedade brasileira. Cumpre destacar a atuação basilar da mídia nas principais transformações do futebol. Foi por meio dela que esse esporte pôde se propagar pelas variadas regiões brasileiras num momento histórico em que a integração nacional ainda apresentava déficits em virtude da extensão territorial. Com isso, o jornal e o rádio podem ser considerados como elementos fundamentais na consolidação do futebol enquanto *paixão nacional* nas primeiras décadas do século XX.

Além disso, as mídias também tiveram função de suma importância nos principais debates envolvendo o futebol, tais como: amadorismo *versus* profissionalização do atleta; futebol e racismo; ordenação e disciplinarização do desporto na Era Vargas; modernização na década de 1960; reforma legislativa e adoção do modelo futebol-empresa. Nestas e em outras questões, os posicionamentos oficialmente assumidos nos meios de comunicação parecem ter impactado de modo determinante nas decisões finais. Com a televisão a situação se repetiu, sendo que, a partir dos anos de 1980, as relações desta com o futebol começaram a se estreitar. Foi nesse período que os clubes passaram a adotar a gestão empresarial de modo extensivo por meio da negociação da transmissão televisiva das partidas e do uso da publicidade nas camisas. O futebol começava a encontrar caminhos possíveis para seu desenvolvimento independente, o que representava um avanço, tendo em vista a herança de dependência em relação ao Estado que se estendia desde o período Vargas.

No que tange especificamente à relação futebol-mídia-categoria de base, os meios de comunicação também ocupam lugar de destaque. Conforme abordamos na seção anterior, a espetacularização esportiva, impulsionada, principalmente, pela televisão, é um aspecto de grande importância na incitação do fascínio e do desejo de jovens empobrecidos que vislumbram no futebol a possibilidade de galgar a ascensão social. A televisão aparece como um dos componentes que subsidia e sustenta o projeto de vida empreendido pelos jovens que sonham com a fama, o enriquecimento e o reconhecimento social.

Porém, a comercialização do espetáculo futebolístico, associado ao discurso científico de modernização da modalidade, produziu mudanças no significado do jogo de futebol, que assumiu um caráter radicalmente pragmático. Com a acentuação do valor da vitória, o resultado passou a ser mais importante do que o desenvolvimento da apresentação. A dimensão artística, que durante muito tempo foi apontada como característica do futebol brasileiro, cedeu lugar ao jogo mecânico que se desenha pelo esquema tático a ser rigorosamente seguido. Tal mudança de perspectiva incide, também, sobre as categorias formadoras de atletas que, cada vez mais, se preocupam em preparar corpos fortes e velozes, e subjetividades disciplinadas. A partir dos aspectos contemplados e discutidos ao longo deste capítulo, concebemos que a categoria de base é, simultaneamente, produto e objeto das medidas de modernização do futebol. No primeiro caso, resulta de uma necessidade imposta pela nova conjuntura do futebol. Assim, a etapa formativa responde à demanda de segmentação e racionalização do preparo do atleta, com vistas a sua potencialização técnica, tática e, principalmente, física. Nesse processo, se revela, também, o objeto das iniciativas modernizadoras, uma vez que estas incidem e alteram a configuração das relações que se

estabelecem neste contexto, criando expectativas, objetivos, discursos, práticas e valores. Neste sentido, a modernização nas categorias de base pode ser deflagrada pela intensa rotina de exercícios físicos repetitivos, bem como pela existência de regulamentos/manuais que procuram normatizar e prescrever a conduta dos jovens em termos de relacionamento com o clube (pares e profissionais) e de cuidados com o próprio corpo (alimentação e lesão).

Mesmo diante da importância que a categoria de base vem adquirindo no contexto nacional, especialmente a partir de 2010,¹⁹ a questão do jovem em formação para o futebol ainda tem pouca visibilidade e medidas concretas com vistas a garantir seu pleno desenvolvimento só foram sancionadas recentemente pela Lei 12.395/11. Aqui, como em outros momentos, fica evidente a suscetibilidade da atmosfera desportiva no âmbito interno em relação ao desempenho do Brasil nas competições internacionais. Como se pode constatar ao longo da argumentação apresentada, os ânimos nacionais em relação ao futebol sofriam variações acentuadas a depender dos resultados obtidos pelo escrete em disputas no estrangeiro.

Foi em virtude das conquistas obtidas fora do país que o futebol ganhou projeção nacional, como ocorreu a partir de 1919, com o triunfo no campeonato Sul-Americano. De modo análogo, as derrotas nesse tipo de competição foram também a principal força para impulsionar debates acerca da necessidade de reestruturação desse esporte no país, como ocorreu após a Copa de 1966, quando se intensificou o movimento de cientificação do futebol. A história mostra que as grandes mudanças operadas no futebol foram motivadas pelo desempenho negativo nas competições internacionais. Portanto, é importante aproveitar a ênfase dada à categoria de base e a potência que o momento carrega para encaminhar discussões relevantes, tendo em vista o desenvolvimento do futebol e do desporto nacional de modo geral.

É inegável que o modelo instituído no futebol brasileiro serve muito mais para reforçar as diferenças entre clubes, baseada na divisão simplista entre *time grande e pequeno*, e para promover o enriquecimento pessoal de algumas personagens ou de grupos empresariais restritos do que para viabilizar o desenvolvimento da prática como um bem comum da cultura brasileira. Um exemplo disso pode ser notado na maneira como é feita a distribuição da renda obtida com a negociação dos direitos de transmissão pela TV. O contrato atual da série A do Campeonato Brasileiro, cedido à rede Globo, é dividido em duas cotas diferentes, uma

¹⁹ Nas campanhas do Brasil nas copas de 2010 e 2014, os resultados negativos foram associados a um elenco pobre em recursos técnicos e habilidade, deflagrando a necessidade de investimento e melhoraria na formação de atletas e nas categorias de base como meio de reverter o quadro do futebol nacional.

referente à TV aberta e outra ao Pay Per View (PPV). Na primeira, o valor total para ser redistribuído entre os clubes é de seiscentos e cinquenta milhões de reais e a porcentagem, chamada de cota fixa, foi definida a partir dos índices de audiência observados à época da assinatura do contrato, em 2012. Já no caso do PPV, as porcentagens são definidas com base em pesquisas feitas pelo Ibope e Datafolha entre os assinantes do pacote que dá acesso a todos os jogos da temporada. A partir da resposta dada pelos consumidores à pergunta *para qual time você torce?* é que são estabelecidas as porcentagens de rateio do montante que gira em torno de quatrocentos milhões de reais.

Aqui, notamos claramente como o futebol brasileiro se transformou em um produto sujeito às variações do livre mercado, uma vez que as cotas destinadas a cada clube são definidas apenas com base nos índices de audiência e de compra dos pacotes de PPV. Logo, os clubes que têm as partidas mais assistidas e maior número de torcedores assinantes de TV paga receberão fatias maiores dos valores citados anteriormente. Considerando que as rendas obtidas com a venda dos direitos de transmissão para a TV são as maiores fontes de receita dos clubes brasileiros, a atual metodologia adotada para definir as cotas de distribuição para cada clube é um meio de decretar a manutenção do *status quo* do futebol nacional. Em síntese, este modelo produz um campeonato que oferece poucas chances de uma competitividade real entre todos os clubes que o disputam, o que leva ao desgosto do torcedor, à dificuldade de renovação dos talentos e a implosão, lenta e contínua, da prática esportiva. Assim, tendemos a ter sempre os mesmos campeões e serão os mesmos clubes a apresentarem dificuldades em se manter no grupo principal do futebol brasileiro. Uma estrutura em que as possibilidades de mobilidade vertical na hierarquia existente encontram-se drasticamente reduzidas.

Além disso, é importante sinalizar que a audiência obtida na TV aberta por um ou outro clube pode ser forçada, uma vez que a definição da programação e, portanto, dos jogos que são transmitidos, é feita de forma arbitrária pela emissora. Esta, interessada em agradar investidores que pagaram para ter suas marcas divulgadas durante os jogos, provavelmente optará por transmitir as partidas consideradas mais atrativas e que envolvem os chamados grandes clubes. Afora o fato de que essa arbitrariedade pode ser considerada uma forma de manipulação do *livre* mercado, pois interfere diretamente na definição das cotas repassadas aos clubes, ela também desfere um golpe no futebol no que tange a sua função de afirmação e expressão das diferenças regionais brasileiras. Promove, por assim dizer, uma totalização que simplifica e restringe o cenário futebolístico nacional por privilegiar clubes das regiões sul e sudeste e reduzir drasticamente as condições de possibilidade para o desenvolvimento e

consolidação dessa prática nas demais regiões do país. O futebol, assim como uma crescente extensão de segmentos da vida contemporânea, foi reduzido a uma mercadoria negociada livremente sem qualquer forma de controle social ou fiscalização estatal.

A apropriação desregulamentada do futebol pelo mercado impacta sobre a categoria de base e os processos de formação dos jovens atletas de diversas maneiras, como discutido em oportunidade anterior do texto. Nesse cenário marcado pela busca incessante do lucro, por negociações obscuras entre clubes, federações e empresas de capital privado, o futebol, como símbolo cultural, fica desgastado e enfrenta dificuldades para se desenvolver. As limitações irradiam para além das dimensões profissionais e atingem as categorias de base, em especial aquelas dos clubes com pouco espaço na grande mídia e com baixas receitas. De maneira direta, compromete a vida de milhares de jovens inseridos nessas instituições formadoras na busca pelo sonho de ascenderem social e economicamente. A gerência do futebol, visando a atender interesses políticos e pessoais, interfere na maneira como é feita a distribuição dos recursos financeiros da CBF para as federações e clubes. Estes, ainda que sem recursos adequados, se mantêm em atividade na tentativa de revelar um grande talento e, assim, obter projeção nacional. A aposta dos clubes é feita às expensas do bem-estar e da integridade dos adolescentes, nas categorias de base e dos trabalhadores, nas equipes profissionais, uma vez que é recorrente relegá-los a condições precárias de moradia, alimentação, saúde e educação. A proteção social da infância e da adolescência, supostamente tão valorizada no Brasil, é amputada dessa parcela de jovens inseridos no universo futebolístico.

A dificuldade na elaboração de dispositivos capazes de responder à nova conjuntura do desporto nacional pode estar associada à prematuridade da autonomia do futebol em relação ao Estado, bem como à persistência de um modelo de gestão que ainda carrega traços de autoritarismo endógeno, numa estrutura excessivamente verticalizada e rígida. Talvez, em razão de uma história de submissão absoluta ao Estado, as entidades desportivas tenham procurado manter-se rigorosamente afastadas deste por meio da instituição de um modelo de futebol neoliberal. No entanto, a falência crônica da instituição, que, nos últimos anos, tem sido regida pelos princípios do livre-mercado, exige a reconsideração sobre sua função enquanto ente social. Ainda que timidamente, temos percebido no futebol, assim como na vida, que a relação com o Estado pode ser, no mínimo, uma via de mão dupla, em que não precisamos esperar que as decisões sejam tomadas e que temos condições para compor o debate acerca daquilo que nos diz respeito. Nem submissão, nem exclusão: composição.

Aqui, portanto, é importante esclarecer que consideramos o futebol como um bem coletivo da população brasileira, um ícone da cultura nacional e poderoso símbolo para a expressão das diversas singularidades do país. Por esta razão, entendemos ser fundamental a criação de meios que garantam a transparência nas negociações e possibilitem o controle e fiscalização, pelo Estado e pela sociedade civil, da distribuição e uso dos recursos destinados às entidades desportivas. Também, nas entidades formativas de caráter exclusivamente empresarial, é necessário criar meios que possibilitem assegurar o bem-estar e o respeito aos direitos dos jovens que ali estão inseridos. Neste sentido, ao tomar o futebol, dos níveis recreativos aos profissionais, como um patrimônio da cultura brasileira, é indispensável que pensemos em modelos capazes de promover o desenvolvimento desta prática de maneira equitativa nas diferentes regiões do país. Assim, por se tratar de um interesse coletivo, é necessário que haja atuação do Estado e da população, visando assegurar a integridade e crescimento deste desporto, nos seus diversos níveis, bem como para garantir o respeito aos direitos e zelar por seus praticantes.

Em discurso apresentado no Ciclo de debates sobre o panorama do futebol brasileiro promovido na Câmara dos Deputados em 1983, Sócrates,²⁰ Adilson Monteiro Alves²¹ e Juca Kfoury²² denunciaram a tendência em aguardar “do governo soluções para o futebol, vício compreensível numa cultura que sempre espera a salvação vinda de cima” (VAMOS..., 1983, p. 22). E declaram seu entusiasmo diante da possibilidade de participação dos diversos grupos interessados no futebol nas discussões de propostas de mudança desse desporto: “É auspicioso que, enfim, a grande paixão brasileira possa ser discutida de baixo para cima num debate que envolve rigorosamente todos os interessados em mudar o estado atual das coisas” (VAMOS..., 1983, p. 22).

Retomando o entusiasmo do episódio descrito em 1983, grupos que durante muito tempo estiveram indiferentes ou marginalizados das principais decisões relativas à organização e desenvolvimento do desporto, têm exercido seu poder político e reivindicado sua participação na gestão do futebol. A iniciativa mais recente neste sentido culminou na elaboração da Medida Provisória 671/15,²³ chamada MP do Futebol, cujo objetivo, mais uma vez, é a modernização da modalidade por meio da instituição do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT). O referido

²⁰ Ex-atleta do Corinthians Paulista.

²¹ Ex-vice-presidente do Corinthians Paulista.

²² Editor da Revista *Placar*.

²³ A referida Medida Provisória foi convertida em dispositivo legal sob o número 13.155/2015, aprovada em 4 de agosto do referido ano.

programa oferece às entidades desportivas condições especiais para o refinanciamento de suas dívidas com o governo, tendo como contrapartida o compromisso destas em reformular seus estatutos nas dimensões legislativa, eletiva e gerencial. Alguns dos pontos mais relevantes que merecem destaque são: estabelecimento de um número fixo de mandatos para o cargo de presidente das entidades desportivas²⁴, ampliação do colégio eleitoral da Confederação Brasileira de Futebol, responsabilidade fiscal e maior transparência administrativa por parte das entidades em questão. A Medida, aprovada no senado, sofreu algumas alterações em pontos importantes²⁵, cedendo às pressões da própria CBF e de políticos ligados à instituição²⁶, porém, continua representando um avanço significativo.

Assim, operar mudanças no futebol brasileiro talvez solicite a participação coletiva na constante recriação e reconstrução desta prática nos moldes do contexto social e histórico do país. Existem modelos adotados em outros esportes e países²⁷ que podem servir como direcionamento, mas é preciso ter cautela para não fazer a transposição pura e simples ao contexto do futebol brasileiro que, afinal, apresenta peculiaridades que precisam ser respeitadas. Também é fundamental que tenhamos em vista as potencialidades do esporte, em seus diversos níveis, e assumamos uma postura ética para com o seu desenvolvimento, buscando, assim, preservar seu caráter de bem comum.

Reconstruir a história e o contexto sociopolítico de constituição da profissionalidade do atleta de futebol brasileiro, bem como elucidar as medidas adotadas nesta modalidade visando a sua modernização é basal para esta pesquisa. Nesta, buscamos investigar os processos de subjetivação dos jovens em formação para o trabalho como atletas

²⁴ Até o momento de aprovação da MP 671/15, o cargo de presidente da CBF, das federações estaduais e das entidades de prática desportiva tinha prazo de quatro anos, sem restrição quanto ao número de reconduções. Com isso, era comum que uma mesma pessoa ou grupo permanecesse à frente destas entidades devido à política de troca de favores, efetivada por meio da distribuição de benefícios e incentivos fiscais, por exemplo. Diante desse quadro, mudanças significativas na estrutura do futebol não tinham possibilidade de ocorrer, pois este permanecia sendo usado para satisfazer interesses pessoais de grupos conservadores.

²⁵ O texto original da MP solicitava que todos os atletas com registro profissional compusessem o colégio eleitoral, mas a participação foi concedida apenas aos clubes da série B do Campeonato Brasileiro. Outro ponto vetado propunha a transformação da Seleção Brasileira em patrimônio cultural do país, o que permitiria ao Ministério Público investigar diretamente as ações da CBF. Além disso, houve também a flexibilização nos prazos concedidos aos clubes para diminuir seus endividamentos junto ao Governo Federal.

²⁶ Bancada da Bola.

²⁷ Um exemplo pode ser o do campeonato de futebol inglês, a *Premier League*, que divide as cotas da venda da transmissão da seguinte forma: 50% são distribuídos igualmente entre todos os clubes que participam da competição, 25% divididos com base na classificação e os 25% restantes são divididos de acordo com a audiência obtida na transmissão dos jogos. Com relação a este último ponto, é importante destacar que, no contrato feito com as emissoras, é garantido que cada clube terá, no mínimo, 10 jogos exibidos e, mesmo que o número de partidas transmitidas seja inferior, o valor pago será equivalente a esta quantidade. Isso faz com que todos os clubes tenham um bom faturamento, consigam montar equipes competitivas e, logo, produzam um campeonato atrativo e diversificado. Pode-se supor que essa distribuição mais equilibrada também favoreça os investimentos nas categorias de bases dos clubes.

de futebol e consideramos que a configuração atual deste contexto possui conexões com a história narrada e analisada neste primeiro capítulo. Aqui, ao adotarmos uma perspectiva específica de subjetividade, que será discutida adiante, concebemos que as histórias pessoal e coletiva se associam na produção do sujeito singular. Portanto, o processo histórico coletivo da categoria profissional de atletas é fundamental, uma vez que condiciona, parcialmente, as possibilidades de constituição subjetiva dos sujeitos em processo de formação para esse trabalho.

2 O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO: O QUE A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL TEM A DIZER SOBRE ISSO?

A pesquisa ora apresentada tem como objetivo central investigar os modos de subjetivação de jovens em processo de formação para o trabalho como atletas de futebol. Neste sentido, discutir o conceito de subjetivação constitui uma etapa fundamental deste estudo. A elaboração deste segundo capítulo se orientou a partir de tal necessidade. Aqui, apresentaremos a revisão de literatura e o debate feitos acerca deste conceito a partir do referencial teórico da Psicologia Histórico-Cultural. Esta perspectiva teórica subsidiará, também, a análise dos dados coletados junto aos adolescentes voluntários da pesquisa por meio do dispositivo metodológico da autoconfrontação simples. Este capítulo está composto por duas seções, que serão apresentadas na sequência.

Para a construção do nosso entendimento acerca do conceito de subjetivação, no bojo da teoria Histórico-Cultural, consultamos as perspectivas de autores clássicos e contemporâneos. Na vertente clássica desta corrente teórica, nosso principal interlocutor foi o russo Lev Semenovitch Vigotski. Nele não encontramos menção ao termo exato que é trabalhado por nós, o conceito de subjetivação. Deste modo, nos pautamos em outros conceitos-chave da referida teoria que discutem o processo de formação do sujeito e fornecem pistas valiosas para a elaboração de um entendimento sobre a categoria conceitual de nosso interesse.

Assim, na primeira seção, abordamos os conceitos de psiquismo, signo, sujeito, cultura, atividade, mediação simbólica, significado, sentido e significação que contribuem para formar um modo de compreender o processo de subjetivação a partir das relações do sujeito com seus contextos. Já na segunda seção, buscamos trazer uma perspectiva mais contemporânea desta teoria. Nesta destacam-se, principalmente, as contribuições do cubano Fernando Luís González Rey, em particular no que se refere ao conceito de sentido subjetivo proposto pelo autor. Na terceira seção do capítulo, procuramos estabelecer um elo entre a subjetivação e a categoria trabalho, apontando o modo como a atividade laboral e a formação profissional participam da produção da subjetividade humana no contemporâneo. A passagem breve por esta questão se justifica a partir de nossa intenção em aprofundar este debate na etapa de análise de dados, onde procuraremos correlacionar o processo de subjetivação dos jovens voluntários da pesquisa com os aspectos que integram o contexto da formação para o trabalho nas categorias de base de futebol.

Por fim, cumpre dizer que procuramos organizar o texto de modo a favorecer a leitura, a despeito da densidade do tema tratado e do encadeamento que existe entre os conceitos debatidos.

2.1 Pistas para a aproximação de um conceito.

*Que há sempre um mundo, apesar de já começado, há
sempre um mundo pra gente fazer
Um mundo não acabado
Um mundo filho nosso, com a nossa cara, o mundo que
eu disponho agora foi criado por mim
Emicida*

No princípio era a ação. Esta afirmação do Fausto de Goethe parece adequada para iniciar o debate da concepção que a Psicologia Histórico-Cultural possui acerca da constituição do sujeito e da subjetivação humana. Segundo Vigotski (1984), o desenvolvimento é um processo que decorre da interação entre duas linhas, a orgânica e a cultural. O autor afirma que, nos anos iniciais da vida, o humano é, fundamentalmente, uma série de movimentos, ação. Não à toa, um dos primeiros sistemas que se desenvolve no corpo é o do comportamento motor. Mas, como ser inserido num contexto sociocultural, vai, paulatinamente, sendo introduzido nas práticas sociais mediante a interveniência do coletivo.

Como veremos na sequência desta seção, grande parte dos postulados de Vigotski e da Psicologia Histórico-Cultural converge para dois objetivos precisos e complementares: a) redefinir o conceito *psicológico de base*, a fim constituir uma nova raiz comum que pudesse subsidiar o desenvolvimento das diversas psicologias; b) estabelecer os referenciais analítico-conceituais que possibilitariam a explicação desta nova categoria. Orientando-se por estas finalidades, o autor russo elaborou e sugeriu o conceito de psiquismo como nova matriz conceitual da Psicologia. Em razão da importância do termo na obra do pesquisador, é necessário que o abordemos já no início deste debate, uma vez que é a partir dele que se desdobram os demais temas que compõem esta seção.

Inicialmente, podemos destacar, a partir das contribuições de Friedrich (2012), que Vigotski, ao expor o conceito de psiquismo, frequentemente comparava seu funcionamento ao de objetos utilizados para selecionar ou filtrar elementos. Assim, o primeiro aspecto a partir do qual este termo se define é seu caráter seletivo. Deste modo, o psiquismo,

conforme concebido por Vigotski, atua sobre as diversas fontes de excitação que formam a realidade de cada sujeito. O autor afirma se tratar de “[...] um órgão seletor, uma peneira que filtra o mundo e o modifica de forma que seja possível agir” (VIGOTSKI, 1927/1996, p. 284). Deste modo, o psiquismo colabora para ordenar a realidade que é, em princípio, caótica. Aqui, podemos apontar o segundo aspecto que nos auxilia na definição de psiquismo: ele é um mediador das relações entre o sujeito e o mundo. Isto porque, ao trabalhar esta caoticidade, ele cria uma forma de realidade que torna possível a existência daquele sujeito no mundo. Conforme afirma nosso autor, o psiquismo distorce “[...] subjetivamente a realidade em benefício do organismo” (VIGOTSKI, 1927/1996, p. 284). Igualmente, contribui para a escolha das estratégias de ação mais adequadas para o sujeito em virtude dos aspectos contextuais que o circundam. Daí seu caráter mediador. Portanto, na perspectiva Histórico-Cultural, compete ao psiquismo a tarefa de distinguir e trabalhar os aspectos da realidade de modo a favorecer a existência do sujeito.

Neste ponto, fica claro que nos atemos, especificamente, à consciência que, como veremos adiante, não é tomada por Vigotski como detentora da totalidade do psiquismo. Pois bem, a consciência busca apreender o real no intuito de organizá-lo, de decodificá-lo e, assim, contribuir para a existência do sujeito. Conforme apontado acima, com Vigotski (1927/1996), ela distorce essa realidade em favor do sujeito. Esta distorção ocorre justamente como um meio de preencher as lacunas ou falhas deixadas pela consciência no seu processo de acompanhamento do real. Trata-se, aqui, de uma limitação desta dimensão do psiquismo que, para ser capaz de apreender a realidade, necessita captá-lo na forma de sínteses, uma vez que “Ela (a consciência) está necessariamente em atraso em relação ao real que ela acompanha ‘por saltos, com omissões e lacunas’ [...]” (CLOT, 2014, p. 127, acréscimo nosso, grifo do autor). Assim, a realidade, caótica e fragmentária, é sintetizada na forma de uma representação, de modo a tornar-se cognoscível à consciência. Esta representação, porém, é sempre falha e provisória, mas necessária para evitar a paralisia total do ser em face da “[...] viscosidade inorgânica do todo” (CLOT, 2014, p. 128).

A partir desta perspectiva, nota-se a recusa do argumento que afirma a consciência como reflexo direto do real, o que permitiria supor sua existência autônoma e apartada deste real. Clot (2014) enfatiza que a consciência só encontra condições para existir em relação com a realidade. De fato, o autor afirma que ela seria mesmo o produto da relação entre elementos reais. Para explicar-se, recorre a uma analogia utilizada por Vigotski onde este compara a consciência à imagem de uma mesa refletida num espelho. Pautado nesta comparação feita por Vigotski, Clot (2014) afirma que “A reflexão ou o reflexo da mesa não coincidem nem

com os processos reais da luz no espelho, nem como a própria mesa. É uma relação entre duas coisas reais [...]” (CLOT, 2014, p. 126). Neste ponto, o autor argumenta que é legítimo afirmar a existência da consciência, desde que considerada enquanto relação entre elementos reais, o sujeito e sua vida concreta. No entanto, retomando o que foi discutido no parágrafo anterior, a consciência é, também, ativa, não se restringindo a um produto passivo desta relação. Há, de sua parte, uma atividade. Esta é empreendida no sentido de preencher as lacunas do real. Pode-se dizer que ela trabalha o real e a maneira como ele afeta o sujeito. Por fim, podemos concebê-la, a consciência, como “[...] uma experiência redobrada de si para si, que tira paradoxalmente o sujeito dele mesmo” (CLOT, 2014, p. 127). Neste sentido, a consciência configura-se numa experiência transformada cujo caráter principal é o de tornar esta última num instrumento à disposição do sujeito. Clot (2014), com base nas discussões de Vigotski, mostra que a conscientização acerca da experiência vivida é um meio de fazê-la ficar à disposição do sujeito, tornando-a um recurso que lhe permite orientar sua existência. Ainda, pontua que esta conscientização está intimamente associada à capacidade do sujeito “[...] de perceber e de relatar aos outros a experiência vivida” (VIGOTSKI, 1925/2003, p.78).

Porém, Vigotski, já em 1930, também afirmava que:

[...] es preciso considerar ésta (la psique) como parte integrante de un proceso complejo que no se limita en absoluto a su vertiente consciente; por eso consideramos que en psicología es completamente lícito hablar de lo psicológicamente consciente e inconsciente: lo inconsciente es potencialmente consciente (VIGOTSKI, 1930/1991, p. 9).

Para esclarecer a perspectiva de Vigotski acerca das noções de psiquismo, em geral, e de inconsciente, em particular, Clot (2014) fez um estudo teórico pautando-se em três obras do autor: A consciência como problema da psicologia do comportamento; Psiquismo, consciência, inconsciente; As emoções e seu desenvolvimento na criança. Nesta leitura, o autor procurou também estabelecer um diálogo com a psicanálise, recorrendo tanto aos postulados de Freud quanto de autores contemporâneos. A partir deste debate, Clot (2014) afirma que, em Vigotski, o inconsciente corresponde às representações que se encontram separadas da palavra. Como dito anteriormente, a experiência assimilada pelo psiquismo é dobrada, transformada pela consciência de modo a torná-la recurso para o sujeito. Este processo, conforme explicitado, está estreitamente vinculado à capacidade de comunicação da experiência; logo, possui o traço simbólico da linguagem, da palavra. Neste ponto, é válido

incorporarmos a esta perspectiva a proposição de Santos e Leão (2014) para os quais, além da linguagem, a criação/produção artística também é um meio de simbolização da experiência.

Deste modo, a partir da afirmação de Clot (2014) acerca dos estudos de Vigotski, entende-se como legítimo admitir que aquilo da experiência que não passa pelo crivo da linguagem, ou de outras formas de simbolização, e, por conseguinte, não é assimilado e transformado pela consciência, nem por isso deixa de influir sobre a atividade e a vida psíquica. Nem todo o conteúdo da experiência é assimilado pela consciência. Há uma parte dessa experiência que permanece separada da palavra. É isso que caracteriza o inconsciente em Vigotski, conforme vimos. Apesar disso, tal conteúdo permanece vivo na atividade psicológica do sujeito. Interfere no funcionamento psíquico e no comportamento de modo geral (CLOT, 2014). Pontua o autor:

A experiência vivida – às vezes mal vivida – não pode chegar até a realização. Não consegue se tornar um meio para viver uma outra experiência e sai do mundo da atividade consciente, entra no beco de uma subjetividade encarcerada. Ela falha, mas deixa marcas. Continua a agir. A inibição ativa que ela sofreu não a aboliu (CLOT, 2014, p. 129).

Antecipando o foco do debate neste capítulo, que versa sobre o processo de subjetivação, é importante situar, a partir das colocações anteriores, que tal processo constituiu-se também na relação com aquilo que é caótico, com a dimensão amorfa da experiência pura, marcada por sensações e afetos e, como afirma Clot (2014), “As razões pelas quais nós fazemos as coisas não são sempre aquelas que acreditamos. A experiência vivida e a consciência de si enganam” (CLOT, 2014, p. 130). Com base nestas formulações, é possível notar traços da preocupação maior de Vigotski na elaboração de sua obra, qual seja a de apresentar uma proposta monista para a investigação e explicação dos fenômenos psicológicos cuja base residiria, fundamentalmente, na vida material.

Assim, na sugestão do termo *psiquismo* como nova unidade conceitual da Psicologia figurava parte da proposta mais ampla de Vigotski, que visava à reformulação deste campo do saber enquanto ciência, encerrando as dicotomias que a caracterizaram até aquele momento. Neste sentido, o autor discutiu a noção de desenvolvimento cultural do homem, buscando romper com tradições teórico-metodológicas unidirecionais que enfatizavam a via orgânica como condicionadora exclusiva do desenvolvimento (VIGOTSKI, 1984). Inicialmente, o argumento aparenta a mera substituição de uma unidirecionalidade

por outra, em que a dimensão cultural tomaria o lugar antes conferido à biologia. No entanto, a proposta de Vigotski (1984) se pautava na ideia de interação/composição entre as linhas orgânica e cultural. Na perspectiva apresentada pelo autor, entende-se que, conforme o humano se apropria dos componentes e práticas culturais, suas capacidades biológicas são modificadas. Estas modificações caracterizam-se pela ampliação de suas possibilidades para agir sobre o mundo e sobre si, permitindo ao humano criar novas condições para sua existência. Aqui, é válido mencionar o apontamento feito por Friedrich (2012) de que Vigotski adotava os termos *natural* e *artificial*, evitando, assim, oposições entre o biológico e o cultural. Este argumento defende a existência de capacidades naturais latentes que podem ser realizadas a partir da mediação social, compreendida como uma estratégia artificial de estímulo ao desenvolvimento humano. Deste modo, as potencialidades do sujeito podem ser ampliadas a partir da sua relação com o quadro cultural, histórico, político, econômico e outras produções artificiais tipicamente humanas. Voltaremos a este debate adiante.

Ao retomar a proposição de Vigotski, Baquero (1998) esclarece que, na ontogênese do sujeito, as linhas natural e artificial se desenvolvem de forma paralela, porém, em relação de interdependência. O autor pontua que:

[...] a vida cultural não aparece, então, modulando de uma maneira particular um processo de desenvolvimento natural. Ela gera, paralelamente a estes processos naturais e é, em parte, sobre sua base, um processo de desenvolvimento diferenciado e com legalidade própria [...]. Na distinção que se pode realizar, então, no domínio ontogenético, quer dizer, no desenvolvimento da criança, a linha natural de desenvolvimento se assemelha aos processos de maturação e crescimento, enquanto que a linha “cultural” trata com os processos de apropriação e domínio dos recursos e instrumentos que a cultura dispõe (BAQUERO, 1998, p. 29, grifo do autor).

Aqui, cabe fazer uma breve observação. Ao adotar o termo *linhas*, procurando dividir os aspectos que pertencem à ordem natural e cultural, temos por objetivo produzir uma narrativa que possa favorecer a compreensão do leitor. No entanto, ressaltamos que, no real decurso do processo de desenvolvimento humano, não é possível separar com precisão aquilo que é localizado na ordem da cultura e o que diz respeito à dimensão natural.

A partir da explanação apresentada e da contribuição trazida por Baquero (1998), notamos que não se trata da substituição de uma forma de reducionismo por outra, como pode parecer num primeiro momento. Admite-se, antes, a interação entre dois processos distintos

que, no seu conjunto, contribuem para o desenvolvimento humano. A estrutura biológica que, inicialmente, nos possibilita a execução de movimentos amorfos e uma ação extremamente dependente dos estímulos presentes no contexto imediato, vai se diferenciando e adquirindo novas funções, por meio da mediação social que possibilita o acesso à cultura humana. Assim, a partir do contexto sócio-histórico-cultural, o humano adquire os meios para ampliar seus modos de agir sobre seus contextos e sobre si mesmo, alterando-se em sua forma e conteúdo. Deste processo resulta a produção do *sujeito*, constantemente em formação.

Como mencionado anteriormente, a autora franco-suíça Friedrich (2012) elaborou formulações que contribuem para o debate do tema do desenvolvimento cultural do humano. A autora aponta o binômio natural-artificial como nuclear na teoria Histórico-Cultural. Segundo ela, os processos psicológicos do humano, tais como atenção, memória e resolução de problemas, são fenômenos de caráter natural cuja potencialidade é ampliada pelo uso de meios artificiais que cumprem esta função. Estes meios artificiais são, necessariamente, produtos da vida social e cultural do homem. Assim, o uso desses artifícios para controlar e organizar os processos naturais altera o curso de desenvolvimento destes últimos. O valor de tal mudança reside no fato de que ela contribui para o aperfeiçoamento das estratégias de ação do sujeito em seu contexto. Deste modo, processos psicológicos de base – naturais – adquirem a função de processos psicológicos superiores. Neste sentido, portanto, admite-se a tese do desenvolvimento cultural do humano.

A partir das colocações de Friedrich (2012) e de Baquero (1998), notamos que os processos psicológicos mantêm seu caráter de fenômenos de ordem natural, sofrendo, porém, uma alteração qualitativa que lhes torna mais complexos e sofisticados quando associados ao uso de meios artificiais produzidos pelo homem. As ordens natural e cultural, portanto, conservam seu domínio e legalidade específicos mesmo quando interagem entre si, conforme apontado anteriormente.

Deste modo, afirmar que o desenvolvimento do psiquismo ocorre em consonância ao contexto sócio-histórico-cultural significa dizer que este processo se desdobra diferentemente em função dos meios artificiais criados e utilizados pelos grupos humanos em distintos momentos históricos (FRIEDRICH, 2012). Os instrumentos, também chamados meios artificiais, pertencem à ordem sociocultural. Eles, os instrumentos, podem ser definidos como elementos concretos ou semióticos que se interpõem entre o humano e o mundo, mediando esta relação. Assim, um objeto pode servir de instrumento na medida em que é utilizado para realizar uma intervenção sobre o mundo, contribuindo para que a pessoa efetue algum objetivo. Neste caso, podemos citar como exemplo o uso do martelo, que possibilita a

fixação de um prego. De modo semelhante, o signo é mediador da relação do homem com o mundo ao orientar sua ação neste. Aqui, podemos citar a presença de um símbolo no rótulo de um produto, indicando a presença de determinado componente na composição do alimento. A partir desta informação, a pessoa irá decidir se deseja ingeri-lo ou não, por exemplo.

Com base nas formulações e argumentos anteriores, podemos elaborar duas considerações: o desenvolvimento do psiquismo humano tem caráter sociocultural sem, no entanto, estar reduzido a este âmbito, uma vez que a base orgânica é condição indispensável para que possa ocorrer; nota-se que a variabilidade dos desenvolvimentos possíveis ao longo da história e entre as culturas encontra-se nos tipos de instrumentos produzidos e utilizados pelas populações humanas. Assim, por exemplo, as relações e formas de vida na sociedade informatizada/digital são, supostamente, bastante distintas daquelas características do período de transição para a Era Industrial.

Neste ponto, é importante frisarmos que o acesso a estas produções culturais depende da ação mediadora do grupo social. Este aspecto parece ser o requisito necessário para se potencializar as capacidades do humano e criar as condições para o desenvolvimento e expressão dos processos psicológicos superiores, aqueles tipicamente humanos, tais como a atenção voluntária, o pensamento e a linguagem. É a partir da mediação social que o sujeito inicia seu trajeto para ampliar o potencial de ação que lhe é dado pelas condições biológicas de base. Conforme destaca Baquero (1998), o progressivo contato e domínio das produções culturais pelo sujeito contribui para a reelaboração de sua atividade psíquica, operação que não se restringe à mera “acumulação de domínio sobre instrumentos variados, com um caráter aditivo, mas como um processo de reorganização da atividade psicológica do sujeito como produto de sua participação em situações sociais específicas” (BAQUERO, 1998, p. 32). Entre os diversos efeitos que ação mediadora do coletivo pode ter sobre a formação do sujeito, um dos mais relevantes é o desenvolvimento da função simbólica.

Ao discutir alguns dos fundamentos teórico-conceituais da Psicologia Histórico-Cultural em um documentário da Coleção *Grandes Educadores*, Marta Kohl de Oliveira²⁸ (2006) afirma que o desenvolvimento do plano simbólico no psiquismo é fundamental para que a ação humana se torne cada vez menos dependente das condições concretas de uma situação imediata. O simbólico pode ser considerado como aquilo que permite a conexão entre a vida psíquica e a realidade. Aqui, a afirmação de Traverso-Yépez é esclarecedora,

²⁸ Para conferir mais fluência e padronizar o sistema de chamada de referências no texto, as próximas alusões às falas da pesquisadora no documentário citado serão feitas no formato *autor-data*, conforme segue: *Oliveira (2006)*.

quando esta fala que “[...] o reconhecimento da natureza simbólica da realidade social” (TRAVERSO-YÉPEZ, 1999, p. 40) é dos principais pilares das áreas do conhecimento que trabalham com a análise discursiva, incluída aqui a Psicologia Social. Assim, o simbólico é canal que possibilita o intercâmbio entre psiquismo e realidade. Diz respeito ao domínio dos signos, significados e das representações, que existem tanto na realidade social (plano interpsicológico) como na psique (plano intrapsicológico), conforme afirma Traverso-Yépez (1999) ao esboçar a perspectiva de Vigotski sobre o simbólico:

Ele atribui à atividade simbólica uma função organizadora, quando a linguagem e a atividade prática convergem possibilitando o desenvolvimento das relações inter e intrapsíquica. Portanto, essa atividade simbólica pode ser considerada sob dois ângulos: 1) enquanto prática social que vai categorizar a realidade, refletindo-se em um sistema de signos; e 2) no nível individual, enquanto exerce também um papel mediador na função planejadora e orientadora do pensamento através do discurso interior (TRAVERSO-YÉPEZ, 1999, p. 43-44).

Assim, o simbólico pode ser entendido como o campo produzido a partir dos significados atribuídos à realidade, resultando numa síntese desta, que, por fim, assume a forma de uma representação. A necessidade de tal síntese deriva da incapacidade da consciência em apreender o real fragmentado, tal qual é percebido na experiência imediata, conforme mencionado anteriormente (TOASSA, 2015; VIGOTSKI, 1927/1996). Por meio da síntese que forma uma representação da realidade, esta é investida por um sentido – a realidade concreta transforma-se, aqui, em realidade social – tornando-a apreensível pela consciência e possibilitando ao sujeito agir sobre o mundo (LANE, 1989). O simbólico corresponde, portanto, a esse campo da *realidade concreta refletida na forma de uma representação* (TOASSA, 2015). Importante frisar que o simbólico, enquanto o concreto refletido, não é o concreto em si, mas, nem por isso, é menos real. Não se trata, portanto, da realidade concreta internalizada, mas da apropriação que o sujeito faz dela no tocante ao significado e ao sentido. A dialética entre esses dois aspectos semânticos (significado e sentido) é que caracteriza a dinâmica do psiquismo, sendo parte fundamental do processo de subjetivação, que envolve os modos de ser, pensar, agir, sentir e se relacionar do sujeito. Desta maneira, o simbólico, como categoria qualitativamente distinta de concreto, atua, ainda assim, sobre a vida e as relações reais do sujeito com seu mundo. Retomaremos a discussão sobre o significado, o sentido e suas funções na vida psíquica em momento posterior do texto.

Em sua discussão, Oliveira (2006) confere destaque especial à linguagem como instrumento psicológico essencial na fundação e desenvolvimento do plano simbólico no psiquismo humano. Lane (1989) também corrobora esta perspectiva ao considerar que o processo comunicacional, uma das funções primordiais da linguagem, é fundamental para a construção da representação social e, portanto, para a produção e desenvolvimento do campo simbólico. De acordo com Oliveira (2006), é a produção linguística que nos permite, entre outras coisas, conceber a ideia de passado, presente e futuro, resgatar experiências anteriores, planejar ações e desenvolver o pensamento abstrato a partir da significação atribuída às situações e objetos. Segundo a autora, a dimensão simbólica amplia nossa capacidade perceptiva acerca do tempo-espaço, o que implica na criação de inúmeras possibilidades nos modos de nos relacionarmos com o mundo. Assim, diante de uma situação-problema em que não dispomos dos instrumentos necessários à sua resolução, temos os meios que nos permitem pensar sobre alternativas e estratégias de ação. Mesmo que este caso não esgote o valor e as possibilidades da função simbólica no desenvolvimento do sujeito, ele ilustra, brevemente, uma de suas contribuições.

Estudos conduzidos por Vigotski e seus colaboradores (1984) acerca da inteligência prática e da memória em crianças respaldam a importância deste plano simbólico para o desenvolvimento humano. Para avaliar os efeitos do uso de signos, um dos aspectos que caracterizam o plano simbólico, sobre os processos psicológicos, o autor realizou testes em que propunha situações-problema para serem resolvidas por participantes de diferentes idades e graus de escolarização. Na apresentação da tarefa, os pesquisadores disponibilizavam alguns objetos que poderiam ser utilizados como recursos auxiliares na resolução do problema. Esperava-se que estes objetos fossem adotados como signos, contribuindo para o processo de resolução dos problemas e orientando as respostas apresentadas pelos voluntários. Os resultados apontaram a existência de diferenças qualitativas nas estratégias utilizadas pelos participantes para realizar as tarefas. Constatou-se que, na medida em que havia maior domínio sobre o uso dos signos, os processos de resolução das tarefas e as estratégias de memorização percorriam caminhos completamente distintos daqueles realizados por crianças em estágios iniciais do desenvolvimento destas competências.

Um exemplo mais detalhado desses testes realizados por Vigotski (1984) pode ser extraído do caso de uma garota de aproximadamente cinco anos de idade que deveria pegar um doce num local que estava fora de seu alcance imediato. Observou-se que ela utilizava a

fala²⁹ como forma de analisar a situação, os instrumentos disponíveis e planejar diversas estratégias de ação até optar por aquela que se mostrava como mais viável. Aqui, a função simbólica contribuiu para evitar o engajamento em inúmeras tentativas concretas que poderiam ser frustradas – o tipo de resolução de problema a que chamamos *tentativa e erro* – demonstrando uma capacidade mais sofisticada de ação sobre o mundo. Nestes termos, nota-se que, de fato, o uso dos signos e o surgimento da função simbólica no ser humano reorganizam seus processos psicológicos e inauguram novas possibilidades de relacionamento com o mundo. No curso do processo sócio-histórico, o humano é alterado pela cultura e, por sua vez, age sobre ela, alterando-a. Neste movimento, modifica a história e a si próprio.

Considerando os aspectos relativos à importância da função simbólica para a reorganização do psiquismo humano, nota-se que um elemento fundamental neste processo está relacionado à presença e uso dos signos. De acordo com Pino (1995), os signos fundam a existência simbólica do real, por meio de processos representacionais ou de substituição. Sobre esse tema, Vigotski (1984) afirma que os signos podem ser entendidos como estímulos artificiais ou autogerados. A esta definição preliminar podemos agregar o caráter social e histórico dos signos, tal como apontado por Oliveira (2006) e Zanella (2004) ao dizer que eles, os signos, são produções da atividade humana objetivadas na cultura. Neste sentido, os signos, além de serem estímulos artificiais, são, também, investidos por uma significação social, o que lhes confere um significado específico no seio de determinada cultura.

Na perspectiva de Vigotski (1984), o signo viabiliza o estabelecimento de uma relação mediada do sujeito com o mundo. A ação ou relação mediada remete ao uso de recursos e meios artificiais, aqueles que são criados pelo humano, para ampliar suas possibilidades de agir e modificar o mundo e a si mesmo. Considerando o caráter mediador do signo, sua função pode ser equiparada à do instrumento, também um recurso artificial produzido para mediar ações humanas. Nosso autor nos alerta, porém, que signo e instrumento não estão numa relação de identidade. Antes, trata-se tão somente de uma similaridade, dada sua característica de promoverem uma relação indireta – ou mediada – entre o sujeito e o mundo. Neste ponto, é importante marcar a distinção fundamental que Vigotski (1984) estabeleceu entre o signo e o instrumento ao afirmar que:

²⁹ Aqui se tratava do uso da fala egocêntrica que, na perspectiva de Vigotski (1984), constitui uma etapa do processo de internalização da fala e desenvolvimento do pensamento.

A função do instrumento é servir como um condutor da influência humana sobre o objeto da atividade; ele é orientado *externamente*; deve necessariamente levar a mudanças nos objetos. Constitui um meio pelo qual a atividade humana externa é dirigida para o controle e domínio da natureza. O signo, por outro lado, não modifica em nada o objeto da operação psicológica. Constitui um meio de atividade interna dirigido para o controle do próprio indivíduo; o signo é orientado *internamente* (VIGOTSKI, 1984, p. 62, grifo do autor).

Deste modo, o signo pode ser entendido como um *instrumento* que atua especificamente no plano intrapsicológico, contribuindo para a reorganização do psiquismo e para o desenvolvimento das chamadas funções psicológicas superiores. Assim, ele interfere nos processos de memória, de percepção, de escolha, de atenção, bem como nos processos volitivos e na dimensão afetiva, orientando as possibilidades de conduta, modos de sentir e perceber do sujeito em momentos e contextos diversos. Além disso, é também o artifício que possibilita a decodificação da realidade e, assim, viabiliza a sua comunicação. Neste sentido, o signo se assemelha a uma ferramenta, uma vez que potencializa as relações que os homens estabelecem entre si e com o mundo.

Afirmo anteriormente com Oliveira (2006) que a linguagem é imprescindível para promover o advento da função simbólica no homem. A linguagem também é um signo. É por meio dela que podemos elaborar nossas experiências no contato com a realidade, nas relações que estabelecemos com as produções socioculturais, com os outros e conosco, ainda que essa elaboração – que também pode ser entendida como forma de racionalização – seja, comumente, posterior aos efeitos produzidos pela experiência em nossos corpos. Essa capacidade decodificadora da realidade e do modo como somos afetados por ela, possibilitada pelo sistema de signos, é reiterada por Pino (1995) quando este afirma que, “Graças à invenção do sistema de signos, particularmente o linguístico, o homem pode nomear as coisas e suas experiências (dizer o que são, pensá-las); compartilhar estas experiências com os outros e interrelacionar-se com eles [...]” (PINO, 1995, p. 33).

Apesar disso, como nos mostra Vigotski (1984), a realização de outras operações envolvendo signos também participa do processo de desenvolvimento da função simbólica no ser humano. Quando o autor vai introduzir a discussão sobre o signo, por exemplo, ele afirma que um nó em um lenço ou uma marca num pedaço de madeira pode cumprir função de signo ao contribuir para o processo de recordação. De maneira similar, o autor também apresenta o brinquedo/brincadeira como uma forma de atividade da criança essencial ao processo de desenvolvimento da função simbólica.

Para Vigotski (1984), é no brincar que a criança dá os primeiros passos em direção à desvinculação entre o objeto ou a ação e seus respectivos significados. À medida que a criança, na brincadeira, submete a ação ou o objeto ao seu significado, começa a ascender à capacidade característica do ser humano de transitar pelo campo simbólico. Assim, a representação *da coisa* não é dada pela sua forma concreta, mas pelo seu conteúdo, por sua significação. Desta forma, a brincadeira é considerada pelo autor como ícone de fundamental importância para o desenvolvimento humano e pode ser considerada como a atividade precursora do pensamento abstrato, da volição e da capacidade de escolha consciente. Com base nestas considerações, é possível entender que a linguagem, apesar de ser o exemplo mais comum e frequente associado ao signo, não esgota a infinidade de elementos que podem integrar esta categoria.

Os signos são produções culturais cuja função principal é mediar a relação do homem com o mundo num plano simbólico (OLIVEIRA, 2006). Isso se torna possível pelo significado que determinado aspecto da realidade adquire, convertendo-se em signo, o que lhe possibilita alterar a ação humana. Num primeiro momento, este significado nos é dado por meio do outro. Os signos, enquanto produções culturais, já possuem um significado anterior a nossa existência e contribuem para nossa inserção no mundo cultural, no sentido de nos orientar quanto aos códigos de conduta, valores, práticas, modos de ser e fazer instituídos naquele contexto sociocultural. Deste modo, portanto, nossa primeira experiência com um mundo dotado de significado realiza-se por meio da ação mediadora do outro enquanto um representante mais experiente desta cultura. À medida que ocorre nossa inserção neste mundo, porém, vamos construindo nossos modos de significação específicos a partir de nossas experiências com os valores e práticas culturais, o que confere caráter singular ao processo que nos constitui enquanto sujeitos.

A mediação do outro aparece, portanto, como um ponto central da teoria histórico-cultural. Ela, a mediação, é fundamental para o processo de socialização e formação do sujeito no seio de uma cultura, uma vez que é o veículo que possibilita o contato primário com os significados sociais que configuram os contextos. Aqui, a mediação refere-se ao sistema de signos e seus significados culturais e, por isso, denomina-se *mediação simbólica*. Atenhamo-nos por um momento à questão da mediação simbólica e como esta se relaciona ao desenvolvimento das funções psicológicas características do humano.

Entendemos que esta categoria, mediação simbólica, se desenvolve em dois planos distintos: na dimensão interpsicológica, no nível das relações entre sujeitos, onde o grupo social funciona como agente mediador do ensino, sistematizado ou não, das produções,

práticas e operações da cultura; na dimensão intrapsicológica, no nível psíquico do próprio sujeito, onde os signos operam como instrumentos mediadores que reorganizam o sistema e a dinâmica do psiquismo, alterando os modos como este sujeito se relaciona com sua realidade. Como nos diz Baquero (1998), cada uma destas dimensões, inter e intrapsicológica, é regida por uma legalidade própria e opera segundo normas de funcionamento específicas; no entanto, ambas encontram-se intimamente relacionadas e afetam-se mutuamente.

Ao desenvolver o tema abordado no parágrafo anterior, Baquero (1998) afirma que a ampliação do domínio e do conhecimento das produções culturais é indispensável à reestruturação do psiquismo e à aquisição das funções que nos distinguem das outras espécies animais. Isso corrobora com os experimentos apresentados e discutidos por Vigotski (1984) em que, tal como citamos anteriormente, é possível notar as diferenças dos resultados obtidos por crianças que já haviam avançado no seu processo de desenvolvimento na realização de operações com signos. Em decorrência disso, elas disponham de mais recursos para realizar as tarefas. É importante destacar que tal diferença não reside apenas no desempenho obtido pelas crianças nas atividades, mas, principalmente, na complexidade dos processos de resolução nos quais elas se engajavam (VIGOTSKI, 1984). Reiteramos, então, que é a capacidade de utilizar e criar instrumentos e signos, elementos da cultura, que nos possibilita estabelecer uma relação mediada com o mundo, que nos caracteriza enquanto seres humanos, de acordo com as proposições da Psicologia Histórico-Cultural.

O acesso às produções culturais, no entanto, depende do contato com representantes mais experientes do grupo social e da *mediação* que o grupo faz entre os significados sociais que circundam o contexto e o novo membro da cultura. Sobre isso Baquero (1998) afirma: “A atividade da criança é, muito cedo, significada pelo ambiente social adulto, pelos ‘sistemas de conduta social’ nos quais sua vida está implicada” (BAQUERO, 1998, p. 39, grifo do autor), mostrando que a significação do mundo, inicialmente, nos é trazida pela mediação do outro. No tocante a este assunto, Vigotski (1984) também trata da importância do *outro* no desenvolvimento humano em seu belíssimo exemplo sobre o processo de conversão do movimento em gesto. O autor nos diz que uma criança, ao dirigir seu corpo para um objeto fora de seu alcance e mexendo as mãos como se pudesse pegá-lo, pode ter seu movimento convertido em signo por outra pessoa que esteja presente, ao que se seguirá a ação desta de conduzir o objeto até a criança. Aquele movimento é, então, investido de uma significação pelo outro, tornando-se um gesto. Esta é uma das primeiras pistas dada à criança de que ela pode agir e alterar o mundo de maneira indireta.

Assim, a mediação do outro é indispensável para acessarmos as aquisições culturais forjadas ao longo da história da humanidade sem que precisemos experimentar diretamente cada aspecto do mundo e produzir cada uma das condições necessárias à nossa existência (OLIVEIRA, 2006). No que tange ao desenvolvimento do plano simbólico, já abordado neste capítulo e que tem como base o uso das operações com signos, isso é igualmente válido. Inicialmente, a significação do mundo, as formas de atuação nele, suas normas e estratégias de ação possíveis são aprendidas por nós pela intermediação do outro. As operações com signo, genéricas ou sistematizadas, como ocorre, respectivamente, no caso da linguagem oral e escrita,³⁰ também seguem esse princípio. O uso do signo ocorre, primeiro, no plano interpsicológico e, posteriormente, ele vai sendo apropriado pelo sujeito, até que passa a existir no plano intrapsicológico. Inicialmente aprendemos para, depois, apreendermos.

Num debate sobre o tema, Pino (1995) aborda a questão da produção do conhecimento pelo sujeito como meio de exemplificar a função do grupo social na mediação dos significados instituídos numa cultura. O autor afirma que o conhecimento construído pelo sujeito acerca do objeto é, necessariamente, mediado pela significação cultural daquele objeto num contexto sócio-histórico específico, daí a importância da participação do grupo social nesse processo. Assim, o sujeito parte da significação que é dada pela cultura e apropria-se de modo singular daquele aspecto da realidade ou objeto. Tal apropriação, porém, não se restringe a uma reprodução ou cópia da significação social ou da forma concreta do objeto no plano intrapsicológico. Antes, é imprescindível o engajamento e a participação ativa do sujeito nesse processo, atuando no sentido de apreender o conteúdo, o conceito que define aqueles elementos de modo a poder ressignificá-los e redefini-los, conferindo-lhes um caráter próprio no campo simbólico pessoal. Voltaremos a este debate mais adiante.

Por ora, retornemos à questão da mediação simbólica, agora no plano intrapsicológico. A partir do que foi exposto até o momento e com base nas contribuições de Vigotski (1984), podemos afirmar que, na medida em que apreendemos ou nos apropriamos dos signos, quando estes passam a existir e operar no plano intrapsicológico, ocorrem modificações significativas no funcionamento do sistema psíquico. Como já colocado

³⁰ Em Baquero (1998), é possível encontrar uma categorização das operações com signos, que são divididas em dois conjuntos: operações genéricas e sistematizadas. De acordo com o autor, as operações genéricas são aquelas desenvolvidas sem uma intencionalidade e um planejamento específico, resultam da convivência cotidiana do sujeito no seu contexto social. No caso das operações sistematizadas, há uma intencionalidade e um programa estruturado especificamente para se atingir uma finalidade previamente estabelecida. Como exemplo destas duas categorias, ele cita a linguagem oral, como operação genérica, e a linguagem escrita, como operação sistematizada.

anteriormente, Pino (1995) pontua que o conjunto de signos é que torna possível a existência simbólica da realidade. A importância disso reside na ampliação exponencial do raio de possibilidades para a ação humana.

Neste sentido, a função simbólica, desenvolvida no convívio social, amplia as potencialidades das estruturas biológicas de base, que se convertem em processos psicológicos, e diminui o grau de dependência em relação às condições do ambiente concreto-imediato. Por meio deste processo, o sujeito progride para os níveis mais avançados do pensamento humano, em seu caráter conceitual e abstrato. Neste novo estágio nos tornamos capazes, por exemplo, de readequar um determinado instrumento e adotá-lo para outras finalidades, abstraindo e recombinao a função de seus componentes para atender às demandas que nos interpelam numa situação específica. Esse *jogo*, possibilitado pela existência do sistema de signos, nos permite transitar pelo plano simbólico e atuar na desconstrução, recombinação e recriação infinita das produções culturais. As relações sociais são, portanto, a condição necessária para o acesso aos significados, que constituem a sociedade e orientam o desenvolvimento do sujeito enquanto ser cultural.

Inserido nesta ordem de aspecto qualitativamente diferente, onde passa a ter acesso ao conjunto de produções culturais e práticas sociais consolidadas e acumuladas ao longo da história da humanidade, o sujeito vai se constituindo em ser potencialmente capaz de alterar as condições de sua existência. Sua relação com o contexto sociocultural é participativa. Por meio de sua atividade sobre o mundo, torna-se um agente produtor de cultura e de si mesmo. Segundo a afirmação de Zanella (2004), Vigotski não utiliza o conceito de atividade, mas sim de ação mediada. A autora, porém, sugere que ambos os termos se referem ao agir humano sobre o mundo natural-social e sobre si mesmo por meio dos instrumentos e objetos da cultura. De acordo com ela, tanto o termo *atividade*, central na Teoria da Atividade de Leontiev (1959/1978), quanto o termo *ação mediada*, adotado por Vigotski (1984), têm como substrato de seu desenvolvimento o conceito de trabalho humano proposto por Marx. Assim, entendendo que as duas palavras provêm da mesma raiz conceitual, optamos, aqui, pelo termo atividade e por ele pretendemos designar *todo o conjunto de ações do ser humano, mediado pela cultura, que culmina na produção e transformação do mundo e do próprio homem*.

O debate do conceito de atividade será, primordialmente, subsidiado pelas contribuições de Zanella (2004). A autora tomou como base o postulado de Marx acerca do trabalho humano e distinguiu três aspectos fundamentais do conceito de atividade: (a) ela é orientada por um objetivo, (b) executada por meio de instrumentos e (c) resulta em produção

cultural. Na sequência, falaremos mais detidamente sobre cada um destes aspectos e procuraremos, ao final, esboçar uma síntese geral a respeito de como este conceito relaciona-se à questão da subjetivação do humano.

A capacidade de planejar as ações antecipadamente e orientá-las a partir de um objetivo previamente estabelecido é um dos principais marcadores que nos diferencia enquanto espécie na escala evolutiva. O ser humano, ao deparar-se com um problema, tem condições para avaliar a situação, elaborar um *diagnóstico* acerca dela e traçar um plano de ação que visa a um objetivo predefinido. A pesquisa científica pode ser tomada como um exemplo clássico disso: definimos nossos objetivos e intenções para com determinada investigação, assim, estipulamos e damos seguimento a um plano de trabalho orientado por aqueles objetivos. Mesmo atividades corriqueiras do cotidiano, como se deslocar pelo espaço urbano utilizando o transporte público, são orientadas por objetivos: quando temos um local predefinido ao qual desejamos chegar é pouco provável que escolhamos a linha de ônibus, trem ou metrô de maneira aleatória. Aliás, é possível supormos que a gama de atividades humanas executadas sem qualquer objetivo ou planejamento preestabelecido seja extremamente reduzida.

De acordo com Zanella (2004), conceber a atividade como sendo orientada a partir de um objetivo remete ao fato de ela ser *consciente*. Isso significa que a atividade passa a ser controlada pelo sujeito, o que o torna mais afastado dos condicionamentos biológicos. Ele deixa de *responder* aos estímulos ambientais para *agir* segundo seus desejos e intenções. Para Vigotski (1984), a atividade consciente se desenvolve a partir da brincadeira infantil onde a criança, impedida de satisfazer algum desejo imediato, usa sua imaginação para realizá-lo. A criança, por meio da imaginação, cria e se engaja deliberadamente numa situação imaginária que seja capaz de atender aos seus anseios. De acordo com o autor, “A imaginação é um processo psicológico novo para a criança; representa uma forma especificamente humana de atividade consciente [...]” (VIGOTSKI, 1984, p. 106). Em sua análise sobre os efeitos do trabalho no desenvolvimento do homem, Engels (1876/1999) já alegava que a atividade consciente é o que estabelece a diferença fundamental entre o humano e às demais espécies. Segundo o autor:

[...] quanto mais os homens se afastam dos animais, mais sua influência sobre a natureza adquire o caráter de uma ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão. Os animais destroçam a vegetação do lugar sem dar-se conta do que fazem. Os homens, em troca,

quando destroem a vegetação o fazem com o fim de utilizar a superfície que fica livre para semear o trigo, plantar árvores ou cultivar a videira, conscientes de que a colheita que irão obter superará várias vezes o semeado por eles (ENGELS, 1876/1999, p. 20).

É importante destacar que Zanella (2004) aponta o alerta de Vigotski a respeito da composição do psiquismo humano, cujas atribuições foram abordadas no início desta seção, em que o autor reconhece a legalidade em se formular e discutir a dimensão inconsciente da psique no campo da ciência psicológica. A autora pontua, ainda, que no tocante à atividade, é o uso dos instrumentos mediadores que vai distingui-la como consciente. Isto nos conduz ao segundo aspecto elencado na definição de atividade: seu caráter instrumental.

Ao abordar a problemática envolvendo o aspecto instrumental da atividade, Pino (1995) afirma que a ação humana é duplamente adjetivada pelo instrumento. Deste modo, o instrumento pode ser concebido como produto da ação consciente, uma vez que é forjado pelo homem com vistas a atender um objetivo prévio e, neste sentido, é o que confere à atividade humana seu caráter mediado, que implica na possibilidade de agir indiretamente sobre o mundo. Com a ação instrumental, portanto, o homem cria meios artificiais de agir sobre o mundo. O autor afirma que os instrumentos podem ser de duas naturezas distintas: técnicos e simbólicos.

Este segundo conjunto corresponde ao sistema de signos e são considerados por Vigotski (1984) como instrumentos psicológicos. A diferença destes em relação à categoria de instrumentos técnicos reside no plano ao qual cada um deles se dirige – interno ou externo do indivíduo – e na natureza da mediação que operam – física/concreta ou simbólica – conforme já abordamos neste trabalho. De acordo com Zanella (2004), os signos são produtos da ação humana e compõem uma dimensão medular da história da humanidade. Neste sentido, sua apropriação pelo sujeito qualifica o psiquismo como *sígnico* – o psiquismo passa a operar a partir do sistema de signos – o que, segundo a autora, lhe confere caráter “[...] inexoravelmente social” (ZANELLA, 2004, p. 131), ao que acrescentaríamos, também, os qualificativos *histórico e cultural*.

A despeito das especificidades e similaridades que existem entre estes dois conjuntos de instrumentos, técnicos e simbólicos, gostaria de abordar aqui aspectos relativos à sua dinâmica relacional. Acredito que os instrumentos técnicos e simbólicos sejam engrenagens que necessariamente se articulam para operar num processo produtivo maior que atua nas instâncias micro e macro social. No plano macro, faço alusão à criação de cultura,

um produto tipicamente humano e que carrega a síntese objetivada de nossa espécie. Na dimensão micro, refiro-me ao processo de formação e subjetivação do sujeito humano na sua relação com o contexto sócio-histórico-cultural, em meio ao qual este sujeito está constantemente diferenciando-se do outro e de si mesmo, (re)criando-se e, ao mesmo tempo, criando cultura.

O terceiro e último aspecto considerado na definição de atividade tange ao resultado, ao que é produzido pela ação humana. Segundo Zanella (2004), o produto da ação humana converte-se em elemento da cultura, seja ele de existência física ou simbólica. Assim, o humano, ao inserir-se no contexto sociocultural, interage com este de maneira ativa e participa da sua constante construção e atualização. Conforme nos diz Baquero (1998), a relação do homem com a cultura ocorre num movimento bidirecional. À medida que o ser humano apreende a produção cultural e potencializa sua capacidade para agir, a cultura também se apropria do homem, que se torna então o alicerce sobre o qual ela se mantém edificada.

O homem produz cultura a partir de sua atividade, consciente e mediada, ao relacionar-se *no mundo* e *com o mundo*, físico e social. Em decorrência disso, os produtos da ação do sujeito convertem-se, então, em novos componentes culturais tornados disponíveis aos demais membros da coletividade humana, atual ou futura. Isso qualifica a atividade do ser humano como necessariamente social, uma vez que “[...] tanto os instrumentos produzidos para realizá-la quanto o produto dela resultante são socializáveis, ou seja, podem ser usados pelos outros” (PINO, 1995, p. 31). Neste ponto, é importante delimitar a concepção de cultura que permeia a Psicologia Histórico-Cultural.

De acordo com Sigardo (2000), na proposta teórica de Vigotski a cultura pode ser considerada como uma *espécie* pertencente a um *gênero* maior que é definido pelo social. Esta perspectiva mantém a coesão interna da teoria, uma vez que segue na contramão das dicotomias e continua tendo a *transformação* como o princípio genérico que subsidia os seus principais conceitos. Segundo o autor, a categoria do *social* possui uma estrutura mais arcaica e que se encontra presente em outras espécies além do *homo sapiens*. Neste sentido, é legítimo se falar em uma sociabilidade natural. Já o termo *cultural* diz respeito a uma forma de organização da sociabilidade específica ao ser humano, onde o social adquire novas propriedades e modos de expressão. De acordo com ele, mesmo diante da especificidade da cultura, o que a identifica com as produções e práticas humanas, ela não nega a sociabilidade de base biológica; segundo ele:

[...] o social é, ao mesmo tempo, condição e resultado do aparecimento da cultura. É condição porque sem essa sociabilidade natural a sociabilidade humana seria historicamente impossível e a emergência da cultura seria impensável. É, porém, resultado porque as formas humanas de sociabilidade são produções do homem portanto obras culturais (SIGARDO, 2000, p. 53).

Assim, a cultura resulta da atividade deliberada do ser humano sobre as formas de sociabilidade biológicas que, em decorrência desta ação, sofrem uma *transformação* de natureza qualitativa. Isso se mantém consonante ao postulado da Psicologia Histórico-Cultural no tocante às funções psicológicas superiores. Inicialmente, um componente de caráter biológico vai sendo transformado qualitativamente, o que implica no *desenvolvimento* e no aparecimento de formas sociais e psicológicas mais complexas. O psicológico e o social estão associados à dimensão biológica numa relação de unidade.

Neste sentido, Sigardo (2000) argumenta que a definição de cultura remete ao conjunto de produções humanas. Assim, tudo aquilo que resulta da ação do homem integra o conglomerado de bens culturais, a própria cultura. Tal definição parte do princípio básico de que o cultural se contrapõe àquilo que está naturalmente disponível para usufruto do homem, aquilo que é dado pela natureza. Deste modo, o cultural remete aos recursos artificiais criados pelo homem sem, no entanto, negar a dimensão natural, que originalmente provê as condições necessárias ao desenvolvimento das formas de vida mais complexas.

A produção cultural envolve, portanto, o conjunto de instrumentos técnicos e simbólicos – tudo aquilo que resulta da ação humana. Gostaria, agora, de reiterar a especificidade do instrumento simbólico e destacar sua importância para o processo de subjetivação do sujeito humano. Conforme enunciado por Pino (1995), o sistema de signos é que possibilita a criação da existência simbólica da realidade. É, então, por meio do signo que conferimos significação àquilo que compõe nosso universo relacional. Isso conduz, ainda nos primeiros anos de vida, ao desenvolvimento da função simbólica que é, ao mesmo tempo, resultado e condição para a apreensão do mundo no tocante ao significado que lhe é dado pela cultura, suplantando sua captação em aspectos puramente físico-formais (VIGOTSKI, 1984).

Assim, o que possibilita ao humano apropriar-se dos objetos e práticas culturais é o fato de estes serem dotados de uma significação própria, o que, de acordo com Zanella (2004), é a dimensão da realidade que o sujeito toma para si. Deste modo, a atividade mediada pela dupla instrumentalidade, técnica e simbólica, resulta na produção cultural que é, por sua vez, uma forma de objetivação do sujeito. Este, ao relacionar-se com a cultura, produto da atividade pessoal e coletiva, apropria-se dela por meio de sua significação, reorganizando sua

dinâmica psíquica e seus modos de se conectar com/no mundo, enfim, subjetivando-se (PINO, 1995).

Na Teoria da Atividade, um desdobramento da Psicologia Histórico-Cultural, Leontiev (1959/1978) postula a atividade como condição necessária ao desenvolvimento dos aspectos psicológicos do humano e das relações sociais que o circundam. O autor estabelece um intercâmbio entre a estrutura da atividade objetiva do sujeito e o funcionamento dos processos psíquicos. Segundo ele, os fenômenos psicológicos – percepção, pensamento, memória, entre outros – se desenvolvem a partir das atividades que o sujeito empreende na sua interação com o grupo social e com os componentes da realidade objetiva. Tais atividades são, por sua vez, condicionadas pelas conjunções sócio-históricas das relações de produção (LEONTIEV, 1978, DUARTE, 2004). À vista disso, a análise do autor mostra, por exemplo, que os modos de funcionamento do psiquismo nas sociedades comunais são fundamentalmente distintos daqueles que surgem na sociedade de classes (LEONTIEV, 1959/1978). Assim, o autor pontua a natureza sócio-histórica do psiquismo humano e defende que a alteração na dinâmica dos processos psicológicos demanda a modificação das condições objetivas nas quais o sujeito realiza suas atividades.

Sumarizando o debate acerca da atividade, podemos, agora, afirmar que tal conceito é medular para a compreensão do sujeito e do seu processo de subjetivação a partir do olhar da Psicologia Histórico-Cultural. Isso porque, tal como discutido nos parágrafos anteriores, é a partir da atividade, *mediada e consciente*, que o homem produz a *cultura*, o que define a particularidade da espécie humana. A produção cultural, por conseguinte, implica na produção do próprio sujeito, uma vez que ele, ao reapropriar-se desta via sua significação, modifica-se nos seus modos de agir e se relacionar com seu mundo físico e social (ZANELLA, 2004). Em síntese, podemos formular a seguinte asserção: a cultura é produzida pelo homem e este, ao apropria-se dela, a ressignifica, de modo que ela, a cultura, torna-se também fonte primordial da formação e do desenvolvimento do próprio sujeito humano.

Neste ponto, podemos destacar o termo utilizado para designar o processo por meio do qual o humano é afetado e produzido pela cultura: apropriação. Conforme dissemos anteriormente, a apropriação da realidade pelo homem ocorre no tocante à sua significação. De acordo com Zanella (2004), Vigotski utiliza o termo *internalização* ao invés de *apropriação*; no entanto, ambos os vocábulos nomeiam o movimento em que as relações externas são alteradas e passam a compor a dimensão intrapsicológica do sujeito.

A título de esclarecimento, é importante destacar que Zanella (2004) afirma, em nota de rodapé, que a opção pelo termo *apropriação* se justifica como uma forma de tentar

evitar a distorção do conceito no tocante ao processo que ele designa. Isso porque o termo *internalização*, numa interpretação menos criteriosa, pode ser tomado como um conceito dicotômico que estabelece uma relação de oposição entre o plano externo e interno da pessoa. Ainda, é possível, também, que o termo seja utilizado como referente de um processo que consiste na mera transferência da realidade externa para o plano da consciência individual. Portanto, a fim de evitar estas intercorrências no campo conceitual optaremos, aqui também, pelo uso do vocábulo *apropriação*.

De maneira objetiva, Vigotski (1984) descreve o processo ao qual nos referimos como “[...] a reconstrução interna de uma operação externa” (VIGOTSKI, 1984, p. 63). Na sequência, o autor elenca os principais eventos que compõem o referido processo e afirma, categoricamente, que as relações sociais são a fonte necessária para o desenvolvimento das funções psíquicas e, por conseguinte, do próprio sujeito humano. Segundo ele, as operações externas, que ocorrem no nível das relações sociais e interpessoais, são, posteriormente, incorporadas pelo sujeito, passando a ocorrer no nível intrapsicológico. Na sequência do debate, Vigotski (1984) ainda define as operações com signos como a base indispensável para que se efetue este processo de conversão das relações sociais em funções próprias do sujeito. Para o autor, à medida que avança a inserção do sujeito na cultura, por meio da apropriação desta, modificam-se tanto a dinâmica de sua psique – por exemplo, em relação ao modo como percebe o mundo, pensa e analisa os eventos – como as maneiras de se relacionar com seu contexto.

Para Baquero (1998), à tese de que a formação do sujeito por meio da apropriação cultural incorre num processo mecânico de transferência da realidade externa para o plano intrapsicológico, pode-se apresentar o argumento de que tal processo, em verdade, funda o espaço da consciência. Deste modo, não se trata de grafar a consciência individual com as relações estabelecidas no contexto interpsicológico, mas sim de criar e reorganizar a própria consciência em consonância com os processos sócio-histórico-culturais do contexto do qual o sujeito participa. Isso significa, tão somente, que a dinâmica afetiva e cognitiva da pessoa se desenvolve a partir de mecanismos socioculturais específicos e em sintonia com a dinâmica das relações sociais de um determinado tempo histórico. O sujeito pode, então, ser entendido como uma continuidade destas relações, que são apropriadas por ele de modo singular e passam a orientar sua dinâmica psíquica. Assim, nossos modos de pensar, sentir, agir e nos comunicarmos são condicionados em virtude das condições de possibilidade estabelecidas pela vida social (BAQUERO, 1998; ZANELLA, 2004).

A esta altura, pode ser que comecemos a sentir algum incômodo frente a afirmações tão incisivas, como estas podem ser. Falar de um sujeito como extensão da sociedade e das características que marcam sua especificidade humana como condicionadas pelo contexto sócio-histórico-cultural pode, por vezes, soar como uma forma de determinismo mecanicista de tipo social, exatamente aquilo que buscamos refutar nesta perspectiva teórica. Como dissemos no início deste texto, a pretensão de Vigotski (1984), ao postular a origem social das funções psicológicas superiores, parecia ser a de estabelecer uma relação de unidade entre aspectos orgânicos e culturais – ou naturais e artificiais – e não substituir uma forma de reducionismo por outra. Para o autor, é a unidade entre estes dois conjuntos de aspectos que formam e desenvolvem aquilo que denominamos *psíquico* e, consecutivamente, o próprio sujeito.

Em sua discussão, Sigardo (2000) aponta para a indissociabilidade que existe entre o plano das relações desenvolvidas por sujeitos concretos e a conjuntura social de determinado tempo histórico. O autor procura explicitar que as dimensões de ordem política, econômica e cultural é que estabelecem as condições de possibilidade sobre as quais se desenvolvem as relações interpessoais. Para ele, é a articulação entre estes dois planos, da estrutura/organização social e das relações interpessoais, que define as relações sociais numa determinada sociedade. Por sua vez, as relações sociais, conforme vimos, são a condição indispensável ao desenvolvimento afetivo, cognitivo e relacional dos sujeitos culturais. Assim, os modos como as pessoas se conectam/relacionam, pensam e sentem encontram-se condicionados às possibilidades presentes em determinado contexto histórico-cultural. Importante lembrar que tais possibilidades e condições são artificiais, produto da ação do próprio homem e, portanto, passíveis de serem modificadas, reestruturadas e reinventadas.

Neste ponto, poderíamos questionar sobre tais possibilidades de mudança ou alteração do atual estado de coisas, se, conforme afirmei acima, a formação e desenvolvimento humanos encontram-se condicionados pela cultura. Bem, inicialmente, bastaria considerar que as relações que os sujeitos estabelecem com a cultura podem ultrapassar as formas da aceitação e da reprodução. Esta afirmação encontra respaldo em Zanella (2004), quando a autora afirma que “[...] a relação estabelecida com a cultura é ativa, marcada por movimentos de aceitação, oposição, confronto, indiferença” (ZANELLA, 2004, p. 133). Afinal, se o modo de relação com a cultura se figurasse numa via de sentido único, restrito à reprodução de modelos prontos e práticas culturais instituídas, dificilmente teríamos atingido um grau de desenvolvimento social e tecnológico similar a este que

dispomos. Aqui, é possível notar que começa a ganhar contornos o aspecto singular do humano, indispensável para o processo de produção cultural e de si mesmo.

Começamos a falar sobre isso retomando o termo apropriação, discutido acima e que foi, propositadamente, o disparador de todo este debate. Sigardo (2000), ao discutir a questão da apropriação, chama a atenção para o vocábulo *conversão* que, segundo ele, foi muito utilizado por Vigotski para descrever o processo pelo qual as relações sociais se transformam em operações psicológicas. De acordo com Sigardo (2000), dentre os diversos usos que o termo conversão pode ter, dois podem ser particularmente interessantes para nos auxiliar a compreender um pouco melhor como opera o mecanismo de apropriação. O primeiro significado destacado pelo autor remete ao processo físico em que o termo conversão descreve a operação de mudança entre os estados da matéria (por exemplo, do estado líquido para o estado sólido ou gasoso). Noutra perspectiva, o termo pode ser adotado para designar mudanças que, porventura, uma pessoa possa experimentar em relação a suas crenças e opiniões.

O que se pode denotar desta analogia utilizada por Sigardo (2000) é o fato de que o termo *conversão* parece estar usualmente associado a processos que envolvem mudança. Esta, segundo nosso autor, é um aspecto fundamental do movimento de apropriação, uma vez que implica numa *mudança de estado* – o que é interpsicológico/social torna-se intrapsicológico – e de *sentido* – da significação social das práticas e objetos culturais para a significação pessoal que eles têm para o sujeito. Com estas contribuições, parece que nos distanciamos um pouco mais do viés determinista pelo qual a Psicologia Histórico-Cultural pode ser, precipitadamente, interpretada. De fato, aqui entramos num campo em que a posição ativa do sujeito frente a seu contexto assume um caráter fundamental.

Gostaria de propor, a partir da explanação de Pino (1993) e Sigardo (2000), que tomássemos agora o termo *significação* como o produto que resulta da articulação e da interação entre o significado social dos componentes culturais e o sentido subjetivo que lhes atribui um sujeito singular. Adianto que, aqui, utilizo o termo *sentido subjetivo* como um meio de referir a uma dimensão particular das experiências vividas pelo sujeito e que o *sentido subjetivo* enquanto noção conceitual será ainda objeto de discussão específica neste texto, com o auxílio de González Rey (2007, 2008, 2012). Por ora, convido o leitor para que nos atenhamos ao tema da significação. Está claro para nós que o referido termo já foi adotado repetidas vezes ao longo deste capítulo, atestado de sua centralidade no corpo teórico da abordagem ora tratada. No entanto, devido ao caráter disperso de nossas referências a ele, frequentemente como recurso auxiliar para a explicação de outros processos, é possível que

tenhamos negligenciado aspectos importantes que se relacionam ao termo, talvez descaracterizando-o de sua qualidade de processo autêntico. Considerando estes pontos, buscaremos abordar a significação com o rigor e a sistematização necessários ao tratamento de um termo desta relevância, de modo a restituir sua legitimidade conceitual neste trabalho.

Segundo Pino (1993), o processo de significação se desenvolve a partir do movimento em que se articulam dois planos semânticos. O primeiro se caracteriza pelo pertencimento a uma ordem coletiva e social em que os sistemas de significação traduzem e expressam os significados “[...] construídos ao longo da história social e cultural dos povos” (PINO, 1993, p. 21), enquanto o segundo apresenta um caráter mais singular que resulta da experiência pessoal de cada sujeito em seu contexto sócio-histórico. Assim, a significação que o mundo e as relações têm para o sujeito depende da articulação destes dois planos semânticos. Nosso autor qualifica estes planos de acordo com o grau de estabilidade que caracteriza cada um deles.

Ainda de acordo com Pino (1993), o campo formado pela significação social e coletiva é relativamente mais fixo, apresentando maior estabilidade em decorrência da pouca variação dos *significados*. A significação social refere àquilo que é compartilhado de maneira mais ou menos uniforme entre os membros de um determinado grupo cultural. Por sua vez, o arranjo que deriva da significação pessoal é mais dinâmico e flexível, podendo haver variações de *sentido* para sujeitos diferentes ou mesmo para um único sujeito em momentos e situações diferentes. Aqui, é fundamental nos atentarmos a isto: o *significado* remete àquilo que é compartilhado socialmente e mais estável dentro da significação, enquanto o *sentido* se refere a uma dimensão mais fluída e diversificada, que marca e é marcada pela experiência pessoal e social dos sujeitos. Considerando que, na Psicologia Histórico-Cultural, argumenta-se que o psiquismo e a própria consciência funcionam a partir da dinâmica entre significado e sentido (CLOT, 2014), é importante que nos atentemos a esses termos.

No último capítulo de *Pensamento e Linguagem*, Vigotski (1934/2008) dedicou-se à análise da relação entre o pensamento e a palavra. Neste, o autor procurou demonstrar, a partir da discussão teórico-conceitual e da apresentação de dados empíricos, que os processos de pensamento e fala, apesar de desenvolverem-se em sentidos opostos e seguirem leis específicas, afetam-se mutuamente. Para orientar sua discussão, o autor define como unidade analítica o *significado*, por considerar que tal categoria é que interliga os dois processos investigados: “O significado das palavras é um fenômeno de pensamento apenas na medida em que o pensamento ganha corpo por meio da fala, e só um fenômeno da fala na medida em

que esta é ligada a um pensamento, sendo iluminada por ele” (VIGOTSKI, 1934/2008, p. 151).

Inicialmente, o autor apresenta a tese predominante entre aquelas que ele denomina como *antigas escolas de psicologia*. Na perspectiva destas, o significado ligava-se à palavra por meio de uma associação derivada da ocorrência de um som na presença de um objeto. Aqui, a relação entre um signo e seu significado é *direta*, restrita e fixa. Vigotski, porém, se opõe a essa tese, argumentando que os significados podem *evoluir* e, mais ainda, que o seu desenvolvimento provoca efeitos na dinâmica psíquica do sujeito. Pois, tal como afirmam Santos e Leão (2014), o significado é o elemento comum às diversas manifestações psicológicas, das simples às mais complexas, configurando-se no próprio “princípio que organiza o desenvolvimento da consciência” (SANTOS; LEÃO, 2014, p. 42). Assim, o significado pode ser enriquecido e, por conseguinte, desencadear modificações nos múltiplos processos psicológicos, uma vez que ele é elemento fundamental da organização psíquica individual. Resta, agora, a questão sobre como esse movimento pode ser desencadeado. É neste ponto que encontramos o *sentido*.

De acordo com Vigotski (1934/2008), o significado é uma formação dinâmica, “[...] apenas *uma das zonas do sentido*, a mais estável e precisa” (VIGOTSKI, 1934/2008, p. 181, grifo nosso); é dimensão do que “[...] permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido” (VIGOTSKI, 1934/2008, p. 181). Com essa definição, o autor explicita que existe uma dimensão do significado que se repete, é comum e compartilhada, porém sem torná-lo deveras fixo, invariável ou imutável. Ao trabalhar com a ideia de zonas de estabilidade desigual para tratar de significado e sentido, Vigotski consegue esboçar para o leitor um domínio semântico que é capaz de, simultaneamente, conservar algo e possibilitar o movimento. É também por meio desta ideia que o autor consegue, de maneira bastante criativa, estabelecer uma relação entre esses dois segmentos do domínio semântico, na qual ambos se afetam e, deste processo, estabelecem o ritmo e o tom do funcionamento do sistema da consciência. Bem, tratemos agora daquilo que concerne especificamente ao conceito de sentido em Vigotski.

De acordo com Vigotski, o sentido remete ao conjunto de “[...] eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência” (VIGOTSKI, 1934/2008, p. 181). Assim, envolve emoções, interesses, necessidades, motivações e diversos outros processos psicológicos. O autor prossegue o debate, onde afirma que é o sentido provocado no sujeito por determinada situação que pode contribuir para o enriquecimento do significado. Ele pontua que o sentido provocado por um dado contexto pode fazer com que uma palavra tenha

seu significado ampliado ou reduzido, de modo que ela pode “[...] significar mais ou menos do que significaria” (VIGOTSKI, 1934/2008, p. 181-182) de acordo com o sentido que extrai do contexto. Assim, o sentido altera o significado ou, conforme apontado por Santos e Leão (2014), “[...] o sentido é a subjetivação do significado, a individualização que permite a uma mesma palavra um único significado, mas sentidos diversos para cada indivíduo” (SANTOS; LEÃO, 2014, p. 42). Tal movimento, no qual o sentido altera o significado, é considerado pelo autor como princípio fundamental da dinâmica do significado (VIGOTSKI, 1934/2008). Deste modo, notamos que a *equação* envolvida na produção do sentido envolve o sujeito, o contexto, o significado e a *experiência* do sujeito em relação a esse significado num contexto específico. Conforme apontado por ele, “[...] o sentido de uma palavra é um fenômeno complexo, móvel e variável; modifica-se de acordo com as situações e a mente que o utiliza, sendo quase ilimitado” (VIGOTSKI, 1934/2008, p. 182).

Neste ponto, podemos trazer a interpretação de Perez e Oliveira (2015) acerca do termo *sentido*. Para os autores, o sentido diz respeito à “[...] interpretação de um signo, de uma situação ou de um momento vivido, realizada por uma pessoa historicamente situada em seu contexto cultural, político e sócio-histórico” (PEREZ; OLIVEIRA, 2015). Aqui, notamos que os autores ampliam a noção trazida por Vigotski (1934/2008) ao considerarem, além da palavra, os demais signos presentes na vida do sujeito, bem como as situações ou momentos vividos por este. É possível notar como o conceito de sentido aproxima-se da questão central deste trabalho: o processo de subjetivação. Clot (2014) nos auxilia neste ponto ao afirmar que o sentido não está colado ao signo, mas que tem a potência de enriquecê-lo e conferir-lhe uma significação específica para aquele sujeito em particular. Para Clot (2014), o sentido é produto da atividade da consciência e envolve, como já dissemos, afetos, emoções, interesses, necessidades etc. A produção do sentido é mobilizada pelos acontecimentos que se desdobram na realidade da qual o sujeito participa. Pelas experiências que este tem. Tal realidade, como já debatido em momentos anteriores, sempre possui um significado instituído que antecede o próprio sujeito. Assim, da relação entre o sentido e o significado na experiência, a realidade ganha uma significação nova. De modo análogo, considerando que é a dialética entre significado e sentido que caracteriza os processos da atividade da consciência, a produção de novas significações também modifica essa atividade e, por conseguinte, os modos como o sujeito se relaciona e atua no mundo. Por fim, a significação é produto da relação dialética entre significado e sentido e altera os modos de percepção do sujeito acerca da realidade, bem como seu modo de agir e se relacionar.

Assim, apesar das especificidades que circunscrevem cada um desses segmentos que formam a significação, é incorreto concebê-los como processos independentes entre si. Já afirmamos neste capítulo que a criança, ao nascer, está inserida num mundo dotado de significação social: conceitos e funções dos objetos, modos organizativos das relações sociais, as instituições e suas respectivas finalidades, enfim, há todo um universo significativo que precede a criança. A partir de sua interação com este mundo e por meio da mediação simbólica do outro, o novo membro do grupo social vai entrando em contato com a significação de seu contexto. A este movimento, que caracteriza a apropriação da cultura pelo sujeito, se sucede a formação de sua consciência, o que o define enquanto sujeito fundamentalmente cultural.

Conforme vimos, a apropriação ocorre no tocante à significação que as produções culturais possuem – e não apenas em relação aos seus aspectos concretos e formais, – e só é possível devido à existência do sistema de signos. Cumpre destacar, porém, que a apropriação implica numa ressignificação da cultura por parte do sujeito. Deste modo, a consciência do sujeito possui um caráter único e inovador, não se reduzindo à mera cópia da realidade externa ou à transferência dos significados sociais para o plano intrapsicológico. Porém, ainda que haja uma atividade criativa e inovadora do sujeito no seu processo de constituição, é importante atentarmos para o fato de que tal movimento inicia-se a partir do significado cultural. Assim, não há um espírito ou essência que define a singularidade do sujeito, tampouco é possível conceber um humano que se forme e desenvolva fora do círculo sociocultural.

Isso se aproxima do tema da significação justamente no que se refere aos últimos apontamentos declarados. De fato, a significação é condição necessária ao processo de apropriação e, neste sentido, os dois termos podem ser considerados quase como uma unidade. A cisão que operamos entre eles foi uma escolha orientada por uma finalidade didática, e esperamos que, com isso, tenhamos conseguido oferecer uma melhor exposição e explicação dos componentes de um processo deveras complexo. Bem, retomemos a discussão anterior.

Como dizíamos, a significação tem como substrato de seu desenvolvimento o significado social e coletivo dos objetos e relações. No entanto, seu caráter singular surge na interação entre o significado e os sentidos que tais eventos e produções possuem para o sujeito. Pino (1993) afirma que o campo semântico das significações sociais:

[..] guiam o desenvolvimento da criança, mas não de maneira determinista, e servem de referência para ela e para o grupo social nas suas inter-relações. A internalização dessas significações culturais implica, porém, da parte da criança, sua re-elaboração em função dos seus próprios referenciais semânticos. Vygotsky chama isso de sentido pessoal das palavras, que ele contrapõe ao significado socialmente estabelecido. Dentro de tal meio culturalmente estruturado (significativo) e personalizado (pleno de sentido) a criança em desenvolvimento inventa (ou re-inventa, por imitação) novas formas de agir e de pensar [...] (PINO, 1993, p. 22).

Aqui, para exemplificar o movimento interativo ao qual nos referimos, pode ser proveitoso recorrer ao processo de imitação, destacado por nosso autor na citação acima, para que possamos obter uma melhor compreensão acerca do desenvolvimento da significação. Pino (1993) nos aponta três momentos distintos do comportamento imitativo e que, segundo ele, podem contribuir para elucidar o desenvolvimento da significação. De acordo com ele, o sujeito parte de um momento inicial, onde se encontra completamente identificado ao modelo, num tipo de relação fusional. Posteriormente, ele passa por uma etapa em que o *eu* se diferencia desse *outro* que resulta na emersão do reconhecimento de si mesmo como ser dotado de uma subjetividade própria e singular, mas que ainda preserva os resquícios e as marcas do outro. Assim, o *outro* permanece no *eu* como aquilo que lhe é estranho, mas sem o qual ele não poderia se situar e definir enquanto um eu próprio. A imitação deixa de ser uma cópia do modelo para adquirir características próprias. Ganha singularidade. Conforme veremos adiante, a noção de experiência pode se revelar preciosa na construção de um caminho possível para compreendermos este aspecto singular que marca a subjetivação dos sujeitos.

Na discussão elaborada por Sigardo (2000), também é possível perceber um movimento similar quando o autor faz referência aos *estágios do desenvolvimento*. De acordo com ele, inicialmente, a criança pode ser considerada como um corpo biológico puro, uma matéria orgânica que se movimenta de maneira desordenada. À medida que esses movimentos são flagrados pelo grupo social, eles passam a ser interpretados por aquela cultura, adquirem uma significação que, neste momento, existem enquanto significação *para o outro*. Finalmente, a significação coletiva atribuída às manifestações orgânicas do sujeito se converte em algo que é significativo para o próprio sujeito, algo que é significativo *para si*. Isto é compatível com o exemplo de Vigotski acerca da constituição do gesto, abordado anteriormente. Por fim, Sigardo conclui: “[...] é pelo outro que o *eu* se constitui em um ser social com sua subjetividade” (SIGARDO, 2000, p. 66, grifo do autor).

Ora, o que se passa na constituição da significação é exatamente isso! Originalmente, o significado social nos diz o que as coisas são, qual é sua dinâmica de funcionamento, para que elas servem e em quais situações devem ou não ser utilizadas. É isso que fornece um direcionamento inicial para nossa ação no mundo. Porém, à medida que vamos produzindo nossa experiência de vida, novos sentidos emergem para os objetos e práticas sociais, novos modos de ser, fazer, interagir e sentir. De acordo com Zanella (2004), é a dimensão dos sentidos e a capacidade do sujeito de ressignificar sua realidade que lhe confere uma posição ativa em meio ao seu contexto sócio-histórico-cultural, tornando-lhe um ser capaz de criar, recriar e transformar as condições de sua existência, bem como a si mesmo.

2.2 A subjetivação na Psicologia Histórico-Cultural: um conceito em desenvolvimento.

No debate feito por González Rey (2007, 2008) acerca da noção de *sentido subjetivo*, o autor afirma que tal categoria configura-se num desenvolvimento do conceito de sentido apresentado por Vigotski no estágio final de sua obra. Conforme veremos, esta nova categoria que González Rey elabora parece representar um avanço significativo no modo de compreensão do processo de constituição do sujeito na perspectiva histórico-cultural, em especial no que diz respeito à maneira como o autor teoriza e debate o aspecto que confere caráter singular ao referido processo.

A proposição do conceito de sentido subjetivo, conforme apresentado por González Rey (2007), visa a subsidiar aquilo que o autor entende como tendo sido a proposta fundamental da obra de Vigotski, qual seja, a de uma redefinição acerca da dinâmica e do funcionamento da psique humana. Nosso autor alerta para o fato de que nos caminhos traçados na Psicologia ocidental, em especial pelas escolas norte-americanas, para dar continuidade a obra do pesquisador russo, essa proposta parece ter sido negligenciada em favor de aspectos pontuais e isolados que compunham o quadro geral do pensamento vigotskiano. Deste modo, González Rey (2007), partindo das últimas formulações que Vigotski apresentou acerca do *sentido*, já discutido neste capítulo, pretendeu estabelecer as articulações necessárias à redefinição do psiquismo, o que, segundo ele, permite também avançar sobre o tema da subjetividade na perspectiva histórico-cultural.

Para iniciarmos este debate, é possível destacar que o sentido subjetivo é apresentado como categoria que privilegia a dimensão gerativa, produtiva do psiquismo (MIYASAKI, 2007). Assim, dentro de um sistema de pensamento que se desenvolve a partir de uma proposta dialética, este conceito pode ser compreendido como uma noção que se opõe

às ideias de internalização e apropriação, já abordadas neste trabalho. Conforme vimos anteriormente, estes termos descrevem o processo de constituição do aspecto subjetivo do humano que teria como conteúdo fundamental as relações sociais, objetivas e externas, que posteriormente seriam convertidas em funções psicológicas. Naquele momento, já demos algumas pistas iniciais para tentarmos nos afastar dos reducionismos mecanicistas a que o uso descuidado destes termos pode conduzir. Buscamos realçar o caráter ativo do sujeito nesse processo e tentamos, também, a partir da noção de sentido, elucidar sua participação na constituição da significação do mundo, considerada, em última análise, a fonte para a formação subjetiva.

No entanto, agora, com González Rey (2007), é possível progredir no debate e apresentar uma proposta com contornos mais definidos no que tange à questão da subjetivação. O autor é categórico ao afirmar que:

A subjetividade, portanto, é uma produção humana, não uma internalização. Nada do que acontece em nossas práticas se internaliza, pois acima delas nós produzimos, e essa produção, mesmo sendo resultado de nossas práticas e relações, não é um resultado linear, mas uma produção diferente (GONZÁLEZ REY, 2007, p. 173).

Nesta citação, o autor sinaliza para dois pontos importantes que se relacionam à sua definição de sentido subjetivo e que poderão nos auxiliar na compreensão deste conceito. Primeiro, ele destaca o caráter inexoravelmente produtivo da subjetividade, descaracterizando qualquer possibilidade de uma condição passiva do sujeito no contexto de suas relações. Isto nos conduz ao segundo ponto, no qual o autor rompe, também, com qualquer forma de correspondência linear e imediata que supostamente possa existir entre a dimensão subjetiva e as experiências concretas que afetam o sujeito.

Ao situar a subjetividade como produção, o autor enfatiza o caráter gerativo intrínseco à ação humana e estende esta característica ao nível da dimensão psíquica do sujeito. Assim, desloca-se a centralidade da atividade produtiva do plano objetivo, concreto, exterior e imediato para o campo do psiquismo, sob a regência de elementos simbólicos e emocionais. Ainda que esta proposição possa sugerir a existência de duas realidades com naturezas distintas e opostas entre si, nosso autor pretende articular estes dois níveis, externo e interno/objetivo e subjetivo, sem necessariamente reduzir um a outro. Conforme vimos anteriormente, a realidade concreta e a atividade ocuparam a posição central no modelo

teórico que trata do desenvolvimento humano e foram dotadas da característica de força motriz da formação subjetiva. Este tipo de asserção pode nos fazer incorrer no erro de considerar a subjetividade como um mero desdobramento da ação, um reflexo interno das relações ocorridas no contexto objetivo do sujeito.

A articulação que González Rey (2007) propõe encontra seu ponto de unificação exatamente no conceito de sentido subjetivo que, para o autor, é tanto o princípio organizativo das relações entre os diferentes elementos presentes no psiquismo como, também, produto dessas mesmas relações. Tais elementos advêm das experiências do sujeito no curso de sua vida, a partir dos modos como se relaciona nos contextos do qual participa e que são marcados por qualificativos distintos: classe, sexualidade, sexo, etnia, cultura, política, momento histórico (GONZÁLEZ REY, 2008). A diferença em relação ao argumento anterior é que, aqui, a formação do sentido subjetivo, como meio de apreender e significar as experiências, não está única e diretamente relacionada a uma experiência particular vivida no momento presente. Conforme diz González Rey (2007), o sentido subjetivo remete à:

[...] unidade do simbólico e do emocional como via de integração da experiência social do sujeito, o que não acontece apenas por experiências objetivas pontuais, e muito menos norteadas por objetos, mas representam novas produções em relação com as experiências vividas, as que são inseparáveis da organização subjetiva dos sujeitos e dos múltiplos contextos em que acontece sua vida social (GONZÁLEZ REY, 2007, p. 175).

Assim, a categoria *sentido subjetivo* pode ser definida como uma produção tipicamente subjetiva que tem como matéria prima o conjunto articulado das experiências vividas pelo sujeito, num aspecto *transtemporal* e *transespacial*. Recorremos a estes termos para enfatizar a ruptura que o autor opera na relação direta e linear estabelecida em momentos anteriores da teoria Histórico-Cultural entre a produção psicológica e as situações envolvidas com sua gênese. É importante ressaltar que o sentido subjetivo, conforme proposto por González Rey (2007, 2008), refere-se a uma produção que é constantemente tecida no encontro entre o processo histórico, pessoal e social, e as situações atuais nas quais o sujeito se insere. Há, portanto, uma necessária interação entre contextos, momentos e situações em que o sujeito é, por excelência, o elo de articulação, conforme diz o autor: “Desde esta perspectiva, las personas son verdaderos sistemas portadores, en su subjetividad individual, de los efectos colaterales y las contradicciones de otros espacios de la subjetividad social”

(GONZÁLEZ REY, 2008, p. 234). Neste sentido, o conteúdo permanece dotado de vínculos com a realidade concreta e com o conjunto de relações no qual o sujeito se engaja. Além disso, amplia-se a extensão de situações e eventos envolvidos nesta produção, que passa a ser provida de um caráter inexoravelmente singular, pois se refere ao escopo das experiências pessoais vividas por um sujeito específico. Com base nestas considerações, fundamenta-se o caráter sistêmico e dinâmico numa redefinição do psiquismo que, tal como afirmamos, parecia ser o intento de Vigotski no estágio final de sua obra.

De acordo com González Rey (2007), o sentido subjetivo é responsável por integrar os diversos registros objetivos que afetam o homem ao longo de sua existência. Assim, ele constitui uma espécie de núcleo ao redor do qual os elementos psíquicos assumem uma forma provisória. Este arranjo provisório é definido pelo autor como configuração subjetiva e remete à dinâmica dos processos simbólicos e emocionais da psique. Então, o sentido subjetivo, produzido no curso das experiências, conduz a uma configuração subjetiva, sempre em caráter provisório. Tomemos como exemplo o processo cognitivo da atenção. O fato de prestarmos mais atenção a um assunto do que a outros, numa determinada situação, está relacionado ao sentido subjetivo que foi produzido acerca daquele assunto no decorrer de nossa vida. Porém, é inegável que a situação corrente também nos afeta e, por conseguinte, desencadeia uma atualização no sentido subjetivo e na configuração subjetiva dele resultante, levando ao surgimento e criação de novos modos de ser, pensar, agir e sentir. Portanto, a configuração subjetiva interage e participa dos modos como o sujeito concreto age e se relaciona em seus contextos, colaborando para a produção de novos sentidos subjetivos o que, necessariamente, desencadeia uma modificação do arranjo outrora formado (GONZÁLEZ REY, 2007; MYIASAKI, 2007).

À vista do que foi colocado acima, podemos entender o sentido subjetivo como uma forma da subjetividade individual. Apesar disso, reiteremos que esta categorização do conceito não credita à psique o estatuto de uma instância intrapsíquica apartada do contexto das relações sócio-históricas. Segundo González Rey (2007), o sentido subjetivo articula as dimensões individual e social na produção subjetiva. Assim, há uma relação dinâmica entre estas categorias que culmina numa coprodução subjetiva com duas formas distintas de expressão e organização, uma individual e uma social, sem que, no entanto, uma possa ser reduzida à outra. Para o autor, a noção de sentido subjetivo instala uma relação inseparável entre a produção psíquica e os contextos sociais e culturais onde se desdobram as ações e práticas humanas. Neste ponto, gostaríamos de introduzir o conceito de subjetividade social

trabalhado por González Rey (2007, 2008) e discutir como esta se relaciona à produção subjetiva no nível do sujeito.

Como dissemos anteriormente, ambas as instâncias, individual e social, estão sintonizadas entre si, se afetam e produzem mutuamente. González Rey (2007, 2008), ao definir a subjetividade social, procura elucidar a articulação entre esta e a subjetividade individual, afirmando que a subjetividade social é composta pelas “[...] produções sociais carregadas de sentido subjetivo que estão configuradas por processos emocionais e simbólicos produzidos nas mais diferentes esferas da vida” (GONZÁLEZ REY, 2007, p. 172). Deste modo, a subjetividade social se define pelo conjunto de práticas adotadas por sujeitos concretos em decorrência de suas experiências singulares nos diversos contextos dos quais participam. À medida que estas experiências se expressam por meio da ação do sujeito, elas articulam-se ao conjunto dos componentes sociais, alterando ou ratificando a configuração deste social. Igualmente, o social interpola a produção de sentidos subjetivos da própria subjetividade individual, assim afirma nosso autor:

[...] as produções de sentido subjetivo são inseparáveis da organização subjetiva atual dos sistemas humanos que se interpenetram na produção de qualquer ato humano. Nenhum sistema de práticas em abstrato ou de evento, tomados em seu caráter externo, tem o poder de determinar as consequências subjetivas de seu impacto (GONZÁLEZ REY, 2007, p. 172-173).

Nesta citação, o autor defende o caráter eminentemente social das subjetividades individuais, esclarecendo, porém, que não se trata de uma relação de identidade entre social e individual. As subjetividades individuais se produzem e expressam a partir dos referenciais coletivos e culturais que compõem o campo social. A subjetivação do humano, seu processo de formação e desenvolvimento, é imanente às estruturas, às instituições e às relações sociais de modo geral. Apesar disso, o sujeito não é o produto passivo da conjuntura na qual está imerso. Nas produções subjetivas reside um aspecto criador e ativo frente às forças e componentes sociais, tal como afirma González Rey (2007) ao dizer que um atributo fundamental da subjetividade “[...] é sua capacidade para subverter a ordem institucional que caracteriza a organização hegemônica de qualquer ordem social” (GONZÁLEZ REY, 2007, p. 173-174). De acordo com o autor, é nesta característica que se localiza a força motriz que impulsiona a constante mudança nas condições sociais de vida e existência do humano.

Neste ponto, nos deparamos novamente com a questão da singularidade das produções subjetivas frente à ordem social instituída. Entendemos que o conceito de sentido subjetivo articula a história social e pessoal por meio na noção de *experiência*, que emerge como conceito chave para compreender a fonte do caráter singular que marca a produção subjetiva. É sobre esta noção que nos deteremos agora, na parte final desta seção, procurando, finalmente, elaborar a síntese de uma compreensão possível acerca do processo de subjetivação e da formação do sujeito na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural.

A partir do conceito de *perezhivanie* – que pode ser traduzido como experiência emocional – apresentado por Vigotski na palestra intitulada *O problema do meio* (VIGOTSKI, 1994), Heemann (2012) expõe sua concepção de experiência, que pode ser compreendida como um produto subjetivo. De acordo com a autora, as condições concretas de existência do homem são a base para sua experiência emocional, mas esta não se limita a um reflexo ou internalização da situação vivida, uma vez que “[...] pessoas expostas às mesmas situações e às mesmas condições em um ambiente podem vivenciar experiências de forma bastante diferente” (HEEMANN, 2012, p.14). De acordo com a autora, a experiência emocional diz respeito aos diferentes modos como as pessoas percebem, vivenciam e processam os acontecimentos na vida social. Seu modo de produzir sentido sobre esses eventos.

Ao discutir a noção de experiência, Smolka (2006) destaca quatro dimensões constitutivas desta: a dimensão histórica, a dimensão social, a dimensão singular e a dimensão subjetiva. Com esta definição, a autora demonstra o caráter integrador do termo e postula, ainda, que a experiência encarnada e vivida pelo sujeito concreto o afeta de maneira única, assumindo formas de expressão singulares: “Se um acontecimento é comum a várias pessoas, a experiência é singular e irrepitível” (SMOLKA, 2006, p. 103). Segundo ela, a raiz da experiência está alocada no outro e no signo, enquanto um derivado da relação com este outro, e implica a produção de uma significação capaz de representar o impacto do afeto sentido e vivido pelo sujeito.

Assim, podemos conceber que a experiência se configura a partir do conjunto de relações e situações nas quais cada pessoa se implica e participa. De modo mais específico, ela, a experiência, é tecida no encontro do sujeito com os componentes que caracterizam tais situações, a maneira como impactam sobre ele e o afetam. Ao considerarmos o caráter singular do modo como a situação é sentida e vivida por uma pessoa em particular, é possível compreender que os sentidos e a significação produzidos serão, igualmente, marcados por essa idiosincrasia.

Retomando a questão sobre como a experiência se relaciona a produção de sentido, González Rey (2008) afirma que:

Todo el material simbólico y emocional que constituye los sentidos subjetivos se produce en la experiencia de vida de la personas, pero no como operaciones que se interiorizan, sino como producciones que resultan de la confrontación e interrelación entre las configuraciones subjetivas de los sujetos individuales implicados en un campo de actividad social y los sentidos subjetivos que emergen de las acciones y procesos vividos por esos sujetos en esos espacios, que son inseparables de las configuraciones de la subjetividad social en la cual cada espacio de vida social está integrado (GONZÁLEZ REY, 2008, p. 234).

Assim, a experiência é a fonte que alimenta a produção de sentidos subjetivos. Ainda na citação acima, é possível perceber que o autor também sinaliza para uma concepção de experiência enquanto uma produção de caráter constante e que resulta da conjugação e do embate entre diferenças. Trata-se de uma articulação entre as múltiplas histórias pessoais que se encontram num determinado campo social e as relações que se estabelecem e são vividas naquele momento. A experiência vivida interfere na maneira de se viver outras experiências. Neste encontro de alteridades, reside a possibilidade de alteração tanto dos modos de percepção e interação dos sujeitos individuais, sua configuração subjetiva, como da própria subjetividade que permeia o espaço social compartilhado por estes sujeitos.

Finalmente, após a exposição de alguns dos conceitos fundamentais para a Psicologia Histórico-Cultural, podemos esboçar a síntese de uma compreensão desta teoria acerca da constituição do sujeito e seus modos de subjetivação. O humano é introduzido na cultura desde os estágios iniciais de sua vida e é neste contexto cultural, impregnado de significado, que ele se desenvolve. Inicialmente, o grupo social é a fonte para seu aprendizado, sua socialização. É através da mediação do outro, representante do contexto sociocultural, que o sujeito é inserido nas práticas sociais, aprende os valores que configuram o cenário do qual participa, bem como os modos de ação legitimados e aqueles rejeitados.

Essa relação, porém, não é unidirecional, pois, à medida que o sujeito constitui sua experiência no processo de sua história pessoal, os significados sociais passam a ser apropriados por ele de modo singular. Sua subjetivação, portanto, parte das relações sociais e das condições de possibilidade que compõem o seu contexto sócio-histórico-cultural, sem, no entanto, ser uma interiorização ou reflexo idêntico destes elementos. Há uma dimensão

produtiva na subjetividade! A multiplicidade dos contextos e relações nos quais o sujeito se engaja, participa e age impulsiona a diversificação e constante atualização das práticas e valores que formam o social no qual ele está implicado. Neste sentido, aquilo que é a fonte da produção e constituição do sujeito é, também, incessantemente modificado e ressignificado por ele. Com isso, altera e cria novas condições para sua existência e da coletividade. Objetiva-se na cultura, alterando-a, e estabelece novos modos de subjetivação possíveis.

2.3 Sobre o *lugar* do trabalho e da formação profissional nos processos de subjetivação.

Conforme vimos na seção anterior, na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, a subjetivação ocorre por intermédio da cultura, nos diversos espaços de socialização dos quais o sujeito participa. Portanto, ao abordar o tema da subjetivação nesta perspectiva, podemos apontar a socialização como condição fundamental ao desenvolvimento das configurações subjetivas do humano. Considerando que esta pesquisa tem como foco investigativo o contexto da formação profissional de jovens para a atuação como atletas de futebol, é importante elucidar nosso entendimento acerca do *lugar* do trabalho e, por conseguinte, da formação profissional no processo de subjetivação. Neste ponto, propomos, então, abordar o trabalho como categoria fundadora e necessária para o estabelecimento da sociabilidade humana e, consecutivamente, como *lócus* privilegiado dos processos de subjetivação.

O trabalho é uma das atividades primordiais do homem. Suas contribuições ao processo evolutivo da espécie humana podem ser observadas tanto no aspecto biológico quanto no social. Foi por intermédio do trabalho que características tipicamente humanas, como a comunicação, a vida em sociedade e a consciência se desenvolveram (ENGELS, 1876/2011). Sobre esse assunto, Antunes (2009) é mais enfático ao indicar o trabalho como categoria *central* na fundação do homem. Segundo ele, foi por meio do trabalho que o humano atingiu a condição de ser social. O autor afirma: “Embora seu aparecimento seja simultâneo ao trabalho, a *sociabilidade*, a *primeira divisão do trabalho*, a *linguagem* etc. encontram sua origem a partir do próprio ato laborativo [...] Ele [o trabalho] está no centro do processo de humanização do homem” (ANTUNES, 2009, p. 136, grifos do autor).

O ato laboral interpola um movimento dialético na relação do homem primitivo com a natureza. Deste modo, ao alterar as condições ambientais para prover sua sobrevivência, o homem é modificado pelos efeitos de suas ações (ENGELS, 1876/1999). O trabalho é, num primeiro momento, o recurso por meio do qual o humano age sobre a

natureza para realizar-se, satisfazendo suas necessidades e desejos (ANTUNES, 2009). Trata-se, porém, de um agir previamente elaborado e que se orienta para um fim específico, afastando-se, assim, das ações governadas pelos instintos e impulsos imediatos evidenciadas em outras espécies. Neste ponto, emerge a questão da intencionalidade da ação e sua relação com os elos causais que existem entre os fenômenos da natureza.

De acordo com Antunes (2009), o ato laboral, em seu sentido primário, é a concretização de um projeto previamente arquitetado na consciência do sujeito, por meio do qual se torna possível alterar a causalidade dos fenômenos da natureza a fim de atender uma necessidade posta. O trabalho é a atividade especificamente humana que possibilita a realização de necessidades. O autor lembra, ainda, que o processo de trabalho envolve também a concepção dos meios que possibilitam a execução do projeto ideado. Assim, tanto o objetivo como os meios, instrumentos ou ações, necessitam de formulação prévia. Aqui, interpõe-se um aspecto que diferencia qualitativamente o ser social do biológico: a atividade consciente, enquanto capacidade de planejar e orientar as ações para as finalidades ideadas.

Segundo Engels (1876/1999), à medida que o indivíduo se humanizou, atingiu a compreensão de seus atos e dos efeitos deles sobre a natureza e sobre si mesmo, ampliando o raio de conhecimento sobre si e sobre os eventos e leis naturais. Isso possibilitou o desenvolvimento da capacidade humana de estabelecer metas e planejar antecipadamente as ações necessárias para alcançar os objetivos propostos (ENGELS, 1876/1999). Pode-se dizer, portanto, que é por meio do trabalho que se dá o desenvolvimento primário da consciência humana. Antunes (2009) complementa esta asserção afirmando que o surgimento da consciência, por meio do ato laborativo, possibilitou ao homem avançar em relação à natureza e à sua condição biológica, emergindo então como ser social.

Para Antunes (2009), a complexificação do trabalho conduziu ao estabelecimento de inter-relações entre os indivíduos, dando, portanto, a base para o surgimento da socialização. Estas proposições acerca do aparecimento das formas de sociabilidade especificamente humanas encontram respaldo na formulação de Engels (1876/1999). Para este autor, o trabalho teve participação fundamental na constituição do protótipo das sociedades humanas. A maior efetividade da ação coletiva, reconhecida por cada indivíduo do grupo, apontou para a necessidade de se congregarem mais membros ao agrupamento social. A vantagem da ação conjunta logo se transformou num imperativo, levando os indivíduos a desenvolverem meios para comunicar-se entre si, a fim de se organizarem na realização das tarefas e agir de modo articulado. Esta primeira divisão do trabalho operou uma cisão entre a

ação imediata executada por cada membro do grupo e o resultado final pretendido, cuja realização se tornou condicionada à atuação conjunta.

Deste modo, o nível de complexidade das atividades humanas foi, paulatinamente, sendo ampliado. Em razão disso, Antunes (2009) afirma que o ato laborativo constitui a base originária das mais avançadas formas de socialização humana, ainda que estas apresentem relativo grau de autonomia em relação ao sentido primeiro do trabalho, citado anteriormente. Segundo o autor:

Menos que *descontinuidade* e *ruptura* em relação às atividades laborativas, elas [as formas mais complexas de vida humana] se configuram como tendo um *maior distanciamento* e um *prolongamento complexificado* (e não pura derivação) em relação ao trabalho. Porém, esses níveis mais avançados de sociabilidade encontram sua *origem* a partir do trabalho, do intercâmbio metabólico entre ser social e natureza (ANTUNES, 2009, p. 142, grifo do autor).

Pelas formulações de Engels (1876/1999) e Antunes (2009), é possível esboçar a função do trabalho no processo de hominização. Ainda, as contribuições de Antunes (2009) nos possibilitam elucidar o trabalho como base para as distintas formas de socialização que se desenvolveram entre as coletividades humanas. Daí a importância desta categoria na formação do homem e seu lugar de destaque nos processos de subjetivação. Esta asserção pode ser respaldada por Antunes (2009), que aponta o trabalho como o contexto primeiro de realização do humano na busca por uma vida dotada de sentido e autenticidade. Isto se confirma na pesquisa feita por Morin, Tonelli e Pliopas (2007), em que se buscou investigar os sentidos do trabalho entre um grupo de jovens executivos brasileiros. Os resultados mostram que os entrevistados destacaram o trabalho como espaço de satisfação pessoal e social, bem como uma atividade que contribui para a formação de suas identidades e que lhes provê algum tipo de reconhecimento social. Aqui, porém, é importante frisarmos que “Dizer que uma vida cheia de sentido encontra na esfera do trabalho seu *primeiro momento* de realização é *totalmente diferente de dizer que uma vida cheia de sentido se resume exclusivamente ao trabalho*” (ANTUNES, 2009, p. 143, grifo do autor). O trabalho é um contexto privilegiado da socialização humana e, portanto, importante para o processo de subjetivação; porém, não é o único onde se desenvolvem as experiências que constituem o referido processo. Este alerta é especialmente válido quando temos em vista a composição do

mundo laboral no contemporâneo, em que se observa a redução generalizada da vida ao trabalho (ALVES, 2011).

Dada à função primordial do trabalho na subjetivação humana, é inegável que alterações na configuração deste contexto provoquem mudanças nos modos de ser e viver dos seres humanos. Antunes (2009) e Justo (2012) apontam algumas mudanças que podem ser observadas nas relações de trabalho do contemporâneo, como flexibilização, precarização, ampliação da participação das mulheres no mercado, informalidade, terceirização. Para Antunes (2009) tais aspectos atestam a redefinição da categoria trabalho e das relações que se estabelecem neste contexto, bem como a mudança na configuração da classe trabalhadora, a partir de sua heterogeneização, o que torna a análise das questões laborais uma tarefa ainda mais complexa. Na análise de Justo (2012), estes aspectos têm contribuído para produzir um cenário em que a competitividade na busca por uma colocação profissional encontra-se radicalmente acentuada, colaborando para o surgimento de graus distintos de hostilidade entre pares. As alterações nas formas de socialização e nos valores que regem as relações sociais nos contextos de trabalho repercutem sobre outras esferas da vida dos sujeitos, podendo se expressar nos seus modos de ser e se relacionar dentro e fora do trabalho. Conforme veremos ao longo da análise do processo formativo e de subjetivação dos jovens atletas, seu universo de trabalho parece ser um território marcado por algumas das novas características do mundo laboral, contribuindo para colocar em questão o lócus ocupado por esta atividade na vida dos profissionais que integram tal *categoria*.

Considerando esta importante função do trabalho no processo de fundação do homem, bem como a relevância desta atividade na vida social contemporânea, torna-se imprescindível que ele seja tomado como categoria de análise científica. Sendo o trabalho uma das esferas fundamentais da subjetivação do humano, olhar para os aspectos que constituem os contextos laborais contemporâneos torna-se mister para que possamos investigar e compreender as configurações subjetivas dos sujeitos que trabalham. São diversas as áreas do conhecimento que se propõe a estudá-lo, seja por seu caráter multifacetado ou pela diversidade de forças que movimenta nos âmbitos político, social e econômico. Tendo sido o trabalho um elemento fundamental no processo de constituição do homem (ENGELS, 1876/1999; ANTUNES, 2009) e sendo, ainda, reconhecido como atividade com potencial para produzir efeitos significativos no processo de subjetivação do homem (CLOT, 2006; CLOT 2010; JUSTO, 2012), a Psicologia também encontra nesta categoria um campo investigativo fundamental.

De maneira análoga, o contexto de formação profissional, cuja função reside em prover a vivência de situações similares as da realidade laboral para jovens aprendizes e prepará-los para o mundo do trabalho, torna-se igualmente um espaço rico em conteúdos analíticos. A formação profissional constitui o primeiro contato formal do jovem aprendiz com o processo histórico coletivo de uma profissão específica. Ainda, é nesta etapa que o aprendiz se apropria dos recursos iniciais, os instrumentos concretos e simbólicos, que lhe possibilitam se comunicar e agir de maneira eficiente na vida profissional. Além disso, as experiências vividas na fase de formação podem auxiliar o jovem na elaboração de seu autoconceito, na construção dos seus modos de perceber e se relacionar nos contextos dos quais participa. Esta perspectiva sustenta-se na concepção da Psicologia Histórico-Cultural acerca de subjetividade e processos de subjetivação, onde estas categorias são entendidas como “[...] um sistema complexo que tem dois espaços de constituição permanente e inter-relacionada: o individual e o social, que se constituem de forma recíproca e, ao mesmo tempo, cada um está constituído pelo outro” (GONZÁLEZ REY, 2004, p. 141). Assim, a formação profissional possui, também, uma função de suma importância na constituição das subjetividades social e pessoal.

Ainda sobre o termo formação, cumpre destacarmos a controvérsia que parece existir no tocante ao modo de se compreender esta noção. Perez (2009) discutiu esse vocábulo dando enfoque à formação de professores. O autor orientou sua análise e debate a partir da literatura específica ao campo da Educação, pautando-se, também, no modo como o termo *formação* é percebido pelos próprios profissionais docentes. Mesmo que possa existir uma distância aparente entre os segmentos educacional e esportivo, nosso interesse, aqui, é o voltado à discussão da noção de formação profissional, válido para os dois cenários considerados, a pesquisa realizada por Perez (2009) e a nossa.

Segundo os achados de Perez (2009), a noção de formação suscita a emergência de duas perspectivas distintas associadas ao termo. Assim, de um lado teríamos uma ideia de formação com a conotação de uma prática rígida e autoritária “[...] voltada para a manutenção do *status quo*” (PEREZ, 2009, p. 162), na qual “O ato de formar implicaria em dar forma a algo imóvel, inerte e sem desejo próprio que, quando aplicado ao trabalho com seres humanos, resultaria em uma atividade autoritária e impositiva” (PEREZ, 2009, p. 162-163). Noutro polo, estaria uma noção que associa o termo à ideia de aprendizagem compartilhada, configurando-se, assim, enquanto um “[...] momento ou espaço de parceria no processo de aprendizagem” (PEREZ, 2009, p. 164).

Em sua pesquisa, que contou com a participação de docentes, observou-se uma tendência, entre os voluntários, à negação do termo formação, percebido de modo negativo e com significado autoritário. Em função disso, Perez (2009) apresentou outros sentidos possíveis relacionados ao vocábulo, apoiando-se na matriz linguística apontou que:

A palavra formar, do latim *formare*, também significa conceber, engendrar e produzir. Essas palavras remetem à possibilidade de construção de movimentos dialéticos e críticos e, mesmo, artísticos [...] na medida em que trata-se de um ato de concepção e de produção por parte de todos os atores envolvidos (PEREZ, 2009, p. 165).

Assim, o autor esclarece que a palavra formação não possui sentido único e estrito. É polissêmica. Deste modo, o termo formação, em si mesmo, significa tudo e nada, ao mesmo tempo, sendo-lhe necessário extrair do contexto os elementos para constituição do seu sentido. No caso dos processos formativos de pessoas, isso remete à necessidade de olharmos para o arranjo das relações entre os atores envolvidos, para os valores pessoais e institucionais, bem como para as práticas que eles sustentam. Só então é que poderemos ter condições de precisar o que a formação *pode significar* naquele contexto.

Para este trabalho, partimos de um entendimento acerca de formação profissional, enquanto momento capaz de oportunizar e enriquecer o desenvolvimento genérico dos sujeitos envolvidos no processo. No entanto, conforme já vimos no primeiro capítulo, parece ser habitual, no contexto da formação futebolística, o demasiado direcionamento do ensino para os aspectos estritamente vinculados às competências físicas, técnicas e táticas dos jovens. Deste modo, talvez, nesta pesquisa, estejamos mais próximos de uma formação cujo sentido esteja ligado ao interesse em moldar/formatar os jovens, nos âmbitos físico e subjetivo, que à perspectiva de oportunizar-lhes um desenvolvimento integral e crítico. Esta asserção pode ser respaldada tanto nas discussões realizadas no primeiro capítulo, quando do debate da relação entre formação esportiva e formação escolar, quanto nos dados que serão analisados em momento posterior deste texto. Afinal, quanto custa formar um profissional crítico em relação ao seu trabalho?

Tendo em vista a relevância da categoria trabalho nas diversas áreas do conhecimento, pesquisadores ligados à Clínica da Atividade, abordagem teórico-metodológica pertencente à Psicologia do Trabalho e com raízes na Psicologia Histórico-Cultural, têm se dedicado à elaboração teórico-conceitual, bem como à criação e

aperfeiçoamento de ferramentas metodológicas que possam auxiliar no processo de modificação e análise do trabalho. Nesta pesquisa nos valem de um dos dispositivos metodológicos desta abordagem, buscando ampliar seu contexto de aplicação à esfera da formação profissional, em particular, ao contexto de jovens em etapa formativa para atuação como atletas profissionais de futebol.

O dispositivo metodológico ao qual nos referimos é a autoconfrontação. Este instrumento foi sistematizado por Faïta (1997) e aperfeiçoado por Vieira e Faïta (2003) e por Clot (2006, 2010) no âmbito do corpus teórico-metodológico da Clínica da Atividade. Este dispositivo existe em duas modalidades: simples e cruzada. No próximo capítulo, serão apresentadas as principais raízes epistemológicas da Clínica da Atividade e os princípios norteadores do instrumento da autoconfrontação simples, adotado por nós na recolha dos dados.

3 CLÍNICA DA ATIVIDADE COMO INSTRUMENTO PARA A INVESTIGAÇÃO DO TRABALHO.

Neste capítulo, buscamos apresentar o corpo teórico-metodológico da Clínica da Atividade, partindo dos conceitos da Psicologia Histórico-Cultural, discutidos no capítulo anterior, e das contribuições de outras áreas do saber que serão abordadas na sequência do texto. Conforme vimos, a Psicologia Histórico-Cultural caracteriza-se pela defesa da indissociabilidade entre os fenômenos biofísicos e psicológicos. Assim, compreende que a constituição do humano se dá por meio da apropriação dos instrumentos e símbolos da cultura, tendo o grupo social como mediador deste processo. Considerando que o trabalho é um espaço de socialização, pode-se assumir que ele participa, também, da constituição e subjetivação humana, conforme apontado anteriormente. Assim, nota-se a importância de elegê-lo como campo de estudos da Psicologia.

Por sua vez, um contexto específico de análise demanda instrumentos que considerem suas singularidades, de modo a possibilitar o processo investigativo a partir de um olhar diferenciado. Em vista disso, a Clínica da Atividade apresenta-se como abordagem capaz de fornecer um aparato teórico-metodológico pertinente ao exame e estudo do trabalho. Sua proximidade com a Psicologia Histórico-Cultural pode ser deflagrada tanto em seus dispositivos metodológicos, que procuram fornecer meios indiretos de acesso e investigação do psiquismo, quanto nos aspectos teóricos e analíticos, formulados com base nas categorias de desenvolvimento e atividade propostas por Vigotski e Leontiev, respectivamente.

Este capítulo possui duas seções, além desta introdução. Na primeira, fazemos uma exposição acerca da Clínica da Atividade e do instrumento investigativo denominado autoconfrontação. Na sequência, apresentamos alguns aspectos do contexto institucional onde se desenvolveu a pesquisa. Ainda na segunda seção, incluímos a caracterização socioeconômica dos jovens que foram voluntários da pesquisa.

3.1 Clínica da Atividade e o dispositivo da autoconfrontação simples.

A Clínica da Atividade (C.A.) pode ser caracterizada como uma abordagem teórico-metodológica do campo das Ciências do Trabalho, mais especificamente da Psicologia do Trabalho. Segundo Clot (2010), a C.A. tem como principais referências a Psicologia Histórico-Cultural, cujas contribuições provêm de Vigotski e Leontiev, a Ergonomia francófona de Wisner, a Psicopatologia do Trabalho de Le Guillant e a Psicologia Social do Trabalho de Oddone.

O principal aporte da Psicologia Histórico-Cultural para a elaboração da C.A. reside no conceito de desenvolvimento. Na concepção vigotskiana, o desenvolvimento psicossocial humano ocorre por meio do contato do sujeito com outras pessoas e com os saberes socialmente construídos e valorizados (PEREZ; MESSIAS, 2013). Na C.A., a análise dos processos de desenvolvimento se foca nos contextos de formação para o trabalho e de práticas laborais, compreendidos como espaços privilegiados de socialização e constituição da subjetividade. Vigotski alertava, porém, que são necessários instrumentos indiretos de exame do psiquismo para acessar os processos de desenvolvimento. Tendo em vista tal demanda, a C.A. tem buscado desenvolver e aperfeiçoar seus dispositivos metodológicos (CLOT, 2010).

Ainda com relação à Psicologia Histórico-Cultural, são significativas as contribuições de Leontiev (1959/1978) na elaboração da Clínica da Atividade. A noção de atividade é a categoria nuclear na teoria de Leontiev. Foi exatamente no conceito de atividade apresentado por esse autor que Clot se respaldou para desenvolver sua proposta teórico-metodológica. Para Leontiev (1959/1978,1978), a atividade é composta por um conjunto de ações particulares, cujos resultados imediatos são desprovidos de sentido quando tomados fora do contexto da atividade mais ampla. Assim, a atividade é o que conecta e confere sentido às ações individuais numa situação específica. Quanto maior a divisão e especialização do trabalho, tal qual ocorre na sociedade capitalista, tanto mais segmentada e complexa se torna a atividade. Clot (2006, 2010) se apropria da formulação de Leontiev e apresenta sua compreensão de trabalho como atividade, tomando esta como unidade analítica básica. Ademais, quando Leontiev (1959/1978) argumenta que o sentido da ação individual só se torna possível por meio do significado coletivo da atividade, o autor sinaliza para a inseparabilidade entre o sujeito e a coletividade na compreensão da atividade. Clot (2010) também defende a importância do coletivo na sua proposta teórica e afirma que a modificação das situações degradantes de trabalho demanda atuação articulada do conjunto profissional.

A C.A. também se inspira na Ergonomia francófona (WISNER, 2004), em especial nos pressupostos de Wisner, cujas contribuições se concentram na maneira de perceber o trabalhador e no modo de operar da Psicologia do Trabalho (CLOT, 2010). Neste sentido, Wisner focalizou o trabalhador, enquanto sujeito social que atua no cotidiano concreto do trabalho, sobre e com o qual o psicólogo deve desenvolver sua ação. Com relação à Psicologia do Trabalho, Wisner tenta superar o estatuto de ciência aplicada atribuído à área, afirmando que o contexto do trabalho é local privilegiado do desenvolvimento da Psicologia, não devendo ser reduzido a um campo de verificação de hipóteses. O ergonomista aponta ainda para a importância de se partir das situações reais e concretas do trabalho, a fim de que se possa proceder sua análise (CLOT, 2010).

Também compõe o cenário teórico da C.A. a Psicopatologia do Trabalho de Le Guillant (2006), que concebeu as doenças laborais numa perspectiva ampliada e enfatizou as dramatizações vividas em situação real de trabalho (CLOT, 2010). Le Guillant buscou relacionar os conflitos e experiências vividas pelos trabalhadores no espaço laboral ao contexto social mais amplo, assinalando a inscrição sócio-histórica do trabalho e dos trabalhadores (CLOT, 2010).

Nos dispositivos metodológicos desenvolvidos, aperfeiçoados e utilizados pelos pesquisadores da C.A., é possível, ainda, vislumbrar a presença das formulações do estudioso italiano Ivar Odone (1986), no que concerne à incorporação do coletivo de trabalhadores na investigação sobre o trabalho e no compromisso assumido com a modificação das situações de trabalho degradadas. Devido ao envolvimento de Odone com os movimentos sindicais italianos, ele preconizou a necessidade da Psicologia do Trabalho se empenhar no desenvolvimento de dispositivos que se prestem prioritariamente à modificação das condições de trabalho precarizadas e degradadas, sem isentar-se dos trabalhos de análise e pesquisa. Para atender a essa condição, Odone elegeu o coletivo de trabalhadores como interlocutor indispensável do processo de análise do trabalho (CLOT, 2010).

Deste modo, a C.A. reúne diversas perspectivas teóricas para formular a sua concepção de trabalho, percebido como atividade social marcada pela conflituosidade que convoca o trabalhador a mobilizar-se física e psiquicamente, a fim de poder agir a despeito dos impedimentos que se apresentam à realização da tarefa. Com base nestas referências, a C.A. também elabora suas estratégias de análise da atividade laboral, bem como fundamenta a produção e aperfeiçoamento de métodos indiretos de acesso ao psiquismo humano, como é o caso da autoconfrontação.

A autoconfrontação, tal qual concebida por Faïta (1997) e aperfeiçoada por Clot (2010), visa a provocar a atividade dialógica dirigida entre um especialista ou pesquisador e um trabalhador ou coletivo de trabalhadores. Pretende-se, com isso, fazer emergir uma atividade conversacional voltada para a coanálise de situações do trabalho ou do processo formativo de trabalhadores e que proporcione o desenvolvimento do coletivo de trabalho, visando ampliar a sua compreensão sobre o trabalho e a sua capacidade de agir (CLOT, 2010).

A autoconfrontação, enquanto dispositivo integrado ao corpus teórico-metodológico de uma abordagem pertencente ao campo das Ciências do Trabalho, é tradicionalmente utilizada para a recolha de dados e análise da atividade laboral de diversas categorias profissionais. Apesar de o jovem em processo de formação não ser considerado efetivamente um trabalhador, pode-se inferir que ele já vivencia situações relacionadas ao trabalho e que essa realidade, da qual participa na condição de aprendiz, é também composta pelos conflitos e contradições que marcam os contextos laborais.

Assim, a autoconfrontação se apresenta como um valioso instrumento de investigação da experiência do trabalhador sobre seu ofício, pois favorece a ocorrência de um tipo de discurso no qual o sujeito avalia sua própria ação, viabilizando o acesso às representações que este possui sobre seu agir profissional (RODRIGUES, 2010). Deste modo, incorpora-se o saber cotidiano do trabalhador à análise, sem o qual qualquer planejamento visando à modificação tende a ficar impreciso, além de correr o risco de enrijecer ainda mais as relações naquele contexto, tornando-o deveras despotencializador para o sujeito que trabalha.

Há duas modalidades de autoconfrontação: simples e cruzada. Nesta pesquisa, adotamos a autoconfrontação simples, por ser o formato mais adequado à realização de recolha de dados, em especial junto a um número reduzido de participantes e quando a investigação se dirige ao exame científico de um caso. Ademais, esta ferramenta tende a suscitar dados de caráter subjetivo sendo, portanto, consoante aos objetivos propostos. A autoconfrontação cruzada acrescenta à modalidade simples de aplicação do dispositivo uma sequência de ações de mediação, conduzida pelo pesquisador, junto a um coletivo de trabalhadores, que inclui um movimento final de estímulo à transformação do trabalho.

Esta investigação foi realizada num clube sediado na região norte do Paraná e teve como foco de análise as experiências de dois jovens vinculados à categoria de base do clube. Para proceder esta investigação, os jovens foram filmados durante a execução das atividades relacionadas à formação de atletas de futebol. A escolha das atividades registradas em áudio e

vídeo foi feita por meio do diálogo com dois atletas voluntários, que compuseram, em parceria com a pesquisadora, o grupo associado responsável pelas decisões e análises concernentes à pesquisa. A opção pelo número de participantes encontra-se em acordo com a prescrição do método, no qual é sugerido que o grupo de voluntários tenha entre dois e quatro membros. Na realização desta pesquisa nos pautamos, ainda, em uma perspectiva qualitativa em que se privilegia o estudo do fenômeno em profundidade, considerando-o em suas singularidades e procurando articulá-las ao contexto geral do campo investigado no qual se insere a pesquisa, por meio de discussões com a literatura acadêmica e com o aparato legislativo que existe acerca do tema. A organização das etapas de coleta e análise de dados foi realizada a partir das proposições feitas por Messias e Perez (2013) acerca do modo de utilização do dispositivo. Segundo os autores, a autoconfrontação simples pode ser dividida em dois grandes movimentos, cada um deles constituído por passos específicos. As referidas etapas serão descritas nos parágrafos seguintes.

A primeira etapa do dispositivo tem como finalidade promover a aproximação do pesquisador com o contexto da atividade laboral ou formativa investigada (MESSIAS; PEREZ, 2013). Ela é composta por dois passos: consulta e estudo do universo prescritivo do trabalho/formação – legislações, manuais, normas operacionais, entre outros; observação do cotidiano laboral/formativo e entrevista semiestruturada (PEREZ; MESSIAS, 2015).

Passo um: Consulta e estudo do universo prescritivo do trabalho/formação. Este movimento tem como objetivo levar o pesquisador a conhecer o contexto sociointeracional de trabalho/formação do coletivo pesquisado por meio do levantamento e análise das prescrições que existem acerca daquela atividade. Esta fase de investigação documental procura, ainda, situar o contexto histórico de produção das referidas prescrições. Nesta etapa, também ocorre aproximação do pesquisador com o coletivo de trabalhadores/aprendizes (CLOT, 2010). De modo geral, esse passo funciona como meio de contextualização do pesquisador com a rotina dos profissionais/aprendizes e com alguns aspectos do seu *métier* (PEREZ; MESSIAS, 2015). Na pesquisa ora apresentada, foram consultados e analisados documentos legais que normatizam o universo do trabalho e da formação do atleta, tais como: Lei nº 8.650/93, Lei nº 9.615/98, Lei nº 10.672/2003, Lei 12.395/2011. Além dos regulamentos gerais, também foram consultadas e analisadas as legislações e normativas internas do clube, como: Normas e Procedimentos Operacionais Técnicos, Regimento Interno, Regras Básicas, Regulamento e Descrição do Trabalho da Equipe Multidisciplinar. Também foi analisada a Lei nº 10.097/2000 que discorre especificamente sobre a questão do jovem na condição de aprendiz.

Passo dois: Observação do cotidiano laboral/formativo e entrevista semiestruturada. Esta etapa inicia-se com a formação do grupo associado à pesquisa (CLOT, 2000) que deve ser composto por trabalhadores/aprendizes voluntários e o pesquisador. O grupo torna-se o interlocutor do diálogo com o pesquisador durante os processos de coleta e análise dos dados. Em seguida, o pesquisador faz observações sobre as atividades realizadas pelos voluntários no seu cotidiano de trabalho, devendo registrar os aspectos relevantes daquilo que presenciou em um diário de campo. Por fim, o pesquisador elabora um roteiro de entrevista semiestruturada para dialogar com os voluntários a fim de sanar dúvidas e detalhar melhor as situações observadas (MESSIAS; PEREZ, 2013). Na pesquisa realizada junto aos jovens atletas em formação, a pesquisadora utilizou o momento da entrevista para consultar os voluntários sobre as situações e conjunturas que eles gostariam de tornar objeto de análise. Tal informação serviu para orientar a etapa seguinte de registro das atividades desenvolvidas por eles no cotidiano do clube.

A segunda etapa busca viabilizar a análise do trabalho ou do processo de formação por parte dos próprios voluntários, diretamente envolvidos naquele contexto (CLOT, 2010; MESSIAS; PEREZ, 2013). Ela é composta por três passos distintos: registro das atividades de trabalho/formação; seleção dos trechos registrados; autoconfrontação simples. A organização desses processos pretende favorecer o protagonismo do trabalhador/aprendiz na análise e problematização de sua própria atividade (PEREZ; MESSIAS, 2015).

Passo um: Registro das atividades de trabalho/formação. A partir das informações obtidas na etapa anterior, é feita a seleção das atividades que deverão ser registradas em vídeo, se convertendo em objeto posterior da coanálise do trabalho/formação. O principal interesse do pesquisador, aqui, é captar os momentos representativos do cotidiano de trabalho/formação dos voluntários. Trata-se do registro do trabalho real (CLOT, 2006), que diz respeito àquilo que é efetivamente realizado pelo voluntário no seu contexto concreto de trabalho (PEREZ; MESSIAS, 2015). Considerando os aspectos observados e as sugestões dos voluntários desta pesquisa, adotamos o seguinte critério para realizar as filmagens: treinamento técnico, físico, tático e coletivo; jogos amistosos e válidos pelas competições disputadas pelo clube.

Passo dois: Seleção dos trechos registrados. A partir dos dados brutos da filmagem, o pesquisador deve fazer a seleção dos trechos que serão apresentados para os voluntários do estudo na fase seguinte. Os trechos selecionados são organizados num novo vídeo. Este deverá orientar o diálogo entre o pesquisador e os voluntários a partir do qual se

dará a realização da coanálise da atividade (CLOT, 2010; PEREZ; MESSIAS, 2015). O vídeo produzido ao final da etapa tinha duração total aproximada de vinte minutos. Em virtude de se tratar de uma atividade extremamente dinâmica, parte das cenas envolvendo situações de jogo era de curta duração – cerca de trinta segundos.

Passo três: Autoconfrontação simples. Nesta etapa, são apresentados os vídeos produzidos no passo anterior. Cada voluntário assiste apenas ao vídeo do qual consta o registro de suas próprias atividades. Aqui, busca-se coletar como dado os comentários feitos pelo participante acerca de sua própria atuação no contexto profissional/formativo. Para viabilizar a discussão, é recomendado que o pesquisador elabore um roteiro semiestruturado com algumas questões disparadoras/provocativas que solicitem ao voluntário uma descrição pormenorizada sobre sua ação. As questões devem possibilitar que o participante aborde aspectos potencializadores e impeditivos/desestimuladores do trabalho/formação (PEREZ; MESSIAS, 2015). A sessão de autoconfrontação simples também é registrada em áudio e vídeo, visando a captar as explanações verbais e os silêncios, bem como as reações fisionômicas – espantos, suspiros, risos e hesitações (CLOT, 2010). Nesta pesquisa, cada sessão de autoconfrontação teve, aproximadamente, uma hora de duração. Na primeira autoconfrontação, alguns problemas com o equipamento de vídeo demandaram o agendamento de uma nova sessão. Mesmo assim, alguns elementos que emergiram no diálogo durante o primeiro encontro foram recuperados e puderam contribuir para a produção de uma análise robusta acerca da experiência deste voluntário no clube. Na segunda autoconfrontação, a pesquisadora também procurou realizar uma nova sessão, a fim de aprofundar aspectos que, depois, notou terem sido pouco explorados. No entanto, em virtude da negociação do atleta, não foi possível consolidar o encontro. Apesar disso, os dados obtidos são bastante consistentes, havendo ressonâncias entre os elementos que emergiram nos diálogos com ambos os voluntários.

Os dados obtidos a partir da consulta aos documentos prescritivos e legislações que normatizam a atividade de formação profissionalizante no futebol, bem como os elementos que emergiram nas entrevistas e sessões de autoconfrontação simples, foram compreendidos como produções textuais, orais e escritas. Deste modo, os documentos audiovisuais foram transcritos, de maneira a possibilitar sua análise e discussão. Aqui, é válido mencionar que optamos pela transcrição literal (contemplando a coloquialidade e os *desvios* gramaticais). Esta escolha deu-se a partir da intenção de manter a fidedignidade à fala dos voluntários, bem como de tentar reproduzir, no texto, o clima amistoso e pessoal que caracterizou os momentos de interação com os jovens.

A apuração destas produções contemplou os exames realizados pelos próprios voluntários durante seu confronto com vídeo, bem como aqueles empreendidos pela pesquisadora acerca das falas dos participantes. Cumpre mencionar que as informações provenientes das observações e que foram registradas em diário de campo também integraram a análise apresentada, como recurso complementar da mesma.

Para a sistematização dos dados derivados das falas dos participantes, a pesquisadora inspirou-se na proposta metodológica de análise intitulada *núcleos de significação* (AGUIAR; OZELLA, 2006). Nesta, entende-se que a significação é expressa por meio da relação dialética entre sentido e significado. Igualmente, compreende que a significação é tanto resultado como fonte de produção da realidade sócio-histórica do sujeito em questão. A despeito de todas as etapas e procedimentos apresentados por Aguiar e Ozella (2006) e Aguiar, Soares e Machado (2015) para a construção e exame dos núcleos de significação, focalizamos suas indicações a fim de localizar os principais eixos temáticos presentes nas falas dos participantes e que apresentavam relação com o problema levantado pela pesquisa. Assim, tais eixos foram definidos considerando: a) sua aparição recorrente na fala dos participantes; b) a importância ou ênfase atribuída pelo voluntário a determinado conteúdo; c) a carga emocional do informante ao falar ou calar-se em relação a um assunto/acontecimento específico; sempre tendo como referência central a proximidade para com os objetivos desta pesquisa.

Os dados obtidos por meio do estudo dos documentos prescritivos, das legislações e das observações, bem como a revisão bibliográfica, efetuada para construção dos capítulos teóricos, foram utilizados como recursos complementares à análise e discussão. Sua função foi a de fornecer um cenário ampliado à fala dos participantes. Tal caracterização é importante, pois favorece o exame do discurso do participante ao “[...] considerar tanto as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas” (AGUIAR; OZELLA, p. 231, 2006) de formação do mesmo. Esta contextualização tem ao menos duas consequências importantes para a pesquisa: primeiro, fornece ao pesquisador condições para realizar análises que não fiquem demasiadamente circunscritas pelo conteúdo imediatamente expresso na fala; e, em segundo lugar, afasta-o do risco de produzir abstrações desconectadas da realidade investigada. Deste modo, contribui para estabelecer as relações que existem entre os fenômenos, conduzindo a sua explicação, compreensão e aos caminhos/alternativas possíveis para sua modificação.

A fase de coleta ocorreu durante, aproximadamente, oito meses – entre maio e dezembro de 2015. Ao longo desse período, a pesquisadora frequentou a instituição voluntária

semanalmente, às terças e quartas-feiras à tarde. Os dias e horários para realização das atividades de pesquisa foram definidos pelo clube e correspondiam ao período de trabalho da equipe psicossocial. Na seção seguinte, abordaremos alguns aspectos do contexto sócio-histórico e institucional do clube onde a pesquisa foi desenvolvida e o perfil socioeconômico dos jovens voluntários que se dispuseram a participar do estudo.

3.2 Caracterização da instituição e dos voluntários da pesquisa.

O clube onde a pesquisa foi realizada surgiu em 1994, a partir da iniciativa de um grupo de empresários, tratando-se, portanto, de uma entidade de formação esportiva fundamentalmente ligada à gestão nos moldes da empresa privada capitalista. Inicialmente, a associação dedicava-se exclusivamente à formação e negociação de jovens atletas de futebol, de modo que sua atividade fim se concentrava nesse âmbito. Em 2015, o clube conquistou a certificação da CBF de *Clube Formador* por atender as exigências e padrões estabelecidos pelo §2º do artigo 29 da Lei 12.395 de 2011, citado no primeiro capítulo.

A partir de 2010, o clube expandiu seu raio de atuação ao incluir uma equipe profissional no seu quadro. Durante os dois primeiros anos de existência da equipe profissional, os atletas desempenhavam suas funções na cidade sede do clube; porém, desde 2013, o time profissional foi realocado, em razão de uma parceria criada com a gestão municipal de outra cidade da região. A sede administrativa dessa equipe profissional permaneceu na cidade de origem, mas as competições, bem como o centro de treinamento e alojamento dos atletas foram transferidos.

A sede onde são desenvolvidas as atividades com a categoria de base conta com três campos de futebol em tamanho padrão e um campo reduzido, que é utilizado para treinamentos táticos. Sua estrutura física possui, ainda, um alojamento com capacidade média para sessenta atletas, uma pequena academia com aparelhos de musculação, uma sala de TV para uso dos adolescentes, refeitório, rouparia, lavanderia e um alojamento exclusivo para os jovens em fase de seleção, cuja capacidade média é de vinte atletas. No que tange à estrutura administrativa existem dois prédios. O prédio principal concentra as salas dos gestores, do presidente, dos técnicos, secretaria, bem como uma sala destinada ao atendimento médico e fisioterápico dos jovens. O segundo prédio, localizado próximo ao alojamento dos atletas em fase de teste, possui uma única sala destinada à equipe psicossocial formada por uma psicóloga e um assistente social. Cumpre destacar que a distância que separa os dois prédios é considerável – aproximadamente duzentos e cinquenta metros.

A ordem de divisão dos atletas nas categorias de base segue o princípio da idade cronológica. No clube em questão existem três grupos: sub-14, sub-15 e sub-17.³¹ Esta categorização orienta a rotina de treinamentos e, também, determina o calendário de competições das equipes.

Como a maioria dos jovens são provenientes de outras cidades, eles permanecem alojados no clube em período integral. Toda sua vida formal é transferida para o lugar onde desenvolvem sua formação esportiva. Deste modo, eles passam a morar e estudar na cidade onde se localiza o clube. Cada quarto do alojamento é utilizado por até quatro jovens e o banheiro é comum. Os horários de despertar, das refeições e treinamentos são estipulados pelo clube e direcionam-se a todos os jovens alojados.

A rotina deles no clube se divide em dois conjuntos de atividade: treinamentos e jogos. Os treinamentos são realizados durante os dias úteis da semana, no período da tarde e com duração aproximada de três horas – das 14h00min. às 17h00min. Aos sábados e, eventualmente, às quartas-feiras, eles participam de competições oficiais ou realizam jogos amistosos. No caso dos goleiros, a rotina de treinos ocorre em período integral – pela manhã, as atividades são direcionadas ao desenvolvimento de habilidades e técnicas necessárias àquela posição e, à tarde, eles participam das atividades coletivas junto com os demais colegas. Em decorrência disso, os jovens que atuam como goleiros têm, necessariamente, de frequentar a escola no período noturno.

A rotina de trabalho do clube se orienta a partir das atividades desenvolvidas com os jovens. Assim, o funcionamento da instituição ocorre em horário comercial, de segunda à sexta-feira, com expediente até às 12h00min horas do sábado. As únicas exceções são para as profissionais da cozinha e para a equipe psicossocial. As cozinheiras trabalham durante todos os dias da semana, alternando-se entre as refeições e aos finais de semana. No caso da equipe psicossocial, por se tratar de contratos de prestação de serviços, a carga horária dos profissionais é reduzida – terças e quartas-feiras, entre 14h00 e 18h00. Fora desses dias e horários, os garotos permanecem no clube sem a presença de um responsável legal. É importante mencionar que existe um caseiro cuja residência é na sede da instituição; no entanto, sua casa é afastada do prédio onde os garotos ficam alojados e, eventualmente, essa pessoa viaja a trabalho para o próprio clube. Além disso, o alojamento dos jovens é o primeiro prédio da instituição, ficando bem próximo ao portão, que permanece constantemente aberto.

³¹ Esta nomenclatura refere-se aos atletas com idade de até quatorze, quinze e dezessete anos, respectivamente.

Para a realização da pesquisa, foram escolhidos dois jovens. O critério adotado para selecioná-los foi a cidade de residência dos seus responsáveis. Este quesito era importante, pois, por se tratarem de menores de idade, era necessário obter uma autorização dos responsáveis, liberando os adolescentes para participarem do estudo. Seguindo os critérios do Comitê de Ética em Pesquisa, essa autorização precisa ser formalizada mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Devem constar desse documento os objetivos do estudo, métodos e procedimentos que serão adotados, possíveis riscos envolvidos, a responsabilidade do pesquisador em relação aos danos gerados em decorrência da participação na pesquisa e seu compromisso com a manutenção do sigilo sobre a identidade dos participantes em publicações e outros meios de divulgação das informações e dados coletados. O CEP determina, também, que o pesquisador deve estar presente no momento de entrega do TCLE para sanar eventuais dúvidas e fazer os esclarecimentos solicitados pelo voluntário ou responsável. Daí a adoção do critério de seleção dos participantes.

O convite era feito por meio de uma conversa mediada pela psicóloga do clube. Nessa conversa, era apresentado o Termo de Assentimento, onde constavam os objetivos do estudo, os procedimentos/técnicas envolvidos, riscos e a possibilidade de desistir de participar da investigação a qualquer momento e por qualquer razão. Os dois primeiros jovens selecionados a partir do critério definido aceitaram participar da pesquisa. Após o aceite dos jovens, a pesquisadora entrou em contato com as famílias para agendar uma reunião, para esclarecer os objetivos da proposta pessoalmente e obter a autorização formal dos responsáveis a partir da assinatura do TCLE.

O primeiro jovem selecionado foi M. Na época da pesquisa, a família de M. tinha residência fixada no interior de São Paulo, a cerca de duzentos quilômetros da cidade sede do clube. M. tinha quatorze anos, havia chegado ao clube há cerca de quatro meses, vivia no alojamento da instituição e pertencia à categoria sub-15. No que diz respeito ao perfil socioeconômico, M. possuía ensino fundamental incompleto (em andamento) e pode ser classificado como membro da classe B2, segundo o Critério de Classificação Econômica Brasil, definido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). De acordo com a referência adotada para definição da classe socioeconômica, o estrato B2 possui renda domiciliar média de R\$ 4.852,00 (ABEP, 2016).

O segundo jovem convidado a participar da pesquisa foi J. Ele residia com sua família na cidade sede do clube. Na época de realização da pesquisa, J. tinha dezesseis anos, estava no clube há cerca de dois anos e pertencia à categoria sub-17. Sobre seu perfil

socioeconômico, seguindo as mesmas referências adotadas no parágrafo anterior, J. possuía ensino fundamental incompleto (em andamento) e pode ser considerado membro da classe C1, com renda domiciliar média de R\$ 2.705,00 (ABEP, 2016).

4 PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DOS ATLETAS EM FORMAÇÃO: COMPONENTES E FORMAS.

Neste capítulo, buscaremos destacar os aspectos mais relevantes da pesquisa, contemplando a discussão dos dados empíricos relativos ao contexto dos garotos que integram as categorias de base do clube em questão a partir dos elementos teóricos estudados ao longo desta investigação. Os itens analisados são provenientes das ferramentas e recursos metodológicos adotados nesta investigação e que foram apresentados no capítulo anterior. Assim, os dados que serão discutidos referem-se às informações coletadas por meio da autoconfrontação simples, conforme proposta da Clínica da Atividade, e envolvem: observações, análise documental, diário de campo da pesquisadora e entrevistas e sessões de autoconfrontação do participante com o vídeo onde estão registradas suas atividades.

Para iniciar esta apresentação, iremos abordar alguns aspectos metodológicos, a partir da proposta de Spink (2008), no tocante à conduta e aos modos de se relacionar da pesquisadora junto às pessoas que integravam o contexto investigado, conteúdo da primeira seção deste capítulo. Na segunda seção, retomamos alguns pontos acerca do conceito de subjetivação na Psicologia Histórico-Cultural e abordamos os temas e as questões principais que emergiram ao longo do estudo realizado. A fim de sistematizar a apresentação dos achados da pesquisa, este debate será feito em duas subseções que buscarão discutir: a) os aspectos referentes à formação esportiva, a apropriação que fazem desse processo e os modelos formativos/de ensino presentes no clube; b) pistas para a apreensão do futebol como trabalho, suas características e especificidades.

4.1 O *estar no campo de pesquisa*.

Desde a fundação da ciência moderna, sustentada pelos postulados cartesianos e baconianos do racionalismo e empirismo, os critérios adotados para julgar a pertinência e validade científica das pesquisas realizadas nas mais diversas áreas do conhecimento são, predominantemente, a objetividade e neutralidade do pesquisador. Desta perspectiva de ciência, entende-se que conferir tais aspectos ao ato investigativo demanda do pesquisador uma postura de distanciamento em relação aos aspectos vivos do seu tema de investigação, em particular às pessoas e às formas de relação e sociabilidade criadas por elas cotidianamente naquele que se torna o *campo de pesquisa*. Esta tradição científica tem sido questionada, em especial no domínio das ciências humanas, área do saber que, durante algum

tempo, limitou suas potencialidades em termos teóricos e, principalmente, metodológicos, a fim de produzir pesquisas que cumprissem os requisitos de cientificidade (SANTOS, 2008).

No artigo “O pesquisador conversador no cotidiano”, Peter Spink (2008) formula alguns questionamentos incômodos ao pensamento científico tradicional, que supõe a existência de um único modelo metodológico válido. Assim pergunta o autor: “O que é mais importante, uma lista de pontos a serem verificados para determinar a validade do método ou uma disponibilidade para o diálogo?” (SPINK, 2008, p. 76). A questão, bastante provocativa, tem a possibilidade de mobilizar a reflexão e o debate entre pesquisadores acerca dos modos de se fazer pesquisa, deslocando a preocupação do *fazer correto* para a de *contribuir e compartilhar com a coletividade*.

Nesse mesmo texto, Spink (2008) apresenta algumas indicações que podem contribuir para a redefinição do fazer pesquisa em Psicologia Social. O autor destaca a importância de se considerar o cotidiano enquanto experiência situada que se produz nas relações corriqueiras, nos encontros e desencontros, nos acasos e nos diálogos inusitados. Segundo ele, é importante atentarmos para o cotidiano a fim de que possamos reconhecê-lo como fonte da produção e negociação dos sentidos. Para tal mudança de curso no modo de fazer pesquisa, ele destaca que é necessário que o pesquisador se coloque *entre* aqueles com os quais se envolve no decurso da sua investigação, como um participante e não um observador distante. Spink (2008) sustenta que essa postura contribui para produzir a *objetividade* da pesquisa, uma vez que favorece o estabelecimento de uma relação autêntica entre aqueles que se envolvem, conferindo maior clareza à investigação. Nesta perspectiva, o caráter objetivo do conhecimento científico é produzido a partir das relações intersubjetivas e não pelo afastamento do pesquisador dos aspectos vivos que compõem sua investigação (SPINK, 2008).

A postura de pesquisa da qual Spink (2008) fala cria aquilo que o autor denomina *pesquisador no cotidiano*, que “[...] se caracteriza frequentemente por conversas espontâneas em encontros situados” (SPINK, 2008, p. 72). Estas formulações de Spink (2008) contribuíram para a conduta que buscamos assumir na instituição onde se desenvolveu a pesquisa e junto aos trabalhadores e aprendizes que integravam aquele espaço. Por esta razão, é possível que, na descrição feita abaixo sobre os achados da pesquisa, sejam encontradas palavras ou expressões pouco habituais para os moldes acadêmicos. Reiteramos que nossa intenção ao adotar estes termos foi a de dar materialidade à experiência vivida ao longo da pesquisa, apostando em um modo outro de produção do conhecimento. Assim, o dispositivo metodológico da autoconfrontação simples nos auxiliou para acessar dados fundamentais no

tocante aos objetivos deste estudo e estes puderam ser favorecidos pela adoção da postura de pesquisadora no cotidiano, que foi indispensável para que pudéssemos dimensionar com um pouco mais de clareza a densidade dos conflitos, tensões, interesses e disputas de poder que atravessam nosso campo de pesquisa. Na sequência, apresentaremos alguns dos elementos que emergiram no decorrer da investigação, a partir do uso do método da autoconfrontação simples e das conversas que tivemos com atletas, trabalhadores e gerentes da instituição.

4.2 O lugar do futebol e do sonho na vida dos jovens.

A partir deste momento, passaremos ao debate do processo de subjetivação dos jovens que se encontram em formação para o trabalho como atletas profissionais. Tal como explicitado anteriormente, a discussão será desenvolvida em duas frentes: aspectos referentes à formação, práticas ou modelos de ensino adotados e apropriação que os jovens fazem disso; elementos que integram esse campo profissional, suas especificidades e aproximações em relação ao segmento *trabalho* no contemporâneo.

Como afirma González Rey (2007, 2008), existe uma multiplicidade de relações, situações, momentos e contextos que configura a experiência do sujeito e intervém no seu processo de subjetivação. Temos clareza de que o contexto do clube é apenas um entre a infinidade de espaços e relações sociais nos quais esses jovens se implicam e que, portanto, a análise será sempre, necessariamente, parcial. Porém, não podemos negar que esse contexto ocupa uma posição de destaque e uma relevância diferenciada no tocante à configuração subjetiva desses jovens. Assim, as situações vividas em diferentes espaços, bem como as diversas formas de relações nas quais os jovens se engajam, passam pelo crivo, direto ou indireto, do objetivo central que os mantém na busca pela consolidação do sonho. A significação de suas realidades é orientada, invariavelmente, por este conteúdo central: a profissionalização no futebol.

Conforme vimos, a significação resulta da relação dialética entre significado e sentido, e interfere em toda a dinâmica da atividade psíquica da pessoa. Ela envolve motivações, desejos, pensamentos, necessidades, percepção, comportamentos e inúmeras outras manifestações psicológicas do sujeito em relação com sua realidade. Estas manifestações são articuladas na forma de configurações subjetivas, cujo *núcleo gravitacional* encontra-se nos sentidos subjetivos produzidos pela psique no tocante às experiências vividas. Por fim, tais configurações estão relacionadas com os modos de ser, agir, pensar e sentir que caracterizam os sujeitos. Deste modo, depreender os processos de subjetivação em curso no

universo formativo para o futebol demanda olhar para esse contexto, os elementos que o integram, as relações que ali se estabelecem, os valores que estão presentes e fundamentam as práticas adotadas e para o modo como isso é apreendido e apropriado pelos jovens que lá se encontram. Assim, trata-se de buscar os sentidos subjetivos produzidos por eles no tocante às experiências que vivem e de que maneira isso interfere na sua formação profissional.

Lembremos que *o sonho de ser jogador de futebol* se converte em projeto de vida, conduzido com rigor quase militar por eles e seus familiares. A efetivação desse projeto, porém, demanda a adoção de medidas que se estendem para outras dimensões da vida: relação com o corpo (alimentação, dor/sufrimento/lesão), escolarização, moradia, relações e grupos sociais – família e amigos. Assumir o *sonho* acarreta incorporar um modo de vida, uma maneira de se posicionar, ser e agir no mundo.

Assim, é evidente que a produção subjetiva desses jovens, no que concerne a sua profissionalidade, envolve as relações, ações e reações vividas em outros espaços sociais. No entanto, é notório que a experiência do contexto futebolístico marca significativamente seu processo de subjetivação e reverbera com a força de um estrondo sobre os demais segmentos de suas vidas. Tudo converge, é analisado, medido e pesado a partir do parâmetro irreduzível do *sonho*.

Olhamos para o clube. Olhamos para a maneira como essa formação constitui a subjetividade dos jovens, especificamente no que diz respeito a sua produção enquanto futuros profissionais. Mas, invariavelmente, isto acarreta considerar também outras relações, outros espaços, outros momentos, outros contextos, pois, como assevera González Rey (2008, 2012), o social, enquanto fonte de produção da subjetividade individual, existe na forma de uma *subjetividade social* que é necessariamente alimentada pelas experiências e relações acontecidas em espaços outros e cujo elo é o próprio sujeito. Assim pontua o autor:

Dicha subjetividad integra, en las producciones subjetivas de cada espacio social concreto, una miscelánea de procesos subjetivos que tienen su génesis en otros espacios de la vida social. Lo que es interesante es que la persona es la portadora de esos procesos subjetivos en su tránsito simultáneo por múltiples espacios sociales. La persona es un sistema complejo en los múltiples sistemas sociales en que actúa (GONZÁLEZ REY, 2008, p. 235).

A partir dos instrumentos – observação, entrevista semiestruturada e autoconfrontação simples – e do convívio com os jovens e a equipe social – assistente social e

psicóloga – ao longo de quase oito meses, foi possível elencar alguns dos elementos que constituem o seu contexto formativo. Após uma avaliação preliminar, optamos pelo agrupamento dos referidos elementos em categorias que representassem seu conteúdo genérico, a fim de sistematizar o processo de análise posterior. Na etapa final, chegamos a duas categorias temáticas centrais, que envolvem aspectos distintos, porém relacionados entre si. São elas: processo de formação dos atletas e futebol como trabalho. Entendemos tais categorias como linhas que integram o processo formativo e de subjetivação no futebol e que sinalizam as possíveis formas assumidas por aqueles que se engajam ou almejam esta profissão. Cada um dos eixos temáticos citados resultou da análise que será apresentada na sequência deste texto.

4.2.1 Treinamento: experiência morta ou instrumento psicológico?

Nesta seção, procuraremos discutir aspectos relativos à formação de atletas, priorizando questões que dizem respeito à relação entre treino e jogo na percepção dos jovens que participaram da pesquisa. Neste sentido, buscaremos explorar as continuidades ou descontinuidades que parece haver entre esses dois momentos da atividade do atleta. Ainda, será nosso objetivo aqui investigar quais fatores concretos podem estar relacionados aos diferentes sentidos produzidos pelos adolescentes acerca da díade treino-jogo. Deste modo, esperamos que tal discussão possa nos auxiliar a entender como o ensino profissional é apropriado pelos jovens e quais os seus efeitos na maneira como desempenham suas atividades. A fim de melhor situar o leitor, cumpre lembrar que M. atua como meio-campo e J. como goleiro. Também cumpre assinalar que, nas falas destacadas, as questões ou comentários feitos pela pesquisadora estarão indicados pela letra *P*.

Foi elemento comum às falas dos jovens considerarem que existem diferenças nas atividades desenvolvidas nos momentos do treino e do jogo. Para ambos, a principal diferença está relacionada ao esforço empreendido em cada uma destas ocasiões.

Bastante diferença. No treino cê tem que...por um lado cê tem que treiná mais fraco do que no jogo, mais pelo outro cê num...cê tem que treiná forte tamém porque você tem que conquistá sua vaga né, pra jogá. Porque se tivé treinando mal cê num vai pro jogo. Daí no jogo cê tem que joga mais...mais certo ainda. Pra cê tá sempre titular. Ah, é quando cê erra...começa a errá muito, num dá seu máximo (áudio comprometido)...que o professor pede e

cê faz de errado assim. É! Tentá erra o menos possível. É...pra num...pra num cansá muito pro momento do jogo, né? (M., ENTREVISTA, 2015).

Coisa assim mais leve e que melhora bastante [...] Agora, com relação a essa coisa do jogo, né? A pressão é maior, né. Com o treino você erra, o treinador fala e tudo, conversa, mais...cê sabe que é só o treino. Num tá valendo muita coisa ainda. Mais na hora do jogo já vale bastante coisa. Então, num pode erra de jeito nenhum. Evitar ao máximo de errar. Essa é a diferença entre os dois [...] Quando tá treinando é sempre um pouco mais leve, né, porque num tem aquela pressão toda de num podê tomá o gol. Então no treino, a gente toma um gol, pega a bola e já joga rápido, tenta recupera e tudo mais. Agora, no jogo...a gente toma o gol...aí os muleque dá...(áudio comprometido). O outro time fica comemorando e tal. Dá uma desanimada (J. ENTREVISTA, 2015).

Tanto M. quanto J. entendem o treino como um momento mais *leve*, no qual as atividades podem ser realizadas com menor intensidade, o que M. chama de *treinar fraco*. No entanto, ao passo que, para J., o treino não representa uma situação de tanta *pressão*, onde o erro e as falhas podem acontecer sem trazer maiores complicações, para M. há um conteúdo estressor já no treinamento, uma vez que ele indica tal momento como avaliativo. Na concepção de M., a *performance* no treino é que possibilita a conquista da vaga para o jogo. Esta perspectiva do treino como momento avaliativo corrobora com a fala de um dos diretores do clube, que afirmou que os jovens “[...] São avaliados constantemente. A avaliação é diária” (DIÁRIO DE CAMPO, 2015). Deste modo, nota-se que a apreensão do jovem é legítima, estando relacionada à conjugação entre *performance* e imagem, e que pode ser decodificada na preocupação de *como se aparece para o técnico e para o clube*. A questão da *performance* e da imagem serão abordadas na seção seguinte. Agora, retomemos os sentidos atribuídos pelos jovens ao treinamento e o modo como eles se apropriam dos conteúdos ensinados na sua formação profissional.

Conforme explicitado acima, M. demonstra preocupação com sua performance durante o treinamento, pois a considera condição determinante de sua participação nos jogos. No entanto, no decorrer das sessões de autoconfrontação, M. aparenta ter dificuldades em explicar a finalidade ou função dos exercícios realizados durante o treino e estabelecer conexões entre este e os jogos. Vejamos a fala de M. a respeito dos exercícios voltados ao fortalecimento muscular da região lombar:

P: Esse exercício é aquele que cê disse que é pra...

M: Pras costas.

P: Pras costas...Essa parte, essa parte física, cê acha que... cê acha que ela tem alguma importância?
M: Ah, pra fortalecê os músculos. É, *ele fala*, né. Pra fortalecê.
P: *Quem fala?*
M: *O treinador.*
P: Em você, cê nota alguma diferença?
M: [Acena negativamente com a cabeça]
P: Não?
M: [Acena negativamente com a cabeça, sorrindo].
P: Nem tipo, no corpo, nem no...
M: Nisso sim...
P: Nisso cê percebe? Mas no jogo assim, por exemplo...
M: Ah, esse trabalho assim num... Acho que não, não percebo nada de diferente (M., PRIMEIRA AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

Com base no excerto acima, notamos que M. baseia sua resposta sobre a finalidade do exercício naquilo que é falado pelo treinador. Em seguida, mostra-se cambiante em relação aos efeitos que aquela atividade tem para ele: afirma perceber diferenças no seu corpo, mas não entende que isso tenha alguma interferência no jogo, ou, mais especificamente, na sua atuação durante o jogo.

A dificuldade para encontrar aproximações entre os exercícios realizados no treinamento e aquilo que ocorre durante o jogo persiste mesmo em relação às atividades voltadas ao desenvolvimento de habilidades mais específicas do futebol, como o passe. Na cena discutida, os jovens treinavam passes curtos em movimento e com marcação, movimento popularmente conhecido como *1-2*. Esta movimentação caracteriza-se pela presença de dois membros da mesma equipe sendo marcados por um único adversário – os dois trocam passes entre si para facilitar a passagem pelo marcador. Segue a fala de M. acerca da cena:

P: Ali o... Aquele exercício, esse daí que cês tão fazendo, pra quê ele serve?
M: [Sorri, acenando a cabeça negativamente] Num sei...
P: Não sabe?
M: Não [acenando a cabeça negativamente e sorrindo]. [M. para por um instante e fala em tom de dúvida]. É... eu acho que é pro passe, né?
P: Passe?
M: É. Pra acertá mais o passe.
P: E cê acha que... é... ajuda alguma coisa, melhora?
M: Acho que sim [sorrindo] (M., PRIMEIRA AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

Percebemos, de acordo com as cenas descritas, que M. aparenta estar num momento de transição, em que ainda não possui clareza sobre aquilo que realiza nos treinos nem sobre a finalidade ou aplicabilidade daquilo para sua atividade profissional, no jogo. No entanto, ele esforça-se para atribuir uma significação a esses aspectos. O riso, elemento presente nas duas cenas trazidas, denuncia a luta do sujeito em busca dessa significação. Segundo Clot (2010), o riso deslocado pode ser entendido na análise do diálogo como um “[...] vestígio fugitivo no enunciado” (CLOT, 2010, p. 229) que sinaliza esse conflito travado entre aquilo que o sujeito vive e enuncia a respeito disso. Ele aponta, ainda, que os enunciados produzidos acerca daquilo que é vivido são marcados por essas dissonâncias, decorrentes das diversas vozes que integram a situação dialógica produzida pela autoconfrontação simples. Nesta, temos algo que está para além daquilo que o sujeito comunica ao pesquisador. De fato, tal comunicação pode ser entendida como uma ínfima parte do diálogo, uma vez que este é tecido a partir da discussão interior, que o sujeito trava com si mesmo, e que, ao mesmo tempo, necessita considerar e responder às regras, acordos e prescrições de seu ofício. Nesta miscelânea de vozes e referenciais, procura um ponto mais ou menos estável no qual possa se apoiar para comunicar-se e ser compreendido pelo seu interlocutor imediato.

O movimento de M. na busca pela significação de sua experiência continuou presente na segunda autoconfrontação realizada. Nesta, ao debatermos a mesma cena descrita anteriormente (treinamento de passes na movimentação *I-2*), ele fala:

P: Ali eu queria perguntar, o que significa esse “um, dois” que o treinador fala?

M: É...quando faz toque de passe, você e mais um, rápido, cê toca pra ele e ele já toca pra você [gesticula com as mãos, mostrando o movimento].

P: Ah, tá. E pra quê usa isso aí geralmente?

M: [Fica em silêncio, pensativo]. Ah, quando cê tá atacando assim, quando cê pega só um... um marcador, aí é mais fácil passá em dois do que em um só. Daí toca nele e ele já toca no cê de volta (M., SEGUNDA AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

Ao apreender este conjunto de falas de M., é possível perceber que ele ainda não se apropriou plenamente dos elementos que integram sua formação, mas que há um esforço de sua parte para atribuir uma significação àquilo que é ensinado. Aqui, pode-se argumentar que sua relação com o treino se encontra num momento de modificação. Tal relação parece existir

ainda numa forma concreta e externa, como algo *em si*, mas seus silêncios e o esforço para pensar sobre aquilo sinalizam que ele procura transformar este *em si* em algo *para si*.

A passagem do *em si* ao *para si* é o que caracteriza o processo de apropriação (SIGARDO, 2000). Este, conforme vimos no segundo capítulo, está intimamente ligado à (res)significação que o sujeito faz acerca produções culturais e das relações sociais. De acordo com o que foi discutido, a significação apoia-se, inicialmente, nos significados sociais instituídos. Isto pode ser encontrado na fala de M. que, ao ser questionado sobre a importância dos exercícios de fortalecimento muscular, toma como referência explícita aquilo que é dito pelo treinador: “[...] pra fortalecê os músculos. É, *ele fala, né [...] O treinador*” (M., PRIMEIRA AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015, grifo nosso). À medida em que ocorre a apropriação daquilo que é ensinado na formação profissional, a menção direta ao agente mediador tende a desaparecer, o que pode ser notado a partir da fala de J. O primeiro diálogo que será apresentado teve como base uma cena em que J. fazia exercícios para a parte inferior do abdome, atividade que é apontada por ele como seu *pesadelo*. No segundo diálogo, a cena mostrava J. fazendo flexões, exercício voltado ao fortalecimento da região dos braços, peito e abdome.

(Cena 1)

J: Ah, é difícil, né? Mais eu sei que é pro meu bem, então, tem que fazê.

P: É pro seu bem?

J: É.

P: Por que você acha isso?

J: Ah, porque fortalece músculo, né? Fico mais forte e tudo mais, então, *é pra mim* [aponta para si mesmo]. Não é pra treinador que eu tô fazendo, num é pra ninguém. *É pra mim. Então, eu faço pra mim melhorá.* Que eu tô aqui no [nome do clube] pra isso: pra melhorá. Então, o que eles passá eu faço. Num gostava, mais eu faço (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

(Cena 2)

P: O que esse daqui faz? Porque já num é mais igual aquele, né? Ou é?

J: Não.

P: Que... que exercício é esse daí?

J: Agora é... é mais pros braço. Pra fortalecê [...]

P: E pra quê você acha que esses exercícios servem?

J: Ah, serve pra fortalecê, né. Porque, tipo, a cada vez que eu fazia, eu conseguia aumentá duas, três vezes. *Então vai dando uma diferença, assim. E também na hora de arremessá a bola, assim, cê também nota uma diferença no braço.* E no começo, quando eu num conseguia fazê muito, eu jogava a bola, mais num ia tão longe. Aí, depois, comecei a fazê esse daí todo dia. Parece.... parece sê simples, mais tipo, faz uma diferença do caramba. Muda bastante.

P: Você percebe uma relação entre isso aqui que cê tá fazendo e o jogo?

J: Percebo! [acena positivamente com a cabeça]. Percebo. No treino e no jogo. Tinha certas bolas que eu num conseguia pegá, encaixá, essas coisas assim. E conforme eu fui treinando, fui evoluindo, fui percebendo como que tava ficando mais fácil de fazer algumas coisa que eu num conseguia. Aí o treinador veio, falou que eu tava evoluindo, assim. Aí eu fui prestando mais atenção (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

Neste último excerto, J. faz menção ao seu treinador como um mediador que o auxiliou a ficar mais atento à sua performance. Conforme veremos, o técnico, enquanto o par mais experiente no contexto formativo, é por excelência o agente mediador e seu modo de atuação parece ter efeitos significativos sobre a apropriação que os jovens fazem acerca de sua profissão. Antes, porém, cumpre lembrar que a diferença que se observa entre M. e J. também pode estar relacionada ao seu tempo de permanência no clube. Enquanto M. ingressara na instituição havia quatro meses, J. já vinha realizando suas atividades ali por um período de quase dois anos.

A despeito da diferença de tempo de formação entre os voluntários da pesquisa, é imprescindível elucidarmos a percepção de ambos em relação às continuidades ou discontinuidades no tocante à díade treino-jogo. Enquanto J. entende que as situações e exercícios do treinamento possuem ligação direta com o jogo, M., conforme vimos acima, ainda encontra dificuldades em estabelecer esse tipo de conexão. M. parece ter necessidade de que as atividades estejam diretamente relacionadas às funções que ele executa no jogo. Ao discutir com a pesquisadora a aplicabilidade dos exercícios de fortalecimento, ele alega não perceber como algumas atividades do treino interferem na sua performance (como no caso do fortalecimento da região lombar), no entanto, para os exercícios voltados a musculatura das pernas essa ligação já é percebida:

P: É que cê falou assim, né: “Esse trabalho eu não percebo”. Mas tem algum que cê percebe?

M: Ah, força na perna pro chute, assim. Outros trabalho que ele faz, aí dá pra percebê, assim. O chute sai melhor, mais forte (M., SEGUNDA AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

No caso de J., essas relações já são notadas tanto no que diz respeito aos exercícios sem ligação direta com sua função (fortalecimento do abdome e jogar com os pés) como no tocante àqueles que podem ser considerados específicos a posição de goleiro (tempo

de bola, momento de sair do gol, posicionamento). Abaixo, temos algumas falas de J. que complementam os excertos anteriores e nos ajudam a perceber como, para ele, este elo já se encontra bem consolidado. O trecho inicial concerne à entrevista, especificamente quando ele e a pesquisadora debatiam sobre sua percepção acerca das atividades realizadas. No excerto seguinte, o diálogo apresentado refere-se a uma cena em que o treinador de goleiros tocava a bola para J. e ele deveria fazer a devolução com o pé. Já no terceiro diálogo, a filmagem mostrava J. irritado após ter errado dois lances. Por fim, o quarto diálogo teve como base a cena em que, durante o treino coletivo, o colega de equipe recua a bola para J., deixando-o numa situação complicada, pois o atacante do time adversário estava muito próximo.

J: Ah *em todas tem vantagem, né*. Até as que eu num gosto têm vantagem pra mim, porque vai...vai me ajudá, né, mais pra frente. Desenvolve mais, aperfeiçoa mais. (áudio comprometido). Vou só aperfeiçoando, então acho que é bom pra mim mesmo [...] Tem que fazê. Tem que se dedicá, fazendo mesmo que num gosta, porque isso aí *é bom pra mim* (J., ENTREVISTA, 2015).

(Cena 1)

J: então, é pra gente aprender a jogar com o pé. *Porque no jogo, às vezes, vem uma bola assim e a gente dominava errado e a bola parava lá na frente e o atacante chegava e... gol* [risos]. Aí a gente começou a treinar isso aí pra ir aperfeiçoando. Pra todo mundo sabê como dominá a bola, pegar ela já virando pro pé bom pra chutá e tudo mais (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

(Cena 2)

J: ah, porque é ruim, né. Cê sabe que...é igual eu falei: *acontece no treino, acontece no jogo*. Tanto que aconteceu comigo num jogo, de bola vim assim e eu [gesticula] tentá encaxa e escapa. Aí pior pra mim e pra todo mundo, né. Porque daí fica aquele 'bate-rebate' na área. E às vezes acaba até saindo gol. Então, eu prefiro *evitá soltá no treino pra chegá no jogo e num soltá também* [olha pra baixo] (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

(Cena 3)

J: Nossa, coisa que eu num gosto é que faz isso aí [ri e se mexe na cadeira]. Isso aí é pá...pá matá. Porque ele tocô fraco e o atacante tava vindo [...] E ainda falei 'toca forte', *porque se ele ficá tocando devagar, chega no jogo, pega um atacante rápido e ele chega rápido*, às vezes ele pode chegá primeiro que eu na bola. Ou, às vezes, ele chega rápido e num dá tempo de mim chutá (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

Com base nestas falas, podemos argumentar que J. apresenta uma apropriação mais elaborada dos elementos que compõem a sua formação profissional, sendo capaz de

converter as situações e exercícios do treinamento em signos, ou instrumentos psicológicos (VIGOTSKI, 1984). Conforme vimos com Oliveira (2006) e Vigotski (1984), o signo atua como elemento mediador da relação do homem com o mundo. Na medida em que determinado aspecto da realidade adquire significado, torna-se um signo e auxilia o sujeito a orientar sua ação e seus modos de se relacionar. Isso porque o signo, enquanto instrumento que atua especificamente no plano intrapsicológico, contribui para alterar a atividade psíquica e intervém sobre os processos psicológicos superiores, tais como percepção, atenção, tomada de decisão e planejamento, que estão presentes nos trechos destacados da fala de J.

Ainda, a capacidade de nosso voluntário em comunicar com mais precisão alguns aspectos de sua experiência formativa, em específico naquilo que se associa ao treinamento e a relação deste com o jogo, denota que esta é, em alguma medida, vivida conscientemente por ele. Esta afirmação se sustenta em Clot (2014), para quem a consciência é entendida como “[...] uma experiência redobrada de si para si, que tira paradoxalmente o sujeito dele mesmo” (CLOT, 2014, p. 127), de modo que a experiência possa ser convertida num instrumento para o sujeito. De acordo com Vigotski (1925/1996), este processo de conscientização depende da possibilidade de comunicar a experiência vivida. Assim, a transformação da experiência vivida em elemento comunicável sinaliza que nosso voluntário se tornou capaz de dispor dela e utilizá-la como *meio* para viver outras experiências e para orientar sua ação em momentos e contextos diversos, por meio da transposição daquilo que é vivido no treino para o jogo, por exemplo.

Como dissemos anteriormente, a diferença de tempo de formação entre M. e J. pode ser um dos fatores associados a capacidade dos jovens em estabelecer ou não relações entre o que é desenvolvido no treinamento e o que ocorre no jogo. Mesmo assim, gostaríamos de considerar aqui outro elemento que parece ser central no tocante ao modo como os adolescentes se apropriam daquilo que integra sua formação profissional: os *modelos* de ensino adotados pelos treinadores. Ao longo do período em que estivemos no clube, pudemos notar que existem diferenças significativas nas práticas educativas utilizadas pelos diferentes treinadores. A fim de que essa questão possa ficar mais clara ao leitor, faremos uma breve explanação sobre como são divididos os treinamentos dos quais nossos dois voluntários participam.

Primeiramente, lembramos que M. e J. jogam em posições distintas, como explicitado em momento anterior. Além disso, ambos pertencem a categorias diferentes, seguindo o critério de idade adotado para organizar o funcionamento da categoria de base. Assim, M., que tinha quatorze anos, encontra-se na categoria sub-14, e J., com dezesseis anos,

está na categoria sub-17. No caso de J., existem dois treinadores que são responsáveis por conduzir as atividades que são realizadas com os goleiros. Um deles é P., que atua na parte voltada ao treinamento específico desta posição; o outro é C., que lidera o time nos jogos e é responsável pelo treinamento técnico e tático, porém focalizando os atletas de linha. Importante destacar que, durante o período de coleta o treinador de goleiros, P. foi demitido do clube e substituído por B. Já em relação a M., existe um treinador geral, V., que conduz a equipe nos jogos e atua no desenvolvimento das atividades ligadas à dimensão tática e técnica; esta última, porém, também pode ser realizada por R., responsável pelos exercícios relacionados à parte física.

Esta explicação deixa claro para nós que os jovens possuem distintos referenciais para serem adotados como modelo ao desenvolvimento de suas habilidades esportivas. Em tese, isto configuraria um ponto benéfico, pois possibilitaria aos adolescentes o contato com distintas formas de ensino daquilo que diz respeito à profissão de atleta. No entanto, como se pode notar, a partir do que foi explanado no parágrafo anterior, há uma superespecialização entre os treinadores, de modo que cada um é responsável por desenvolver treinos específicos à determinada área. Outro ponto que pode ser percebido, por meio das observações, é que o trabalho desenvolvido pelos técnicos não é planejado conjuntamente, de modo que as diferentes atividades realizadas podem carecer de significado mais ampliado e de articulação para os jovens em formação.

Existe, porém, outro elemento relativo aos modos de conduzir os treinamentos e que pode estar associado à apropriação que os adolescentes fazem daquilo que é ensinado. Ao longo das autoconfrontações, bem como das entrevistas, notamos que existem diferenças na postura dos treinadores tanto no que diz respeito a sua forma de ensinar, como em relação ao planejamento das atividades. Explorar essas diferenças, por meio daquilo que é falado pelos adolescentes, pode nos auxiliar no debate sobre a conexão que pode haver entre a prática adotada pelo agente mediador e a possibilidade de apreensão do ensino pelos jovens. Esta hipótese ganha sustentação adicional se considerarmos que a mediação realizada pelo grupo ou pelo par mais experiente é imprescindível para o acesso do sujeito aos significados socialmente estabelecidos no tocante às atividades que integram determinado contexto (BAQUERO, 1998; OLIVEIRA, 2006; PINO, 1995). Inicialmente, apresentaremos a fala de M. que, durante a segunda sessão de autoconfrontação, comentou sobre as diferentes características de seus treinadores. Na cena em questão, o treinador, R., organizava a fila para a realização dos exercícios. Enquanto dava as orientações sobre como realizar a atividade, ele solicitava também que os jovens não furassem fila:

M: Faz... Esse treinador, ele fala bastante sobre isso.
P: É? Tem alguma coisa que cê lembre assim que ele já falou?
M: Ah, quando tem treino que é pra... de corrida, assim, ele fala que num... que é pra cê corrê o máximo. Sempre fala assim.
P: Isso aí cê falô que é uma coisa que esse treinador faz bastante, os outros num...
M: Não.
P: Qual que cê acha que é a característica dos outros?
M: Ah, é esses mais quieto, eles num fala muito...só fala no jogo só.
P: E você alguma, assim... tem algum que te agrada mais, algum jeito?
M: Ah...agradá não, mas ele ali é mais legal [olhando em direção a tela].
P: Esse daqui?
M: É.
P: E cê...por que cê acha isso? Qual que é a sua experiência como ele assim?
M: Ah, *porque ele conversa mais, fala com você. É melhor.*
P: Cê acha que tem alguma relação com o tipo de ensino que ele dá?
M: Uhum [Olha na direção da pesquisadora, sorri, e acena positivamente com a cabeça].
P: E os outros acabam...?
M: Falando menos.
P: E aí quando deixa pra falar, por exemplo, cê falô 'mais no jogo', né. Como que é daí? O cara num falô ali no treino...
M: *Daí no jogo é mais cobrança. Ele fala mais cobrando a gente* (M., SEGUNDA AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

Para complementar o que é trazido pela fala de M., cumpre mencionar alguns elementos observados pela pesquisadora durante o acompanhamento que fez dos treinamentos. Em diversas situações, foi possível notar que os treinadores, em especial V., que é treinador de M., não contextualizavam ou aproximavam as atividades realizadas das situações de jogo. Também se notou que, nos treinamentos táticos, as movimentações estratégicas eram passadas aos jovens de maneira arbitrária:

Hoje acompanhei o treino de M. Achei curiosa a maneira como conduzem as atividades. O treinador, ao ensinar a marcação, não dava referenciais objetivos para que os jovens pudessem se orientar e se movimentar dentro do campo. Ele limitava-se a posicionar os meninos como se fossem peças em um jogo de tabuleiro e, na sequência, dava início ao jogo. Um jogo que parecia ser mais seu que deles. Divisão hierárquica e verticalizada do trabalho – treinador pensante, jogador operário. Ao perceber que havia algum erro, parava o jogo, reposicionava-os e reiniciava a atividade. Não havia explicações sobre como 'fazer a cobertura' de um atacante que furasse a marcação ou menção à ideia de 'ocupar os espaços vazios' no campo, diminuindo o terreno para as situações defensivas e buscando aberturas para facilitar o ataque (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).

Mesmo que a pesquisadora não tenha explorado como o jovem avaliava a interferência das diferentes maneiras de ensino dos treinadores, foi possível perceber, por meio de outras falas de M., que isso afeta a maneira como ele entende o jogo e seu posicionamento em campo. Durante uma cena em que mostrava M. numa partida, foi iniciada uma discussão a respeito da movimentação dos atacantes. M. explicou à pesquisadora que eles, os atacantes, precisam movimentar-se em forma de X, no momento em que entram na área, para confundir a marcação. A pesquisadora, então, o questiona sobre sua movimentação “P: Hum. Aí na sua posição, aí num tem uma movimentação específica? M: Não” (M., PRIMEIRA AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015). Noutra cena, eles discutiam o posicionamento de M. na função de marcação:

P: Tá... É, cê saiu correndo super rápido ali, né? Que que aconteceu, por que cê teve que...

M: Marcá, né... Que ele ia jogá a bola na área...

P: Aí cê...cê viu ele, alguém falô, como que é?

M: Não, eu vi...

P: Cê viu...E naquele caso, cê...quem que deveria tá ali marcando?

M: Eu mesmo (M., PRIMEIRA AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

Neste excerto, mesmo após M. afirmar que ele é quem deveria estar fazendo a marcação naquele lance, ele não comenta ou sinaliza o reconhecimento de um erro de sua parte. Diferentemente de M., J., ao se observar nos vídeos, assinala, reconhece e procura explicar os erros cometidos. No diálogo apresentado na sequência, a cena que deu início à fala retratava uma situação de treinamento: J. posicionava a barreira para que fosse feita a cobrança de uma falta na ponta esquerda da área. Após estabelecer a barreira no local apropriado, ele também se posicionou. Estava distante do gol, na parte central da linha que marca a pequena área. Quando a falta foi cobrada, teve de dar cerca de seis passos para trás, de modo que pudesse alcançar a bola. Eis o que fala nosso voluntário a respeito do lance:

J: [risos] Corri risco agora, hein.

P: O que?

J: Fiquei bastante adiantado [sorri] na hora da falta e... quase que eu tomo o gol. Por pouco que eu num tomo. *O treinador B., nessa época acho que já era o B., ele pedia pra ficá bastante adiantado. Só que no começo ele num explicô como que era pra ficá adiantado. Se era pra ficá mais trás ou mais pra frente. E eu fiquei no meio do gol e a falta veio pra trás. Se eu num chego rápido, eu tomo o gol.*

P: e ele explicô isso depois?

J: *Depois ele explicô. Aqui, acho que ele tinha acabado de chegá.*

P: aí ele só falô pra vocês 'oh, tem que ficá adiantado'?.

J: é. 'falta, escanteio, adiantá mais do gol'. *Só que ele num explicô como. Depois ele explicô e tal, mais até aí (cena mostrada no vídeo) ele num tinha explicado não. Tanto que eu fiquei...meu posicionamento tava horrível, tava errado. Mais ainda consegui chegá na bola (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).*

Novamente a fala de J. denota a importância da intervenção do agente mediador, o técnico, como fonte inicial para o desenvolvimento das habilidades que lhe são necessárias ao exercício da profissão de atleta. Mais uma vez, é possível notar que J. consegue dispor de suas experiências como um recurso para analisar e orientar suas atividades. Não obstante, tal habilidade não pode ser considerada como uma característica intrínseca a J., pois, como ele mesmo comentou durante a entrevista, no momento inicial de sua formação, as intervenções do treinador eram mais frequentes. Este elemento foi disparado a partir do questionamento da pesquisadora acerca das decisões que precisam ser tomadas por ele durante a partida:

P: E tem uma orientação do treinador sobre isso, sobre o que fazer ou é você que fica responsável por tomar essas decisões mesmo na hora do treino?

J: Ah (áudio comprometido)...Eu mesmo resolvendo, *mas se tiver alguma coisa errada ele vem e fala.* Ele prefere que eu resolva. *Se eu tiver com dificuldade eu chego nele e pergunto e aí ele responde, mas ele prefere que eu vô agindo, vô vendo como é que é, pra mim aprendê.*

P: Então não tem muito aquela coisa de falar 'ah, ó nessa bola podia ter saído. Nessa bola aqui tinha que ter ficado...'

J: É bem pouco, assim. *É mais no começo assim. Hoje em dia já num é tanto... tô mais tranquilo já.* (J., ENTREVISTA, 2015)

Mesmo que J. já estivesse em momento mais avançado da formação, sua fala referente ao posicionamento na cobrança da falta atesta que a participação do técnico, explicando *como* as atividades devem ser realizadas, ao invés de simplesmente descrevê-las ou proferir comandos, ainda é fundamental para o seu desenvolvimento profissional. Conforme vimos no excerto anterior, não se trata de instalar uma relação de dependência entre o atleta e o treinador, mas de fornecer alguns recursos iniciais que possibilitem àquele agir de maneira autônoma no jogo. No caso de M., estes tipos de intervenção parecem ser ainda mais necessários, especialmente ao considerarmos que ele se encontra nos estágios iniciais da formação esportiva. Isto reitera aquilo que já apontamos aqui e, também, no segundo capítulo

desta pesquisa: a atuação do grupo social ou par experiente como agente mediador é fundamental para que o sujeito possa dispor do significado social das atividades e relações humanas e, assim, constituir o sistema de signos que lhe possibilitam orientar-se no mundo.

Em Vigotski (1984) encontramos o clássico exemplo sobre o processo envolvido na conversão do movimento de apontar da criança em gesto. Naquele caso, a chave central no referido evento está relacionada à atribuição de significado conferido àquele movimento por parte do adulto. Assim, é ele, o adulto, quem realiza a mediação entre o movimento da criança e o significado social que ele possui em um contexto sócio-histórico específico. Aqui, com nossos jovens voluntários, algo semelhante se passa.

Tal como afirmamos anteriormente, a possibilidade de significação da realidade pelo sujeito parte, inicialmente, do significado que ela possui, o qual se torna acessível pela ação mediadora do outro. No entanto, o sujeito não se encontra compelido a reproduzir tal significado. Ao apropriar-se deste e combiná-lo com os sentidos que produz sobre aquilo, com base em suas experiências, a pessoa tem, então, condições para ressignificar aquele conjunto de práticas e relações. Deste modo, faz a passagem do *em si* ao *para si* e encontra novas possibilidades para agir e se relacionar com o mundo. A última fala de J. elucida sua participação no seu processo de formação profissional: “Ele prefere que eu resolva [...] ele prefere que eu vô agindo, vô vendo como é que é, pra mim aprendê” (J., ENTREVISTA, 2015). Percebemos, assim, que a aquisição dos *gestos profissionais* por parte dos *atletas em formação* depende, inicialmente, dos *processos de mediação* conduzidos por seus treinadores.

Gostaríamos agora de retomar o debate acerca da conversão da experiência em instrumento psicológico para o sujeito. Tal como explicitamos, a possibilidade de a pessoa dispor de sua experiência, utilizando-a como meio para orientar sua própria ação e para viver outras experiências, está intimamente ligada à condição de que esta seja vivida conscientemente. Igualmente, vimos que a conscientização acerca da experiência está associada à sua percepção e comunicação por parte daquele que a vive (CLOT, 2014; VIGOTSKI, 1925/1996). Logo, a experiência necessita passar pelo crivo da linguagem ou de outra forma de simbolização (SANTOS; LEÃO, 2014) que lhe possibilite ser comunicada ao outro. Neste ponto, novamente somos conduzidos a destacar a função do agente mediador como facilitador deste processo.

De acordo com Vigotski (1934/2008), a consciência constitui-se a partir da relação dialética entre significado e sentido. Tal como vimos anteriormente, a produção dos sentidos tem como base os significados instituídos e partilhados por um grupo social. O sujeito, ao apropriar-se dos significados, associa-os às suas vivências, criando a partir dessa

relação novos sentidos para a realidade em que vive. Decorre disso a reorientação de suas maneiras de agir e se relacionar. Conforme apontam Santos e Leão (2014), o sistema de significação da realidade é produto sociocultural da humanidade e pré-existe ao sujeito. As autoras consideram, ainda, que a capacidade do sujeito em trabalhar o conteúdo de suas experiências depende do acesso deste a tais produtos culturais, em particular a linguagem e outros signos. Igualmente, neste caso, a mediação social é a ferramenta que possibilita ao sujeito acessar e apropriar-se destas produções, utilizando-as em seu benefício.

Isso porque é necessário considerar que a significação da realidade não existe abstratamente, mas no outro, que já se apropriou de alguns aspectos da cultura e, portanto, tem a possibilidade de servir como mediador para aqueles que ainda não a possuem, objetivando aquilo que ele sabe para que quem não sabe possa subjetivar (SANTOS; LEÃO, 2014, p. 42-43).

Neste ponto, nossas autoras enfatizam a importância dos processos educacionais, como a estratégia que permite essa mediação e fornece as condições para o sujeito simbolizar e, posteriormente, comunicar sua experiência, tornando-a, assim, um instrumento para ele próprio. Tal pressuposto parecer ser igualmente válido para o contexto da formação profissional no futebol, objeto desta investigação. Parece oportuno, a fim de tornar essa análise mais consistente, abordar também a maneira como os treinamentos são organizados. Este aspecto, como veremos, fornece subsídios adicionais ao argumento que procuramos construir.

Nas falas de M. e J., foi possível perceber que os técnicos têm maneiras distintas de operar no que tange à organização e planejamento dos treinos. Vejamos as falas dos nossos voluntários, que nos conduziram a esta conclusão. No primeiro excerto, destacamos a fala de M., na qual ele atesta que o treinamento é pensado pelo treinador e passado a eles, de modo que a participação dos adolescentes ocorre apenas no tocante à realização dos exercícios. No trecho seguinte, J. e a pesquisadora debatiam sobre como funcionava o planejamento do treino específico de goleiros. O jovem destacou a participação dele e do outro goleiro na escolha dos exercícios. De acordo como ele, havia um combinado entre ambos para observarem as falhas um do outro para, posteriormente, apresentarem isso como demanda de treinamento ao técnico de goleiros.

M: Hum. Quando a gente já sobe aqui, já sobe pra treiná mesmo. Daí o treino é... ah treino... num é mema coisa tudo dia. *Ele muda. Daí num dá pra sabê o que vai sê, porque eles num fala.*

[...]

P: [...] você falou que quando sobe já é pra treiná, né? Mas aí cês esperam alguém passá alguma coisa? Tem uma preparação? Como que é isso?

M: ah, a gente chega e daí *ele monta o trabalho que vai sê* e daí ele explica pra gente do jeito que vai sê. É assim. Só isso (M., ENTREVISTA, 2015).

P: e essa decisão de como é feito o treino, quem toma essa decisão?

J: então, na época *era o P.*, (treinador de goleiro) que era o treinador, *e nós mesmo, os goleiro. Porque a gente via o que tava ruim e falava...igual "F.* (outro goleiro), observa quando eu tô jogando se tá certo e tudo mais. *Vê o que tá ruim pra gente chegá no P. e conversá com ele pra ele dá de treino".* E eu observava também. E *a gente conversava e a gente arrumava um exercício pa fazê.* Pra i melhorando.

P: vocês participavam do... de como pensá o treino, essa coisa toda.

J: É... Sim.

P: e aí vocês tinham essa relação, você e o F., de um ficá observando o outro também, pra...J: bastante. É. Tanto nas coisas boas como nas coisas ruins, pra num fazê igual. *Aí o que a gente fazia de ruim, a gente ia lá e falava um pro outro e aí chegava no P. conversava com ele e ele fazia um treino pra gente. Assim ia melhorando* (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

A fala de J. a respeito da dinâmica de planejamento e organização do seu treino mostra que dar abertura aos jovens para participarem do planejamento pode contribuir para que eles desenvolvam auto-observação, bem como outras estratégias que lhes permitam analisar sua performance e sanar eventuais falhas. Deste modo, ao incluir o jovem na elaboração do treino, o técnico contribui para torná-lo mais implicado com sua própria formação. Como vimos nas falas anteriores de J., o mesmo procura, constantemente, analisar sua atuação no jogo, identificar erros e estabelecer possíveis soluções. Tal postura de sua parte pode estar relacionada à dinâmica de seus treinamentos. No caso de M., ele já está habituado a esperar os comandos passados pelo treinador e parece dispor de poucos recursos para analisar criticamente suas ações durante as partidas, em função da maneira como seus treinamentos são realizados. Neste sentido, as soluções passam a depender exclusivamente da intervenção de um agente externo, o treinador. Fato, este, que pode revelar-se de veras problemático num jogo tão dinâmico como o futebol pode ser, e no qual as intervenções mais diretas do técnico são limitadas ao momento do intervalo e às três substituições que são permitidas pelo regulamento da modalidade.

Assim, temos um modelo formativo que atua no sentido de produzir atletas desprovidos dos recursos necessários para pensar e modificar sua própria prática profissional.

As consequências disso já foram notadas pela torcida brasileira no fatídico 7x1 na copa do mundo de 2014: o esquema tático do técnico falhou e os atletas em campo não conseguiam analisar o jogo para modificar sua atuação a fim de conseguirem participar da partida. Em vista disso, é válido questionar a quais interesses o imperativo disciplinador presente na formação atletas – algumas vezes até visto como ideal a ser alcançado – e característico do futebol brasileiro encontra-se alinhado. Formar atletas pensantes ou que *esperam o intervalo para ouvir o professor e fazer o que ele mandou?* Eis uma questão fundamental para pensarmos nossas categorias de base. Aqui, vale a frase do ex-atleta e, agora jornalista esportivo, Tostão: “Não podem ser soldadinhos bem comportados que fazem tudo e somente aquilo que o professor mandou. O bom professor é aquele ensina o aluno a aprender sozinho” (TOSTÃO, 2002, p. 58). Nessa mesma matéria, o jornalista comenta sobre a importância de os jovens atletas desenvolverem *consciência crítica* – nossa deixa para abordarmos o tema da escolarização dos adolescentes em formação.

Conforme vimos no primeiro capítulo, desde 2011 a legislação federal, por meio da Lei 12.395, estipula algumas diretrizes para os clubes que desenvolvem atividades com adolescentes em formação para o trabalho de atleta. Um dos pontos destacados pelo referido dispositivo legal diz respeito ao acompanhamento da frequência e rendimento escolar dos jovens que estão vinculados à entidade de prática desportiva. No clube onde realizamos a pesquisa, tal prescrição é seguida, porém, limita-se ao cumprimento estrito do que consta no texto legal por meio da entrega dos boletins dos jovens. Tal função ficou a cargo da psicóloga e do assistente social do clube. O retorno do documento é feito individualmente e os profissionais valem-se desse momento para conversar com os adolescentes sobre as matérias nas quais eles podem ter dificuldades, de acordo com as médias obtidas por eles nas mesmas. Igualmente, dialogam com eles a respeito de faltas excessivas e explicam como isso pode comprometer sua progressão escolar.

A maneira extremamente objetiva encontrada pelo clube para realizar aquilo que está previsto em lei chamou a atenção da pesquisadora, que buscou investigar, junto aos profissionais citados, se existiam outras medidas complementares no sentido de promover um efetivo acompanhamento escolar dos jovens. A resposta foi esta que se segue, conforme trecho extraído do diário de campo de pesquisa:

Hoje fui conversar com J. (psicóloga) sobre esta prática de entrega dos boletins. Minha dúvida principal era se haviam outras medidas que o clube

adotava no sentido de fazer o acompanhamento escolar dos adolescentes. A resposta, já prevista, foi um triste *não*. Eu a questioneei sobre possíveis consequências para o jovem em caso de reprovação escolar (afastamento dos jogos, desvinculação com o clube) e ela me disse isso até pode acontecer, mas que era raro. De acordo com sua fala o rendimento esportivo sobrepõe-se ao rendimento escolar: se estiver bem em campo, não importa que esteja mal na escola. Perguntei, então, se existe algum tipo de complementação educacional (aulas com professor particular para ajudá-los a superar dificuldades em alguma matéria, por exemplo) ou espaço de estudos para que eles pudessem fazer leituras, trabalhos. Novamente uma resposta negativa. Nesta conversa, ela me relatou que havia apresentado uma proposta, elaborada em parceria com o assistente social, para revitalização de um espaço no clube para que se tornasse uma sala de estudos, “cantinho da leitura” em suas palavras. A diretoria, porém, recusou, alegando que eles (os adolescentes) destroem tudo, então, não adiantaria fazer esse investimento (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).

O relato da conversa com a psicóloga do clube ainda pode ser reforçado com algumas frases ouvidas pela pesquisadora durante o período em que esteve na instituição e que atestam como a escola é deixada em segundo plano. Dentre estas, destacamos duas que foram anotadas no diário de campo: “Ah, também o que eles têm que achar ruim? É só comer, dormir e jogar bola”; “Essa lei aí só veio atrapalhar a gente. O muleque de quatorze, quinze anos num pode estudar de noite, tem que ir durante o dia pra escola. Pro goleiro é ruim isso aí, porque aí os mais novo num podem fazer o treino nos dois períodos. Perde na qualidade” (DIÁRIO DE CAMPO, 2015). Neste ponto, gostaríamos de retomar aquilo que afirmamos com Berman (1986) no primeiro capítulo a respeito do desenvolvimento das potencialidades humanas. Segundo o autor, a sociedade moderna capitalista, orientada pelas leis de mercado, tende a focalizar as competências e habilidades que são de interesse deste, de modo que a gama de capacidades e aptidões humanas que não atendem as suas demandas são deixadas de lado, relegadas à deterioração pela ausência de uso.

Considerando que no mercado da bola o *atleta-mercadoria* é negociado a partir do seu potencial futebolístico, cabe retomarmos a questão lançada naquele capítulo: “Que valor concreto poderia ter a educação formal e a escola?”. A perspectiva imediatista do mercado, que integra a dinâmica de funcionamento destas instituições, parece entender que o desenvolvimento cultural e simbólico dos jovens em nada poderia contribuir para torná-los mais atrativos e negociáveis no universo futebolístico. No entanto, como já debatemos nesta subseção, a capacidade de apropriação da experiência que lhe permite torná-la um instrumento psicológico e, assim, dispor dela para desenvolver sua atividade, está ligada ao acesso e domínio que esse tem do conjunto de produções culturais humanas (CLOT, 2014;

SANTOS; LEÃO, 2014). Nesta perspectiva, a escolarização e o ensino formal poderiam fornecer elementos adicionais para subsidiar o jovem no processo de apropriação daquilo que lhe é ensinado no tocante a sua formação profissional.

Diante destas colocações, vemos que, curiosamente, sequer é preciso sair da lógica capitalista para argumentar sobre a importância da educação formal e da escola no processo de formação desses jovens. Evidente que fornecer a eles condições para terem maior domínio sobre sua futura profissão implica, também, em formar trabalhadores críticos acerca de sua atividade e das relações presentes no seu universo de trabalho. Novamente, somos levados à questão sobre os interesses que estão presentes e operantes no contexto profissional dessa modalidade...

Assim, entendemos que as diferenças entre M. e J., no tocante à análise que realizam sobre suas atuações e à maneira como têm se apropriado de sua formação profissional, podem ter relação com o modo como seus técnicos atuam. A atuação do treinador, enquanto o responsável por mediar o processo de aprendizagem profissional desses jovens, parece ter efeitos importantíssimos na apropriação que os adolescentes fazem daquilo que lhes é ensinado. Sem oferecer os recursos mínimos – deixando de explicar a finalidade dos exercícios, as movimentações que devem ser feitas, contextualizar as distintas atividades do treino a partir de situações de jogo, principalmente nos períodos iniciais da formação esportiva, e sem propiciar a participação ativa dos atletas no planejamento das tarefas do treinamento – as condições para que o jovem se aproprie daquela experiência e a converta em instrumento para orientar sua ação profissional encontram-se sensivelmente reduzidas. Tal situação pode ficar ainda mais comprometida em razão da desvalorização da formação escolar dos jovens, onde, supostamente, atua-se no sentido de fornecer acesso e promover o domínio das produções culturais ao sujeito. De acordo com Clot (2014), a impossibilidade de converter a experiência em instrumento da atividade do sujeito impede o desenvolvimento tanto deste como de seu trabalho. Torna-se um *apêndice* na atividade psicológica: perde sua função, podendo, eventualmente, conduzir a bloqueios e limitações do poder de agir do sujeito. Nesta conjuntura, o treinamento pode se restringir a simples *execução de repetições* vazias de sentido, condenado a constituir-se numa *experiência morta*.

4.2.2 Futebol: que trabalho é esse?

Antes de iniciar a apresentação desta subseção, é importante fazer um esclarecimento ao leitor no tocante ao título atribuído a este tópico. Este trabalho, desde seu início, apresentou como foco principal a análise do processo formativo (aprendizagem profissional) de atletas de futebol e as implicações dos elementos que integram este na subjetivação dos jovens. Por que, então, uma seção de análise dedicada ao questionamento do futebol como um trabalho? Ao longo do período em que ocorreu a coleta de dados, pudemos notar que as diretrizes de funcionamento da preparação profissional dos adolescentes estão mais próximas da dinâmica de trabalho que da formação. Cobranças por resultados e performance imaculável, transgressões penalizadas com descontos no *salário* pago aos jovens, controle da dieta dos adolescentes, direito a *folga semanal*, entre outros.³² Além disso, durante as entrevistas, os próprios jovens sinalizaram, por meio de suas falas, que percebem aquele espaço como estando mais próximo à esfera do trabalho que ao da escola, como veremos a seguir. Daí a razão pela qual optamos pela adoção do termo *trabalho* ao invés de *formação* para desenvolver o debate nesta subseção.

Aqui, nos dedicaremos à análise das especificidades do trabalho no contexto esportivo, em particular no futebol. Durante a realização desta pesquisa, foi possível notar que a atividade laboral nesse segmento é marcada por dissonâncias e continuidades em relação aos elementos presentes no cenário que, tradicionalmente, é identificado como universo do trabalho. De fato, o conceito de trabalho, que passa por constantes revisões frente à ampliação e diferenciação do raio de atividades humanas, revela-se particularmente difícil de precisar quando nos encontramos no território desportivo. Assim, neste tópico, buscaremos explorar os pontos de conexão e afastamento que existem entre o domínio do futebol e do trabalho, de modo a circunscrever quais são as especificidades que marcam essa atividade profissional. A indagação que se encontra na base do objetivo aqui explicitado pode ser formulada da seguinte maneira: *seria o futebol um trabalho entre outros?* Para proceder ao debate deste tema, recorreremos às falas dos sujeitos voluntários da pesquisa e às observações realizadas pela pesquisadora, em formato semelhante ao que foi desenvolvido na subseção anterior.

Como dissemos, a opção por abordar este segundo tópico de análise a partir de uma perspectiva do trabalho pautou-se naquilo que foi observado durante o período de coleta,

³² As palavras ou termos destacados em itálico neste parágrafo se referem aos vocábulos adotados pelos profissionais do clube e pelos jovens e indicam como a proximidade com o mundo do trabalho parece ser encarada com naturalidade naquela instituição.

bem como nas falas que foram trazidas pelos adolescentes participantes desta pesquisa. Para ilustrá-lo, temos como exemplo o posicionamento dos jovens quando questionados pela pesquisadora sobre o contato com outros profissionais. Vejamos:

P: Eu queria saber se você tem algum contato com outros profissionais.

M: Lá na minha cidade. Tem uns amigos também.

P: E aí, você disse que tem esse contato lá do...da sua cidade. Cês conversam sobre as coisas...?

M: Conversa. Tem um amigo meu que tava lá... tá lá no corinthians, né. Daí eu pergunto como que é as coisas, como que ele faz. Daí ele me passa. Tudo que cê tem que fazê, como que foi (M., ENTREVISTA, 2015).

P: É... cê já teve contato com outros...com algum profissional sem ser aqui do clube?

J: Já. O meu primo, que tava lá em Curitiba e depois foi pro Real Madrid e o Fernandinho (áudio comprometido). Acho que foi só esses dois. De conversá assim e tudo (J., ENTREVISTA, 2015).

Neste ponto, é importante fazer um esclarecimento que possibilite a melhor compreensão do trecho destacado. No roteiro de entrevistas, a pergunta a respeito do contato dos jovens com outros profissionais foi elaborada na intenção de realizar uma *sondagem* com relação a atuação de agentes/empresários que se propusessem a agenciar suas carreiras esportivas. O interesse nesta questão surgiu a partir da consulta ao texto da Lei 12.395/2011, que, no parágrafo 12 do artigo 28, estipula que a negociação/contratação de atletas em etapa formativa deverá ser feita diretamente pela entidade formadora, ficando vetada a participação de terceiros nesse processo.

É curioso notar que a pergunta, por seu caráter amplo, possibilitou que emergisse, indiretamente, o sentido que os jovens atribuem a sua condição no clube: já são trabalhadores. Consideram-se profissionais e, ao serem questionados sobre o contato com outros profissionais, citam colegas que também se encontram em etapa formativa ou mesmo atletas que já atuam profissionalmente nesse segmento. Tal percepção pode, ainda, tornar-se mais consistente a partir da fala de M.: “P: Se você tivesse me conhecendo hoje... assim, quando a gente conhece uma pessoa nova, enfim, e essa pessoa te pergunta ‘que que você faz?’ o que você responde? M: Jogo futebol. P: É? Trabalho já? M: É, trabalho!” (M., ENTREVISTA, 2015). Aqui, é pertinente iniciarmos o debate sobre as características desse tipo de trabalho. Para tal finalidade, no entanto, é necessário que, primeiramente, coloquemos em questão o debate acerca da dificuldade que parece haver em delimitar esse ramo de atividade como um

segmento profissional em razão de sua proximidade com outra esfera da vida humana: o lúdico.

Em sua obra *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*, Huizinga (1938/2000) discute o jogo, apresentando-o como pré-cultural, um ponto que seria compartilhado por homens e animais. Para ele, inclusive, seria o jogo o antecessor da cultura, sendo passível observar seus resquícios nas atividades culturais e propriamente humanas mais desenvolvidas. O autor analisa a evolução da noção de jogo e dos significados associados a ela, bem como a reunião desses componentes nas palavras empregadas para designar essa noção em diferentes idiomas. Albornoz (2009) realiza um estudo sobre essa obra de Huizinga e faz alguns apontamentos acerca de como as diferentes línguas apropriam-se desta noção, podendo, com isso, ampliar ou reduzir seu sentido e o raio de atividades humanas contemplados por ela. Segundo ela, no latim e no grego, os distintos significados de jogo haviam sido reunidos nas palavras *ludus* e *luderes*, posteriormente suplantada pelo vocábulo *jogo*. No português, temos o adjetivo *lúdico*, que se aproxima das ideias contidas nos termos citados anteriormente. Em algumas línguas, as palavras adotadas para designar o jogo podem carregar uma ambiguidade, significando, por exemplo, o ato de tocar instrumentos. Isto pode ser observado no inglês com a palavra *play* (*to play the guitar*) e, no francês, com *jouer* (*jouer du piano*). Estes verbos, *to play* e *jouer*, podem, igualmente, ser empregados para referir-se à prática de um determinado esporte pelo sujeito da ação: *I play football*, no inglês; *Je joue au football*, em francês. Deste modo, a depender da língua, o termo *jogo* pode ser ampliado a um raio bastante extenso de atividades. Tendo como princípio a ideia de “[...] o homem que brinca, o homem que joga” (ALBORNOZ, 2009, p. 82), notamos que o lúdico e, por extensão o jogo, pode ter sido, inicialmente, relacionado ao movimento rápido.

Porém, Albornoz (2009) destaca que, no processo de evolução da noção de jogo, observa-se um movimento no sentido de sua delimitação, de modo então a ser adotado para designar algo específico. De fato, Huizinga (1938/2000), em seu estudo, buscou aludir a esse processo e procurou estabelecer alguns princípios fundamentais capazes de caracterizar a noção de jogo. Um deles, já mencionado no parágrafo anterior, reside na sua relação com o lúdico.

Numa tentativa de resumir as características formais do jogo, poderíamos considerá-lo uma atividade livre, conscientemente tomada como “não-séria” e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade desligada de todo e qualquer

interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro, praticada dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo uma certa ordem e certas regras (HUIZINGA, 1938/2000, p. 13-14, grifo do autor).

Apesar da riqueza de discussões que podem ser desenvolvidas com base na citação de Huizinga, nos focaremos aqui naqueles pontos que se associam mais diretamente à problemática por nós levantada, a saber: a dificuldade encontrada para se reconhecer a prática do futebol como um trabalho. Para este debate, julgamos central destacar os ícones associados à questão do lúdico, em particular aquilo que diz respeito a não-seriedade envolvida no jogo, bem como a consideração deste enquanto prática desinteressada e empreendida livre e espontaneamente por aqueles que nele se envolvem (HUIZINGA, 1938/2000).

Nosso autor enfatiza que o caráter não-sério pode ser considerado como elemento principal da definição de jogo, daí sua proximidade com o aspecto lúdico. Mesmo assim, ressalta que existem jogos capazes de envolver profundamente o jogador, de modo a adquirir conotações de uma atividade séria. O aspecto não-sério mencionado pelo autor parece estar mais relacionado ao fato de que, segundo ele, o jogo cria uma situação diferenciada da vida cotidiana. Desta maneira, dentro do tempo-espço daquela atividade, é possível que ela assuma e seja encarada como séria por aqueles que ali estão, uma vez que a situação criada do jogo é a própria situação real vivida por aqueles que jogam. De acordo com ele, “[...] a seriedade procura excluir o jogo, ao passo que o jogo pode muito bem incluir a seriedade” (HUIZINGA, 1938/2000, p. 36).

Neste ponto, cabe adentrarmos na questão específica do lúdico, procurando delimitar em que consiste o termo e por qual razão a presença desse conteúdo parece funcionar como meio de afastamento da noção de jogo como trabalho. Huizinga (1938/2000) assinala que o lúdico estaria relacionado à não-seriedade envolvida no jogo. De acordo com o autor, na Grécia Antiga, a noção de jogo era representada por meio de duas palavras distintas. *agón* e *paidiá*, sendo a primeira relacionada à dimensão que se aproxima da ideia da brincadeira infantil e a segunda mais associada aos jogos com caráter de competição. Aqui, pode ser útil para nós consultarmos o significado das palavras *jogo*, *lúdico* e *trabalho*. De acordo com o dicionário Michaelis on-line, o jogo pode ser definido como: “Qualquer atividade recreativa, que tem por finalidade entreter, divertir ou distrair; brincadeira, entretenimento, folguedo” (MICHAELIS, 2016). O vocábulo lúdico se aproxima dessa mesma ideia, sendo associado à noção de não-seriedade destacada por nosso autor: “Relativo a jogos, brinquedos ou divertimento. Relativo a qualquer atividade que distrai ou diverte”

(MICHAELIS, 2016). Já quando verificamos a palavra *trabalho*, entre as diversas definições trazidas, encontramos: “Qualquer tarefa que é ou se tornou uma obrigação ou responsabilidade de alguém; dever; encargo. Esforço incomum; faina; lida; luta” (MICHAELIS, 2016). Podemos, ainda, buscar o termo associado *labor*, que traz conotações semelhantes: “Trabalho árduo; faina; tarefa” (MICHAELIS, 2016).

Assim, começamos a perceber a razão pela qual tendemos a criar uma relação de oposição entre trabalho e jogo, não admitindo, sem um necessário esforço do pensamento, a possibilidade de que a ideia de um possa ser contemplada na atividade designada pelo outro. Porém, Albornoz (2009) considera que, tendo em vista os dois vocábulos gregos utilizados para referir à noção de jogo, a asserção a respeito da contradição necessária entre trabalho e jogo seria verdadeira apenas quando associada à ideia de *paidiá*, uma vez que o *agón* já designa a existência da demanda por um esforço mais concentrado, haja vista a presença do conteúdo competitivo. No tocante à delimitação do que seja o lúdico, a autora pontua que este está associado à sensação e geração do prazer. Ela alerta, porém, que é necessária uma contextualização situacional do sujeito envolvido no jogo para a determinação da presença ou ausência da ludicidade. Em suas palavras:

[...] dependemos da ordem do sujeito para ver onde há ou não o lúdico. Para um jogador que está preocupado, sofrendo muito, em tensão, talvez o jogo, não tendo mais prazer, não retenha mais o elemento de ludicidade; mas para outro que está ganhando, para quem há o prazer de estar perto da vitória, possivelmente o lúdico é possível. Assim, a noção de lúdico aparece ligada à de prazer. Em outro sentido, porém, pode-se dizer que é por vencer o outro que se instala o aspecto lúdico (ALBORNOZ, 2009, p. 82).

A autora ainda acrescenta que o lúdico e o jogo não estão em relação de identidade, não havendo uma correspondência exata entre eles. Afirma, também, que a relação entre eles é complexa e que nos jogos com alto nível de exigência física, por exemplo, é possível que haja uma coexistência entre elementos lúdicos e dolorosos:

Convém lembrar que em um jogo altamente exigente do ponto de vista físico, no qual sem dúvida inclui-se muito esforço e, quem sabe, a dimensão da dor, o autocontrole, a necessidade de uma verdadeira ascese, pode estar e costuma estar presente a dimensão do prazer e da emoção. Emoção e prazer fazem parte da experiência do esportista na luta de competição, embora ali

também possa estar presente a dimensão da dor. As dimensões da dor e do prazer estão presentes no jogo de competição e convivem lado a lado, relacionados de modo complexo (ALBORNOZ, 2009, p. 80).

Assim, a presença da dor não seria suficiente para afastar a dimensão do prazer, não residindo, portanto, neste aspecto a distância criada entre jogo e trabalho. Aqui, propomos a retomada dos significados buscados no dicionário anteriormente para continuarmos nosso debate acerca do lúdico e do trabalho e da compreensão de uma forma de jogo enquanto forma de trabalho. De acordo com Huizinga (1938/2000), um dos fundamentos para a definição do jogo é o envolvimento livre e espontâneo dos jogadores com aquela atividade. Como vimos, o termo *trabalho* carrega em seu significado uma noção associada à obrigatoriedade, elemento que, neste momento, parece ser o mais crítico para a problemática levantada por nós. Assim, ao questionamento sobre o que há no futebol profissional que o afasta do futebol recreativo, poderíamos supor que parte da resposta reside na presença ou ausência do caráter de obrigatoriedade envolvido nessa prática.

É válido, ainda, destacarmos mais um ponto neste debate. Para Huizinga (1938/2000), outro aspecto que figura uma das características formais do jogo consiste no fato de este ser uma prática *desinteressada*. Deste modo, o jogo teria um fim em si mesmo, possuindo “[...] uma finalidade autônoma e se realiza tendo em vista uma satisfação que consiste nessa própria realização” (HUIZINGA, 1938/2000, p. 10). Como vimos ao longo do primeiro capítulo, e que também aparece de algum modo na fala dos nossos voluntários, o futebol, na atualidade, é destituído desse caráter desinteressado. Deixou de ser fim em si mesmo para tornar-se meio: de geração de lucros, de propaganda, de veiculação de ideais. Neste ponto, ele se afasta do jogo debatido por nosso autor, uma vez que neste:

[...] a finalidade a que obedece é exterior aos interesses materiais e à satisfação individual das necessidades biológicas. Em sua qualidade de atividade sagrada, o jogo naturalmente contribui para a prosperidade do grupo social, mas de outro modo e através de meios totalmente diferentes da aquisição de elementos de subsistência (HUIZINGA, 1938/2000, p. 11).

Sem dúvidas, o futebol ainda é recoberto por essa aura sagrada. Porém, é possível colocar em questão se seu desenvolvimento tem contribuído para a prosperidade da coletividade humana. O processo de modernização do futebol, como vimos, acarretou numa

modificação dos princípios que regem a prática desse esporte, instituindo a vitória e a consequente lucratividade que dela decorre como objetivos absolutos na modalidade. Deste modo, ainda que o componente lúdico não seja necessariamente alijado do futebol profissional – pois, como vimos com Albornoz (2009), o desejo de vitória pode contribuir para a instalação da ludicidade, – este fica restrito ao grupo dos vencedores.

Ao que parece, neste segmento da modalidade, os interesses materiais parecem ter se sobreposto à ideia de prática com fim em si mesma, sendo, talvez, um dos fatores principais que impulsionam o movimento que busca afastar o lúdico da esfera desse trabalho. Mesmo assim, o futebol ainda não deixou de ser jogo, de modo que partilha algumas das características apontadas por Huizinga (1938/2000) em sua discussão. É possível que a dificuldade em se encarar o futebol como trabalho resida na proximidade que ele ainda guarda com estes elementos. O lúdico, a despeito das distintas maneiras empreendidas para tentar afastá-lo, e mesmo que talvez reservado a alguns e condicionado à vitória, persiste e resiste também no segmento profissional. Encontramos, aqui, aquela que parece ser uma especificidade dessa modalidade de trabalho.

Feita esta consideração a respeito da problemática envolvendo o universo do esporte-trabalho, cabe, agora, iniciarmos a discussão dos outros elementos que surgiram na fala dos nossos voluntários e que parecem caracterizar a atividade do atleta de futebol. Lembramos que é nosso objetivo dar visibilidade aos aspectos que marcam a especificidade dessa profissão, mas sem perder de vista seus pontos de conexão e aproximação com as características mais genéricas do campo laboral na sociedade contemporânea.

Conforme apontado por um dos participantes da pesquisa de Silva, Rabelo e Rubio (2010) e abordado por Vieira e Mansano (2014), no trabalho do atleta a ferramenta para o exercício da atividade profissional é o próprio corpo. Esta categoria, o corpo, emergiu como elemento de discussão durante as entrevistas e as sessões de autoconfrontação, principalmente na interação com J. Na fala do jovem, a questão foi desenvolvida a partir de sua relação com dois elementos: a dor e a idade. Estes dois itens serão abordados na ordem apresentada nos parágrafos seguintes.

O diálogo que se apresenta a seguir teve como base uma cena na qual J., após cair para pegar uma bola, esfregava as mãos e tinha um semblante que sinalizava um possível incômodo.

P: Aconteceu alguma coisa na sua mão ali?

J: Dedão. Tem vez que a bola pinga e bate no dedão e torce o dedão pa trás. Dói, hein. Vixi Maria, na hora é uma tristeza. Mais depois [acena negativamente com a cabeça] para.

P: Acontece bastante isso?

J: Vixi! [leva o corpo para trás] acontece [acena positivamente com a cabeça e sorri]. Num é só no dedão. É dedim. Tudo quanté dedo da mão. É tudo. Bateu, já incha na hora. Aí, tipo, na hora dói. Mais depois vai treinando e até esquece a dor. Só lembra a hora que acaba. Que cê tira a luva e o dedão tá até latejando (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

A fala de J. sinaliza para uma subvalorização do estímulo que provoca dor. De fato, entre esportistas de distintas modalidades, parece haver uma grande capacidade de tolerância às dores ocasionadas pelo excesso de treinamentos ou mesmo por eventualidades que ocorrem durante um treino ou partida (SILVA; RABELO; RUBIO, 2010). De acordo com Silva, Rabelo e Rubio (2010), esta característica é recorrente no universo esportivo, uma vez que o atleta, ao suportar a dor, reafirma “[...] valores culturais como coragem, lealdade e masculinidade tão fortemente associados à prática esportiva” (SILVA; RABELO; RUBIO, 2010). Os autores pontuam, ainda, que, entre atletas, a dor pode ser concebida como uma etapa do desafio a ser superado, como parte intrínseca da sua experiência esportiva e do processo que conduzirá ao seu aperfeiçoamento. Logo, a tolerância ao estímulo algíco passa a ser entendida uma condição para seu desenvolvimento como atleta.

Outra fala de J., durante a entrevista, nos mostra como essa tendência a desconsiderar a dor, pode ser, muitas vezes, levada ao extremo: “Às vezes tá machucado, mas eu vô ficá ali. Eu quero ganhá (J., ENTREVISTA, 2015)”. Aqui, vemos que a tolerância de J. parece se estender também para situações que envolvem lesão. Silva, Rabelo e Rubio (2010) alertam que a falta de moderação no tocante à percepção da dor pode comprometer a integridade dos atletas, ocasionando o desenvolvimento de quadros mais graves com lesões de difícil recuperação e que podem afastar, permanentemente, o atleta da sua modalidade esportiva. Para deixar ainda mais evidente essa relação do atleta com a dor, podemos destacar um trecho do diário de campo da pesquisadora.

Enquanto a gente subia até o prédio principal, encontramos com um jovem de muletas. Tinha um curativo no joelho. Parecia recém-operado. Ela [a psicóloga] parou para perguntar como ele estava. Ele respondeu-lhe que já estava melhor. Nisso, um dos funcionários do clube, que passava por ali, disse ‘agora só daqui seis meses’. O garoto respondeu ‘Nada! Daqui uns três,

quatro meses eu tô voltando. Num quero nem saber' (DIÁRIO DE CAMPO, 2015, [acréscimo nosso]).

A situação contribui para denotar a maneira como os jovens atletas parecem evitar o reconhecimento da dor/lesão e da sua intensidade. Na pesquisa de Silva, Rabelo e Rubio (2010), uma das justificativas para esse tipo de atitude é atribuída à elevada concorrência que existe no domínio esportivo. Neste ponto, lembramos aquilo que já foi apontado no capítulo introdutório desta dissertação: no esporte, em particular no futebol, produz-se uma situação em que “[...] o risco de perder o lugar conquistado é permanente [...]” (MANSANO, 2009, p. 86). Tal cenário decorre da conjugação de uma série de fatores, entre os quais podemos destacar: elevado número de jovens que se engajam no futebol em busca da profissionalização, exposição e especulação da modalidade na mídia e as práticas de gestão esportiva adotadas nos clubes. Estes dois últimos itens, em especial, parecem se articular de modo a instituir um ideal de atleta: o atleta do corpo-máquina.

Este passa a ser considerado como o objetivo a ser atingido por aqueles que procuram galgar a profissionalização no futebol ou manter-se nessa qualidade. Neste sentido, tudo aquilo que remeta à condição biológica e vulnerável do corpo – passível de padecimento, que demanda uma temporalidade própria para sua recuperação – tende a ser duramente repellido do universo esportivo e da representação de atleta que se procura construir e veicular. No entanto, não se trata apenas de um modelo de atleta. De modo mais ampliado, o que é forjado e projetado, via futebol, é um modelo de trabalhador, como pretendemos abordar posteriormente.

Ainda neste segmento, gostaríamos de extrapolar a análise acerca da tolerância do atleta à dor anatomofisiológica para o processo análogo que parece ocorrer no plano das relações afetivas que envolvem esse sujeito. Para desenvolver tal eixo, tomaremos aqui os dois principais conjuntos de relações citados pelos voluntários: a família e os colegas de clube. Para ambos os voluntários, a família aparece ocupando lugar de destaque no sistema de relações sociais. Durante a entrevista, J. comenta sobre as dificuldades que sentiu quando iniciou o processo de formação, enfatizando o afastamento do convívio familiar como elemento crítico naquela situação:

A parte mais difícil memu foi acostumá ficar aqui... Porque minha família ainda num morava aqui em (cidade sede do clube). A gente morava em

Santa Helena. E aí eu chegava aqui e ficava sozinho. Daí num conversava com ninguém. Porque só tinha eu e mais dois da minha idade aqui. E daí eu num conversava muito com eles também, daí era difícil. Queria ir embora tudo dia [silêncio]. Aí depois de um tempo meu pai e minha mãe veio e mudou pra cá. Aí foi indo mais fácil, mais tranquilo. Daí acostumei (J., ENTREVISTA, 2015).

A importância atribuída por J. à sua família foi reforçada durante a autoconfrontação. Durante uma cena em que o garoto aparecia fazendo a cobrança do tiro de meta, ele comenta: “Aí eu já tava com a chutera de primeira linha já [...] Aí tinha o nome do meu pai e da minha mãe [...] As coisa mais preciosa que tem é pai e mãe, né? Então eu queria carregá eles sempre comigo. Aí, mandei escrevê o nome deles” (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

Igualmente, M. entende que o afastamento da família é um dos principais elementos dificultadores do processo formativo. A respeito disso, o jovem declarou durante a entrevista:

M: Ah, o processo, assim, é bastante difícil, mais é bom. Eu gosto. Eee vou segui. Até eu consigui chegá lá, né. No profissional mesmo.

P: e quais você acha que são essas dificuldades?

M: Tá...pior de todos é tá longe da família, né. Longe dos amigo. Mais eu ainda sô...aqui tá perto da minha cidade. Mais tem uns aí que é da Bahia, assim, pior ainda, né. Às vezes num final de semana dá pra eu voltá pra casa, mais eles aqui não. Mais mesmo assim ainda é difícil...ficá longe.

P: Você é apegado com sua família?

M: Sô (silêncio).

P: Imagino que deve ser bem difícil mesmo.

M: (suspiro seguido de riso). Mais...é difícil mais eu consigo... (suspiro)... é complicado (M., ENTREVISTA, 2015).

No entanto, na percepção de M., o afastamento da família é visto como condição necessária de seu processo de formação futebolística, de modo que o sofrimento desencadeado por esta circunstância é encarado como natural. Isto ficou claro durante a segunda sessão de autoconfrontação durante uma cena em que mostrava M. conversando com os amigos. A pesquisadora o indagou sobre a relação com os colegas. M. disse que eles eram “como uma família”. Frente a isso, a pesquisadora o questionou a respeito do afastamento familiar:

M: Ah, é ruim, mas já, eu to acostumado também, porque faz parte né, se é isso que eu quero, eu tenho que passa por isso também, fica longe da família.

P: Cê vê eles geralmente com que frequência?

M: Pouca...

[...]

P: Mas cê acha que é uma coisa que num tem o que fazê...?

M: Não. Tem que fica assim, longe.

Ao fim do trecho que terminava, M. respirou profundamente [pareceu tocado ao falar da família]

(M., SEGUNDA AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015 [acréscimo nosso]).

Aqui, manifesta-se um processo semelhante àquele que envolve a tolerância à dor e às lesões sofridas e sentidas no corpo biológico, com a diferença de que, neste caso, suporta-se a dor ocorrida no plano afetivo. De modo similar ao que Silva, Rabelo e Rubio (2010) discutem no tocante à interpretação dada pelos atletas aos estímulos algícos, como elementos que constituem uma etapa do processo de desenvolvimento esportivo, vemos que M. considera, igualmente, o afastamento do convívio familiar e o conseqüente incômodo provocado por isso, uma condição intrínseca ao seu processo de profissionalização no futebol, de modo a encará-los com bastante naturalidade. É importante notar, porém, que apesar do esforço feito por M. no sentido de racionalização da situação vivida por ele, seu semblante e suas manifestações não vocalizadas destoam da fala que expressa. Neste ponto, temos uma situação semelhante àquela do riso deslocado, que foi debatido na subseção anterior. No quadro teórico da Clínica da Atividade, esta dissonância sugere que tal temática pode fazer emergir sentidos contraditórios para o sujeito entrevistado, sinalizando a possível existência de um conflito com relação à dimensão da experiência do jovem que envolve profissionalização e família.

Conflito similar parece se manifestar, também, com relação à inconstância dos vínculos estabelecidos com os colegas de clube. Ao falar dos colegas, M. compara a relação entre eles com a de uma família: “Eles são... é outra família, né? [...] A gente dorme junto, come junto, treina junto. Faz tudo junto. Igual se fosse uma família” (M., SEGUNDA AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015). Conforme vimos anteriormente, M. atribui grande importância ao referencial familiar, cujo sentido, para ele, parece ser formado prioritariamente a partir de componentes afetivos. Desta maneira, ao adotar este mesmo referencial para falar dos colegas de clube, M. sinaliza o valor que esse conjunto de relações possui para ele. Assim, ao falar dos afastamentos e das rupturas de vínculos quando da saída de algum dos colegas, o discurso de M. e suas manifestações não vocalizadas novamente apresentam-se discrepantes. Este tema foi debatido durante a primeira sessão de autoconfrontação. Na cena,

o time de M. havia marcado um gol durante um jogo válido pelo campeonato estadual da categoria. Após pontuar, todos os garotos da equipe correram para se abraçar e comemorar juntos. A pesquisadora o questionou a respeito desse momento.

M: Ah, porque a gente é bem amigo... Era, porque desmancho, foi um monte embora [abaixa a cabeça]

P: Foi? E como que foi essa mudança, que que ce acho disso?

M: Ah, foi boa por causa que eles foram pra time melhor né. Por isso que eles saiu.

P: Mas e perdeu o contato?

M: É, nós num se fala mais, né [Abaixa a cabeça]

P: E como você sente com relação a isso?

M: É ruim, porque nós é muito unido, né. A gente dorme junto, comê junto, treina junto. Faz tudo junto. Igual se fosse uma família. *Mais é normal, né. Porque nós tá aqui pra isso. Ninguém que tá aqui quer ficar aqui. Todo mundo tá aqui pra ir pra outros time. Ir pra outros lugar* (M., PRIMEIRA AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

Neste caso, novamente, M. procura amenizar o incômodo provocado pela situação justificando que esse tipo de acontecimento constitui uma etapa necessária do processo. Deste modo, naturaliza essas rupturas de vínculo que parecem ocorrer de maneira abrupta, conforme podemos perceber a partir da fala de um dos diretores do clube:

Hoje, na apresentação da pesquisa, falei um pouco com um dos diretores do clube [...] ele disse também sobre como funciona o processo de transferência dos meninos para outros clubes. Afirmou que quando existe interesse de outra equipe por um dos garotos, essa transferência é feita imediatamente. Algum dos funcionários vai até a escola, pega a documentação e o menino pode ir embora no mesmo dia em que outra equipe declara o interesse pelo *jogador*. Me alertou, inclusive, que isso poderia ser um problema para a pesquisa (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).

Sobre esse tema, J. também se referiu aos colegas de clube fazendo alusão ao vínculo familiar: “Aqui num dá pra falá em colega, em amigo...aqui a gente é tudo irmão. Às vezes eu prefiro ficá mais aqui do que em casa” (J., ENTREVISTA, 2015). Este voluntário também vivenciou uma situação de afastamento de um colega. No entanto, neste caso, a dispensa do rapaz foi motivada por sua idade, considerada demasiado avançada para que

pudesse obter um bom contrato profissional. Neste ponto, entramos no segundo item de análise da relação do atleta com seu corpo.

Durante a sessão de autoconfrontação, especificamente ao longo do debate da relação dele com o colega de posição, J. declarou que ele e F. (companheiro de equipe que também era goleiro) haviam se afastado. A pesquisadora procurou explorar esse acontecimento e o que ele despertava em J.:

J: agora num dá mais pra vê não, ele mora em São Paulo. Aí fica meio difícil de i pra lá pra vê ele.

P: Mas, ele saiu do clube?

J: Saiu [abaixa a cabeça]. Ele foi dispensado.

P: teve...teve alguma razão, cê sabe o que aconteceu?

J: Então, é mais pela idade, né. Por ele sê 98 e o [nome do clube] Procura ao máximo tê mais jogador novo. Então, pelo fato dele já...dele já tê 17 e tudo mais, fazê 18. Então num tinha pra onde mais ele ficá. Aí tentou mandá ele pro [outra equipe da mesma cidade] e ele num passô lá. Aí o jeito foi mandá ele embora.

P: e você sabe porque o [nome do clube] procura garotos mais jovens?

J: então [passa a mão sobre a joelho. Balança a cabeça]. Certo assim eu num sei. É que hoje futebol também é... pede bastante isso, né. Cara novo. Num dá mais valor nas pessoas mais velha assim. Mais ele eu acho um bom jogador [referindo-se ao colega]. Um excelente jogador. Pela idade dele... ainda (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015, [acréscimo nosso]).

A partir da fala de J., percebemos que a questão da idade parece se manifestar como característica da própria estrutura do futebol moderno. Em particular, esse ponto se traduz numa tendência a antecipar cada vez mais o período de especialização esportiva de modo a promover a maturação do atleta para uma modalidade específica ainda em idade precoce. Com isso, instala-se uma supervalorização do novo e aquele que é considerado *velho* dentro daquela estrutura ou para aquela finalidade é repellido. Porém, nosso voluntário problematiza essa díade novo-velho e revela o estranhamento com relação a naturalidade que a tese que advoga em favor do mais novo é aceita no futebol

Pra mim o cara só num é *velho* [fica pensativo] quando ele cheg... quando ele tá com uns... [encurva o corpo para trás]. Uns trinta e poucos ano aí. Ele já tá... mais velho assim. *Pro futebol!* Porque hoje exige muito. Dependendo do time que cê vai, então, é mais correria. No outro já é mais toque de bola. Tem cara que até... o Rogério Cêni memu. Ele tem 42, eu acho [levanta os ombros] e joga até hoje. *Então, pra mim, o futebol não tem idade. Joga*

quem gosta, quem sabe, quem qué. Pra mim num tem essa de idade não [balança a cabeça, olha em direção à pesquisadora e abre um sorriso]. Se o cara quisé e tivé bem e quisé jogá até cinquenta ano ele pode jogá (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

Aqui, a fala de J. nos auxilia no sentido de relacionar essa característica da estrutura do futebol ao processo de modernização da modalidade. O jovem faz referência ao estilo de jogo (“mais correria”) como o aspecto que condiciona a demanda por atletas mais novos. Conforme vimos no primeiro capítulo, a ênfase na dimensão física passa a ocorrer no futebol brasileiro a partir de meados de 1960, quando o futebol nacional, ao ser confrontado com o moderno futebol europeu, começa a ser considerado obsoleto. Em vista disso, todo o processo de fabricação de jogadores, agora racionalizado e científico, passa a ser direcionado no sentido único de potencializar suas competências físicas, técnicas e táticas, de modo a atender o segundo pressuposto da modernização do futebol: a obtenção de vitórias e consequente obtenção de lucros. Neste cenário, as vias científica e empresarial da modernização do futebol aliam-se, convergindo para instituir neste uma cultura polarizada que tem como base de sua sustentação um princípio pseudobiológico, que serve, neste contexto, à criação de uma tautologia “o novo é bom, valioso, útil, versátil” e “o velho é limitado, medíocre, ultrapassado, ruim”. Parte-se, aqui, do pressuposto da gestão empresarial capitalista do *humano como recurso* que pode ser, portanto, aproveitado ou descartado.

Assim, vemos operar a modernização no futebol. A apropriação feita pela organização social capitalista de uma prática humana e que, ironicamente, a forja com base em conceitos que negam a própria humanidade tanto na sua condição afetiva e de sociabilidade, quanto na sua flagrante condição orgânica. Funda-se, desta maneira, a produção de subjetividades e tipos humanos alinhados aos pressupostos e à lógica do sistema econômico-produtivo e que, por sua vez, condicionam o desenvolvimento das relações sociais. À vista disso, o futebol, incorporado ao mercado, passa a funcionar mais como uma empresa privada, preocupada com a negociação de suas mercadorias e com a maximização dos lucros, que como entidade social voltada à potencialização e desenvolvimento integral do humano, como frequentemente anunciado pelo discurso oficial adotado na promoção da ideia esportiva.

Neste cenário, o atleta, protagonista do espetáculo esportivo e figurante nas decisões que concernem a sua própria vida, é a representação da forma humana ideal, em particular, naquilo que diz respeito ao universo do trabalho. Ele ignora a dor, a doença, o

sofrimento, controla suas emoções, anseia por participar do jogo independentemente de suas condições, submete seus estados fisiológicos e afetivos aos objetivos máximos e gerais: render, produzir e vencer! Incorpora e executa o papel do herói no contemporâneo, tornando-se, por isso, modelo a ser repetido.

A combinação entre os ideais do discurso esportivo e do discurso da empresa é discutida por Ehrenberg (2010), em sua obra *O culto à performance*. Nesta, o sociólogo pontua como o esporte tem sido adotado enquanto prática de gestão de pessoas no universo corporativo e, igualmente, como a lógica e os modelos de ação deste têm sido incorporados ao domínio esportivo, especificamente entre atletas que procuram gerir sua *imagem*. Ehrenberg (2010) sinaliza, ainda, que os diversos símbolos que caracterizam o contexto desportivo têm sido adotados como referencial e modelo para a difusão de um padrão de ação na sociedade, de modo a converter o esporte em um *estilo de vida*.

Outrossim, ele discute como o atleta se constitui na figura do herói no contemporâneo, figura esta que é considerada como a representação típica do homem moderno. O autor marca, porém, uma diferença fundamental na relação da sociedade com essa imagem: não se trata mais de suscitar um ato contemplativo para com os feitos atingidos por essa personagem e sim de incitar a adoção daquele sistema de valores e do padrão de ação empregado por ela. Isto se tornou possível, segundo ele, a partir de uma mudança fundamental na própria narrativa esportiva, em que o atleta-herói não mais se localiza como ser superior à humanidade. Pelo contrário, sua condição humana é constantemente lembrada e exaltada. Isto desencadeia dois efeitos principais: garante que seus feitos atinjam o patamar do extraordinário e, ao mesmo tempo, estende a *possibilidade* destas realizações ao alcance do homem comum (EHRENBERG, 2010).

Aqui, o que interessaria, segundo o autor, é estimular uma transferência da responsabilidade sobre si mesmo, comprometendo e implicado a cada um na tarefa de formar sua autonomia e garantir sua inserção social. Deste modo, a realização e o desenvolvimento do sujeito se tornariam menos ligados ao domínio das ações e políticas públicas, tornando-os uma responsabilidade *pessoal e intransferível*:

A nova mitologia esportiva [...] *forja o indivíduo*, um indivíduo heroico que assume riscos, em vez de buscar proteger-se deles por meio das instituições do Estado-providência; que busca agir sobre si mesmo, em vez de ser comandado pelos outros (EHRENBERG, 2010, p.25).

O esporte serve a essa lógica, uma vez que é reconhecido como o lócus onde opera o princípio máximo do mérito: os vencedores são merecedores de sua conquista que, aliás, foi obtida única e exclusivamente por meio de sua ação individual. Na competição esportiva, a justiça do resultado final é considerada legítima, desde que assegurado o cumprimento das regras que regem o jogo, o que garantiria a todos os competidores uma disputa em condição de *igualdade*. Logo, o atleta vencedor é um indivíduo que se basta a si mesmo, completo: “O esporte define a imagem do indivíduo ideal: um indivíduo puro, sem raízes e sem passado, que não se refere a nada, a não ser a si mesmo” (EHRENBERG, 2010, p.25). Esta afirmação do autor é facilmente verificável em declarações de atletas de alto rendimento, Zlatan Ibrahimovic, futebolista sueco, e Simone Biles, ginasta norte-americana, são exemplos disso. O primeiro, com diversas falas polêmicas, ao ser questionado sobre seu estilo de jogo, afirmou: “Jogo no estilo-Zatlan”. A jovem ginasta, por sua vez, ao ceder entrevista após conquistar a segunda medalha de ouro nos Jogos do Rio, declarou: “Eu não sou o próximo Usain Bolt ou Michel Phelps. Sou a primeira Simone Biles”.

Assim, notamos que o referencial esportivo funciona, de fato, como via adequada à difusão de uma cultura centrada no indivíduo produtor do seu próprio mérito. Elementos associados a esse tema também foram flagrados nas falas dos nossos entrevistados. Durante a entrevista com M., ele comentou sobre sua passagem em outro clube:

No outro clube, assim, que eu tava. Todos os técnico, assim, gostava de mim e eu já tava quase passado, né? Pra continua lá. Mais daí eu deixei de... eu cai de produção, pensando que eu já tava dentro. Daí eles mandaram eu i embora. Daí o próximo...daí eu falei pra minha mãe, né, que o próximo teste que eu ia fazê eu ia passa de um jeito ou de otro. Daí foi aqui e eu passei (M., ENTREVISTA, 2015).

Neste excerto, vemos que M. relaciona como única causa de sua desvinculação com o clube anterior a sua ação individual. Ele fora o único responsável por seu próprio fracasso. Igualmente, ao obter o sucesso e a aprovação em outra equipe, entende que o feito resultou, exclusivamente, de seu empenho e dedicação pessoal. A fala de J. sinaliza que este jovem também entende o comprometimento e a aplicação individual como elemento central e determinante para galgar seus objetivos. No trecho a seguir, a pesquisadora e o voluntário dialogavam sobre a percepção dele acerca de sua posição (goleiro):

E... também sobre o treino. Treiná igual a gente, a gente tem que treiná de manhã e à tarde. Enquanto que os jogador de linha treina só à tarde. Então é bem, bem difícil. Porque aí a gente treina de manhã, acorda cedo. Aí vai, treina à tarde. Aí de noite tem que i pro colégio e acaba dormindo tarde e tem que acordá cedo no outro dia. Então é bem difícil. *Exige bastante determinação*. Claro, tanto golero quanto jogador de linha. *Só que golero tem que sê esforçado* (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015)

A fala do jovem articula-se a outra, na qual a narrativa produzida repete aquela tradicionalmente divulgada na mídia esportiva: o enfretamento das dificuldades, a superação dos obstáculos que se interpõem entre o sujeito e sua realização pessoal. No trecho apresentado, J. comentou sua rotina:

Então, saio do treino à tarde e já vou direto pra casa, ainda mais agora que a gente tá tendo seis aula [reposição em função da greve da educação no estado do Paraná no ano de 2015], aí começa seis e meia. Aí o treino acaba e eu já correndo tomá banho. Aí eu ligo pro meu pai, às vezes ele tá saindo do serviço e passa lá no (nome do clube) pra pega eu, pra dá tempo. Ou, senão, ele espera eu no terminal. Mais agora que ele tá fazendo CEBEJA, num tá dando, porque é o mesmo horário. Então, tem que...acaba o treino, tomo banho correndo, já pego o ônibus, desço em casa, janto, às vezes num dá tempo de janta, aí eu vou pra escola e a hora que eu chego eu janto. É bem corrido, mais é o que eu quero, então tô indo atrás [olha pra baixo e fica em silêncio] (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015,[acréscimo nosso]).

A aceitação resignada das condições adversas é, como vimos anteriormente, recorrente nesse contexto, podendo, às vezes, ser entendidas como etapas necessárias e que caracterizam o processo de busca pela realização do sonho e de si mesmo. Esse tipo de narrativa, como já afirmamos, é amplamente divulgada pela mídia esportiva e, frequentemente, incorporada pelos próprios atletas já profissionalizados e que se destacam no meio esportivo. Para ilustrar a participação dos discursos produzidos por esses profissionais na constituição da narrativa dos próprios jovens, gostaria, agora, de reproduzir um trecho do diário de campo que retrata o dia em que os garotos receberam a visita de um atleta profissional e que tem visibilidade na mídia mundial.

O dia em que se fez girar a máquina do desejo. Neste dia os garotos receberam uma visita inusitada no clube: Fernandinho, atleta do Manchester

City e da seleção brasileira. O atleta visitou o treino das categorias sub-15 e sub-17, falou de sua trajetória, das dificuldades enquanto estava na categoria de base, mas que tudo compensou porque ele conseguiu vencer “o importante é a gente sonhar, batalhar” (sic). Os meninos ficaram fascinados ao ouvir o atleta e faziam perguntas que denotavam a existência de certa idolatria: qual foi seu maior desafio? Qual foi sua maior decepção? O atleta contou a tradicional história do menino pobre, negro e da periferia que conseguiu vencer no jogo e na vida (ou no jogo da vida) devido à sua dedicação e por ter acreditado em si mesmo. Relatou as coisas que conheceu, os países que já visitou, as emoções sentidas durante a copa no Brasil “mesmo com a derrota do 7x1 a emoção de jogar uma copa no Brasil é demais” (sic). Todos estes relatos contribuem, num certo sentido, para endossar a glamorização que recobre a profissão de atleta. O fato de o clube contar com visitas esporádicas de atletas é uma estratégia poderosíssima para fazer girar a máquina do desejo naqueles garotos, pois a mensagem passada nas entrelinhas é “se ele conseguiu vocês também conseguem”. O presidente do clube, que acompanhou o atleta nas visitas, aproveitou a presença do mesmo para reforçar a responsabilidade da vitória cabe exclusivamente aos jovens “só depende de vocês” (sic) e que é importante permanecer alerta, pois “a oportunidade pode aparecer em qualquer momento, por isso vocês têm que estar sempre prontos” (sic). Outra fala interessante do presidente foi “as convocações que o Fernandinho tem hoje é fruto de um currículo que ele começou a construir desde lá atrás, nas categorias que vocês estão hoje” (sic). Esta fala, além de deixar subentendido que a etapa na qual os jovens se encontram já deve ser considerada como trabalho, traz novamente o elemento da responsabilização do jovem pelo sucesso no futuro. A presença de figuras como esta ajuda a criar uma identificação com o ídolo, afinal eles estão no mesmo lugar de onde o profissional bem-sucedido saiu, alimenta o sonho de permanecer ali, de superar os próprios limites, introjeta nos garotos a responsabilização sobre seu futuro profissional, contribuindo para desenvolver autodisciplina e autocrítica com a própria performance, por vezes, em níveis exorbitantes (DIÁRIO DE CAMPO, 2015).

O trecho, apesar de extenso, é esclarecedor da maneira como a cultura do mérito encontra-se enraizada no domínio esportivo, servindo-lhe como um canal para sua propagação e naturalização generalizada. A presença desse tipo de valor também pode ser encontrada em diversas canções que abordam o esporte. Aqui, destacamos uma canção de autoria de Mc Guimê e Emicida. A letra da música *País do futebol* enaltece aqueles que conseguiram superar as adversidades encontradas na trajetória heroica e afirma a garantia das recompensas prometidas àqueles que se empenharam na luta pela profissionalização, em particular a fama, o reconhecimento e o poder: “Ontem foi choro, hoje tesouro/E o povo grita ‘tá bonito’/Eu sou da zona norte, Fundão/Swing de vagabundo/ *Dos que venceu a desnutrição/ E hoje vai dominar o mundo/No flow, por onde a gente passa é show/Fechou, e olha onde a gente chegou*” (MC GUIMÊ; EMICIDA, 2013, grifo nosso). A música ainda conta com uma participação do atleta Neymar Jr., em que o futebolista declara que não se deve desistir e que

mesmo com as barreiras é fundamental continuar acreditando no sonho. A busca pela ascensão socioeconômica, via futebol, como podemos ver, direciona-se exclusivamente à produção do indivíduo vitorioso, alijando da representação simbólica da modalidade qualquer resquício de vínculo ou referência à coletividade e ao compromisso com a mudança da estrutura social instituída na sociedade capitalista. A suposta mudança social via esporte torna-se restrita, aproximando-se mais de uma promessa reservada àqueles que conseguem se destacar por seu *mérito próprio* e se diferenciar da massa amorfa e homogênea, que de um mecanismo capaz de promover a ação política com vistas ao questionamento da ordem e do *status quo*.

No entanto, não é apenas o referencial esportivo que sai dos cenários tipicamente habitados por ele. Ehrenberg (2010) destaca que há, também, uma incorporação de determinados padrões de ação, característicos da gestão empresarial, no domínio esportivo, tanto na maneira de administrar o sistema esportivo como na própria conduta dos atletas. Focaremos este segundo aspecto que, como veremos, associa-se a outro tema já debatido nesta pesquisa: a sociedade do espetáculo.

De acordo com Ehrenberg (2010), assim como o esporte sai do esporte e atinge outros segmentos da vida social, também a empresa sai da empresa e dilui-se na dinâmica da sociedade contemporânea. O autor aponta para uma modificação no próprio sentido de empresa que, segundo, ele não se refere mais à “[...] uma acumulação, ainda que sempre se trate de acumular, mas uma maneira de se conduzir: o fato *de empreender qualquer coisa*. Ela simboliza uma criação pessoal, uma aventura *possível a todos*” (EHRENBURG, 2010, p.48, grifos do autor). Este novo modelo de ação tem por função principal reafirmar a ideia do indivíduo que se produz a si próprio, é o ponto de origem de si mesmo e único responsável por seu sucesso. Ainda, serve para afastar os resquícios de uma hierarquização social pré-moderna que se pautava em termos de hereditariedade, na qual a posição social e o reconhecimento que dela advinha eram herdados a partir do nome e do nascimento.

Pois bem, no contemporâneo, o que se passa é diferente: a possibilidade de ascender na escala social é estendida a todos – tornando-se mesmo uma regra. Essa *liberdade* de mobilidade social, no entanto, é antes uma “[...] *liberdade de performance individual*” (EHRENBURG, 2010, p. 54, grifo nosso), cabendo ao próprio indivíduo à tarefa de, por meio de sua trajetória pessoal, conquistar esse lugar, *o seu lugar*. Esses elementos estão presentes na fala de nosso voluntário, J. Durante a entrevista, a pesquisadora o questionou sobre contatos com empresários ou agentes. J. respondeu que já havia feito contato com o

empresário que agenciava a carreira de seu primo, naquele momento jogador da equipe sub-17 do Real Madrid. Ao perguntá-lo sobre a relação deles, J. fala:

Ah, ele falou assim que o que eu precisá ele tá... ele vai me apoiá. Se eu precisá de uma chutera, alguma coisa assim ele vai dá. Mas é coisa assim que eu num peço assim [...] Não. Eu nunca fui chegado assim em... às vezes os muleque vem falá... *mas é que eu num gosto, eu quero comprá com o meu dinheiro, essas coisas. Que aquilo lá foi a batalha dele que deu aquilo pra ele. Eu quero tê a minha batalha pra mim tê as minhas coisa* (J., ENTREVISTA, 2015, grifo nosso).

Notamos, com base no excerto acima, que a ideia de trajetória pessoal e de ação individual para a conquista de uma determinada ambição, aqui ligada aos ganhos financeiros e à aquisição de materiais esportivos para o exercício do trabalho, é significativa para J. O jovem parece desprezar qualquer possibilidade de auxílio externo, quer vencer por si só, provando sua capacidade e sendo reconhecido por seu próprio *mérito*.

Segundo Ehrenberg (2010), essa busca pelo reconhecimento de si mesmo, enquanto indivíduo que deve ser valorizado por suas idiossincrasias, encontra sua forma mais bem delineada na figura do empreendedor. A atuação dessa personagem seria orientada pelo padrão de ação da lógica de empresa que, como falamos anteriormente, está ligado à capacidade de empreender qualquer coisa, até mesmo a si próprio, ou melhor, uma imagem de si. Para tanto, porém, é necessário fazer-se visível, destacar-se em algum campo da atividade social de tal modo que o sujeito se torne *digno* de ser visto, percebido.

Este aspecto também configura uma preocupação para o futebolista que tem na difusão de sua imagem o meio para capitalizar-se, tornando-se um produto desejável. No contexto por nós investigado, essa preocupação com a imagem de si desdobrou-se em dois níveis distintos, porém complementares: o anseio pela fama e a necessidade de *ser visto* pelos próprios companheiros e pelo técnico.

O primeiro dos itens destacados decorreu de uma observação feita pela pesquisadora enquanto realizava as filmagens dos atletas voluntários. O fato foi registrado no diário de campo, conforme segue: “Enquanto fazia o vídeo do treino de M., um dos colegas dele, que passava próximo à câmera, falou ‘Isso, filma mesmo! Daqui uns cinco anos isso vai valer muito. Vou estar famoso’” (DIÁRIO DE CAMPO, 2015). Aqui, notamos que o próprio método adotado para a coleta de dados já foi um instrumento que possibilitou a emergência do

sentido que o futebol pode ter para os jovens: uma via para atingir a visibilidade social proporcionada pela fama que recobre o futebol de espetáculo na atualidade. Este ponto corrobora com os achados de Seda (2014), que, em sua pesquisa com jovens praticantes de futebol na Vila Olímpica Mangueira (RJ), constatou que o futebol é para eles um instrumento de busca pelo reconhecimento e visibilidade social.

No tocante ao segundo item destacado – a necessidade de se fazer visível no próprio meio profissional, – temos algumas falas de J. que sinalizam tal aspecto. Durante a discussão sobre o posicionamento de J., ele afirma:

Então, é bom sabê que o time pode contá com você e que você tá ali. Cê se impõe mais em jogo, cê mostra que cê tá ali. Golero não fica só debaixo do gol. Ele aparece ali. Igual, quando a gente começô a jogá assim, eu apareci no jogo, eu aparecia bastante. Tanto que o C. (treinador geral) falava que eu pegava mais na bola que certos jogadores de linha. Porque eu, tipo, a bola veio aqui do lado e eu falava ‘deixa em mim e tal’ [...] *É arriscado [acena positivamente com a cabeça], claro. Mais é bom sabê que cê tá ali pá jogá e tudo mais* (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

De acordo com o jovem, apesar de correr mais riscos jogando dessa maneira, ele prefere adotar esse posicionamento, pois, assim, consegue aparecer para o time. Ele destaca, ainda, que, tradicionalmente, o goleiro não era considerado como jogador, pois restringia sua ação a um raio bastante limitado.

Então, eu sempre [olha pra baixo], sempre...praticamente todos golero, né, sempre foi mais aqui debaixo do gol. Tanto que os cara fala ‘ah, golero num conta, num sei quê’ tudo mais. Mais depois disso, golero passô a sê bem importante. Porque, ele num fica tão apagado do jogo. Faz uma defesa, duas, tudo mais. Mais num faiz o que faiz agora, igual, de saí e dá de cabeça fora da área ou chutá uma bola, dividi com atacante fora da área (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

Aqui, percebemos que a imagem se torna um item crítico para a avaliação da performance profissional. Segundo J., esse tipo de atitude de sua parte contribui para que a equipe, e também o treinador, confiem mais nele, o que é fundamental para o bom desenvolvimento do trabalho.

P: cê acha que o goleiro se diferencia do outros jogadores? J: ah sim. O goleiro tem que ter personalidade. (áudio comprometido). Mas o goleiro é o último. Então tem goleiro que tá começando agora a jogar adiantado e isso ajuda bastante a mostrar a personalidade assim né. P: cê acha que o goleiro que faz isso, qual é a diferença dele com outros goleiros? J: ah num é muita diferença, mas é que dá mais confiança (J., ENTREVISTA, 2015).

Essa preocupação com a maneira como aparece para os colegas de equipe e para o técnico não diz respeito somente ao momento da partida em si, conforme J. aponta em sua fala a respeito dos treinos que são baseados na repetição exaustiva do mesmo tipo de jogada:

Ah, é bom. É bom, porque daí se eu tô bem e eu saio na bola o zagueiro pega confiança em mim. Se eu tô lá e num consigo sair e o zagueiro tira de cabeça, eu pego confiança nele. Porque eu sei que se eu num consegui ele vai tá lá. Às vezes, claro, num vai dá pra nenhum de nós dois, mais tem a confiança, né. Que ele tá ali, se eu num consegui sair, ele vai tá ali (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

Neste ponto, J. revela que ele também utiliza o momento do treino e a performance dos colegas para avaliá-los. Neste sentido, o treino parece ser um momento de exposição e avaliação também entre os próprios atletas, uma vez que é o momento de *mostrar-se para o outro* tanto quanto de *perceber esse outro* e, a partir disso, definir se há confiança na relação para o desenvolvimento do trabalho. Isto remete àquilo que é declarado por Debord (2003) de que “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediatizada por imagens” (DEBORD, 2003, p. 14). A imagem de si e a imagem do outro são colocadas no nível de critério a partir do qual se definirá a existência ou não da confiança no círculo profissional, tornando-se ícones determinantes da maneira como se desdobrará a relação social naquele contexto.

Assim, o padrão de ação adotado pelo futebolista, tomando como base as falas de J., revela que este está mais próximo da figura do empreendedor que a do atleta, segundo a definição de Ehrenberg (2010). Para este, o empreendedor, além de ser aquele que assume os riscos e admite a existência no ambiente instável do mercado, propondo-se à reinvenção constante de si mesmo, ainda apresenta verdadeiro desprezo em relação ao fracasso. Segundo

Ehrenberg (2010), enquanto o fracasso/derrota denota a humanidade na figura do campeão esportivo, no universo empresarial ele é “[...] impensável porque só ganhar conta” (EHRENBURG, 2010, p. 63). Mesmo que sua existência seja reconhecida, não deve desdobrar-se num drama ou tragédia. Assim, o fracasso é visto tão somente como uma das consequências envolvidas no *jogo*, sendo considerado antes uma oportunidade que um evento catastrófico. E, aqui, vale trazer a afirmação do autor, que destaca a importância da imagem nesse *jogo*:

Se o atleta não é sempre um vencedor [...], um ganhador deve sempre produzir, prioritariamente, *a imagem* do vencedor, a performance sendo nada mais do que um subproduto. *A retórica da aparência precede, necessariamente, a realidade que não é mais nada que a ilustração* (EHRENBURG, 2010, p.63-64, grifo nosso).

A primazia da vitória na dinâmica do trabalho do atleta de futebol fica clara em diversos momentos da fala de ambos os voluntários. Na cena em que mostrava a comemoração da equipe de M. após marcarem o gol, a pesquisadora interroga-o sobre o significado daquele momento: “P: Como que é o momento do gol? M: Ah... é que... nós só treina pra fazê o gol né, pra ganha” (M., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015). Durante a entrevista com J., a pesquisadora o questiona sobre o que ele entende como sendo o objetivo do futebol: “Ah, ganhá! Ganhá. *O objetivo de sair vencedor independente do que aconteça* [...] O futebol hoje vive disso, né? De vitórias. Se você entra pra perdê num adianta. Por isso tem entrá focado pra ganhá. Mas perdê, assim, é normal. Num pode é acostumá a aceita a derrota” (J., ENTREVISTA, 2015). Neste trecho, notamos que, além da importância da vitória – que, como veremos, assume o caráter de um fim em si mesmo, – o jovem entende a derrota como parte do processo, sem, no entanto, aceitá-la.

No caso específico de J., essa relação com o fracasso, aqui entendido como a não consecução de um objetivo pré-estabelecido, extrapola o universo da sua atuação no futebol, apresentando-se como uma postura do jovem diante da vida. Isto pode ser percebido no trecho a seguir, em que a pesquisadora e o jovem debatiam sobre a possibilidade da não realização do *sonho*: “Ah, é difícil, porque, sabê que eu passei um tempo batalhando pra isso e num consegui é complicado. Mas daí tem outras opções, num é por isso que eu vô desistir da vida, larga tudo, mas é complicado” (J., ENTREVISTA, 2015).

Há de se destacar, também, outra característica apontada por Ehrenberg (2010) como própria do indivíduo empreendedor e que está presente na fala de um dos nossos voluntários: a assunção de riscos. Na fala de J., poderemos notar que há uma relação entre as ideias de *arriscar-se* e *assumir riscos*, em que um implica no outro, mas adquire a conotação de caminho possível para obter o destaque e a diferenciação no grupo massificado de atletas. O excerto destacado a seguir teve como apoio as cenas em que se mostrava o posicionamento de J. durante os treinos coletivos. O jovem tem o hábito de jogar mais adiantado, num modelo chamado por ele de *goleiro-líbero*:

P: E o que você acha desse tipo de jogo?

J: Olha, é arriscado. *Mas é bom de jogá assim. É bom sabê que cê tá jogando correndo o risco e esse risco tá tudo na sua mão.*

P: É boa essa sensação?

J: É [risos]. Porque qualquê momento se pode sabe que cê vai...que cê pode tomá um gol de cobertura. Que já tentarô bastante (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

Em outra cena, durante o treinamento de goleiros, o treinador chuta a bola na direção do gol e J. aparece *matando a bola no peito*. A pesquisadora o questiona acerca disso:

P: Cê costuma fazer esse tipo de jogada durante o jogo?

J: Então, quando eu tenho a oportunidade... eu faço [sorri]. Mais acho que em jogo assim eu cheguei a fazê umas duas vezes. Os muleque toco a bola no mei de campo, aí o C. (treinador da equipe geral) pede pra gente jogá adiantado e eu tava adiantado. Aí ele chuto pra fazê o gol. Aí eu dominei no peito, toquei e segui o jogo [risos].

P: e porque esses momentos desses lances?

J: ah, então. É mais pelo respeito [...] (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

Vemos, então, que J., apesar de considerar esse estilo de jogo arriscado, sente-se bem correndo o risco, uma vez que esta situação faz com que ele sinta que tudo dependerá dele (“esse risco tá tudo na sua mão”). Ainda, de acordo com o atleta, esse esquema lhe possibilita realizar jogadas mais ousadas, como defender uma finalização matando a bola no peito, o que funcionaria, na dinâmica do jogo, como uma forma de imposição de si e de ser respeitado pelo time adversário.

No entanto, a prioridade da ação parece estar mais ligada à supressão do erro. Tal argumento se baseia no fato de que J., ao falar de suas atitudes ou as de seus companheiros em campo, enfatiza que o principal é fazer o mais simples a fim de evitar o erro, conforme podemos constatar nos trechos a seguir: “Ah, eu procuro só conversá com a zaga, assim ‘ó, num pode acontecê isso. Se precisar eu tô aqui atrás. *Procura fazê o simples*. Se num dá pra tocá pra trás, tira a bola’. Essas coisa assim. *Falo pra eles fazê o mais simples possível, pa...pra num erra*” (J., ENTREVISTA, 2015, grifo nosso); “Vô fazê o mais simples, pra num erra. Mais se dá pra fazê uma coisa mais complicada eu faço [ergue o corpo e abre um sorriso]” (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015, grifo nosso). Neste segundo trecho, J. e a pesquisadora discutiam uma cena em que um erro do colega de zaga exigiu que ele dividisse a bola com o atacante da equipe adversária. Em outro momento onde o tema da discussão era similar a este, percebe-se que J., apesar de ter uma postura empática em relação ao erro do colega, justifica sua atitude a partir da preocupação do que a recorrência daquele erro poderá acarretar em prejuízo para ele:

Ah, então [olha pra baixo]. Eu procuro... apoiá. Igual ali eu falei ‘toca forte quando for assim’, porque é melhor ele tocá forte e eu num consegui dominá e tê que dá um chute, do que entregá tudo pros cara. Então eu num fico ‘ah, sei quê’, xingando e tudo mais. Procuro apoiá, pro cara num ficá mal. Porque daí se eu xingo e *ele ficá mal, ele vai ficá sem confiança pá jogá. Aí toda bola que ele for recuá, ele vai recuá fraco, ele vai recuá errado* [...] Cê percebe que tá errado, cê tem que fala, *porque cê sabe que pode prejudicá você* [ênfase na voz] e o time intero. Porque se eu vejo que o cara tá nas costas e eu num falo, que que acontece? O cara manda uma bola e o zaguero num viu. Aí o atacante sai cara a cara comigo. *Eu tomo o gol. Prejudicô eu e prejudicô o time* (J., AUTOCONFRONTAÇÃO).

À vista destas considerações, percebemos que a preocupação com o desempenho da equipe e a performance os colegas parece ser motivada pela apreensão em relação à própria performance. Neste ponto, cabe destacar a fala de Ehrenberg (2010) no tocante à formação da identidade: “Ela é também (sobre tudo?) o que se constrói em um projeto inteiramente voltado ao futuro por uma performance individual” (EHRENBURG, 2010, p. 69). Deste modo, o coletivo profissional, aparentemente, deixa de ser uma referência para a constituição do sujeito e da produção de sua identidade no trabalho e com sua classe social, tornando-se elemento a ser levado em consideração apenas a partir do momento em que a atuação do outro

interfere no projeto pessoal daquele que busca afirmar-se enquanto indivíduo, diferenciado e idiossincrático.

Gostaria, agora, de fazer uma breve pausa na discussão apenas para observar que, apesar da análise feita até aqui poder conduzir para uma interpretação em que, supostamente, se estaria culpabilizando ou condenando o sujeito, esta não foi nossa intenção. Como debatemos no segundo capítulo dessa dissertação, rejeitamos a abordagem que parte da ideia de um sujeito enquanto unidade atomística, apartado da estrutura e da realidade histórica, social e cultural. Consideramos, antes, que são as condições sócio-históricas que condicionam o desenvolvimento do sujeito, podendo este manter relações de consentimento e harmonia ou de ruptura, contestação e oposição com tais condições e as formas de vida que elas suscitam. Logo, nossos sujeitos são tão somente expressões de modos de vida possíveis na conjuntura da sociedade e do futebol modernos.

Tal como citado anteriormente nesta subseção da análise, a trajetória do sujeito tem como finalidade exclusiva a conquista da condição de indivíduo, tomando a si mesmo como única referência neste projeto. Neste processo, o próprio percurso desenvolvido é relegado ao plano secundário, bem como a área onde se desdobra a consecução do sucesso e da conquista da ambição desejada. Como pontua Ehrenberg (2010), “[...] o importante não é o fato de vencer em um domínio nobre, mas vencer, pura e simplesmente [...] *O objeto do sucesso é acessório com relação ao fato exclusivo de ser bem sucedido*” (EHRENBURG, 2010, p. 66). No caso do futebol, colocado sob análise nesta pesquisa, isso se expressa na própria ausência de significado que parece existir com relação à ideia de vitória. Como nossos dois entrevistados afirmaram, no futebol o que conta é vencer. Porém, ao procurar explorar em que reside a importância desta meta, nos deparamos com uma explicação circular, conforme segue:

P: Tá...eu queria, então, que você falasse da importância dessas duas coisas: da vitória e da derrota. Por que que ganhá é tão importante e perdê parece que é uma coisa... negativa, né?

J: Então, é que assim, se perde cê fica... num fica bem, né. Perdê ninguém gosta de perdê. Então a gente procura ao máximo não perdê, porque é ruim. Porque se você perde um jogo, cê vai desanimado pro outro que cê perdeu. Daí, cê só vai desanimando e só vai perdendo. Então a gente procura só ganhá. Claro, perde tal e tudo mais, a gente aceita. A gente num pode é acostumá com a derrota. A gente aceita. Só que num pode acostumá. Então a gente procura sempre ganhá. Ganhá é um objetivo (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

Nesta fala, notamos que a vitória adquire o status de um princípio que possui um fim em si mesmo, de modo que a ação do atleta não teria outro horizonte além deste. Não se trata mais de vencer para atingir um ponto pré-estabelecido: a linha de chegada desapareceu. A demanda, agora, é por manter-se ativo. Igualmente, a competição e a concorrência não mais são referidas apenas ao outro: é necessário superar-se a si mesmo, diferenciar-se de si próprio. Isto é abordado por Ehrenberg (2010) ao comentar a participação e a função da aventura de massa na vida moderna. De acordo com ele, enquanto a aventura realizada pela elite “[...] se define por um desafio a si e a todos que se exprime ‘como primeira vez’ [...]” (EHRENBURG, 2010, p. 33); na aventura de massa, o desafio é direcionado somente a si mesmo, tornando-se, assim, mais próximo a uma ideia de *autodesafio* em caráter cíclico. Assim, trata-se de um movimento constante, voltado à provação de si para si “Para Coubertin, o importante era participar. Para nós, o essencial seria ter feito coisas, ter vencido sua própria performance. Vitória no vazio, sem dúvida, mas vitória vivida em nome de si mesmo sobre si mesmo” (EHRENBURG, 2010, p. 33).

A supremacia da vitória como princípio que rege a finalidade da prática esportiva converte-se numa exigência sobre si mesmo, adquirindo contornos de uma demanda pela performance sem limites e que se expressa por meio da necessidade de estar sempre bem. Isto pode ser notado na fala de J., quando ele e a pesquisadora falavam a respeito da importância e o sentido do vencer:

P: A outra coisa que eu queria que você comentasse um pouco é sobre... você falou assim “num pode tomá o gol nunca”, “é inadmissível pra gente” e “a gente tem que procurá sempre tá perfeito”, alguma coisa desse tipo... eu queria que você falasse um pouco de como que é de precisá tá perfeito o tempo todo.

J: Então, é porque jogador ele...[fica pensativo] exige bastante dele...qualquê um né, treinador, tudo...futebol exige bastante dos jogadores, então a gente tem que procurá sempre tá dando o melhor possível pra i prum time e num passá dificuldade lá. Então, a gente treina aí, se mata aí, pra chegá lá, chegá no time grande e tá bem. *Por isso a gente procura tá sempre bem, sempre perfeito pra gente saí pra time e num passá dificuldade*, disputando espaço e... esses negócio. Pra chegá lá bem e já jogá.

P: Onde que é lá pra você?

J: Ah, qualquer time que você vai hoje em dia você tem que tá bem. *Porque se você tivê mal os cara vai chegá e vai falá 'não, pode i embora, pra gente você num serve'*. Então a gente procura tá sempre bem pra...pra qualquê time. Qualquê time que você vai você tem que tá bem [Passa a mão no rosto. Fica pensativo] (J. AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015).

Neste sentido, percebemos que, novamente, o indivíduo é colocado na posição de destaque, o responsável por produzir-se e manter-se como recurso valioso, produto desejável no mercado de trabalho. A condição de mercadoria do atleta, *o trabalhador da bola*, também pode ser evidenciada na fala de J., que demonstra naturalidade ao falar da descartabilidade do futebolista quando este não corresponde às demandas de produção e rendimento que lhes são depositadas.

Por meio dos elementos destacados até aqui, é possível notar que a preocupação central daqueles que são as figuras em evidência no espetáculo esportivo está ligada à imagem que se produz de si mesmo. Esta pode ser entendida como o produto principal em circulação nesse mercado e que acarreta uma redução da pessoa do atleta, como dissemos no primeiro capítulo ao discutirmos alguns elementos da sociedade do espetáculo: o representado tem a primazia sobre o real, assim como a forma sobre o conteúdo. Lembrando, ainda, que tal como também já ressaltamos, essa construção imagética é a reunião arbitrária de uma realidade fragmentada, mas que é apresentada como totalização desta. Deste modo, o atleta, para ser percebido e tornar-se objeto de cobiça no universo do futebol de espetáculo, precisa condensar o conjunto de valores tidos como interessantes do ponto de vista daqueles que financiam o espetáculo.

A imagem do atleta é seu produto e, ao mesmo tempo, é a imagem do produto do patrocinador. São vastos os exemplos de esportistas que têm seus contratos revogados em razão de alguma prática, ainda que no âmbito de sua vida privada, que seja considerada como contrária à imagem do produto comercializado pela empresa patrocinadora. A título de ilustração, podemos citar Michael Phelps que, após ser flagrado fazendo uso de Cannabis Sativa, durante seu período de férias, foi suspenso da Federação de Natação dos Estados Unidos e perdeu o patrocínio da empresa de cereais Kellogg's (VIEIRA; MANSANO, 2014).

De modo similar, é também a preocupação com a imagem e com a visibilidade que parece ser atuante na questão que relaciona o arriscar-se e o correr riscos. Como nosso voluntário destacou, apesar de o estilo de jogo (goleiro-líbero) ser mais arriscado, uma vez que ele se posiciona mais adiantado em relação ao gol e fica vulnerável às finalizações de longa de distância, ele sente-se bem ao jogar assim, pois foi esse esquema tático que lhe oportunizou aparecer no jogo: “[...] quando a gente começô a jogá assim, eu apareci no jogo, eu aparecia bastante” (J., AUTOCONFRONTAÇÃO, 2015). Aparecer, aqui, é condição para participar e, consecutivamente, *mostrar seu futebol* para os colegas, para o técnico e, eventualmente, para os caça-talentos presentes nas arquibancadas pouco visitadas dos jogos da base.

No tocante à relação entre o universo futebolístico profissional e o universo do trabalho contemporâneo, coube a Ehrenberg (2010) auxiliar-nos nas aproximações que procuramos realizar entre estes dois segmentos. Ao longo da discussão elaborada a partir da fala dos entrevistados e das contribuições deste autor, notamos que o limite entre a retórica esportiva e da empresa é cada vez mais difícil de precisar. De fato, o padrão de ação de um encontra-se amplamente presente no outro.

O ponto consoante máximo entre eles reside no tipo de sujeito que se produz: um sujeito que se torna o *encarregado* de construir e conquistar sua própria *autonomia*, seu próprio sucesso. Tudo deve convergir para a exaltação do indivíduo, que passa a ser considerado autor e responsável de sua história. Neste cenário, vemos emergir o *Indivíduo S.A.*, que tem como horizonte manter-se atrativo e útil num mercado de trabalho cada vez mais diversificado e descontínuo (WOOD JR.; DE PAULA, 2010). Esse *Indivíduo S.A.*, segundo os autores, incorpora o princípio do empreendedorismo, aplicando-o à sua vida, de modo a criar “[...] uma atitude comercial em relação à própria existência e uma incessante preocupação com o sucesso” (WOOD JR.; DE PAULA, 2010, p. 202). No nível das relações, o outro se torna mais próximo de um recurso ou instrumento para a promoção de si do que um parceiro na constituição de si.

Esses elementos, entremeados num mercado de trabalho caracterizado pela flexibilização e diversificação das relações e atividades profissionais, das técnicas de produção e da organização do trabalho (JUSTO, 2012), instituem uma nova configuração no espaço laboral. Uma das alterações que podemos destacar versa sobre o fato de que o trabalho, antes espaço de constituição identitária por meio das vivências coletivas comuns, torna-se um meio para a individualização e para o encontro de si mesmo. Assim, a coletivização das questões sociais, focalizando aqui aquelas especificamente ligadas ao trabalho, que daria o suporte para a fundação de uma *consciência de classe*, fica secundarizada num espaço que tem como princípio e referência o indivíduo isolado. Este será recompensado e reconhecido pelo seu sucesso, conseguido única e exclusivamente por meio de seu mérito. No entanto, esse indivíduo exaltado, caso seja malsucedido em sua empreitada, estará, invariavelmente, à mercê de si mesmo, considerado, igualmente, o único responsável pelo seu fracasso.

Ao longo do que foi debatido nesta subseção sobre a análise do trabalho do atleta de futebol, percebemos, por meio das falas dos voluntários, a presença destas características nesse campo de atuação. A exaltação ao eu, a vinculação ou preocupação com o outro apenas na medida em que a performance dele interfere na própria atuação, a ideia do indivíduo como

origem de si mesmo, a compensação baseada no modelo do mérito. A empresa entrou no esporte e encontrou nele um dos vetores de maior alcance para a difusão de sua lógica. O atleta profissional, transformado em imagem espetacular, sintetiza e, ao mesmo tempo, propaga o ideal a ser seguido no trabalho e nos demais segmentos da vida. Em meio a isso, tomando como base a discussão elaborada neste tópico, percebemos que a possibilidade de uma socialização que permita o reconhecimento de si por intermédio do outro se encontra sensivelmente reduzida.

No futebol, em particular, já é histórica a dificuldade encontrada de promover associações de atletas voltadas ao interesse comum de sua categoria profissional. Basta consultar a recente tentativa empreendida pelo movimento nomeado Bom Senso F.C. que, apenas alguns anos depois de ter iniciado sua luta, tendo como representantes os próprios atletas trabalhadores, já perdeu a visibilidade conseguida na mídia. Ainda em 2013, quando o movimento começava a se estruturar, foi anunciado um indicativo de greve dos atletas no futebol brasileiro. A ação não se concretizou e mesmo os atrasos no início das partidas, utilizados como forma de protesto em relação às condições de trabalho nesse segmento, passaram a ser repreendidas pelos clubes, deixando de ocorrer. Tendo em vista o modo como se desdobram as relações nesse campo de trabalho, partindo daquilo que encontramos na investigação do contexto de formação (que pode ser entendido também como *prototrabalho*), percebemos que não há, de fato, meios que favoreçam a identificação entre aqueles sujeitos e nem o compartilhamento das questões que, supostamente, lhes seriam comuns. Neste sentido, deixamos como questionamento: *dada a conjuntura atual da modalidade, é possível falarmos em coletivo profissional no futebol?*

Ao que parece, a permanência naquele espaço é motivada antes pelo interesse no consumo de um determinado estilo de vida, supostamente garantido pela projeção social e ascensão econômica resultante daquele trabalho, que pelo anseio de envolver-se com a função social, as atribuições e responsabilidades de determinada categoria profissional. Aqui, para encerrar, deixo a fala de M. que, ao ser questionado sobre os aspectos relacionados ao futebol e à própria formação que gostava e não gostava, responde: “Ah, o que eu mais gosto é tá jogando. Tá com os amigos. Tudo assim, né. Fazê viagem assim. Pá outros país tamém. E o que eu não gosto é corrê, cansa... (risos)” (M., ENTREVISTA, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Para tecer as considerações finais desta pesquisa, acreditamos que seja indispensável apreciar, além dos elementos teóricos e das análises produzidas ao longo do texto, os fatores passionais envolvidos no processo de realização e redação do estudo. *A produção de conhecimento é também produção de subjetividade*³³. Neste sentido, o fazer pesquisa, uma atividade que envolve a objetivação do pesquisador - a escrita, a fala, os momentos de discussão -, possui também um caráter de subjetivação. Aquele que participa da produção do saber é igualmente alterado pelas condições que ele próprio ajuda a criar. Tendo em vista esses pressupostos, esperamos contemplar nessa etapa de encerramento uma avaliação que envolva tanto os conteúdos analíticos relativos ao tema e às discussões empreendidas, quanto os aspectos referentes ao envolvimento pessoal com a temática e os desdobramentos da pesquisa sobre esta dimensão.

Como procuramos desenvolver no primeiro capítulo, o futebol é um elemento de grande relevância da cultura brasileira. Neste sentido, entendemos que o tema carrega em seu âmago um caráter de emoção e, por isso, sua abordagem numa pesquisa científica envolverá invariavelmente uma dimensão passional e afetiva do pesquisador. Num paradigma que parte do racionalismo científico moderno, tal envolvimento pode ser apontado como fator crítico e que pode conduzir à perda do foco e do rigor necessários à produção do conhecimento dentro dos moldes da ciência. No entanto, se tomamos como referência as propostas apresentadas por Santos (1988) e Spink (2008) percebemos que tal implicação subjetiva passa de obstáculo a potencializador do debate. O envolvimento torna-se, então, fator que contribui para o aprofundamento das análises daquilo que é atravessado pelo crivo da ciência. Spink (2008), por exemplo, argumenta que a implicação e proximidade com o tema são antes a chave para a investigação em profundidade do que a condenação do estudo à falência e irrelevância.

Assim, investigar o futebol brasileiro e as transformações ao longo de sua história no país, bem como os processos envolvidos na formação dos jovens atletas contribuiu para que pudéssemos tecer algumas aproximações entre o que ocorre neste segmento e o restante da sociedade. O futebol se revelou, desta maneira, um potente analisador social do Brasil e da vida contemporânea. Neste ponto, é fundamental destacarmos a suposta democratização da modalidade que, em tese, consolidou-se com a inclusão do negro e do pobre na prática deste

³³ Frase similar a esta foi proferida durante a roda de conversa "Educação, Universidade e Política" realizada no XIII Encontro da Pós-Graduação em Psicologia: Diálogos com a Graduação, 2015, evento alocado no campus da UNESP de Assis.

esporte. Conforme vimos, tal medida pautou-se quase que em absoluto nos interesses pelo talento esportivo apresentado por aqueles pertencentes a esses grupos. Logo, não podemos falar em democratização, uma vez que aquilo que observamos, na história e no tempo presente, está muito mais ligado à procura pela lucratividade, extraída pela mais-valia imputada a negros e pobres que almejam carreira futebolística. Estes foram sim *incluídos* no universo do futebol, porém, sob a condição de que se mantivessem como operários; mercadorias de grande valor para os clubes e dirigentes que durante muito tempo desfrutaram do seu talento esportivo para angariar vantagens sociais, econômicas e políticas. Deste modo, *jogadores* são tornados produtos no cenário nacional e internacional, movimentando vultoso volume de recursos financeiros no mundo.

O futebol permaneceu como um signo de distinção social da elite com a transferência desta para outro plano de atuação: a gestão do esporte. Assim, a suposta *inclusão* no futebol só ocorreu sob a condição de que se transplantasse para este cenário a divisão social e de classe observada no mundo do trabalho. A legislação que reconheceu a profissão de atleta em 1933, apesar de garantir direitos sociais àqueles que até então vinham atuando na informalidade e assumindo sozinhos todos os riscos envolvidos na prática profissional do esporte, é também o mecanismo que legitima a proletarização do futebol brasileiro. A elite passaria, então, a ser preparada para continuar atuando no esporte, mas no nível da gestão, sem necessariamente ter tido qualquer contato sequer com uma bola de futebol (João Havelange pode ser tomado como exemplo disso). Aos novos atores sociais, pobres e negros, restava a carreira esportiva sem qualquer poder de decisão sobre a dinâmica e organização de seu trabalho.

Esta perspectiva sobre a questão nos auxilia a pensar sobre os processos de formação dos jovens, abordados no primeiro tópico dedicado à análise de dados. Conforme vimos, há certa tendência à especialização na maneira como são conduzidas as atividades de formação esportiva. A demasiada preocupação com o desenvolvimento técnico e físico dos adolescentes, possíveis futuros atletas de futebol, recusa a instalação de um espaço que favoreça o desenvolvimento do pensamento crítico deles com relação à própria profissão. Os jovens, desprovidos de momentos dedicados à problematização da constituição histórica de sua profissão ficam fechados num universo no qual o único horizonte é a ascensão econômica e a conquista da fama. Formamos atletas preocupados com seu desempenho individual e desinteressados pela política que atravessa seu contexto profissional. Como vimos na subseção dedicada a discussão da formação esportiva, esse *especialismo* pode, inclusive, limitar até mesmo a capacidade dos atletas em analisar e pensar o próprio trabalho, o jogo,

que ficam, então, reclusos às orientações de terceiros, como o técnico, por exemplo. Efeitos de uma formação que se regula pelo mercado: produzimos aquilo que vende mais e melhor.

Esta maneira de olhar o tema traz afago perante a situação vivenciada em alguns momentos no decorrer do desenvolvimento e elaboração da pesquisa. A situação política vivida no Brasil nos últimos tempos levou ao questionamento da relevância do futebol enquanto objeto de análise. Pois bem, temos neste um rico observatório das relações assentadas no autoritarismo e das práticas austeras que vêm se edificando e generalizando no país. Se na vida política da sociedade brasileira tivemos momentos que nos fizeram crer na ampliação das condições para uma existência mais democrática, o futebol nacional sinaliza a presença e o enraizamento da austeridade e da intolerância, remanescentes do período ditatorial, nas instituições brasileiras.

No futebol, até pouco tempo, apenas os atletas vinculados aos clubes da série A do campeonato brasileiro tinham direito a voto nas eleições para os órgãos de administração esportiva, federações estaduais e confederação nacional. Recentemente, esse foi estendido àqueles que atuam pelas equipes da série B da mesma competição, permanecendo fora do pleito os atletas que compõem o elenco das séries C e D. Ainda, é válido mencionar que apenas em 2015 a CBF estipulou a limitação do número de reconduções dos mandatos na entidade (agora, é permitida uma única reeleição) A medida, no entanto, só foi efetivada após aprovação da MP 671/2015, elaborada durante o governo de Dilma Rousseff. O dispositivo, convertido na Lei 13.155/2015, em seu artigo 5º, entre outras coisas, estipula alterações no estatuto da entidade de administração do desporto (no caso a própria CBF e as federações estaduais). Uma das modificações previstas versava, precisamente, sobre a limitação do mandato do presidente e demais cargos eletivos nestes órgãos. Ainda, exige a representação da categoria de atletas em órgãos e conselhos técnicos responsáveis pela aprovação dos regulamentos das competições. Este recorte é apenas um exemplo para ilustrar como o autoritarismo antidemocrático se manteve presente e atuante nas instituições nacionais, em distintos níveis de poder, durante a nossa experiência democrática.

Notamos, então, que tal como declara Roberto DaMatta (1982), a relação entre esporte e sociedade é como a de "[...] duas faces de uma mesma moeda" (DAMATTA, 1982, p. 23). Especificamente para o futebol, no tocante à sociedade brasileira, tal asserção não poderia ser mais adequada. No Brasil, como procuramos mostrar, os critérios e princípios que compõem as relações de nossa sociedade transitam e atravessam também as questões próprias do futebol: racismos, lutas de trabalhadores, conservadorismo, austeridade, diferenças de gênero. Neste sentido, gostaríamos de nos valer deste momento para anotar nossa

discordância em relação à posição de Huizinga (1938/2000) para quem o jogo estaria, aparentemente, apartado da vida cotidiana. Evidente que a situação dramatizada da partida de futebol possibilita experiências nem sempre disponíveis ou facilmente realizáveis no curso da vida comum: a aproximação com aquele que nos é estranho, o afloramento das emoções, modos de sociabilidade sensivelmente mais coletivizados. Mesmo assim, não podemos considerar que o *drama* envolvido no jogo de futebol é isento do *drama* da vida cotidiana. A estruturação e desenvolvimento do jogo também são investidos pelas emoções e afetos daqueles que compõem a *tribuna popular*. O torcedor se projeta no atleta e se reconhece nele. Eis aí uma das funções do esporte tornado espetáculo.

Aqui, reiteramos que o futebol, em particular a figura do atleta, é adotada enquanto vetor para a difusão de valores sociais e padrões de ação, como procuramos discutir na segunda subseção dedicada à análise de dados. *Essa imagem do atleta, forjada a partir de elementos extraídos da vida cotidiana, retorna à sua fonte para oferecer-se como modelo ao homem comum*. Um poderoso veículo de propagação e naturalização de valores e princípios que sem o suporte do contexto desportivo poderiam causar certo estranhamento. Talvez resida aí a razão pela qual clubes e patrocinadores procuram com tanto afincamento desenvolver mecanismos de controle sobre a vida de seus atletas-propaganda. Uma investida que, inclusive, extrapola os contornos que supostamente demarcariam os limites entre sua vida profissional e pessoal, conforme discutido por Vieira e Mansano (2014), configurando-se numa prescrição da vida em sua integralidade.

A ciência e a produção do conhecimento científico estão em movimento. A pesquisa, enquanto ferramenta que contribui para fazer caminhar o saber humano sobre a vida e as relações, opera por meio de recortes a fim de colocar em foco um assunto específico. Deste modo, ela é apenas um instante no bojo do processo científico. É passível de ser *superada* tão logo se dê por *concluída*. Assim, por mais que se proponha a investigar um determinado fenômeno em profundidade nunca terá condições de ser plena. É incapaz de esgotar as questões, efeitos e desdobramentos em *todas* as esferas que compõem o objeto colocado sob análise. Mas seu caráter limitado é, igualmente, fonte de instigação para novos estudos. Portanto, é também sua função apontar para alguns eixos e temas que careceram de apuração mais detalhada, quaisquer que tenham sido as razões para isso (o tempo e seus contratempos ou a necessidade de delimitação, por exemplo).

À vista disso, consideramos válido que estudos posteriores, dedicados à investigação das relações entre trabalho-esporte, possam dar especial ênfase à presença do conteúdo lúdico nesta modalidade profissional. Neste ponto, pode ser particularmente

relevante que se busquem, no âmbito da profissionalidade esportiva, os mecanismos e estratégias adotadas no sentido de afastar a ludicidade que parece própria a este trabalho. Ainda neste segmento, é instigante que se procurem e analisem os motivos e interesses relacionados a esta tentativa de supressão do caráter lúdico no trabalho dos atletas.

Outro ponto que nos parece digno de atenção tange à questão da participação feminina no esporte, em particular no futebol. Em leituras complementares durante esta pesquisa, notamos que a mulher permaneceu alijada deste segmento da atividade social. O argumento central de sustentação dessa tese pautava-se na suposta incompatibilidade anatomofisiológica da mulher para os esportes, em especial aqueles que envolvem contato físico ou que estão associados à demonstração de força e resistência. Por volta de 1940, no Brasil, grupos contrários à popularização do futebol entre as mulheres começaram a se organizar e protestar contra a situação que se erigia. Coincidência ou não, em 1941, foi aprovado no país o Decreto-Lei 3.199. Este, em seu artigo 54, proibia que mulheres praticassem esportes considerados "[...] incompatíveis com as condições de sua natureza [...]" (BRASIL, 1941). Em 1965, durante a ditadura, o futebol, entre outras modalidades, tornou-se expressamente proibido para mulheres, conforme a deliberação do Conselho Nacional de Desportos publicada no Diário Oficial da União (BRASIL, 1965). Tendo em vista essas colocações, consideramos que tais vestígios históricos podem ser extremamente potentes para se operar uma investigação acerca da atual condição do futebol feminino profissional no Brasil.

Por fim, enfatizamos que mesmo a ciência sendo habitualmente considerada como a forma de superação do conhecimento pautado nas explicações mágicas, ela não precisa, necessariamente, ser a arma que decreta a morte das paixões. Trazer o futebol, assim como outros objetos que carregam traços de envolvimento pessoal do pesquisador, para o debate no meio acadêmico é atestado disso. Este movimento auxilia, inclusive, no combate aos dogmatismos que a própria ciência pode criar na ânsia de provar-se *científica e superior* a outras formas de saber. Evidente que a passagem pelo crivo do pensamento crítico, pautado no conhecimento sistematizado e adotado no meio acadêmico, altera o olhar sobre o objeto. Este, porém, não precisa tornar-se, forçosamente, empobrecido, reduzido ou limitado. No caso do futebol, e aqui falo por mim, ele não perde seu encanto ou seu aspecto recreativo, mas é enriquecido em seu sentido. Torna-se lazer e pesquisa e prática e diversão e observatório da sociedade e descanso e analisador social... A pesquisa, por ser apaixonada e implicada, não assume caráter menos rigoroso e comprometido. Pelo contrário, pode ser quase uma *garantia* do compromisso ético necessário ao ato de pesquisar.

REFERÊNCIAS.

- AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009. 92 páginas.
- AGOSTINO, G. *Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional*. 2 ed. Rio de Janeiro: Muad X, 2011.
- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão dos sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 26, n.2, p. 222-245, 2006.
- AGUIAR, W. M.; SOARES, J. R.; MACHADO, V. C. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 155, p.56-75, jan./mar., 2015.
- ALBORNOZ, S. G. Jogo e trabalho: do *homo ludens*, de Johann Huizinga, ao ócio criativo, de Domenico De Masi. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v.12, n.1, p.75-92, 2009.
- ALVES, G. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem que trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. IN: VIZZACARO-AMARAL, A.; MOTA, D. P.; ALVES, G. (Orgs.). *Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI*. São Paulo: LTr, 2011. p. 39-55.
- ANGELO, L. F. *Gestão de carreira esportiva: uma história a ser contada no futebol*. 2014. 131f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/39/39133/tde-20022015-084402/es.php>>. Acesso em: 03 Jul. 2015.
- ANTUNES, F. M. R. F. O futebol nas fábricas. *Revista USP*, São Paulo, n. 22, p. 102-109, jun./ago., 1994.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. Critério de classificação econômica Brasil: Critério Brasil 2015 e atualização da distribuição de classes para 2016. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.abep.org/criterio-brasil>>. Acesso em: 30 Abr. 2016.
- ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CLASSISTA MERCEDES-BENZ BRASIL. Missão. Disponível em: <<http://adcmercedes-benz.com.br/institucional/missao.html>>. Acesso em: 27 Dez. 2014.
- BARRETO, P. H. G. *Flexibilização escolar a atletas em formação alojados em centros de treinamento no futebol: um estudo na toca da raposa e na cidade do galo*. 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física e Desportos) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e Desportos, Vitória, 2012. Disponível em: <<http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4014132.pdf>>. Acesso em: 05 Jul. 2015.

BARROS, M. E. B.; PASSOS, E.; EIRADO, A. Psicologia e trabalho docente: intercessões com a clínica da atividade. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 26, número especial, p.150-160, 2014.

BAQUERO, R. Ideias Centrais da Teoria Sócio-Histórica. In: _____. *Vygotsky e a aprendizagem escolar*. Tradução de Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p. 25-45.

BELLONI, M. L. A formação na sociedade do espetáculo: gênese e atualidade do conceito. *Revista Brasileira de Educação*, n.22, p. 121-136, Jan./Abr., 2003.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moises e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BINDER DIJKER OTTE & COMPANY RCS AUDITORES INDEPENDENTES. Indústria do esporte: futebol, a maior paixão dos brasileiros. São Paulo. Abr., 2011. Disponível em: <<http://www.bdobrazil.com.br/pt/analises/esporte/Futebol,%20a%20maior%20paix%C3%A3o%20dos%20brasileiros.pdf>>. Acesso em: 30 Nov. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro, RJ, 1941.

_____. Deliberação nº 7-65, de 02 de agosto de 1965. Baixa instruções às entidades esportivas do país sobre a prática de desportos pelas mulheres. Brasília, DF, 1965.

_____. Lei nº 6.215, de 08 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*. Brasília, DF, 9 Out. 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6251.htm>. Acesso em: 15 Set. 2015.

_____. Lei nº 6.354 de 2 de Setembro de 1976. Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*. Brasília, DF, 3 Set. 1976. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6354.htm>. Acesso em: 20 Out. 2015.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*. Brasília, DF, 16 Jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 14 Out. 2015.

_____. Lei nº 8.650 de 20 de Abril de 1993. Dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*. Brasília, DF, 22 Abr. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8650.htm>. Acesso em: 23 Set. 2015.

_____. Lei nº 8.672 de 6 de Julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. *Diário oficial [da República Federativa do Brasil]*. Brasília, DF, 7 de Set. de 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8672.htm>. Acesso em: 02 Nov. 2015.

_____. Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998. Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. *Diário oficial [da Republica Federativa do Brasil]*. Brasília, DF, 25 Mar. 1998. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1998/9615.htm>>. Acesso em: 29 Ago. 2015.

_____. Lei nº 10.097, de 19 de Dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm>. Acesso em: 30 Jul. 2015.

_____. Lei nº 12.395, de 16 de Março de 2011. Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*. Brasília, DF, 17 Mar. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112395.htm>. Acesso em: 13 Ago. 2015.

_____. Ministério do Esporte. Ações e programas. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/>>. Acesso em: 30 Nov. 2014.

_____. Medida Provisória nº 671, de 19 de Março de 2015. Inclui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro. Brasília, DF, 19 Mar. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Mpv/mpv671.htm>. Acesso em: 12 Jul. 2015.

BOM SENSO F. C. O Brasil é mesmo o país do futebol? 2014. 10 slides, color. Disponível em: <<http://www.bomsensofc.org>>. Acesso em: 24 Fev. 2014.

BONSANTI, B. Brasil tem o dobro de não-torcedores que outros sul-americanos. Blog Trivela - Futebol além do óbvio. Disponível em: <<http://trivela.uol.com.br/brasil-tem-o-dobro-de-nao-torcedores-que-outros-paises-sul-americanos/>>. Acesso em: 10 Abr. 2016.

CALDAS, W. *Temas da cultura de massa: música, futebol, consumo*. São Paulo: Arte & Ciência - Villipress, 2001.

CALEIRO, J. P. Qual o tamanho do esporte na economia? Exame, São Paulo. Jun., 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/qual-e-o-tamanho-da-importancia-do-esporte-na-economia>>. Acesso em: 30 Nov. 2014.

CAPRARO, A. M. et al. O semiprofissionalismo no futebol brasileiro: representação episódica, fenômeno sistêmico. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v.17, n.2, p. 534-555, 2012.

CLOT, Y. A formação pela análise do trabalho: por uma terceira via em maneiras de agir, maneiras de pensar em formação. Tradução de Claudia Osório, Kátia Santorum e Suyanna Barker. Paris: CNAM, 2000. Disponível em: <<http://www.pqv.unifesp.br/AformacaoatravesdaanalisedotrabalhoYvesClot.pdf>>. Acesso em: 15 Abr. 2016.

_____. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. *Trabalho e poder de agir*. Tradução de Guilherme João de Freitas e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

_____. O ofício como operador de saúde. *Cadernos em Psicologia Social do Trabalho*. São Paulo, v.16, n. especial, p. 1-11, 2013.

_____. Vygotski: a consciência como relação. Tradução de Maria Amália Barjas Ramos. *Psicologia e Sociedade*, v. 26, número especial 2, p. 124-139, 2014.

CLOT, Y.; FERNÁNDEZ, G. Instrumentos de investigación: entrevistas en auto-confrontación: un método en clínica de la actividad. *Laboreal*, v.3, n.1, p. 15-19, 2007.

COLEÇÃO grandes educadores: Lev Vigotski. Produtora: Atta Mídia e Educação. e apresentação: Marta Kohl de Oliveira. São Paulo: PAULUS, 2006. 1 DVD (45 min.), DVD, son., color.

COUTINHO, R. S. *Um flamengo grande, um Brasil maior: o Clube de Regatas do Flamengo e o imaginário político nacionalista popular (1933-1955)*. 2013. 196 f. Tese (Doutorado em História Política) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1453.pdf>>. Acesso em: 27 Dez. 2015.

COUTO, H. R. F. de. *Esporte do oprimido: utopia e desencanto na formação do atleta de futebol*. 2012. 244f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.ludopedio.com.br/rc/upload/files/050158_Couto%20%28D%29%20-%20%20esporte%20do%20oprimido.pdf>. Acesso em: 30 Nov. 2014.

CRISTAN, M. L. *O papel do trabalho na transformação do homem em macaco: estudo sobre a disciplina do trabalho do jogador profissional do Sertãozinho F. C.* 1992. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000062772>>. Acesso em: 30 Nov. 2014.

CUNHA, L. C. *Entre a laguna e o oceano: histórias de um futebol*. 2012. 93f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/ppgef/files/2014/04/Leonardo-Cunha.pdf>>. Acesso em: 10 Set. 2016.

DAMATTA, R. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: DaMATTA, R. e outros. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakothke, 1982.

_____. Antropologia do óbvio: notas em torno do significado social do futebol brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, n. 22, p. 10-17, jun./ago, 1994.

DAMO, A. S. Monopólio estético e diversidade configuracional no futebol brasileiro. *Movimento: Revista de Educação Física da UFRGS, Porto Alegre*, v.9, n.2, p.129-156, maio/ago., 2003.

_____. *Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França*. 2005. 435 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000468905&loc=2005&l=24a7bc666aac4e57>>. Acesso em: 20 Jun. 2015.

DANTAS, M. M. *Futebol de base e produção de subjetividade: o psicólogo do esporte e a construção do atleta contemporâneo*. 2011. 106 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://gefut.files.wordpress.com/2009/10/diss-marina.pdf>>. Acesso em: 27 Set. 2016.

DEARO, G. 20 países que fazem parte da FIFA – mas não da ONU. *Exame*. São Paulo. Jun., 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/20-paises-que-fazem-parte-da-fifa-mas-nao-da-onu>>. Acesso em: 13 Jan. 2015.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Versão em eBook: projeto periferia, 2003. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>>. Acesso em: 19 Out. 2016.

DOUGAN, A. *Futebol & guerra: resistência, triunfo e tragédia do Dínamo na Kiev ocupada pelos nazistas*. Tradução de Maria Inês Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 24, n. 62, p. 44-63, Abr., 2004.

EHRENBERG, A. *O Culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Organização e tradução de Pedro F. Bendassolli. Aparecida, São Paulo: Idéias & Letras, 2010.

ELIAS, N.; DUNNING, E. A busca da excitação. Tradução de Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: Difel, 1992.

ENGELS, F. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. Versão para eBooksBrasil.com, 1999 (versão original publicada em 1876). Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>>. Acesso em: 16 Nov. 2015.

FAÏTA, D. La conduite du TGV: exercices de styles. *Champs visuels*, Marseille, n. 6, p. 75-86, 1997.

F. C. BARCELONA. Portal eletrônico, 2016. Disponível em: <<http://www.fcbarcelona.com/club/history>>. Acesso em: 13 Fev. 2016.

FEDERAÇÃO alemã pede desculpas por provocações de jogadores a argentinos. *Globo Esporte*. Portal eletrônico. Berlin, 16 Jul. 2014. Copa do mundo 2014. Disponível em:

<<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2014/07/federacao-alema-pede-desculpas-por-provocacao-de-jogadores-argentinos.html>>. Acesso em: 02 de Jul. 2015.

FERREIRA, A. O. *Futebol, tecnologia e aprendizagem: corpo, performance e criatividade*. 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado em tecnologias da inteligência e design digital) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=12053>. Acesso em: 30 Maio 2015.

FLORENZANO, J. P. *A rebeldia no futebol brasileiro*. 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

FRAGA, G. W. *Uma triste história do futebol do Brasil: o maracanaço - nacionalidade, futebol e imprensa na Copa do Mundo de 1950*. Passo Fundo: Méritos, 2014.

FRANCO JÚNIOR, H. *A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FRANZINI, F. *Corações na ponta da chuteira: capítulos iniciais da história do futebol brasileiro (1919-1938)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREITAS JUNIOR, M. A. *Operário ferroviário esporte clube: um estudo das causas do fracasso de uma equipe de futebol profissional do interior do Estado do Paraná*. 2000. 127f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2000. Disponível em: <[http://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/030452_Freitas%20Jr%20\(M\)%20-%20Operario%20Ferroviario%20Esporte%20Clube.pdf](http://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/030452_Freitas%20Jr%20(M)%20-%20Operario%20Ferroviario%20Esporte%20Clube.pdf)>. Acesso em: 03 Set. 2016.

FRIEDRICH, J. *Vigotski: mediação, aprendizagem e desenvolvimento - uma leitura filosófica e epistemológica*. Trad. Ana Rachel Machado e Elaine Gouvêa Lousada. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

FONSECA, J. C. F. A psicologia do trabalho e os processos de formação de educadores na educação profissional de nível básico: itinerários diversos, encruzilhadas constantes. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, n. 15, v. 1, p. 212-231, Abr., 2009.

GALEANO, E. *Futebol ao sol e à sombra*. Tradução de Eric Nepomuceno e Maria do Carmo Brito. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GODOY, J. H. A. A reciprocidade desigual: família e política na história do Brasil. *Revista Política e Trabalho*, João Pessoa, n. 27-30, 2009.

GONZÁLEZ REY, F. L. *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. Tradução de Vera Lucia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. As categorias do sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. *Psicologia da Educação*, São Paulo, v.24, n.1, p. 155-179, 2007.

_____. Subjetividad social, sujeto y representaciones sociales. *Revista Diversitas - Perspectivas en Psicología*. Bogotá, v. 4, n. 2, p. 225-243, 2008.

_____. O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo-sociedade numa perspectiva histórico-cultural. *Revista ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, Campos dos Goyatacazes, v.2, n.2, p. 168-185, 2012.

GORZ, A. O imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

GUTERMAN, M. *O futebol explica o Brasil: uma história da maior expressão popular do país*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

HARDT, M. O trabalho afetivo. PÁL PELBART, P.; COSTA, R. (Orgs.). In: *Cadernos de subjetividade: o reencantamento do concreto*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 143-157.

HEEMANN, C. A experiência emocional vivenciada em uma comunidade virtual de aprendizagem. In: Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, 16, 2012, Unicamp. *Anais do XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino*, Araraquara: Junqueira&Martins Editores - Livro 3, 2012, p. 14-25. Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acer/vo/docs/2995c.pdf>. Acesso em: 18 Mar. 2016.

HELAL, R. *Passes e impasses: futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997

HUIZINGA, J. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. Tradução de João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 2000. (originalmente publicado em 1938). Disponível em: <http://jnsilva.ludicum.org/Huizinga_HomoLudens.pdf>. Acesso em: 28 Nov. 2016.

JAPPE, A. *Guy Debord*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1999.

JURUÁ, C. V. *Estado e construção ferroviária: quinze anos decisivos para a economia brasileira, 1852-1867*. 271 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ppfh.com.br/wp-content/uploads/2014/01/T_cecivieirajurua.pdf>. Acesso em: 28 Dez. 2015.

JUSTO, J. S. *Vidas errantes: políticas de mobilidade e experiências de tempo-espaço*. Londrina: EDUEL, 2012.

KOWALSKI, M. *Por que Flamengo?* 2001. 387 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd107/por-que-flamengo.pdf>>. Acesso em: 04 Jan. 2016.

LANE, S. T. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE, S. T.; CODO, W. (Orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. 8ªed. São Paulo: editora brasiliense, 1989.

LE GUILLANT, L. *Le drame humain du travail: essais de psychopathologie du travail*. Paris: Érès, 2006.

LEME, C. G. *O futebol como estratégia de ascensão na sociedade de risco: o atleta “sem clube” e sua identidade*. 2011. 257f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1262>. Acesso em: 30 Nov. 2014.

LEONTIEV, A. N. Sobre o desenvolvimento da história do psiquismo. In: _____. *O desenvolvimento do psiquismo*. Tradução de Manuel Dias Soares. Lisboa: Livros Horizonte, 1978a. p. 89-142. (originalmente publicado em 1959).

_____. *Actividade, consciência e personalidade*. Tradução de Maria Silva Cintra Martins. 1978b. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000004.pdf>>. Acesso em: 27 Abr. 2016.

LOPES, J. S. L. A vitória do futebol que incorporou a pelada: a invenção do jornalismo esportivo e a entrada dos negros no futebol brasileiro. *Revista USP*, São Paulo, n. 22, p. 64-83, jun./jul./ago, 1994.

LORENZON, F. A. "Un Defensor que ni imaginam...": sobre futebol, ditadura e resistência. *Revista Semina*, Passo Fundo, v.14, n.1, p. 188-199, 2015.

MANACORDA, M. A. *Marx e a pedagogia moderna*. Tradução Newton Ramos de Oliveira. Campinas: Editora Alínea, 2007.

MANCEBO, D. Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. *Psicol. ciênc. prof.*, Brasília, v.22, n.1, p.100-111, Mar. 2002.

MANSANO, S. R. V. *Sorria, você está sendo controlado: resistência e poder na sociedade de controle*. São Paulo: Summus, 2009.

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B. de. A transição do esporte moderno para o esporte contemporâneo: tendência de mercantilização a partir do final da Guerra Fria. In: ENCONTRO DA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ESTÚDIOS SOCIALES DEL DEPORTE, 1, 2008, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: UFPR, 2008. p.1-8. Disponível em: <<http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/a-transicao-esporte-moderno-para-o-esporte-contemporaneo-tendencia-mercantilizacao-partir-final-guerra-fria.pdf>>. Acesso em: 21 Nov. 2014.

MC GUIMÊ; EMICIDA, *País do futebol*. 2013. Single (4:25 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bWnS2dIDgQA>>. Acesso em: 05 Nov. 2016.

MESSIAS, C.; PEREZ, D. A autoconfrontação e seus usos no campo da linguística aplicada ao estudo do trabalho do professor. *Revista Educação e Linguagens*, Campo Mourão, v.2, n.2, p. 92-112, Jan./Jun., 2013.

MICHAELIS. Dicionário brasileiro de língua portuguesa [online]. São Paulo: Melhoramentos, 2016. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>. Acesso em: 10 Dez., 2016.

MIYAZAKI, L. *Estudo das configurações subjetivas e representações sociais de uma enfermeira: estudo de caso*. 2007. 100 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/3005/2/20310422.pdf>>. Acesso em: 12 Mar. 2016.

MORIN, E.; TONELLI, M. J.; PLIOPAS, A. L. V. O trabalho e seus sentidos. *Psicologia & Sociedade*, v.19, edição especial 1, p. 47-56, 2007.

MUNIZ, M. I. A.; NEPOMUCENO, A. R. Autoconfrontação simples: condições de produção e autoconhecimento. *Alfa*, São Paulo, v. 54, n.1, p. 81-111, 2010.

NOGUEIRA, K. "Gaúchos andam assim": o mimimi em torno da comemoração da seleção alemã em Berlin. *Diário do Centro do Mundo*. Portal eletrônico, 16 Jul. 2014. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/somos-gauchos-e-gauchos-andam-assim-o-mimimi-em-torno-da-comemoracao-da-selecao-alema-em-berlim/>>. Acesso em: 02 Jul. 2015.

ODDONE, I. *Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde*. São Paulo: Hucitec, 1986.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Carta internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO. Tradução: Christiano Robalinho Lima. Paris, 1978. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002164/216489por.pdf>>. Acesso em: 27 Dez. 2014.

PEREIRA, A. B. *A construção social do tipo "jogador de futebol profissional": um estudo sobre os repertórios usados por jogadores de distintas categorias etárias e por integrantes de suas matrizes*. 2008. 200f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/25/TDE-2008-10-08T12:24:32Z-6497/Publico/Adriana%20Bernardes%20Pereira.pdf>. Acesso em: 01 Jul. 2015.

PEREZ, D. *A formação de professores para Organizações Não Governamentais- ONGS*. 2009. 236 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10126/1/Tese_doutorado_devis%20perez_CED.pdf>. Acesso em: 10 Dez. 2016.

_____. Estudo do uso de tecnologia da informação e comunicação no trabalho do formador de professores. *Hipertextus Revista Digital*, v. 9, n. 2, Dez. 2012. Disponível em: <<http://www.hipertextus.net/volume9/07-Hipertextus-Vol9-Devis-Perez.pdf>>. Acesso em: 18 Fev. 2016.

PEREZ, D; MESSIAS, C. O dispositivo metodológico e interventivo autoconfrontação e seus usos em pesquisas de educação. *Nuances: estudos sobre educação, Presidente Prudente*, v. 24, n. 3, p.81-100, Set./Dez., 2013.

_____. O trabalho do formador de professores para a educação profissional. *Revista Brasileira de Psicologia*, Salvador, v. 1, n. 2, p. 105-117, 2014.

_____. Usos da autoconfrontação na Linguística aplicada: o caso de um grupo de pesquisa. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, n. (54.2), p. 245-266, Jul./Set. 2015.

_____. Produzir saberes sobre o trabalho: um método em Psicologia. *Estudos de Psicologia* (Natal. Online). No prelo.

PEREZ, D.; OLIVEIRA, S. O. A concepção e o sentido da formação vivida na graduação em Pedagogia: a perspectiva de egressas do curso. *Educação por escrito*, Porto Alegre, v.6, n.1, p.7-25, jan./jun., 2015.

PETROBRAS-PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. Esporte e Cidadania. Disponível em: <<http://sites.petrobras.com.br/PPEC/sobre-o-programa>>. Acesso em: 05 Jan. 2015.

PIMENTA, C. A. M. Novos processos de formação de jogadores de futebol e o fenômeno das "escolinhas": uma análise crítica do possível. In: ALABARCES, P. (compilador). *Peligro de gol: estudos sobre deporte y sociedad em América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 75-97. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100922012031/3.pdf>>. Acesso em: 18 Jun. 2015.

PINO, A. Semiótica e cognição na perspectiva histórico-cultural. *Temas em Psicologia*, nº 2, p. 31-40, 1995.

_____. Processos de significação e constituição do sujeito. *Temas em Psicologia*, nº1, 17-24, 1993.

PRONI, M. W. Marketing e organização esportiva: elementos para uma história recente do esporte- espetáculo. *Conexões: Revista da Faculdade de Educação Física da Unicamp*, Campinas, v. 1. n. 1, p. 82-94, Jul./Dez., 1998.

_____. *A metamorfose do futebol*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

PORTAL BRASIL. Indústria do esporte contribuirá para o desenvolvimento do país. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/09/estudo-afirma-que-industria-do-esporte-pode-contribuir-para-desenvolvimento-do-pais>>. Acesso em: 30 Nov. 2014.

RIBEIRO JÚNIOR, A. et al. *O lado sujo do futebol: a trama de propinas, negociatas e traições que abalou o esporte mais popular do mundo*. São Paulo: Planeta, 2014.

RIVITI, T. G. *O futebol brasileiro na atualidade: história, cultura e profissionalização*. 2016. 95 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/141500/riviti_tg_me_assis.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 14 Maio 2016.

RODRIGUES, D. L. D. I. *A autoconfrontação simples e a instrução ao sócia: entre diferenças e semelhanças*. 2010. 165 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=12089>. Acesso em: 27 Jan. 2015.

RODRIGUES, E. F.; MONTAGNER, P. C. Esporte-Espetáculo e Sociedade: estudos preliminares sobre a influência dos meios de comunicação no âmbito escolar. *Conexões: Rev. da Fac. de Ed. Fis. da UNICAMP, Campinas*, v. 1, n.1, p. 54-70, 2003. Disponível em: <<http://eduardo.fantato.com.br/wp-content/uploads/2013/02/esporte-espetaculo....CONEXOES...2003.pdf>>. Acesso em: 21 Nov. 2014.

RODRIGUES, F. X. F. *A formação do jogador de futebol no Sport Club Internacional (1997-2002)*. 2003. 200 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3538/000389503.pdf>>. Acesso em: 14 Jun. 2015.

_____. Modernidade, disciplina e futebol: uma análise sociológica da produção social do jogador no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, n. 11, p. 260-299, Jan./Jun., 2004.

RODRIGUES, N. *A pátria de chuteiras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

RUBIO, K. O trabalho do atleta e a produção do espetáculo esportivo. *Scripta Nova: Rev. Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales*, Barcelona, v.VI, n.119(95), Ago., 2002.

_____. Jogos Olímpicos da Era Moderna: uma proposta de periodização. *Rev. Bras. de Ed. Fís. E Esp.*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 55-68, Jan./Mar., 2010.

SALLES, J. G. C.; SOARES, A. J. Os clubes de elite do futebol do Rio de Janeiro frente à vitória de um clube popular no campeonato carioca de 1923: a crise entre o amadorismo e profissionalismo. *Lecturas, Educación Física y Deportes - Revista Digital*. Buenos Aires, año 12, nº 114, Nov. 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd114/vitoria-de-um-clube-popular-no-campeonato-carioca-de-1923.htm> >. Acesso em: 28 Maio 2015.

SALOMÃO, R. L.; OTTONI, G. P.; BARREIRA, C. R. A. Atletas de base de futebol: a experiência de viver em alojamento. *Psico-USF, Bragança Paulista*, v.19, n. 3, p. 443-455, set./dez. 2014.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, L. G.; LEÃO, I. B. O inconsciente sócio-histórico: aproximações de um conceito. *Psicologia e Sociedade*, v. 26, número especial 2, p. 38-47, 2014.

SEDA, D. M. *Futebol: da invisibilidade ao reconhecimento social*. Curitiba: Appris, 2014.

SIGARDO, A. P. O social e o cultural na obra de Vigotski. *Educação e Sociedade*, Campinas, ano XXI, nº 71, p. 45-78, Jul., 2000.

SILVA, C. P. F. *Relações de trabalho infante-juvenis: o caso de jogadores de futebol das categorias de base (Florianópolis, 1985-2005)*. 2008. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos//000000/000000000009/00000967.%20da%20Silva.pdf> >. Acesso em: 16 Set. 2015.

SILVA, E. M.; RABELO, I.; RUBIO, K. A dor entre atletas de alto rendimento. *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte*, São Paulo, v.3, n.4, p. 79-97, Jan./Jun., 2010.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 11-25.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SMOLKA, A. L. B. Experiência e discurso como lugares de memória: a escola e a produção de lugares comuns. *Pro-posições*, Campinas, v. 17, n. 2 (50), p. 99-118, maio/ago., 2006.

SOUTO, V. I. V.; SHIGUNOV, V. Esporte de competição para crianças e adolescentes: saúde ou exploração? In: Juarez Vieira do Nascimento; Adair da Silva Lopes. (Orgs.). *Investigação em Educação Física: primeiros passos, novos horizontes*. Londrina/PR: Midiograf, 2003, v. , p. 187-200.

SPINK, P. K. O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, Edição Especial, p. 70-77, 2008.

TOASSA, G. Há um "Materialismo Vygotskiano?" Preocupações ontológicas e epistemológicas para uma psicologia marxista contemporânea (parte II). *Dubna Psychological Journal*, n. 3, p. 81-93, 2015.

TOSTÃO, E. G. A. Meninos, eu não vi. *Revista Placar*. nº 1215. p. 58, Jan./Fev, 2002. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=M1Oid8sKtZAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 17 Out. 2016.

TRAVERSO-YÉPEZ, M. Os discursos e a dimensão simbólica: uma forma de abordagem à Psicologia Social. *Estudos de psicologia*, v.4, n.1, p. 39-59, 1999.

TUBINO, M. Pesquisa e análise crítica sobre o conceito atual das manifestações esportivas. In: _____. *Estudos brasileiros sobre o esporte*. Maringá: Eduem, 2010. p.15-33.

VAMOS mudar o futebol. *Revista Placar*. nº 703. p. 22-23, Novembro, 1983. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=ELF4pV-wcBEC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 25 Set. 2015.

VIEIRA, M.; FAÏTA, D. Quando os outros olham outros de si mesmo: reflexões metodológicas sobre a autoconfrontação cruzada. *Polifonia*, Cuiabá, EDUFMT, n. 07, p. 27-65, 2003.

VIEIRA, T. M.; MANSANO, S. R. V. Impasses gerados pelo trabalho imaterial na vida privada: um estudo sobre os profissionais do esporte. *Pesquisa e Práticas Psicossociais - PPP*, São João del-Rei, v. 9, n. 2, p. 222-231, jul./dez., 2014.

VIGOTSKI, L. S. *Conscience, inconscient, emotions*. Paris: La Dispute, 2003.

_____. O significado histórico da crise da Psicologia: uma investigação metodológica. Tradução de Cláudia Berliner. In: Vigotski, L. S. *Teoria e método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 203-417. (originalmente publicado em 1927).

_____. La psique, la conciencia; el inconsciente. In: Vigotski, L. S. *Obras escogidas*. Tomo I. Madrid: Aprendizaje Visor y Ministerio de Educación y Ciencia, 1991. (originalmente publicado em 1930). Disponível em: <<https://marxismocritico.files.wordpress.com/2012/11/71312909-l-s-vygotsky-tom1-07-la-psique-la-con-ciencia-el-inconsciente.pdf>>. Acesso em: 18 Set. 2016.

_____. *Pensamento e linguagem*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (originalmente publicado em 1934).

_____. *A formação social da mente*. Tradução do Grupo de Desenvolvimento e Ritmos Biológicos da USP. 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. The problem of the environment. In: VAN DER VEER, R.; VALSINER, J. (editores). *The Vygotsky reader*. Oxford: Blackwell, 1994. p. 338-354.

WISNER, A. Questões epistemológicas em ergonomia e em análise do trabalho. In: F. A. Daniellou. *Ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos*. São Paulo: Edgar Blücher, 2004, p. 29-56.

WOOD JR., T.; DE PAULA, A.P.P. O culto da performance e o indivíduo S.A. In: Ehrenberg, A. *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Aparecida, São Paulo: Idéias e Letras, 2010. p. 197-207.

ZANELLA, A. V. Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em estudo*, Maringá, v.9, n.1, p. 127-135, 2004.

**APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO E EXISTÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E
AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AOS ARQUIVOS NECESSÁRIOS AO
DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.**

Eu, _____, (função na instituição) autorizo a realização da pesquisa “Futebol não é brincadeira: os processos de formação e subjetivação de atletas” nesta instituição, sob a responsabilidade da pesquisadora Talita Machado Vieira. Autorizo ainda o acesso da pesquisadora aos arquivos, regimentos e regulamentos desta instituição, a fim de viabilizar a execução da pesquisa.

Informo que o local dispõe de infraestrutura necessária e que esta será disponibilizada à pesquisadora para atendimento ao projeto, bem como para atender eventuais problemas dela resultantes, atendendo plenamente o Regimento do Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus de Assis e normas complementares ao mesmo.

_____, _____ de _____

Nome, CPF e assinatura do Responsável

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).
(CONFORME CAPÍTULO IV, ITENS 1 A 8 DA RESOLUÇÃO 466/2012 –
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE).**

O seu filho está sendo convidado a participar da pesquisa “Futebol não é brincadeira: os processos de formação e subjetivação de atletas”, sob a responsabilidade da pesquisadora Talita Machado Vieira, RG nº 33.043.597-8.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus de Assis. Qualquer dúvida quanto aos aspectos éticos poderão ser esclarecidas no telefone (18) 3302-5607 ou pelo e-mail cep@assis.unesp.br, ou diretamente com a pesquisadora no telefone (43) 3324-9796; (43) 9636-0690 ou e-mail “tmachadovieira@gmail.com”.

Informações gerais:

Esta pesquisa tem por objetivo investigar os processos de subjetivação de três jovens em formação para a profissão de atletas de futebol. Nós esperamos que essa pesquisa possa ampliar os saberes sobre a formação de jovens para o trabalho no futebol e contribuir para o aperfeiçoamento das estratégias formativas no sentido da potencialização do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos futuros atletas.

Se você concordar, seu filho irá fazer parte de um grupo com outros atletas em formação no mesmo clube. Juntos, nós iremos falar sobre as atividades realizadas diariamente no centro de treinamento e selecionaremos aquelas que os próprios jovens considerarem mais significativas e interessantes para serem gravadas em áudio e vídeo e, em seguida, analisadas pelos próprios jovens participantes desta pesquisa. Cumpre ressaltar que cada jovem terá contato apenas com a sua própria gravação em áudio e vídeo, as quais serão comentadas e analisadas por ele e pela pesquisadora. Os encontros para a coleta de dados da pesquisa serão feitos no próprio clube, às terças e quartas-feiras, no período da tarde. O período total de coleta dos dados tem duração prevista de dois meses. É possível que o participante sinta algum desconforto durante as gravações ou no momento de comentar sobre as atividades registradas em áudio e vídeo. Se isso acontecer ele poderá interromper a sua participação imediatamente. Caso após o encerramento da pesquisa seu filho ainda estiver desconfortável ou incomodado com o conteúdo dos encontros da investigação, a pesquisadora oferecerá orientação e acompanhamento para atendimento psicológico na rede pública de saúde ou em serviço privado de atendimento psicológico, sem quaisquer despesas financeiras para o jovem e sua família.

A participação do seu filho é voluntária, portanto, vocês não terão custos ou serão remunerados pela aceitação em fazer parte desta pesquisa. Vocês poderão se negar a participar ou mesmo desistir depois que as atividades tiverem começado, sem que isso acarrete qualquer dano ou prejuízo a vocês.

Todas as informações coletadas nesta investigação são sigilosas. Nos relatórios e publicações científicas relacionadas à pesquisa não serão divulgados dados que permitam identificar o clube e os participantes do estudo e, ainda, nos comprometemos a referir aos jovens e à instituição que contribuíram com o estudo por meio de nomes fictícios, de modo a

assegurar o completo anonimato de todos os envolvidos. Após o encerramento da pesquisa, os dados coletados serão arquivados pelo professor orientador desta pesquisa, doutor Deivis Perez Bispo dos Santos, em local seguro e sigiloso no Campus da UNESP de Assis pelo período de 5 (cinco) anos e destruídos (incinerados ou apagados) após este prazo.

CONSENTIMENTO

Eu, _____,

RG: _____, abaixo assinado, concordo com a participação de meu filho, como PARTICIPANTE, na pesquisa “Futebol não é brincadeira: os processos de formação e subjetivação de atletas”. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora Talita Machado Vieira sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação dele. Foi-me garantido, ainda, que eu ou meu filho podemos retirar nosso consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Declaro, ainda, que () concordo / () não concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, ciente da garantia quanto ao sigilo das informações pessoais de meu filho e ao seu anonimato.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

Eu, Talita Machado Vieira, pesquisadora responsável pelo estudo, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE para a participação na pesquisa.

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE C - TERMO DE ASSENTIMENTO (PARA ADOLESCENTES MAIORES DE 12 ANOS E MENORES DE 18 ANOS)

Título do Projeto: Futebol não é brincadeira: os processos de formação e subjetivação de atletas.

Pesquisador responsável: Talita Machado Vieira

Local da Pesquisa:

Endereço da instituição:

O que significa assentimento?

O assentimento significa que você concorda em fazer parte de um grupo de adolescentes, da sua faixa de idade, para participar de uma pesquisa. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações por mais simples que possam parecer.

Pode ser que este documento denominado TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO contenha palavras que você não entenda. Por favor, peça ao responsável pela pesquisa ou à equipe do estudo para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

Informações gerais:

A pesquisa é um estudo que se realiza para entender um acontecimento ou problema para que as pessoas envolvidas possam pensar em maneiras melhores de viver e se relacionar. Esta pesquisa procura investigar os processos de subjetivação de dois jovens em formação para a profissão de atletas de futebol. Atualmente existem muitos jovens que desejam se tornar atletas profissionais de futebol, por isso, é importante saber como eles percebem as experiências que têm na categoria de base e de que maneira elas participam da formação profissional. Esperamos que esta pesquisa ajude a ampliar o conhecimento científico sobre a formação do jovem para o futebol e que forneça meios para o desenvolvimento de estratégias que promovam sua formação integral no interior das categorias de base.

A sua participação é voluntária, sendo que você não terá custos e nem será remunerado por ela. Você pode se negar a participar ou mesmo desistir depois que as atividades tiverem começado sem que isso acarrete qualquer dano ou prejuízo a sua pessoa. Caso aceite participar, você irá fazer parte de um grupo com outros jovens. Juntos nós iremos falar sobre as situações do dia-a-dia no centro de treinamento e iremos escolher aquelas que vocês acharem mais interessantes para serem gravadas em vídeo e, depois, analisadas por cada um. Cada participante terá contato apenas com seu próprio vídeo, que será comentado e analisado por ele e pela pesquisadora. Estes encontros serão feitos no próprio clube as terças e quartas-feiras, no período da tarde e têm duração prevista de 2 (dois) meses. Se você sentir algum desconforto durante as gravações ou depois, ao falar de alguma situação específica, você pode interromper sua participação. Ao final da pesquisa se você ainda estiver desconfortável ou incomodado com alguma coisa que tenha acontecido durante a

